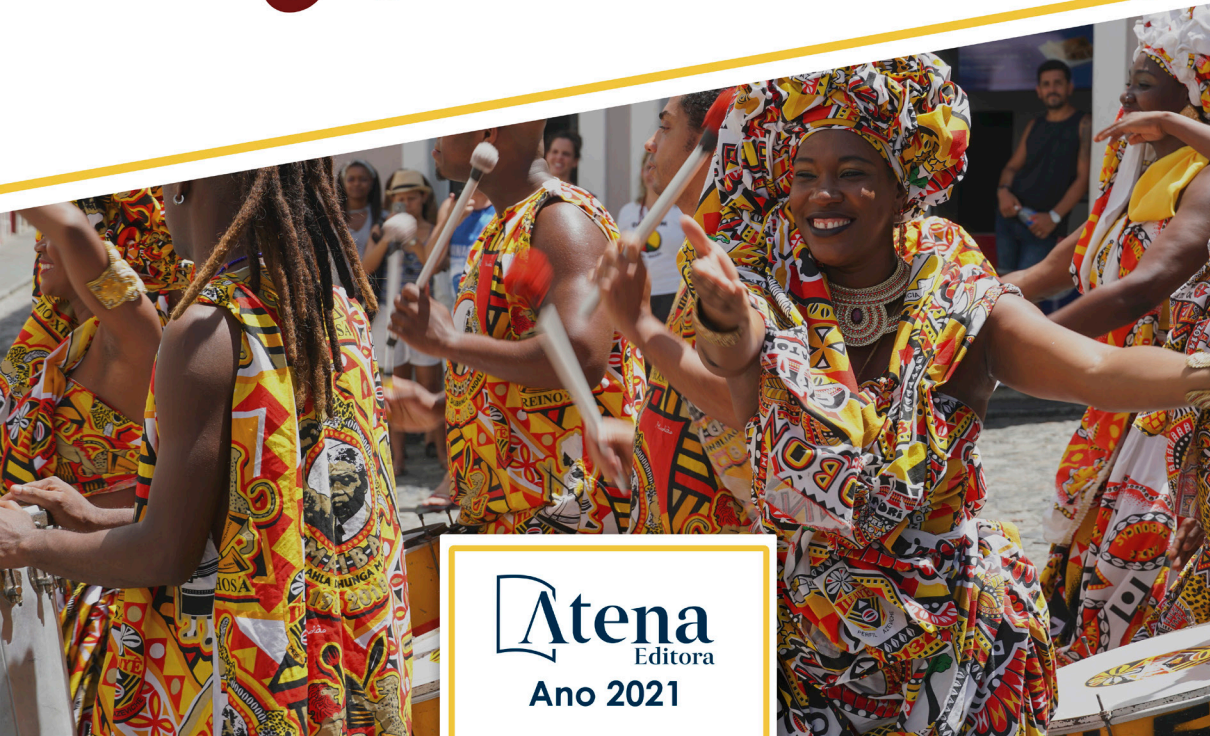
Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

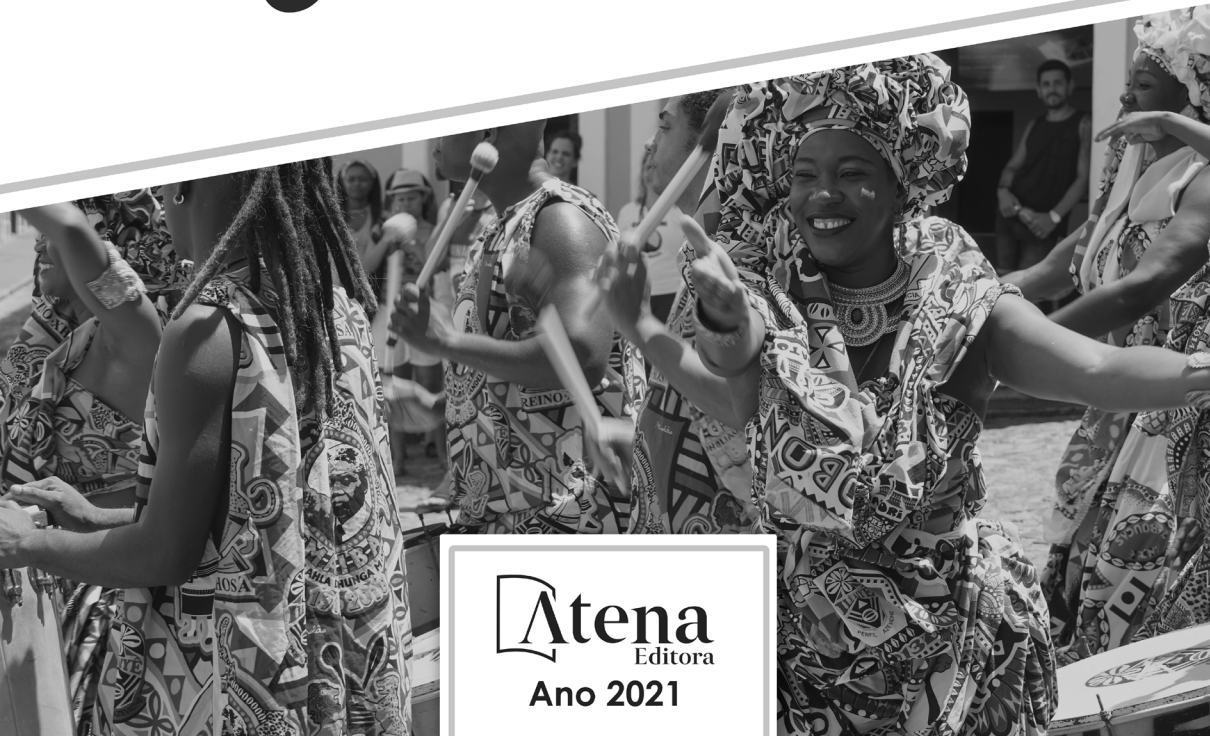
Memória, cultura e sociedade



Atena Editora
Ano 2021

Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

Memória, cultura e sociedade



Atena Editora
Ano 2021

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Atena Editora
Ano 2021

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª DrªFernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Atena Editora
Ano 2021

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Atena Editora
Ano 2021

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M533 Memória, cultura e sociedade / Organizadores Joaquim dos Santos, José Italo Bezerra Viana. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-134-0
DOI 10.22533/at.ed.340213105

1. Sociedade. 2. Cultura. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Viana, José Italo Bezerra (Organizador). III. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Atena Editora
Ano 2021

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma demonstração da fecunda e complexa experiência humana em diferentes tempos e espaços, vista aqui pelo prisma do tripé *Memória, Cultura e Sociedade*, novelo que dá título à obra. Numa perspectiva interdisciplinar, as atitudes narrativas constitutivas do seu corpo discursivo elucidam a cultura numa abordagem ampla, como um conjunto de relações humanas, em suas formas materiais e imateriais, o que desnuda a diversidade cultural presente nos temas dissertados.

Seguindo esse horizonte, são abordadas as relações entre indivíduo e sociedade, bem como entre mudanças e continuidades postas na paisagem social, cultural e histórica. A sociedade é apresentada como uma construção histórica numa simbiose de um todo conectado, no qual as pessoas vivem. Assim, modos e construção de relações, combinação de instituições, normas e formas de organização social integram esse novelo. Nesse direcionamento, a memória é apresentada como uma construção humana, individual e social, portanto, também histórica.

Ao longo dos vinte e seis capítulos que integram o livro, uma diversidade de temas e recortes são elencados, abordando as relações entre memória e identidade e colocando em cena seus processos de construção, afirmação e resistências. Nestes termos, a dimensão histórica da memória é apresentada e refletida nas cidades e em suas paisagens, bem como nas reflexões sobre espaços, natureza, trabalho, instituições, territorialização e culturas.

As linguagens a partir das quais as memórias, as culturas e sociedades são postas e problematizadas também ganham corpo, materialidade e densidade discursiva. Nesse sentido, as importantes reflexões a respeito de imagens, teatros, músicas, literatura e objetos são postas em relevo. Outrossim, ganha destaque o debate sobre cultura material mediante as historicidades e danações dos museus e de seus visitantes, revelando ainda as mediações entre a cultura material e os processos histórico-sociais.

O cenário político presente nas disputas por memórias, culturas, identidades e sociedades também não fica de fora. Desse modo, a perspectiva decolonial situa uma postura ética e política de enfrentamento das “colonizações” sobre corpos e ideias, demonstrando que é necessário descolonizar o pensamento e a vida social. Além de tudo isso, o ponto de intersecção entre ensino, pesquisa e extensão universitárias lança luz para processos formativos diversos e plurais nas quais as diversidades ganham materialidade e ressonâncias.

As histórias que este livro conta incluem a diversidade como marca essencial para que possamos nos (re)produzir como cultura humana. Simboliza as circunstâncias de constituição da sociedade através da preservação e transmissão da memória, dando sentido a formas distintas de saber, de aprender e de ensinar a respeito dos ritmos que produzem a cadência do baile da vida.

Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Rosali Henriques

DOI 10.22533/at.ed.3402131051

CAPÍTULO 2 12

ICONOLOGIA DE SÃO BENEDITO E O ATRIBUTO DA ABÓBORA: EDUCAÇÃO, ARTE E SINCRETISMO NA REGIÃO AURÍFERA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

Luiz Fernando Conde Sangenis

Ketley Flor Soares Bially

DOI 10.22533/at.ed.3402131052

CAPÍTULO 3 23

VERTICALIZAÇÃO À FRANCESA NO RIO DE JANEIRO: O CASO DO EDIFÍCIO TAMANDARÉ

Denise Vianna Nunes

Lívia Paiva Colonese

DOI 10.22533/at.ed.3402131053

CAPÍTULO 4 38

JARDIM CEARÁ: O PADRE MIGUEL COELHO DE SÁ BARRETO E A FESTA SOCIORRELIGIOSA DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Maria Jorge dos Santos Leite

Manoel Joaquim Leite Neto

DOI 10.22533/at.ed.3402131054

CAPÍTULO 5 50

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DO ÁLBUM ILLUSTRADO DE GOYANNA: 1921-2021

Angela Ninfa Mendes de Andrade Cabral

José Bartolomeu dos Santos Júnior

Eliton Leandro de Oliveira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3402131055

CAPÍTULO 6 63

O PASSADO DA IMPRENSA BRASILEIRA: O RESGATE DA MEMÓRIA DA REVISTA “INTERVALO” ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL

Talita Souza Magnolo

DOI 10.22533/at.ed.3402131056

CAPÍTULO 7 79

A MEMÓRIA DA CENA TEATRAL CARIOCA NA DÉCADA DE 1970

Ana Paula Dessupoio Chaves

Talita Souza Magnolo

DOI 10.22533/at.ed.3402131057

CAPÍTULO 8.....92

ESTÉTICA E METALINGUAGEM EM PASÁRGADA
Vítor Hugo da Silva
DOI 10.22533/at.ed.3402131058

CAPÍTULO 9.....103

DO "*STATUS*" AO *STRESS*: UMA ANÁLISE DO CONTO DE LÍLIA MOMPLÉ
Maria Aparecida Nascimento de Almeida
DOI 10.22533/at.ed.3402131059

CAPÍTULO 10.....117

O CONSUMO DE ***REGGAETON*** ANTES E DEPOIS DE ***DESPACITO*** PELOS BRASILEIROS
Danilo Espindola Catalano
DOI 10.22533/at.ed.34021310510

CAPÍTULO 11.....129

ENTRE A CASA E A RUA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O ÓCIO EM TEMPOS DE COVID-19
Rosana Eduardo da Silva Leal
DOI 10.22533/at.ed.34021310511

CAPÍTULO 12.....142

CALDAS NOVAS-GO: TRADIÇÃO E IDENTIDADE NA TRANSIÇÃO DO USO DAS ÁGUAS TERMAIS PARA CURA E SUA APROPRIAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS PARA O LAZER E ENTRETENIMENTO
Sheila Cristina Endres Palmerston
Hamilton Afonso de Oliveira
DOI 10.22533/at.ed.34021310512

CAPÍTULO 13.....155

A DEMOCRATIZAÇÃO DO MUSEU PARA O VISITANTE
Ana Fabiola Correia da Costa
DOI 10.22533/at.ed.34021310513

CAPÍTULO 14.....168

COLEÇÃO E MUSEALIDADE: O MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS/RS EM FOCO
José Paulo Siefert Brahm
Márcia Della Flora Cortes
Diego Lemos Ribeiro
Juliane Conceição Primon Serres
João Fernando Igansi Nunes
DOI 10.22533/at.ed.34021310514

CAPÍTULO 15.....182

CRECHES COMUNITÁRIAS DE UBERLÂNDIA: UMA MARCA DA MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO SÉCULO XX
Vinicius Silva
DOI 10.22533/at.ed.34021310515

CAPÍTULO 16.....191

MOVIMENTO DECOLONIAL, FORMAÇÃO DOCENTE E HUMANIDADES: TESSITURAS POSSÍVEIS

Katia Gonçalves Castor
Jalber Boa Camilo
Marcela Fraga Gonçalves Campos
Juliana Nunes Novaes

DOI 10.22533/at.ed.34021310516

CAPÍTULO 17.....206

RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOULA NO BAIRRO CAMPINHO EM BACURI-MA: TRAÇANDO UMA HITORIOGRAFIA

Verônica Maria de Moraes Alexandre Santana

DOI 10.22533/at.ed.34021310517

CAPÍTULO 18.....216

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS POR MEIO DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Álvaro Luiz da Silva Santos
Thalita Franciely de Melo Silva

DOI 10.22533/at.ed.34021310518

CAPÍTULO 19.....235

PAISAGEM CULTURAL E TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO: O CASO DA VILA CASONI, LONDRINA (PR)

Caroline Santos de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.34021310519

CAPÍTULO 20.....242

POPULAÇÃO IDOSA E INDÍGENA NO PROCESSO MODERNO: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

Aline Rocha Amaral
Raine Clavisso Pereira
Fábio Rodrigues da Costa

DOI 10.22533/at.ed.34021310520

CAPÍTULO 21.....250

ENTRE O RIO E A MATA: O ESPAÇO TERRITORIAL COMO REFERENTE IDENTITÁRIO E CULTURAL EM UM POVOADO DA AMAZÔNIA TOCANTINA SÍMBOLO DE PODER FEMININO

Mix de Leão Moia
Francisco Wagner Urbano

DOI 10.22533/at.ed.34021310521

CAPÍTULO 22.....258

FORMAÇÃO DOCENTE E SEXUALIDADE: AÇÃO EXTENSIONISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA SABERES INDISPENSÁVEIS PARA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Gislene Lisboa de Oliveira
Valéria Soares de Lima
Lilian Cristina dos Santos
Gabriel Soares Sena

DOI 10.22533/at.ed.34021310522

CAPÍTULO 23.....272

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA COM A POESIA

Gustavo Avelino da Silva
Ana Cristina Fernandes Pereira Wolff
Carina Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34021310523

CAPÍTULO 24.....281

A AMEAÇA DO ANIMALESCO ANTE A HUMANIDADE: UMA LEITURA DE CEM ANOS DE SOLIDÃO SOB A LUZ DA FILOSOFIA DE ADORNO E HORKHEIMER

Lorena Gonçalves Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.34021310524

CAPÍTULO 25.....286

NUTRIARTES: UM PROJETO DE EXTENSÃO

Ana Luiza Araujo Rocha
Luis Gustavo Alves Monteiro
Nathália Nascimento Fernandes Franco
Mellissa Yumi Ferreira Kawamoto
Pedro Eduardo Ochoa Michelon
Juliana Pulsena Cunha
Glaucia Carielo Lima

DOI 10.22533/at.ed.34021310525

CAPÍTULO 26.....292

OFICINA DE BERIMBAU: CULTURA E AFRICANIDADES

Jackson dos Reis Novais

DOI 10.22533/at.ed.34021310526

SOBRE OS ORGANIZADORES 296

ÍNDICE REMISSIVO.....297

CAPÍTULO 1

A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Data de aceite: 21/05/2021
Data da submissão: 03/05/2021

Rosali Henriques
Universidade Nova de Lisboa
Lisboa, Portugal
http://lattes.cnpq.br/4074261402535870
https://orcid.org/0000-0003-1688-0447

RESUMO: A palavra memória vem do latim *memoria* e significa a faculdade de reter, a capacidade de lembrar. No entanto, a memória pode ter uma série de significados em várias áreas do conhecimento, pois é um campo de estudos interdisciplinar. Neste trabalho interessa-nos debruçar sobre a memória sob o ponto de vista da sua construção social. Este trabalho tem como objetivo estudar os aspectos sociais da memória, a partir de autores que trabalharam o tema, mas destacando a contribuição de Lev Vigotski. Interessa-nos discutir como a memória é construída socialmente, a partir dos conceitos de mediação e de signo defendidos na perspectiva histórico-cultural. Em primeiro lugar gostaríamos de apontar os principais estudos sobre a memória no campo social. Num segundo momento iremos estabelecer uma discussão sobre a importância da lembrança e do esquecimento para os estudos da memória. Por último, iremos abordar os estudos desenvolvidos por Vigotski, principalmente, em relação à mediação ao propor uma nova forma de abordagem em relação à memória.

PALAVRAS - CHAVE: memória, perspectiva histórico-cultural, Vigostki

MEMORY AS SOCIAL CONSTRUCTION: A HISTORICAL-CULTURAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: The word memory comes from the Latin *memoria* and means the faculty of retaining, the ability to remember. However, memory can have a number of meanings in various areas of knowledge, as it is an interdisciplinary field of study. In this work we are interested in looking at memory from the point of view of its social construction. This work aims to study the social aspects of memory, from authors who worked on the theme, but highlighting Lev Vigotski's contribution. We are interested in discussing how memory is socially constructed, based on the concepts of mediation and sign defended in the historical-cultural perspective. First of all, we would like to point out the main studies on memory in the social field. In a second step, we will establish a discussion on the importance of remembering and forgetting for the study of memory. Finally, we will approach the studies developed by Vigotski, mainly, in relation to mediation when proposing a new form of approach in relation to memory.

KEYWORDS: memory studies, historical-cultural perspective, Vigostki.

1 | INTRODUÇÃO

"*A nossa grande tarefa está em conseguirmos-nos tornar mais humanos*"

José Saramago. **As palavras de Saramago**

Na mitologia grega, a memória era representada por uma deusa, *Mnemosine,* filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra) que, unida a *Zeus* gerou as nove musas, divindades responsáveis pela inspiração poética. Para os gregos a memória era a 'mãe' da poesia, mas também a musa da épica. Os gregos acreditavam que a memória e a imaginação vinham da mesma origem. A memória seria um dom a ser exercitado e, para isso, utilizavam técnicas para relembrar e para guardar o que lhes interessava.

Ao estudar a civilização grega, Vernant (1990) aponta que uma das funções da deusa *Mnemosýne* era presidir a função poética. E que, possuído pelas musas, o poeta se transformaria no intérprete dos desejos da deusa, relembrando o passado heroico. Ele é parte integrante do processo, pois conhece o passado, mas situa-se no tempo presente. Então qual seria a função da memória para os gregos, pois, segundo Vernant: "A memória não reconstrói o tempo: não o anula tampouco" (VERNANT, 1990, p 137)? A memória para os gregos, responde o autor, seria a ponte entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Para Vernant, no entanto, "a rememoração do passado tem como contrapartida necessária o 'esquecimento' do tempo presente" (VERNANT, 1990, p. 144). Vernant relata que no oráculo de Lebadeia havia duas fontes, *Léthe* (esquecimento) e *Mnemosýne* (memória), e que, nos ritos purificatórios, o consultante deveria em primeiro lugar beber da primeira fonte (*Léthe*) para esquecer a sua história e seu passado. E, ao beber da segunda fonte (*Mnemosýne*), ele guardaria o que havia vivido, não tudo o que viveu, mas extratos de sua vida. Desse modo, as lembranças não estariam prontas em nossa memória, mas fariam parte do processamento de rememoração.

Aristóteles (apud YATES, 2007), em sua obra *De memoria et reminiscenti*a, faz uma distinção clara entre memória e reminiscência (lembrança). Ele aponta que a lembrança seria a recuperação do conhecimento ou da sensação vivida, enquanto a memória é o processo de recuperação dessas sensações. A memória é sacralizada (VERNANT, 1990. DETIENNE, 1988) e "através de sua memória o poeta tem acesso direto, mediante uma visão pessoal, aos acontecimentos que evoca; tem o privilégio de entrar em contato com o outro mundo" (DETIENNE 1988, p. 17).

Assim, tal como nos aponta Vernant (1990), ao estudar a mitologia grega, a memória precisa do esquecimento para a sua existência, pois lembrar e esquecer são suas funções primordiais. Sem lembrança não há memória, e sem esquecimento também não. Em eventos traumáticos, tal como o Holocausto, por exemplo, o desejo de deixar registrados os fatos tais como eles aconteceram faz parte do processo de tentar esquecer o que se

passou e evitar que se repitam. Nesse sentido, Levi (2004), em sua obra autobiográfica *Os afogados e os sobreviventes*, alerta para o desejo do esquecimento de muitos dos sobreviventes dos campos de concentração nazista, no que ele denomina de "memória da ofensa". No entanto, ele afirma que essa memória está sempre ancorada no contexto dos fatos e não é cópia fiel dos mesmos, pois a memória não é a reprodução exata dos acontecimentos. Um dos riscos ao analisar as memórias de determinado autor é esperar que os fatos por ele narrados sejam cópia fiel dos acontecimentos. Quando estudamos as memórias de uma determinada pessoa, seja através de gravações de depoimentos orais, ou mesmo em obras biográficas, não podemos deixar de levar em conta o fato de que a memória não é uma fotografia precisa dos fatos, mas as sensações que restaram dos fatos vividos. Não se trata de reproduzir os fatos, tarefa praticamente impossível, mas lembrar do que se passou. E isso é a memória. Ela é seletiva e, portanto, como Levi mesmo afirma, falaz.

2 | ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL

"*O homem é simultaneamente indivíduo zoológico e criador da memória social"*

Leroi-Gourham, André. **O gesto e a palavra**

As mudanças no conceito de memória foram fundamentais para a evolução das ciências humanas. Filósofo francês, Henri Bergson acreditava numa memória pura, inalterável, que se contrapunha à lembrança. Para Bergson (1999) há dois tipos de memória: a **memória hábito**, aprendizado obtido à custa da repetição e necessário para a vida em sociedade, e a **memória pura**, feita de lembranças de caráter não-mecânico. Para ele, o passado permanece inteiramente dentro da nossa memória. Em seus estudos, Bergson faz uma abordagem psicológica da memória. Na visão do autor, a memória não é apenas rememoração, pois "A memória... não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. (…) a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente" (Bergson, 2006, p. 47).

Bergson está interessado nos aspectos psíquicos da memória, mas também em sua configuração física. Em sua obra, ele estuda o papel do corpo, principalmente do cérebro, nos processos da memória, pois "…o cérebro não deve ser outra coisa senão uma espécie de central telefônica: seu papel é "dar linha" ou fazer com que seja aguardada" (2006, p.79). Para ele, o papel do corpo não é armazenar lembranças, mas trazê-las para o consciente.

Paul Connerton (1993) retoma o conceito de Bergson, mas distinguindo três tipos de memória: a pessoal, a cognitiva e memória-hábito (aprendizado). A **memória pessoal** é aquela em que fazemos descrições de nós próprios com base na nossa própria experiência,

a **memória cognitiva** é aquela que diz respeito ao que ouvimos falar, uma vivência de outros e por fim, a **memória-hábito** que é o aprendizado e a capacidade de reproduzirmos determinada ação que aprendemos.

Maurizio Lazzarato (2002) em seus estudos sobre a obra de Gabriel Tarde aponta semelhanças entre este autor e Henri Bergson. Para Bergson a diferença é o tempo. O pensamento dos dois autores é convergente também no conceito de virtual, numa concepção não idealista e antidialética do espírito. Para eles, o virtual é a diferença, o tempo ou o sentir que constitui a parte inrrefutável e incorporável da ação (do corpo). Para Lazzarato a contribuição desses dois autores reside precisamente no conceito do virtual e da lembrança que converge numa teoria sobre a memória. Segundo estes dois autores, a memória ao mesmo tempo que produz, conserva e acumula a diferença (ou o tempo).

Em contraponto ao posicionamento de Bergson, Maurice Halbwachs (1990) defende uma memória coletiva e social. Baseado nos estudos de Durkheim, Halbwachs debruça-se sobre os aspectos sociais da memória. Em sua obra *Les Cadres sociaux de la mémoire* e posteriormente em *Mémoire collective*, Halbwachs defende que a memória reforça a coesão social do grupo. Segundo Halbwachs (1994), a memória individual é social porque ela é intelectual e porque os instrumentos que ela utiliza são os da inteligência. A nossa memória é também de origem social porque todas as lembranças estão em relação com o conjunto de noções que o grupo tem. Além disso, a memória nos faz compreender as circunstâncias das lembranças e ela traz junto de si parte da memória coletiva.

Para Halbwachs (1994), a rememoração é uma reflexão e é essa medida que confere o caráter social à nossa memória. A memória coletiva é o trabalho de um grupo social que articula suas lembranças em quadros sociais comuns, compartilhadas por todo o grupo. A memória coletiva passa por um constante processo de reconstrução e de busca de significados e, por isso, ele separa o social (que pertence à sociedade) do coletivo (que pertence a um grupo). Nesse aspecto também Halbwachs se opõe a Bergson, pois para Bergson a memória social, prática e racional é uma memória de imagens, isoladas da nossa consciência individual. Mas tanto Halbwachs quanto Bergson rejeitam os aspectos meramente físicos da memória.

Halbwachs (1990) distingue a memória autobiográfica da memória histórica. A primeira seria a memória pessoal e a segunda a memória coletiva. A primeira seria interior e a segunda exterior. Todos os indivíduos participariam dessas duas espécies de memórias. “A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira.” (Halbwachs, 1990, p. 55).

Para Maurice Halbwachs é na história vivida que se apoia a nossa memória. A história não é só uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas, “mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros (…)”(1990, p. 60). Ao lado de uma história escrita, acrescenta ele, há uma história viva que se perpetua através da memória

dos grupos. Para Halbwachs (1990, p. 80), a história seria uma "(…) compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens". Nesse caso, a história não é todo o passado, mas basicamente o que resta do passado.

Em relação às críticas aos dois autores, destacamos os autores Andreas Huyssen e Maurizio Lazzarato. Para Andreas Huyssen as abordagens sociológicas da memória coletiva de Halbwachs "…não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento." (Huyssen, 2000, p. 19). Em suas críticas ao trabalho de Halbwachs fica clara a dificuldade de enquadrar a memória nos quadros propostos por ele. Ao comparar os dois autores – Bergson e Halbwachs - Maurizio Lazzarato (2002) aponta quatro diferenças entre eles: a primeira delas é a filosofia de ação; a segunda, o papel do corpo (que em Bergson não está desassociado da memória corporal); a terceira é o novo conceito de imagem que não se opõe ao real no caso de Bersgon e, por último, o autor afirma que as duas teorias não podem ser comparadas porque estão em planos diferentes. No entendimento de Lazzarato, Gabriel Tarde e Henri Bergson não negam o papel das instituições nos dispositivos sociais da memória, que Halbwachs apresenta na obra *Os Quadros Sociais da Memória*, mas lembra que os quadros sociais conservam a memória **no tempo**. Segundo Lazzarato, Halbwachs via a memória como hábitos dos indivíduos e costumes da sociedade. Mas a estabilidade dos hábitos ou dos costumes é paradoxal. A explicação seria muito simples para o processo.

Todos estes autores trabalharam sob a ótica dos aspectos sociais da memória. No entanto, nenhum deles se apoiou nos escritos de Lev Vigotski, provavelmente por não conhecê-los, uma vez que ele foi tardiamente descoberto pelos círculos científicos ocidentais. No entanto, o que gostaríamos de propor nesse estudo é uma correlação entre os estudos efetuados por estes autores em contraponto às teorias de Vigotski, dentro da perspectiva histórico-cultural.

3 I PENSAMENTO, PALAVRA E MEDIAÇÃO

"A palavra não é outra coisa senão um objeto ao lado de outro objeto"

Lev Vigostki. **A construção do pensamento e da Linguagem**

Influenciado pelo materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, Lev Vigotski[1] juntamente com um grupo de estudos na Universidade de Moscou iniciou uma teoria conhecida como abordagem histórico-cultural, sócio-cultural, sócio-histórica, sociointeracionista ou teoria da atividade. Sua obra foi tardiamente descoberta pelo mundo ocidental, mas trouxe contribuições fundamentais para o entendimento das questões do desenvolvimento, principalmente no processo de ensino aprendizagem.

1 Lev Semenovitch Vigotski nasceu em Orsha, na Rússia em 1896 e faleceu em Moscou em 1934. Influenciado pela obra de Karl Marx, foi fundador da escola soviética de psicologia histórico-cultural. Existem várias grafias aceitas para o nome del, neste trabalho iremos utilizar sempre Vigotski.

O grupo de estudos de Vigotski, influenciado também pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin, elaborou inúmeras experiências com crianças para estudar a evolução do desenvolvimento do homem. Embora com formação na área do Direito, Literatura e História, Vigotski foi, ao longo de sua vida, se interessando cada vez mais pelos aspectos psicológicos do desenvolvimento do homem. Uma de suas preocupações foi em relação à investigação sobre as funções psíquicas superiores, características exclusivas dos seres humanos.

Para Vigotski (2000) pensamento e palavra não são ligados entre si por um vínculo primário. Este vínculo surgiria a partir do próprio desenvolvimento dos dois. Mas ele alerta que não é o nome da palavra, mas o seu significado é que dá força ao pensamento, pois "A palavra desprovida de significado não é uma palavra, é um som vazio" (VIGOTSKI, 2000, p.398). E o significado nada mais é do que uma generalização ou conceito. E esses significados se desenvolvem, ou seja, uma palavra pode ter seu significado modificado ao longo de sua existência. E essa mudança tem motivações culturais e sociais. Assim, o vínculo entre a palavra e o significado não é meramente associativo, mas estrutural. Vigotski faz um apanhado crítico sobre as principais correntes do pensamento ao discordar de seus pressupostos. Para ele, a relação entre pensamento e palavra é um processo, pois "o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza" (Vigotski, 2000, p. 409). Nesse sentido, ele afirma que o pensamento e a linguagem são a chave da compreensão da natureza humana. A palavra tem papel central na consciência e na nossa memória. E, sem memória e sem consciência não seríamos humanos.

Um dos conceitos-chave na abordagem histórico-cultural é o da mediação. Na concepção de Vigotski, os homens não têm acesso direto aos objetos do conhecimento, eles são mediados por outras pessoas, pelos instrumentos simbólicos e pelos objetos. Para Vigotski, a mediação é sempre feita através na relação entre sujeito, objeto e artefato. Ao se debruçar sobre as ideias de Vigotski, Harry Daniels (2003) aponta a importância das ferramentas materiais e psicológicas para o processo de conhecimento.

É através da mediação que o desenvolvimento das funções mentais superiores transforma a criança. Podemos afirmar que a grande diferença entre a perspectiva histórico-cultural de outras perspectivas psicológicas como a comportamental ou behaviorista é justamente na relação do sujeito com o meio. A mediação é o elo que une os elos. O sujeito é afetado pelo meio, mas é preciso a ação dele sobre os fatores socio-culturais, pois o indivíduo também age sobre os fatores sociais.

Para Vigotski (2000), as ferramentas psicológicas são como dispositivos para dominar processos mentais. A diferença entre os instrumentos técnicos e os instrumentos psicólogicos é a ação: o primeiro age externamente sobre o objeto. Ele pode trazer transformação no objeto e no sujeito. O instrumento psicológico age internamente no sujeito e causa transformação no sujeito. O instrumento técnico transforma externamente o objeto e o homem na sua ação, enquanto o instrumento psicológico transforma internamente o

sujeito e o sujeito transforma o objeto. E a transformação dos instrumentos transforma o homem. É uma relação dialética pois, os instrumentos afetam a natureza e as pessoas e as pessoas transformam os instrumentos.

Duas coisas são cruciais no uso das ferramentas: o indivíduo enquanto agente ativo no desenvolvimento e os efeitos contextuais desse uso. Vigotski (2000) afirma que os humanos dominam a si mesmos por sistemas culturais e simbólicos e não são subjugados por eles. As ferramentas psicológicas podem ser usadas pra dirigir a mente e o comportamento, já as ferramentas técnicas são usadas para modificar os objetos. Para Vigotski, as maneiras como as ferramentas e os signos são usados variam em função do contexto e do desenvolvimento infantil. As ferramentas psicológicas, assim como as materiais, são produtos da atividade humana.

Segundo Angel Pino (1991) é o elo epistemológico, um conceito-chave que funciona como operador na articulação de um sistema teórico. A mediação semiótica permite explicar a internalização e objetivação, as relações entre pensamento e linguagem ou a interação entre sujeito e objeto do conhecimento. A corrente sócio-histórica a qual Vigotski faz parte considera o psiquismo humano, ao contrário de outras correntes, uma construção social. Ela é social porque é resultado de apropriação cultural por parte dos indivíduos. Essa apropriação se dá através da interiorização das funções psiquícas ao longo da vida. E a interiorização é a articulação das atividades sociais dos indivíduos.

Segundo Vigotski (*apud* Pino, 1991), o desenvolvimento psíquico é o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos para integrá-los na rede de relações sociais. A ideia de mediação está estreitamente ligada aos pressupostos filosóficos de Marx, pois o conceito de instrumento de trabalho para realizar uma atividade produtiva, presente na obra de Marx, está presente na obra de Vigotski. É a capacidade de construir instrumentos que diferem os homens dos animais e não o seu uso.

A questão da mediação de Vigotski está baseada no conceito de Marx, presente na sexta tese de Feuerbach, onde “são as relações sociais interiorizadas”. Para Angel Pino (1991), o desenvolvimento psiquico é o resultado da ação da sociedade entre os indivíduos para integrá-los na complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social.

A função instrumental é central na obra de Vigotski. Ela é mediada externamente, envolve os meios externos. São dois tipos de mediadores: os instrumentos que regulam as ações dos objetos e os signos orientados para regular as ações sobre o psiquismo das pessoas. A fala é tão importante porque é através dela que a criança incorpora os significados. Em seguida iremos ver como a os signos e as ferramentas podem afetar a memória.

4 | A MEMÓRIA EM VIGOTSKI

"A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social."

Andreas Huyssen. **Seduzidos pela memória**

Ao estudar a natureza psicológica da memória, Lev Vigotski (2003) nos aponta que a velha psicologia diferenciava dois tipos de memória, a memória mecânica e a memória lógica ou associativa. A memória mecânica era entendida como a capacidade do organismo de conservar e repetir as ações. Ao contrário, a memória lógica ou associativa trabalha com os vínculos e reflexos condicionados. Vigotski (2003) afirma que a memória não é algo homogêneo, mas que trata-se de algo bem complexo, sendo que a antiga psicologia apontava quatro componentes da memória: a fixação, a reprodução, o reconhecimento e por fim, a localização. A memória possui uma tipologia específica: memória visual, memória auditiva e motora e, por fim a memória cinética.

Vigotski (2003) aponta que o aspecto emocional da memória é muito importante, pois trata-se de uma das formas de comportamento. Ao quebrar com uma perspectiva dualista em relação à memória, Vigotski (2003) afirma que a memória não é um armazém ou depósito onde as lembranças são armazenadas, é um processo criativo de reações e sensações. Nesta obra, ele também descreve a função da imaginação no processo da memória. A função da imaginação seria organizar as formas de comportamento, enquanto a função da memória é organizar a experiência do que já passou.

Em sua obra *A Formação Social da Mente* Vigotski (2007) estuda as origens sociais da memória indireta, ou mediada. Ele aponta dois tipos de memória: a *memória natural*, que é mais comum nos povos iletrados que retêm a memória através de processos mnemônicos e a *memória mediada*, que é aquela memória desenvolvida a partir das funções mentais superiores e que opera através dos mecanismos sociais. Ao estudar experiências realizadas com crianças de várias faixas etárias por seu colega da Universidade de Moscou, Leontiev, Vigotski aponta que a memória das crianças mais velhas é diferente das crianças mais jovens, pois ela assume um papel diferente na atividade cognitiva. Ele relaciona o ato de pensar ao desenvolvimento da memória nas crianças. Em seus experimentos notou que lembrar significa pensar para crianças enquanto para os adolescentes, lembrar significa pensar. Ele conclui dizendo que "a verdadeira essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos" (Vigotski, 2007, p. 50).

Em obra publicada em 1930, juntamente com seu companheiro de estudos Alexandr Luria, Vigotski (1996) dialogando principalmente com Engels, trabalha as questões da memória na transformação do macaco em homem. Eles examinam as transformações processadas, no decorrer do desenvolvimento cultural, na memória, nas relações entre

pensamento e linguagem, na escrita e nas operações matemáticas. Para Vigotksi e Luria, o desenvolvimento dos seres humanos foi também o desenvolvimento da capacidade de memorização dos processos de trabalhos e na criação de ferramentas**:** "O desenvolvimento histórico da memória começa a partir do momento em que o homem, pela primeira vez, deixa de utilizar a memória como força natural e passa a dominá-la." (Vigotski; Luria 1996, p. 114). Dominar a memória significa dominar os processos de lembrança e esquecimento. Através de seu próprio corpo e de instrumentos, o homem passa a contar e registrar mentalmente as informações que lhe interessava guardar. É nessa transformação do objeto da natureza em instrumento de lembrança que o homem domina a natureza e a memória.

> Esse domínio, como se dá com o domínio de qualquer força natural ou elementar, só significa que, em certa medida, o desenvolvimento do homem acumula – no caso em questão – experiência psicológica e conhecimento adequado das leis, por meio das quais a memória opera e começa a incorporar essas leis. (Vigotski; Luria, 1996, p. 114).

A transformação do objeto em instrumento de memória demonstra que o objeto passou a comportar funções sociais, pois passa a ter outras funções que não somente utilitárias, mas simbólicas. Os instrumentos e os signos criados pelo homem são também transformados em símbolos culturais. Vigotski aponta também que a memória se torna cada vez mais lógica, organizando-se por conceitos. Dessa forma, ocorre uma mudança na estrutura da memória, que passa de *mneme* (elementar) para *mnemotécnica* (superior), de uma estrutura imediata para uma mediata. Ele afirma que não é somente com o desenvolvimento que a estrutura da memória se modifica, mas também a função psicológica dela. Para Vigotski (*apud* Freitas, 1998), sem as referências essenciais aos conceitos de sociedade, comunidade e cultura a memória, constituída pela mediação semiótica, não seria inteligível.

A memória na perspectiva histórico-cultural é uma construção social, pois é na constituição coletiva do conhecimento que os seres humanos se transformam. A elaboração da memória é uma das diferenças entre os seres humanos e os animais. E, para Vigotski a construção coletiva do conhecimento se dá junto com os outros e pelos outros, na relação de mediação entre os seres humanos. O papel dos instrumentos e dos signos, principalmente da fala, na constituição da memória é extremamente importante. Pois é a partir do uso da memória é que nos estabelecemos como seres humanos. Se pensamos, agimos e se agimos seremos portadores de memória, assim parafraseando Descartes podemos dizer: "penso, logo, tenho memória".

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades necessitam do esquecimento tanto quanto da lembrança, pois o esquecimento é necessário para a nossa própria sobrevivência. Nesse sentido, podemos

fazer referência a obra de Borges, “Funes, o memorioso”, que, ao lembrar de todos os detalhes de todos os dias em que vive, acaba por viver apenas para lembrar e não lembrar para viver. Da mesma forma que a lembrança constante é um perigo para a memória, o esquecimento excessivo prejudica as nossas funções sociais. É no equilíbrio entre lembrança e esquecimento que reside a memória. Mas, segundo Ricoeur (2007), de certa maneira podemos falar em distorção da memória quando falamos em esquecimento. Baseando-se na obra *Matéria e Memória* de Bergson, Ricoeur retoma a discussão sobre a problemática do esquecimento e dos rastros no processo de desencadeamento da memória. Para Ricoeur (2007, p. 448), “não é mais o esquecimento que a materialidade põe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso”. Em seu entendimento, o esquecimento não se apoia na materialidade, ou seja, no apagamento desses rastros. Ao fazer um esboço fenomenológico da memória, o autor faz uma distinção entre memória e lembrança. Para ele, a memória encontra-se sempre no singular, nas manifestações do nosso cérebro e espírito, e as lembranças estão no plural, pois participam do processo desencadeador da memória. Como equilibrar para que as sociedades possam manter uma coesão da memória social?

A memória é uma construção social porque é somente aos seres humanos é dada a capacidade de lembrar e esquecer. Através das funções mentais superiores, os seres humanos têm a capacidade de pensar, agir, mediar e sofrer mediação pelos instrumentos e por outrem. É na articulação entre a memória individual e a memória coletiva que a humanidade consegue progredir. Não devemos esquecer que a memória não é isolada, livre de intervenções ou reações. Da mesma forma que na memória individual habitam a lembrança e o esquecimento, também na memória coletiva, as sociedades sofrem a ação desses dois movimentos. A memória social é só é social porque é uma memória articulada dos grupos sociais, nesse sentido aponta James Fentress e Chris Wickham (1994, p. 65): “Uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiro articulada. A memória social é, portanto, memória articulada.”

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **Memória e Vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural**. Ijuí: Unijuí, 2000.

CONNERTON, Paul - **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1993.

DANIELS, Harry. **Vygotsky & e a Pedagogia**. São Paulo: Loyola, 2003.

DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1994.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A memória como um fenômeno social*. In: **Narrativas de professores: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994. (Bibliothèque de "L´Évolution de l´Humanité", 8).

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAZZARATO, Maurizio. **Puissances de l´invention: la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l´économie politique**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2002.

LEROI-GOURHAM, André. **O gesto e a palavra**. Vol 2. memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PINO, Angel. "O conceito de mediação semiótica em Vigotski e seu papel na explicação do psiquismo humano". **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 24, pp. 32-43, mar. 1991

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SARAMAGO, José. Entrevista A Capital, Lisboa, 1995. In: AGUILLERA, Fernando Gómez (org). **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Psicologia pedagógica**: edição comentada. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semionovich; LURIA, Alexandr Romanovich. **Estudos da história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

YATES, Frances A. **A Arte da Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CAPÍTULO 2

ICONOLOGIA DE SÃO BENEDITO E O ATRIBUTO DA ABÓBORA: EDUCAÇÃO, ARTE E SINCRETISMO NA REGIÃO AURÍFERA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

Data de aceite: 21/05/2021

Luiz Fernando Conde Sangenis
FFP/UERJ

Ketley Flor Soares Bially
FFP/UERJ

> O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas. (BURKE, 2004, p.12).

RESUMO: Uma das devoções religiosas mais populares entre os negros – escravizados e forros – foi o culto a São Benedito. Sua festa católica, organizada pelas inúmeras irmandades do santo ou associadas a Nossa Senhora do Rosário, espalhadas pelo Brasil rendia homenagens aos ancestrais africanos, evidenciando o caráter sincrético dessas manifestações. O atributo da abóbora, encontrado em três imagens do santo, numa mesma região aurífera de Minas Gerais (Tiradentes, Serro e São João del Rei) é uma elaboração artística que resulta de evidente sincretismo do catolicismo popular sob a influência de elementos simbólicos e mágicos das religiões de matrizes culturais africanas. A particularidade dessas imagens ganha relevância porque destoam do próprio padrão usual da arte sacra mineira, tão profusa nas suas representações. Conexões entre aspectos da biografia de São Benedito e o mito yorubano de Odú Obará foram analisadas a partir de diversas narrativas. O símbolo da abóbora é a chave conectiva entre o hagiológio católico e a mitologia africana sobre a qual se firma a cultura religiosa afro-brasileira.
PALAVRAS - CHAVE: São Benedito; Pedagogia da imagem; catolicismo popular brasileiro; Odú Obará.

ABSTRACT: One of the most popular religious devotions among blacks - enslaved and forro - was the cult of São Benedito. His Catholic feast, organized by the countless brotherhoods of the saint or associated with Nossa Senhora do Rosário, scattered throughout Brazil paid tribute to African ancestors, highlighting the syncretic character of these manifestations. The pumpkin attribute, found in three images of the saint, in the same gold region of Minas Gerais (Tiradentes, Serro and São João del Rei) is an artistic elaboration that results from the evident syncretism of popular Catholicism under the influence of symbolic and magical elements of religions from African cultural backgrounds. The particularity of these images gains relevance because they differ from the usual standard of

sacred Minas Gerais art, so profuse in its representations. Connections between aspects of São Benedito's biography and the Yoruban myth of Odú Obará were analyzed from several narratives. The pumpkin symbol is the connecting key between the catholic watch and the African mythology on which the Afro-Brazilian religious culture is established.
KEYWORDS: St. Benedict; Image pedagogy; Brazilian popular Catholicism; Odú Obará.

INTRODUÇÃO

O ato de conhecer produz prazer. Não há novidade entre a aproximação etimológica entre as palavras saber e sabor que se originam dos vocábulos latinos *sapere* e *sapore*. "Ora, compreender também é um prazer. É por isso que uma das funções primordiais da imagem é a *função pedagógica*", dirá Joly (2007). A arte, em especial a arte sacra, tem a intencionalidade de produzir a afetação dos sentidos e de modificar os estados da alma ou os sentidos espirituais (LE BRETON, 2016, p.17). A arte barroca foi pródiga em criar imagens com a função pedagógica. Trata-se de uma sintaxe sem a representação estritamente escrita. "Uma imagem vale por mil palavras", assentirá Le Breton (2016, p. 51). A textualidade do ícone e da imagem é universal. O texto imagético pode ser decodificado por todos, independentemente do nível de domínio do código da linguagem escrita ou de escolaridade do sujeito.

No período colonial brasileiro, os condicionantes culturais vigentes são, em larga medida, antiliterários. A marca mais forte da sociedade colonial é desenhada por uma população majoritariamente desescolarizada, iletrada e, portanto, não leitora do texto escrito. "O domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular. O cotidiano colonial popular se organizou e se reproduziu sob o limiar da escrita" (BOSI, 2009, p.2). A arte barroca e as imagens produzidas pelo catolicismo ampliaram as possibilidades leitoras dos que viviam apartados da cultura ilustrada, assentada nos livros e nos códigos literários clássicos de domínio exclusivo da elite colonial, e cuja principal referência é subsidiária da cultura metropolitana.

A prodigalidade estética da arte barroca, movida pela inspiração religiosa, mais que prestar um tributo a Deus por sua própria glória, pretendeu servir ao colonizador de meio eficaz de aculturação. O intento era conduzir as gentes nativas e aquelas aqui chegadas em direção à apreciação das virtudes abstratas cristãs, buscando atraí-las, antes pelos sentidos materiais, especialmente através da beleza das formas. No entanto, a arte sacra popular se serviu dos mesmos instrumentos para imprimir uma aculturação às avessas, transformando a cultura do colonizador, ao amalgamá-la com elementos da cultura indígena e africana, num processo de sincretização do catolicismo na sua expressão popular.

Enfatizaremos a representação católica de São Benedito na região aurífera de Minas Gerais, especificamente, as expressões da arte popular que materializam elementos sincréticos nas representações imagéticas do santo católico. Em várias igrejas, encontraremos esculturas adornadas com o atributo da abóbora, elemento que compõe a

mítica das religiões afro-brasileiras.

SÃO BENEDITO E SUA INSERÇÃO NO CATOLICISMO POPULAR LUSO-BRASILEIRO

O catolicismo popular brasileiro, composto no decurso dos séculos, é potente expressão do sincretismo que caracteriza a nossa cultura. A herança católica lusitana que, paulatinamente, foi desembarcando no Brasil, já em sua origem, possuía importantes componentes devocionais e populares sincréticos, distintos do catolicismo hierárquico romano. José Ramos Tinhorão desvelou a influência africana no catolicismo popular lusitano, apesar da "almejada amnésia coletiva em torno da presença de negros na vida popular, em geral, e de Lisboa, em particular" (TINHORÃO, 2012, p. 2). Desde a primeira década do século XVI, avulta a presença física de africanos levados a Portugal como escravos, e inseridos na sociedade lisboeta na qualidade de membros da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (TINHORÃO, 1977)[1]. O sincretismo, portanto, antes de ser um fenômeno cultural e social brasileiro, se trata de uma característica das gentes ibéricas e lusitanas, acostumadas a conviver em um mundo compartido por cristãos, mouros, judeus e, mais tardiamente, por negros.

O catolicismo popular brasileiro produziu particular devoção aos santos, de modo a combinar elementos do catolicismo popular lusitano com as tradições de matrizes africanas. "Temos assim uma das caraterísticas fundamentais da religiosidade popular brasileira: o paralelismo sincrético, ou seja, para cada santo da devoção católica, há um correspondente nos orixás" (PEREIRA, 2004, p. 21).

Uma das devoções mais populares entre os negros – escravizados e forros – foi o culto a São Benedito. Sua festa católica, organizada pelas inúmeras irmandades do santo espalhadas pelo Brasil ou associada a Nossa Senhora do Rosário, rendia também homenagens aos ancestrais africanos. A hagiografia do santo negro coincide com as qualidades de Omulu/Obaluaiê. São Benedito é o padroeiro dos negros e dos que exercem atividades na cozinha, enquanto Omulu/Obaluaiê são tidos como orixás dos fracos e perseguidos. Santo católico e orixás africanos são, portanto, protetores dos oprimidos e humilhados (PEREIRA, 2004).

São Benedito é igualmente associado ao orixá Ossaim ou ao inquice Lingongo, nome com que o santo negro foi reconhecido no Rio de Janeiro pelos negros de origem banta, além de desempenhar um papel fundamental nos centros de umbanda modernos, chefiando a legião de pretos-velhos (SANGENIS, 2019). Verificamos ainda uma possível associação entre São Benedito e Odú Òbàrà, em diversas regiões de Minas Gerais, em especial, nas cidades mineiras de Tiradentes, São João Del Rei e Serro.

1 A partir da segunda metade do século XVI, são eretas, no interior de Portugal, inúmeras irmandades dedicadas ao Rosário de Nossa Senhora exclusivas de negros escravizados e libertos. Sobre o tema, são referências os trabalhos de BRÁSIO (1944) e LAHON (1999 A e B).

As festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito são celebradas em comunidades afro-brasileiras em todo o Brasil, e em vários estados, desde os tempos coloniais. Congregavam negros bantos pertencentes às irmandades de Nossa Senhora do Rosário (KIDDY, 2019). Na atualidade, na maioria das cidades, os centros de festejos são as igrejas ou as capelas dedicadas ao santo. As congadas e os cortejos estão tradicionalmente associados às festas. Em homenagem aos santos, são dançadas danças como o jongo (RJ e SP), o batuque de umbigada (SP) e o tambor-de-crioula (MA). As festas mais conhecidas são as de São Benedito, em Aparecida do Norte (SP), e a do Rosário, no Serro (MG), não obstante serem organizadas em tantas outras cidades brasileiras. O levantamento do mastro ou pau de São Benedito com a bandeira do padroeiro, a missa conga, a procissão e a coroação dos reis da congada são momentos de destaque dessas festas.

O CULTO A SÃO BENEDITO E SUA ICONOGRAFIA

O culto a São Benedito foi introduzido no Brasil a partir da primeira metade do século XVII. Pode ser proveniente tanto de Portugal, quanto da África. Segundo Frei Apolinário da Conceição (1744, p. 263), "no ano de 1609, já se tinha instituído no Mosteiro de S. Anna da Cidade de Lisboa uma Irmandade de S. Benedito", informação que provavelmente foi colhida pelo frade franciscanos do livro de Baião (1726, p. 32-33) que, por primeiro, se dedicou a biografar o santo negro. Praticamente, todos os conventos franciscanos de diversas províncias portuguesas tinham altares com a imagem de São Benedito, tal a popularidade que adquiriu entre os lusos (CONCEIÇÃO, 1744, p. 262-4). Na África, como antes o fizeram na Europa, os dominicanos foram os responsáveis por introduzir a devoção a Nossa Senhora do Rosário, antes mesmo do início do comércio de escravos com a América portuguesa. Com a popularização da devoção ao Rosário de Nossa Senhora, a piedade originária da espiritualidade dominicana, passa também a ser difundida por outras ordens religiosas. Karasch (2010, p. 258), além dos dominicanos, cita apenas os jesuítas:

> Ambos, Dominicanos e Jesuítas, difundiram a devoção e as irmandades entre os africanos. A primeira irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário na África foi criada na ilha de São Tomé em 1526; em 1577 já havia outra em Sena, Moçambique, e em 1620, uma em São Salvador, a capital do reino do Congo.

Os franciscanos, como os jesuítas, difundiram, na África, e em outras partes, o culto a Nossa Senhora do Rosário que, no entanto, foi associado à veneração de São Benedito. É perfeitamente possível, portanto, que o culto a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito tenha chegado ao Brasil com os próprios negros trazidos à força do continente africano (MELLO E SOUZA, 2002).

Hoornaert (1991, p. 87) fala do início da devoção a São Benedito, em 1639, na Bahia e de onde teria se espalhado para outras partes do Brasil. Todavia, Frei Apolinário da

Conceição narra acontecimentos anteriores, ao afirmar que, no Rio de Janeiro, na Igreja do Rosário, havia capela dedicada a São Benedito "a qual já no ano de 1612, havia chegado seu engraçado nome, e apelidaram Santo" (CONCEIÇÃO, 1744, p. 268).

Segundo Frei Jaboatão (1758, pp. 92-4), outro cronista da ordem franciscana, na Bahia, o culto a São Benedito é anterior ao ano de 1623.

> Desde os princípios, e fundações destas Capitanias, foi sempre em todas elas tido em uma grande veneração, e servido com especial culto o glorioso São Benedito de Palermo, ou de S. Fratello, geralmente de todos os Católicos, e com particular e devoto obsequio Gente da sua cor ou seja por afeto da natureza ou pela simpatia dos acidentes (JABOATÃO, 1758, p. 91-2).

O culto ao santo negro se alastrou, havendo encontrado grande acolhida e popularidade em todo o Brasil. Segundo Jaboatão (1758, p. 92):

> Não há Cidade, Villa, Paróquia ou lugar aonde esta Gente não tenha Igreja sua, consagrada à Senhora com o título do Rosário, primeiro objeto e móvel das suas adorações, e que nestas tais Igrejas não dedique altar próprio ao seu São Benedito, com Confraria e Irmandade sua.

As representações iconográficas de São Benedito têm origem no início do século XVII, na Itália. A produção das imagens começou logo após a sua morte, acontecida em 1589, e o traslado de seu corpo para uma caixa de madeira, depositado aos pés do altar da igreja de Santa Maria di Gesù, em Palermo, no ano de 1611. O movimento de representação iconográfica do santo negro continuou ao longo do século, após a migração de seu culto para a Espanha e Portugal, e, em seguida, para suas colônias de além-mar, beneficiado pela união ibérica, no período filipino. No Novo Mundo, na África e na América, recebeu influência da cultura africana. Após um período de declínio, veio a florescer, após 1743, ano em que foi beatificado, e seu culto autorizado oficialmente pela Igreja. A produção iconográfica foi profícua em todos os lugares em que o culto ao santo se tornou popular. Apesar dos intentos da Ordem Franciscana em definir os atributos de santidade de São Benedito, inclusive os componentes canônicos e estilísticos de suas representações artísticas, de modo que se tornasse um modelo de vida cristã para os leigos, especialmente valorizando a sua vocação para a evangelização dos escravizados africanos, a iconografia ganhou o gosto popular e sofreu intenso processo de sincretização, sem que pudesse ser controlada pela hierarquia católica. Apoiados nos estudos de Fiume (2006), Renders (2013) e Oliveira (2016), identificamos, ao menos, três modelos iconográficos católicos europeus referentes ao século XVII.

O primeiro modelo de arte sacra europeia, o italiano, São Benedito é representado com o menino Jesus, inspirado no milagre da aparição da Virgem Maria ao beato negro, tendência artística inspirada na elaboração iconográfica pós-tridentina. Os modelos de inspiração franciscana parecem ter seguido referências iconográficas inspiradas em Santo Antônio de Pádua.

Um segundo modelo iconográfico, bastante divulgado na Espanha e na América espanhola, apresenta o coração exposto na mão direita com sete gotas de sangue, símbolo das sete virtudes cardeais, havendo variações desse atributo. O coração também é representado de forma flamejante. Em outras representações, o coração é substituído por um lenço ou trouxa de tecido manchada de sangue. Também aparece com o coração na mão direita e um crucifixo na mão esquerda. Por vezes, o atributo da cruz é substituído por um cajado ou enxada, o que pode ser uma tentativa de analogia a Santo Isidoro, padroeiro da cidade espanhola de Sevilha. O símbolo do coração também remete à espiritualidade franciscana, que lhe confere grande expressividade simbólica e espiritual.

O terceiro modelo é o português, em que surgem os atributos das flores. Remete ao milagre constante nas hagiografias do santo que, repreendido pelo superior do convento ou por seus próprios confrades, por seu costume de esconder sob as dobras do hábito alimento que distribuía aos pobres, ou, em outra versão, ao lixo que retirava das selas dos confrades, na época em que o humílimo frade tornou-se superior do convento: alimentos ou lixo transformaram-se em flores. São Benedito das flores foi o primeiro modelo que mais circulou em Portugal e em suas colônias na África e no Brasil. Nos braços, o santo carrega um arranjo de flores vermelhas, e, em outras formas, os próprios pães que se transmudariam em flores.

No Brasil, a exemplo de outros santos, as primeiras imagens aqui produzidas seguem a tradição e os cânones da arte sacra erudita europeia. Afirma Castro (1996, p. 1192) que isso é “um fato cultural em trânsito”, pois “os brasileiros de Setecentos já não eram aqueles portugueses chegados, no início do século XVI, e tinham criado uma identidade diferente, mistura da sua origem europeia e adaptação ao novo país”. A arte sacra brasileira se despoja da erudição, e foca sua intencionalidade no aspecto devocional, de fato, como imagem da arte popular.

Sem entrar na discussão sobre as características técnicas da arte escultórica sacra brasileira, fato é que as imagens de São Benedito, sejam elas saídas das mãos de mestres artesãos eruditos ou populares, em geral, seguem os três modelos acima expostos.

Essa constatação torna incomum e bastante singular outros tipos de representação do santo encontrados, até o momento, em Minas Gerais, e que são objeto dessa pesquisa. Referimo-nos a três imagens de São Benedito pertencentes a três igrejas mineiras e que portam nas mãos uma abóbora, a saber: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, templo mais antigo da cidade de Tiradentes (antiga Vila de São José Del Rei), datado de 1708; Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em São João Del Rei, construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, havendo a primeira capela sagrada em 1719 (a atual edificação é uma reconstrução iniciada em 1751 e terminada poucos anos depois, no mesmo local da primitiva edificação); e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, do distrito de Milho Verde, da cidade do Serro (Antiga Vila do Príncipe), presumivelmente construída no século XIX.

O atributo da abóbora é uma elaboração artística que resulta de evidente sincretismo do catolicismo popular sob a influência de elementos simbólicos e mágicos das religiões de matrizes culturais africanas. A particularidade dessas imagens ganha relevância porque destoam do próprio padrão usual da arte sacra mineira, tão profusa nas suas representações de São Benedito.

> Em Minas Gerais, três foram as fórmulas iconográficas preferidas pelos artistas para representar São Benedito. Em uma delas, o santo, sempre no hábito franciscano, aparece levando um guardanapo enrolado e/ou o Menino Jesus. Das imagens inventariadas, sete enquadram-se nessa tipologia. Em outra fórmula, o santo leva apenas o guardanapo, e, às vezes, uma cruz, como ocorre em oito imagens. Por último e mais frequente delas – com 22 exemplares –, o santo traz o guardanapo enrolado em uma das mãos e na outra segura uma parte dobrada do hábito onde se assenta um buquê de flores. Em Portugal, tal devoção recebe o nome de São Benedito das Flores e está ligada a uma tradição que indica ter sido o santo cozinheiro do convento (COELHO, 2002, p. 70-71).

Beatriz Coelho (2002, p. 243), em seu resumo dos atributos hagiográficos de escultores mineiros de São Benedito, não faz referência alguma acerca do símbolo iconográfico da abóbora. Significa dizer que os artistas encarregados pelas irmandades e confrarias a compor as imagens de tendências sincréticas criaram um gênero próprio, todavia aparentemente corrente numa mesma região aurífera de Minas, e que, evidentemente, não seguia a iconologia oficial do catolicismo colonial. Optaram por uma forma bem ao gosto da religiosidade popular assentada em memórias ancestrais da mitologia africana.

De fato, não há uma estrita conexão, mas um largo hiato entre a vida de frei Benedito na Sicília, arrolada nas hagiografias do santo, e sua fama brasileira como o glorioso santo parente, assim reconhecido por suas afinidades tanto geográficas quanto epidérmicas (DELL'AIRA, 2009). Relatos de Cadornega (1972) dão conta de que, no século XVII, circulava entre os convertidos africanos a crença no santo-parente. Em Angola, corria uma lenda de que São Benedito era natural daquele reino, mas precisamente da cidade de Quissama.

Se de um lado, a construção da figura emblemática de São Benedito teve a intencionalidade de servir de artifício aos interesses coloniais de conversão e aculturação dos negros ao catolicismo, o que em parte foi alcançado, de outro lado, de modo inesperado, surge um movimento de apropriação do santo católico pelos africanos e seus descendentes. Pois conforme afirma Reginaldo (2009, p. 310), "no continente africano, as imagens sagradas do rito católico, incluindo nesse rol as imagens de santos, foram interpretadas, num primeiro momento, como objetos mágicos e poderosos". É presumível que o mesmo processo perceptivo se realizou no contexto colonial brasileiro. Trata-se de uma "aculturação às avessas", conforme a define Vainfas (2014, p. 360).

O santo, cujos ascendentes foram escravizados, e que passou boa parte de seus

dias na cozinha do convento a que pertencia como irmão religioso, cria empatias e simpatias com os que sofriam semelhantes aflições. Segundo Boschi (1986, p. 26), a adoção dos patronos pelas irmandades de negros também era motivada pela identificação com as "agruras" por que passaram os santos. No mesmo sentido da aculturação às avessas, conexões entre aspectos da biografia de São Benedito e o mito yorubano de Odú Òbàrà deve ser mais explorada. O símbolo da abóbora é a chave conectiva entre o hagiológio católico e a mitologia africana sobre a qual se firma a cultura religiosa afro-brasileira.

O SIGNIFICADO MÍTICO-RELIGIOSO DA ABÓBORA

A abóbora, também chamada de jerimum, moranga ou guiné, é tratada de forma diversa na literatura especializada. Para algumas tradições do candomblé, a abóbora é comida ritual votiva, enquanto para outras é alimento que não deve ser consumido. De acordo com Lody (2003, p. 35), a abóbora é sempre vista em festas e oferendas no Candomblé de Caboclo. Geralmente, é cozida inteira e dela é tirada um pedaço arredondado na parte superior por onde é recheada com fumo de rolo, mel de abelha, vinho e ornada com folhas da costa, depois oferecida aos ancestrais indígenas e caboclos. No contexto do Candomblé jeje-nagô a abóbora está relacionada aos alimentos proibidos ou tabus. Nas casas de candomblé pesquisadas por Bassi (2012), as proibições são designadas utilizando-se o termo de origem banto *quizila*, termo que está dicionarizado em língua portuguesa. A quizila significa coisas que se não se pode usar, comer, fazer ou nomear. O filho de santo está intimamente ligado ao culto com um conjunto de orixás, o que comporta a proibição de certas substâncias, certos alimentos, certas cores, certos objetos ou situações (AUGRAS, 1987). Entre os devotos de Iansã, a abóbora é alimento que não deve ser consumido. Conta-se que Iansã conseguiu ser salva de uma perseguição se transformando em uma abóbora, conseguindo, assim, se esconder em uma plantação de abóboras. Após isso, se autodeterminou a não mais comê-las.

A abóbora também é tematizada pela mitologia yorubá. Beniste (2016) recupera o mito que envolve a riqueza do *Odú* Òbará. Segundo a narrativa, Òbará era o mais pobre dos demais *odús*, seus irmãos, e vivia numa casa de palha muito simples no meio da floresta. A pobreza de Òbará causava a vergonha de seus irmãos. Por isso, quando foram fazer consultas ao Babalaô, não convidaram Òbará. Mas logo o Babalaô, sentindo a falta de Òbará, perguntou a seus irmãos o motivo de sua ausência. De pronto, responderam que estava adoentado e não pôde estar presente. Ao final do encontro, como de costume, o Babalaô presenteou os irmãos. Deu-lhes a cada um uma abóbora. Enquanto seguiam o caminho de retorno à casa, os *odús* reclamavam dos presentes recebidos. A noite caia, e como estavam próximos da casa de Òbará, resolveram passar a noite por lá. E foram muito bem recebidos. Òbará se alegrou, e pediu a sua esposa que lhes preparasse comida e bebida. Os irmãos acabaram com tudo que tinha para comer na casa. Ao amanhecer,

os irmãos partiram, mas antes lhe deixaram as abóboras, pois não lhes interessava levá-las consigo. Mais tarde, Òbará sentia-se faminto, e sua esposa lhe disse que não havia nada para comer. Òbará então resolveu cozinhar as abóboras que seus irmãos haviam desprezado. Mas quando foi abri-las, encheu-se de surpresa, porque encontrou um tesouro escondido no interior de cada uma delas. Obará prosperou e comprou tudo o que havia desejado, e adquiriu um lindo palácio. Como era costume, os *odús*, que agora passavam por necessidades, retornaram a visitar o Babalaô. E, nessa ocasião, viram a riqueza de Obará. Tomando ciência do que havia ocorrido, os irmãos pediram a Òbará que lhes devolvesse as riquezas ocultas nas abóboras. Mas Obará as esvaziou e as entregou vazias para que as comecem.

Segundo o relato de Marcelo Portugal, conhecido como Pai Marcelo de Ògum, líder religioso do Centro Espírita de Umbanda Cantinho de Pai Oxalá da Guia, na Região Serrana fluminense, e iniciado no Candomblé Ketu por Obarayì, Sr. Balbino Daniel de Paula, do Ilê Axé Opô Aganju, em Lauro de Freitas, BA, a abóbora é fruto perigoso, porque não se sabe o que sua parte interna e oca pode ocultar. Eis o motivo pelo qual os membros do Candomblé Ketu não consomem abóbora.

> A abóbora representa o ***odú*** Òbará e proporciona riqueza, prosperidade, felicidades, assim como o contrário do que fora enumerado. Por isso é importante não se consumir este fruto nas comunidades de raiz iorubana e se ter um/uma sacerdote/sacerdotisa que averigue a boa utilização do referido leguminoso (PORTUGAL, 2020).

No caso específico da representação de São Benedito, o atributo da abóbora também faz alusão aos seus dotes culinários, em razão de parte de sua vida conventual ter sido ocupada com os serviços domésticos, particularmente, exercendo as tarefas de esmoler e de cozinheiro. A abóbora é símbolo da fartura, da comida nutritiva de fácil plantio e acessível aos pobres. A abóbora é sinal da cozinha mágica do frade cozinheiro, onde os potes e as panelas nunca esvaziavam, havendo sempre o excedente que partilhava com os famintos. Trata-se de gesto exemplar da mais profunda pobreza franciscana que se realiza na atitude de desapropriação de todos os bens, na imitação de Cristo pobre e despojado.

REFERÊNCIAS

AUGRAS, Monique. Quizilas e preceitos. Transgressão, reparação e organização dinâmica do mundo. In: MOURA, C. E. Marcondes de (org.). *Candomblé. Desvendando identidades. Novos escritos sobre a religião dos orixás*. São Paulo: EMW Editores, 1987,

BAIÃO, José Pereira. *História das Prodigiosas Vidas dos Gloriosos Santos Antônio e Benedito, maior honra e lustre da Gente Preta*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal - Lisboa Occidental,1726.

BASSI, Francesca. Revisitando os Tabus: as cautelas rituais do povo de santo. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32 n. 2, p. 170-192, 2012.

BENISTE, José. *Mitos yorubas: o outro lado do conhecimento*. 8 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRÁSIO, Antonio. *Os Pretos em Portugal*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944, pp. 99-104.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas (1680)* /Tomo III. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

CASTRO, Carlos Javier. A iconografia portuguesa de Santo Antônio e a sua difusão no Brasil. Universidade Católica portuguesa Família Franciscana Portuguesa. 1996. *Actas*, II volume. Braga. p. 1192.

COELHO, Beatriz. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2002.

CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário da. *Flor peregrina ou nova maravilha da graça descoberta na prodigiosa vida do beato Benedicto de S. Philadelphio, religioso leigo da província reformada de Sicília*, 1ª ed. Lisboa: Oficina Pinheirense da Música e da sagrada religião de Malta, 1744.

DELL'AIRA, Alessandro. St. Benedict of San Fratello (Messina, Sicily): An Afro-Sicilian Hagionym on Three Continents. In: *23º Congresso Internacional de Ciências Onomásticas*, Toronto. Universidade Iorque, p.284-297, 2009.

FIUME, Giovanna. Lo schiavo, il re e il cardinale. L'iconografia secentesca di Benedetto il Moro (1524 - 1589). *Quaderni Storici*, n. 1, p. 165-208, 2006.

HOORNAERT, E. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasilico ou crônica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*. v. I, 2a reimpressão. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1758.

JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Lisboa: Ed. 70, 2007.

KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257-283, jul./dez. 2010.

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYHOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2019, p. 165-191.

LAHON, Didier. *O negro no coração do Império*. Uma memória a resgatar – Séculos XV – XIX, Lisboa: Secretariada Coordenador dos Programas Multiculturais – Ministério da Educação, 1999 A.

LAHON, Didier. As irmandades de escravos e forros. In: *Os Negros em Portugal*. Catálogo da exposição. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1999 B.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MELLO E SOUZA, M. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coração de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Joyce Farias. A imagem de São Benedito: uma construção da devoção identitária pela cor da pele. In: *II Simpósio Internacional da ABHR: História, gênero e religião: violências e direitos humanos*, Florianópolis, UFSC, 2016.

PEREIRA, José Carlos. *Sincretismo religioso e ritos sacrificiais: influência das religiões afro no catolicismo popular brasileiro*. São Paulo: Zouk, 2004.

PORTUGAL, Marcelo Guzzo. Entrevista. [fev, 2020]. Entrevistador: Luiz Fernando Conde Sangenis, Cantagalo, RJ, 2020.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RENDERS, Helmut. O coração como atributo hagiográfico de São Benedito do Rosário: hipótese sobre a sua origem e seu modelo subjacente da vida cristã. *Horizonte*, Belo Horizonte vol. 11, n. 29, p. 109-132, 2013.

REGINALDO, Lucilene. África em Portugal": devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *História*, São Paulo, 28 (1), p. 289-319, 2009.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos e sincretismo na cultura afro-brasileira: o caso exemplar de São Benedito. In: SANGENIS, Luiz Fernando Conde (Org.). *Franciscanos no Brasil: protagonismos na educação, na história e na política*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, p. 31-63.

TINHORÃO, José Ramos. Festa de negro em devoção de branco: do carnaval na procissão ao teatro do círio: São Paulo: UNESP, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA. Maria de Fátima. *O Brasil Colonial: 1443-1580*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 357-388.

CAPÍTULO 3

VERTICALIZAÇÃO À FRANCESA NO RIO DE JANEIRO: O CASO DO EDIFÍCIO TAMANDARÉ

Data de aceite: 21/05/2021

Denise Vianna Nunes
Profª. Dra. em Urbanismo
Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense

Lívia Paiva Colonese
Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense

RESUMO: No limiar século XX, a cidade do Rio de Janeiro experimentava uma expansão territorial e surgiam novas formas de habitar decorrentes, entre outras, das possibilidades construtivas viabilizadas pelo técnica construtiva do concreto armado e da ressignificação da ideia de habitar coletivamente. Os palacetes urbanos, moradia da elite carioca de então, foram aos poucos sendo substituídos por edifícios residenciais, que se remetiam a estilos europeus na busca de distanciamento da conotação negativa dos cortiços. O edifício Tamandaré, situado no bairro do Flamengo, é um dos exemplares construído na cidade naquele momento. Suas características buscam retratar o status e o estilo de vida da alta burguesia carioca da época, que respirava e vivia a cultura francesa. Seu projeto se referência na organização espacial e na linguagem haussmaniana, que por sua vez absorveu muitos elementos dos *hôtels particuliers* franceses. Verifica-se a materialização desse modo de habitar na proporção e na composição da fachada principal, bem como na setorização dos ambientes internos dos apartamentos, na sua tectônica e nos seus ricos ornamentos de inspiração *Art Déco.* Confirma-se assim, que o período de sua concepção e construção coincide com o de inovações em diversas esferas de uma sociedade que buscava referências culturais internacionais.
PALAVRAS - CHAVE: Verticalização à francesa; Rio de Janeiro; edifício Tamandaré.

ABSTRACT: At the threshold of the 20th century, the city of Rio de Janeiro was experiencing a territorial expansion and new forms of living arose, arising, among others, from the construction possibilities made possible by the reinforced concrete construction technique and the redefinition of the idea of living collectively. The urban palaces, home to the then Rio elite, were gradually replaced by noble residential buildings that referred to European styles.The Tamandaré Building, located in the Flamengo neighborhood, is one of the examples of luxury architecture built in the city at that time. Its characteristics seek to portray the status and lifestyle of the high bourgeoisie of Rio de Janeiro at the time, which breathed and lived French culture. His project is a reference in the spatial organization and in the haussmanian language, which in turn absorbed many elements of the French *hôtels particuliers*. There is a materialization of this way of living in the proportion and composition of the main facade, as well as in the sectorization of the interiors of the apartments, in their tectonics and in their rich *Art Déco* inspired ornaments. Thus, it is confirmed that the period of its conception and construction coincides with that of innovations in

different spheres of a society that sought international cultural references.
KEYWORDS: French housing; Rio de Janeiro;Tamandaré building

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de modos de habitar na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras década do século XX, tendo como pano de fundo o seu processo inicial de verticalização residencial. O recorte que se buscou realizar neste artigo concentra-se naquele processo referenciado em valores franceses, em especial no apartamento haussmanniano ou *hôtel parisien,* como definiu François Loyer (1987), ao qual se atribui a gênese do apartamento carioca. A elite carioca do período viajava com frequência para a Europa e cultuava hábitos franceses, inclusive na esfera da habitação.

A demanda de espaços domésticos era ainda associada a hábitos arraigados na cultura brasileira, como a segregação espacial nas zonas de serviço e o uso da copa, para fazer surgir o tipo arquitetônico "apartamento carioca de luxo" (NUNES, 2014).

Como estudo de caso será apresentado o edifício Tamandaré (1927), projetado para o bairro do Flamengo, na primeira década do século XX, local tradicionalmente habitado pelas famílias influentes da então capital do Brasil. A análise da história e da arquitetura desta edificação é parte de uma investigação mais ampla sobre o processo de verticalização fluminense e sobre os projetos estruturais do engenheiro Emilio Baumgart, que são desenvolvidos pelos grupos de estudos sobre Modos de Habitar no Rio de Janeiro (MHRJ) e sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE), ambos coordenados pela primeira autora.

2 | A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉC. XX

A cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX se expandiu territorialmente a partir de seu núcleo central em dois sentidos: um na direção do litoral sul por ação das classes média e alta da sociedade, outro através da ocupação das áreas próximas às linhas férreas dos subúrbios, cada vez mais o local de moradia do proletariado (ABREU,1988). Este crescimento foi possível devido a fatores como o desenvolvimento dos meios de transporte, a abertura de novas vias e a modernização das técnicas construtivas no Brasil.

Neste período as regiões do Centro e da Zona Sul do Rio de Janeiro foram palco de intervenções urbanas do Estado republicano brasileiro em busca de um caráter cosmopolita e modernizador para a sua capital, que buscava refletir a ideia de progresso; impunha-se a necessidade de construção de uma nova fachada urbana, que funcionasse como cenário para as relações econômicas e políticas que a República desejava estabelecer. Como se confirma no texto abaixo, a elite carioca das primeiras décadas do século XX viajava com

frequência para o exterior, falava francês e tinha como parâmetro do bem viver, de moda, gastronomia, moradia, entre outros, os hábitos franceses:

> Para quem respira Paris periodicamente como nós,(...) a alegria da primavera na França se afigura uma verdadeira maravilha.(...) o fato é que na capital francesa tudo sorri. As próprias modas, revestem-se aqui de qualquer cousa de mais frescura e mocidade (...). (Carvalho,1937, p.6)

O Prefeito Pereira Passos (1902-1906) empreendeu a abertura de uma grande avenida - a Av. Central -, que cortou o denso tecido urbano do Centro segundo parâmetros haussmanianos[1] e promoveu a ligação em linha ampla e reta da Praça Mauá (Zona Portuária) à Cinelândia; concluiu também o trecho da Av. Beira Mar entre o morro da Viúva e o Passeio Público, que se tornou uma grande via ligando a área central à Zona Sul, da qual fazia parte a via da Praia do Flamengo, onde se inicia a rua Almirante Tamandaré[2].

A Av. Beira Mar constituiu-se em um ponto de inflexão na história do bairro do Flamengo. A população inaugurou uma nova relação com o lugar: foi atraída para as orlas dos bairros do Flamengo e Botafogo, tanto para o *footing*[3] quanto para o banho de mar, passando a valorizar o modo de morar à beira mar (GASPAR, 2004). Até então, as construções na via da Praia do Flamengo eram fundos dos quintais e pomares das casas situadas nas ruas internas (ruas Senador Vergueiro e do Catete).

O bairro do Flamengo foi desde o século XIX local de moradia de um grupo social de alto poder aquisitivo – inicialmente pessoas pertencentes à corte portuguesa e, no século XX, membros do corpo diplomático das embaixadas –, o que se explica pela proximidade com a área central da Cidade e pela presença da sede do Governo Federal da República brasileira (1889-1960) – o Palácio do Catete – na faixa litorânea do bairro. O Flamengo, no início do século XX, detinha *status* de local de morar de modo luxuoso e fundamentalmente tradicional e aristocrático; seus moradores tinham uma demanda específica de requisitos para a sua moradia: quantidade de espaço para a casa, qualidade do meio ambiente, tipo de vizinhança e exclusividade residencial. Os palacetes, que já ocupavam o bairro, sugiram também na Av. Beira Mar e se firmam com a moradia das classes mais abastadas da sociedade até que foram sendo substituídos por edifícios de apartamentos de luxo a partir da década de 1920 (VILLAÇA,1978).

No início do ano de 1920, o Rio de Janeiro já era uma cidade com mais de um milhão de habitantes, 4.415 automóveis e era cortada por 417 quilômetros de linhas de bonde; dispunha de cinquenta cinemas e nove teatros. A presença de mais de quarenta bancos e companhias de navegação comprovava o grande porte da movimentação comercial e financeira da cidade (KESSEL, 2001, p.22). No entanto a cidade ainda era uma cidade de *skyline* horizontal.

1 Trata-se de diretrizes adotadas pelo Barão Haussmann (1809-1891) na reforma urbana da cidade de Paris entre 1853 e 1870.

2 A Rua Almirante Tamandaréfoi aberta em 1854, cortandoas terras de Inácio Ratton.

3 Esta era uma expressão da época que significava passeio a pé para espairecer.

Em 1923 foi construído o edifício considerado pela bibliografia consultada o primeiro exclusivamente de apartamentos da Zona Sul do Rio de Janeiro - o edifício Praia do Flamengo no nº. 116 da Praia do Flamengo. A partir do ano de 1925 começaram a surgir os primeiros arranha-céus de uso misto na área Central (Cinelândia) e em outros bairros litorâneos da Zona Sul. Esta fase inicial caracteriza-se pela experimentação do novo programa arquitetônico, com o qual poucos arquitetos e engenheiros brasileiros estavam familiarizados; o resultado foi de edifícios modernos – do ponto de vista da construção e de seus equipamentos -, porém bastantes distintos, tanto do ponto de vista do programa de necessidades como de gabarito, ornamentação e solução plástica (edifícios com referências francesas Luis XVI, toscana, *Art Déco* e outras).

Na gestão do prefeito Alaor Prata Soares (1922-1926), foi promulgado o decreto nº 2.087 (1925), que determinou alturas constantes para as diferentes áreas da cidade e estabeleceu um claro incentivo ao adensamento e à verticalização. Além das posturas, este decreto trouxe regulamentações para o uso do concreto armado e critérios estéticos de composição urbanística: os projetos deveriam se submeter à Divisão de Censura de Fachadas da Secção de Arquitetura, vinculada à Diretoria de Obras e Viação (DOV), segundo parâmetros reguladores de motivos arquitetônicos e harmonia de conjunto.

3 | A GÊNESE DO EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS CARIOCA

A gênese e as particularidades do programa de necessidades do edifício de apartamentos carioca foram estudadas por alguns pesquisadores, mas o tema permite ainda muitos aprofundamentos e desdobramentos. O estudo sobre os 100 anos do apartamento carioca (GASPAR, 2013) trouxe contribuição significativa e tem conclusões similares às pesquisas sobre os exemplares paulistas (TRAMONTANO, 1998 e VILLA, 2002). Este trabalho se alinha com os autores citados, no crédito da gênese da tripartição do programa da habitação brasileira em setores social, íntimo e de serviços ao imóvel de renda parisiense do século XIX, conhecido também como apartamento haussmanniano e *hôtel parisien* (LOYER, 1987, p.331). Este tipo arquitetônico, por sua vez, tem sua gênese no *hôtel particulier* francês[4], moradia destinada à aristocracia francesa do séc. XVII.

Na Paris do século XIX, tanto as grandes residências urbanas quanto as mais modestas aproximavam-se, no que diz respeito à distribuição dos espaços, do *hôtel particulier.* A adaptação de seus espaços aos apartamentos dos novos edifícios ao longo das avenidas abertas durante a Reforma empreendida pelo Barão de Haussmann (1853-1870) representou a difusão de um modo de vida luxuoso entre a burguesia, que fez da habitação a vitrine de seu êxito social. O jardim foi substituído pela rua, cuja fachada se

4 Edificaçãodotada de extensa fachada voltada para um jardim e formada pela linha de aposentos para recepção. Neste tipo de edificação com pelo menos três pavimentos foi onde, pela primeira vez, os ambientes da moradia foram divididos de acordo comas funções específicasa que estavam destinados e ordenados segundo a zona a que pertenciam, seja social, íntima ou de serviço.

tornou a privilegiada: era ocupada pelos cômodos de representação. Os espaços internos foram reduzidos e o apartamento se organizou em um pavimento, voltado para a rua ou para a área interna do quarteirão. A edificação muitas vezes continha um pátio interno, que consistia em um espaço menos nobre, para onde estavam voltadas as áreas íntima e de serviço e que aceitava irregularidades em sua forma (fig. 1).

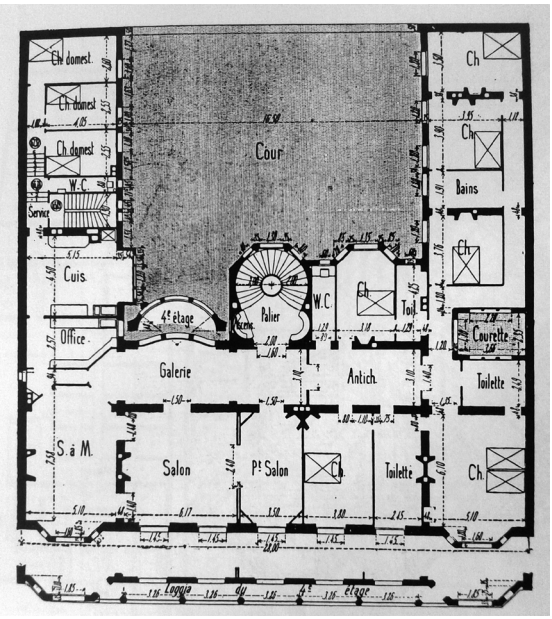


Fig.1 - Apartamento haussmaniano na Rua Le Tasse, Paris. Arquiteto L.Sorel, 1906.
Fonte: ELEB, M., DEBARRE, A.,1995, p.51

Na cidade do Rio de Janeiro a produção inicial de edifícios de apartamentos de luxo não se deveu apenas devido às novas possibilidades construtivas decorrentes da difusão do uso do concreto armado e da melhoria das técnicas construtivas e sanitárias, mas também a outros fatores como a maior aceitação pela elite da moradia verticalizada através dos exemplos franceses e o fato de os primeiros edifícios terem se transformado em símbolos de uma forma superior de morar, criando uma demanda por marcos de ascensão social. Morar em um bairro litorâneo, próximo a todos os serviços e facilidades da vida moderna era visto como um signo de boa posição social e financeira. Daí a preferência pela Zona Sul da cidade. Nesse processo, o sentido de habitação coletiva foi resignificado perdendo a conotação de promiscuidade e vulgaridade trazida das primeiras habitações coletivas, genericamente chamadas de cortiços, em favor de um sentido novo, de distinção e modernidade (VAZ, 2002).

> Era imperioso conferir exclusividade e luxo àqueles que se dispusessem a migrar dos palacetes para os apartamentos, já que eram incontornavelmente um gênero de moradia coletiva, aspecto nauseante para as elites, que condenavam os cortiços. (MARINS, P.C.G., 1998, p.191)

Apesar de ter se tornado mais coletiva e de ter aprofundado a socialização dos espaços, a nova forma de morar possuía condições de salubridade que nada tinham de semelhantes às dos cortiços. O que tornava o edifício de apartamentos especial eram os itens que o qualificavam, imbuídos de conotação positiva: palavras estrangeiras para indicar o seu caráter cosmopolita - *hall, living*, *water closet e toiletes*. Os apartamentos de luxo possuíam grandes dimensões, pisos e paredes revestidos de mármore, lustres de cristal e alabastro, portas em cristal bisotado e muitos com motivos *Art D*éco e *Art Nouveau* em ferro fundido (VAZ, 2002). As portarias recebiam especial atenção quanto aos acabamentos e equipamentos, de modo a qualificar o edifício de apartamentos como símbolo de bem morar, de morar de forma moderna e valorizada.

A forte ligação da elite econômica carioca com valores franceses, além da própria extensa presença da embaixada francesa na via da Praia do Flamengo – que ocupava oito terrenos entre os números 356 e 372 –, contribuiu para o *glamour* e o sentido de luxo e exclusividade associados a esse *locus* e às suas edificações, além de se somar para explicar a referência francesa no programa de necessidades dos edifícios de apartamentos.

4 | A CONSTRUTORA GUSMÃO, DOURADO E BALDASSINI LTDA.

Para que a verticalização fosse possível no Rio de Janeiro na década de 1920 todo processo de construção adotado até então para as edificações de poucos pavimentos teve que ser revisto, envolvendo maiores capitais, novas formas de financiamento e comercialização, adoção de novas tecnologias e de mão de obra mais especializada. Portanto, as construtoras precisaram ganhar maior porte, para que pudessem arcar com a atividade de produção de edifícios altos. Nesse processo, as pequenas empresas, acostumadas à pequena produção individual de vilas e cortiços, não conseguiram se manter ou foram extintas ou passaram a atuar em áreas onde a verticalização ainda não havia chegado (VAZ, 1994, p.90).

Neste cenário surgiram na Cidade novas construtoras capitaneadas por engenheiros formados pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, já familiarizados com a nova técnica do concreto armado. Assim foi fundada a construtora Gusmão, Dourado e Baldassini Ltda. inicialmente pela sociedade dos engenheiros Mario Gusmão e Adolpho Dourado Lopes; a partir de 1923, o engenheiro arquiteto argentino, filho de italianos Alexandre Baldassini (1892-1943) se integrou à empresa. Foram responsáveis pela construção de diversos edifícios em altura, pontes de grandes dimensões, edifícios de arquitetura industrial, algumas instituições, estádios e equipamentos esportivos, igrejas, cinemas e teatros, residências,

entre outras construções e reformas. A empresa atuava tanto como construtora, como no caso do edifício A Noite (1929), como também simultaneamente no desenvolvimento de projetos, como foi o caso do empreendimento do edifício Tamandaré (1927).

A construtora teve em grande parte de suas obras a parceria do engenheiro projetista de estruturas Emílio Baumgart (1889-1943), considerado o pai do concreto armado e autor de inúmeras inovações para a época, que impulsionaram a Engenharia nacional. Em 1930 Baldassini e Baumgart fundaram a revista Forma, publicação dedicada à cultura nacional e moderna, onde divulgaram diversos projetos.

5 | O EDIFÍCIO TAMANDARÉ

Endereço: Rua Almirante Tamandaré, nº 20, bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.

Utilização: Residencial exclusivamente Multifamiliar

Pavimentos: 8

Unidades de apartamentos: 28 (4 por pavimento tipo)

Data: 1927 (projeto)

Construtora: Gusmão, Dourado e Baldassini Ltda.

Arquiteto: (provável) Alejandro Baldassini

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fig.2 – Fachada principal do ed. Tamandaré

Fonte: LAURD/João Magnus, 2014

O projeto e a construção do edifício de apartamentos Tamandaré (fig.2) foram encomendados à construtora Gusmão, Dourado e Baldassini Ltda. pelo empresário Carlos Guinle (1883-1969). Como este residia à época em um suntuoso palacete na Praia de Botafogo e a legislação vigente não permitia ainda a venda individualizada de apartamentos, pode-se conjecturar que o objetivo deste empreendimento era rentista, o que era bastante usual naquele período. Acredita-se também que seu público alvo seria uma ascendente burguesia e/ou políticos, que desejavam usufruir das proximidades do Centro da cidade e do Palácio do Catete, sede da República. Como já dito, morar no bairro Flamengo nas

primeiras décadas no século XX era sinônimo de morar de modo elegante e aristocrático. Neste sentido o projeto da edificação procurou incorporar elementos que remetessem a ideia vigente de sofisticação de bem morar, ou seja, habitar à francesa.

5.1 Implantação, fachadas e volumetria

Alinhado com as divisas frontais e laterais do terreno o edifício tem implantação em forma de "H" e sua volumetria consiste em dois volumes retangulares idênticos paralelos à via, conectados por um volume menor em forma de cruz centralizado, onde se localizam as circulações horizontais e verticais da edificação (fig.3). Na parte posterior do lote o conjunto possui um quarto volume (uma edícula) de apenas dois pavimentos, que abriga no térreo garagem para doze automóveis e no pavimento superior quatorze quartos com dois banheiros para funcionários dos apartamentos. Essa composição resultou em um grande aproveitamento do terreno.

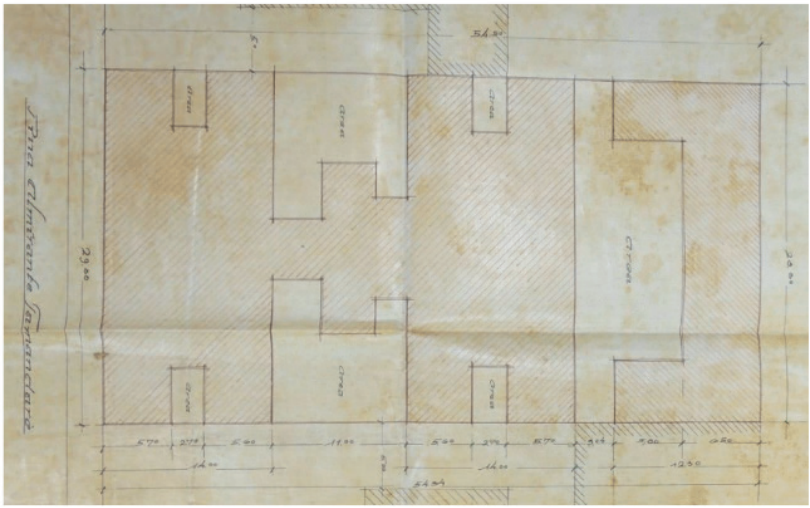


Fig.3 – Planta de implantação do ed. Tamandaré

Fonte: AGCRJ

O acesso principal do edifício é centralizado na fachada situada na Rua Almirante Tamandaré e é único tanto para pedestres como para automóveis. A ampla entrada é emoldurada por grandes portões de ferro em gradil trabalhado, configurando em uma larga galeria pavimentada coberta, disposta perpendicularmente à rua, que conduz o caminho passando pelos elevadores e escadas, remetendo às *porte cochères* francesas e chegando à garagem coberta no fundo do lote. Vale destacar aqui o grande vão sustentado por laje em grelha em concreto armado, ousadia estrutural de Baumgart (fig.4).

Fig.4 – Portão principal do ed. Tamandaré – vista interna.
Fonte: LAURD/João Magnus, 2014

O pano frontal da edificação apresenta proporções similares, mas ampliadas às dos exemplares franceses do período haussmaniano do século XIX (fig.5). No Rio de Janeiro, no ano de 1927, já era possível contar com a presença do elevador nas novas edificações, permitindo assim maiores gabaritos. O pavimento térreo tem pé direito de 4.40m e os demais 3.50m, resultando em um volume imponente e verticalizado para à época.

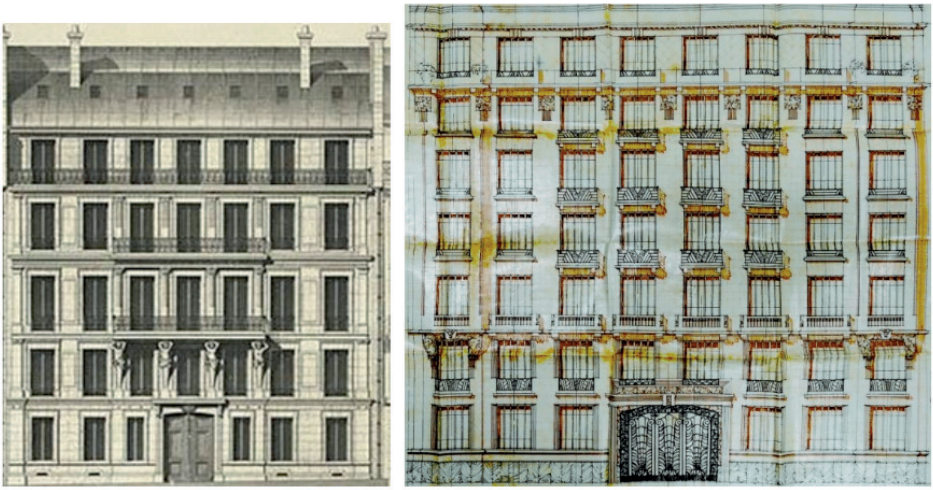


Fig.5 – Fachada de ed. hausmaniano e do ed. Tamandaré (projeto)

Fonte: https://www.jerevedunemaison.com/blog-immobilier/8-cles-historiques-pour-mieux-comprendre-haussmannien-paris, acesso em 2020 e AGCRJ

Na fachada principal observa-se uma composição clássica tripartida: o embasamento, que corresponde aos 1º e 2º pavimentos, é delimitado pela linha das sacadas do terceiro pavimento e é revestido com uma faixa de 1m de altura em mármore rosado a partir da calçada. O corpo da edificação, composto pelos 3º, 4º, 5º, 6º pavimentos, é marcado por sacadas com gradis geométricos e de estética leve com exceção do terceiro pavimento, que possui sacadas em alvenaria lisa e grades trabalhadas. Por fim, caracterizando o entablamento, encontram-se o 7º pavimento e o sótão, este destinado no volume frontal a 29 compartimentos para malas e no posterior à habitação dos funcionários dos apartamentos (quatorze quartos para "creados" e banheiro coletivo). O edifício apresenta ainda uma fachada de fundos com tratamento muito similar à principal. Há a preocupação em garantir ventilação cruzada e iluminação natural no edifício através de prismas e recuos nas laterais dos volumes.

O projeto original apresentava rica serralheria em estilo *Art nouveau* e elementos ecléticos na composição das fachadas. No entanto, o edifício construído é mais sóbrio e mais próximo de características do movimento *Art Déco* surgido na França em 1925 (portanto dois anos antes do projeto). Nas fachadas há a presença de balcões em todas as aberturas, proporcionando excelente ventilação e iluminação aos ambientes. O acabamento esmerado revela o uso de materiais *up to date*, que enobreciam a edificação (fig.6).

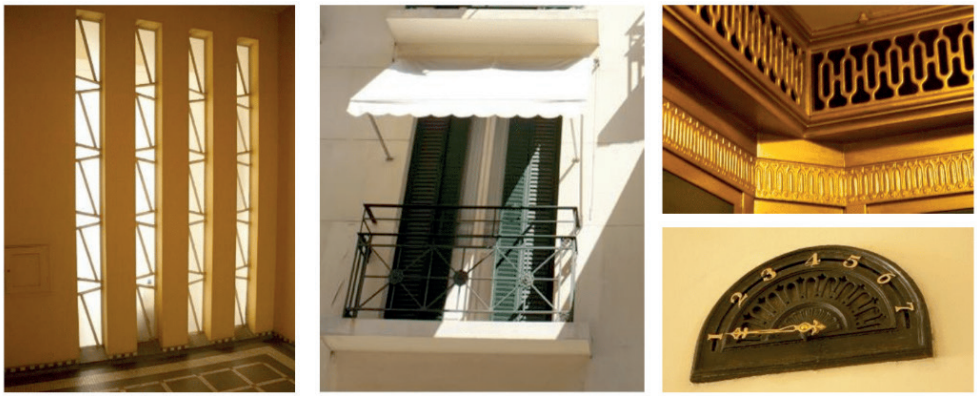


Fig.6 – Hall dos elevadores, esquadria da fachada posterior e detalhes do elevador do ed. Tamandaré.

Fonte: LAURD/João Magnus, 2014

5.2 Plantas

O apartamento de luxo carioca herdou do apartamento haussmanianno, entre outros aspectos, o sistema de tripartição em setores social, íntimo e de serviços e a separação dos acessos em social e de serviço. Este sistema veio ao encontro da organização social brasileira que segrega patrões e empregados no convívio social desde os tempos coloniais. Assim se compreende o fato de os espaços internos dos apartamentos de luxo destinados à família, chamados de íntimos, serem sempre locados bem distantes daqueles ocupados pelos serviçais, denominados de serviço. O mesmo ocorre com os acessos tanto horizontais quanto verticais às edificações, que são diferenciados para os dois grupos ainda nos dias atuais, principalmente nas habitações destinadas às elites da sociedade.

O pavimento tipo do edifício de apartamentos das classes mais abastadas, apesar de se repetir várias vezes na edificação, procurava transmitir exclusividade. Além dos revestimentos nobres presentes na portaria, nos elevadores e nos *halls* com portas suntuosas, era importante oferecer privacidade. Para tal, o número de apartamentos por pavimento deveria ser pequeno e, mais ainda, o trânsito conjunto no elevador deveria ser restrito a, no máximo, dois apartamentos por prumada de elevador. Assim havendo quatro apartamentos no pavimento deveria haver dois elevadores sociais. No ed. Tamandaré, no nível dos pavimentos tipo, os dois elevadores sociais se abrem para um amplo *hall* de recepção e distribuição com 55m^2, que permitem acessar dois vestíbulos simétricos com cerca de 16m^2 cada; estes funcionam como um segundo hall social destinados, cada um, a dois apartamentos.

No ed. Tamandaré (fig.7), os apartamentos com cerca de 190m^2 cada, são bastante compartimentados, mas possuem espaços individuais internos amplos: há um primeiro

ambiente de distribuição que recebia nos apartamentos de luxo da época algumas variações de denominação (vestíbulo, galeria, saleta, entrada, antessala e *hall*.), aqui chamado de entrada (cerca de 10m2). Este espaço faz a conexão com o setores social e de serviços. A partir deste espaço, chega-se aos salões de visita - salão e *living-room* – o primeiro voltado para a fachada principal e sala de jantar (21m^2). Os espaços de recepção, tais como nos exemplos franceses, são aqueles onde circula o convidado e recebem com fino acabamento: sancas, portas altas, piso em *parquet* decorado etc.

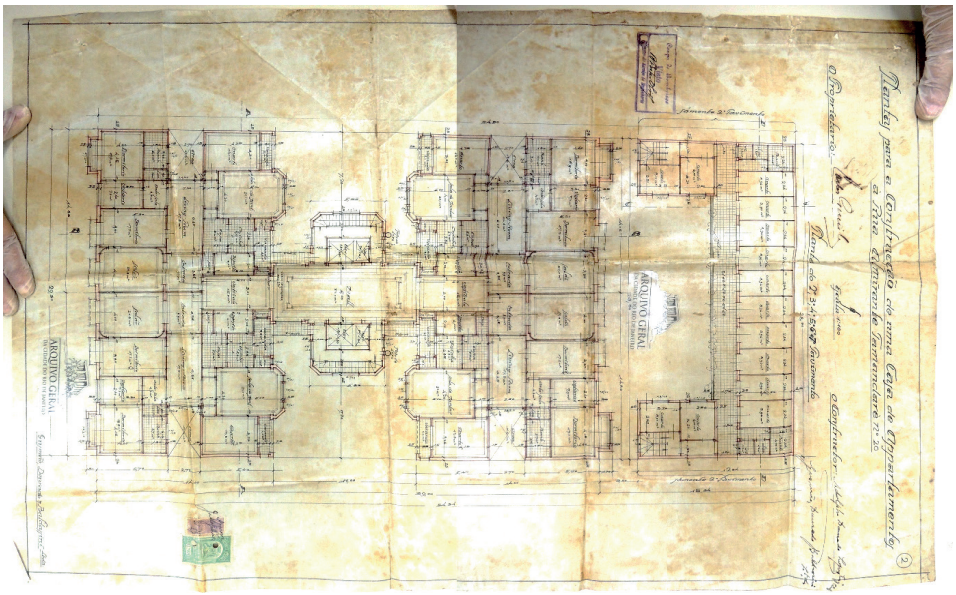


Fig.7 – Planta baixa do pavimento tipo com edícula do ed. Tamandaré

Fonte: AGCRJ

O setor íntimo desse edifício incluí dois dormitórios (cerca de 18m^2), quarto (14m^2) e banheiro com lavatório separado. Há ainda um pequeno quarto de vestir contíguo ao dormitório principal aqui denominado vestiário. Pode-se associá-lo ao *boudoir*[5], que integrava o programa de necessidades do *hôtel particulier* (por vezes chamado de vestíbulo, vestiário, toucador ou rouparia, RYBCZYNSKI, 1999).

As modificações ocorridas no setor de serviços da casa brasileira entre os séculos XIX e XX são as que apontam para questões mais amplas, envolvendo transformações sociais relativas à histórica segregação entre patrões e empregados no Brasil e ao papel da mulher dentro da família. O programa de necessidades deste setor no início do século XX se compunha de terraço ou varanda de serviço, copa, cozinha, despensa e wc de serviço.

5 Pequena sala íntima anexa ao quarto da dona da casa, onde as damas passaram a receber as amigas, com entrada independente, um espaço para *toilette* e uma garde-robes (armário).

O quarto de “creada” poderia estar dentro ou fora da unidade do apartamento. No caso do ed. Tamandaré localizavam-se em parte juntos na cobertura, camuflados sob o telhado e atrás da platibanda, de modo a que não fossem percebidos da rua (fig.8). Esta é uma prática herdada do costume francês de alojar seus criados nos pavimentos de mais difícil acesso e sob as mansardas. Tal disposição revela a intenção segregadora de apartar o empregado do convívio com o patrão, principalmente fora de seu horário de trabalho, mas, ao mesmo tempo, tê-lo próximo. Há ainda mais quartos para funcionários na edícula do pavimento térreo, como já mencionado.

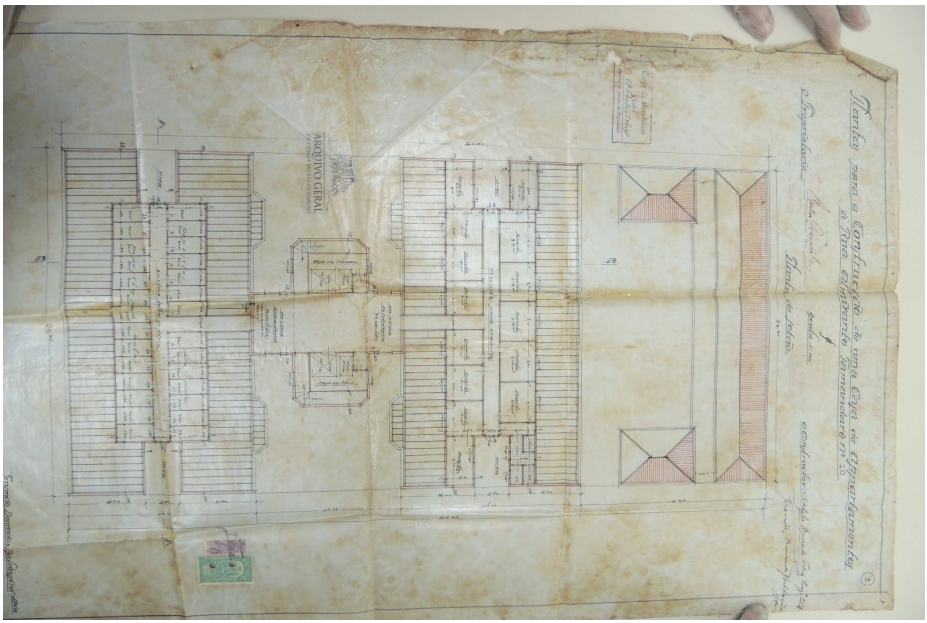


Fig.8 – Planta baixa do pavimento de cobertura do ed. Tamandaré

Fonte: AGCRJ

Tratando ainda do setor de serviços, verifica-se a presença da copa. Este ambiente de apoio à cozinha e à sala de jantar, onde se guardavam utensílios afins, se finalizavam os pratos nos banquetes e a família fazia refeições ligeiras, agregava conforto às tarefas domésticas e aconchego à família, mas foi na atualidade abolido nos novos apartamentos por economia de espaço na moradia; No caso do ed. Tamandaré, a copa está conjugada à cozinha e ambas são ventiladas e iluminadas através de uma varanda, que se conecta com um pequeno corredor aberta, onde se encontra a porta de entrada de serviço do apartamento, que se conecta ao elevador e à escada de serviço.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de edifícios de apartamentos de luxo das primeiras décadas do século XX demonstrou ser esse tipo arquitetônico fruto de um processo elaborado pelas e para as elites, que resultou em um novo modo de habitar (NUNES, 2004). Trata-se de espaços generosos e cuidados, onde o que se procurava era atender a requisitos de bem morar de um grupo privilegiado, para quem todas as comodidades tecnológicas de seu tempo já haviam sido incorporadas; portanto, sua demanda estava na esfera do luxo, do conforto e da exclusividade.

O projeto edifício Tamandaré, apesar de concebido para fins rentistas, procurou responder às demandar de bem morar de seu tempo, incorporando itens de modernidade e conforto, inclusive em detalhes de acabamento e luxo. O estudo desta edificação contribui para o conhecimento do processo inicial de verticalização da cidade e de transformações da sociedade no período.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, Ed. Jorge Zahar, 1988.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Acervo,** consultado em 2013.

BRANDÃO, H.. C L.; MARTINS, A. M. M. **O Rio de Janeiro do século XX: A expansão da cidade do centro para o sul**. Disponível em http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC4/HELENELACE2.pdf, acesso em 20 de Ago. de 2020.

CARVALHO, S.M. **Arte e Technica** in Revista da Semana, 3.07.1937, p.6.

ELEB, M., DEBARRE, A**. L'Invention de l'habitation moderne**. Paris 1880-1914. Milão: ed. A.A.M./ Hazan, 1995.

GASPAR, C. B. **Orla carioca. História e cultura**. São Paulo: Metalivros, 2004.

GASPAR, T. de S. **100 anos do apartamento carioca**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAU da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

KESSEL, C. **A Vitrine e o Espelho**. **O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio.** Coleção Memória Carioca. Rio de Janeiro: AGCRJ, vol.2, 2001.

LOYER, F. **Paris XIXe Siècle. L'Immeuble et la rue.** Paris: Ed. Hazan, 1987.

MARINS, Paulo**. Habitação e vizinhança:** limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 3 v., 1998.

NUNES, D. V. In CABRAL, M.C. e PARAIZO, R.C.; **Presença Estrangeira.** Rio de Janeiro: Ed. Rio Book's, 2018.

NUNES, D.V. **O Processo Inicial de Verticalização da Praia do Flamengo: Uma análise tipo-morfológica dos edifícios de apartamentos de luxo.** Tese de Doutorado apresentada à FAU-UFRJ, 2014.

RYBCZYNSKI, W. **Casa** – pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999 [1986].

TRAMONTANO, M. **Novos modos de vida, novos espaços de morar.** Paris, São Paulo, Tokyo. Tese de Doutorado apresentada à FAU-USP. São Paulo: 1998.

VAZ, L. F. **Modernidade e Moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro – Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2002.

VILLA, S. B. **Apartamento Metropolitano.** Habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU USP. São Paulo: 2002.

VILLAÇA, F. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1978.

CAPÍTULO 4

JARDIM CEARÁ: O PADRE MIGUEL COELHO DE SÁ BARRETO E A FESTA SOCIORRELIGIOSA DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Data de aceite: 21/05/2021

Maria Jorge dos Santos Leite
Professora-adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE)
ORCID: 0000-0001-5655-1184

Manoel Joaquim Leite Neto
Professor da rede Estadual de Pernambuco;
Mestre em Língua Portuguesa- UFPE

RESUMO: A cidade de Jardim localiza-se na microrregião do Cariri, interior cearense. O seu povoamento teve início no final do século XVIII. A vila que deu origem à cidade foi criada pelo Alvará Régio de 30 de agosto de 1814 e inaugurada em 3 de janeiro de 1816. 63 anos depois, a Lei Provincial de 8 de setembro de 1879, deu àquela vila o status de cidade. No decorrer de sua história, Jardim vivenciou acontecimentos de diversas natureza, os quais permanecem ainda vivos na memória de sua população, sendo muitos deles repassados de geração em geração através da oralidade. O objetivo deste artigo é analisar a participação da Igreja Católica na pessoa da padre Miguel Coelho de Sá Barreto, na festa sociorreligiosa que marcou a passagem do século XIX para o XX. Para elaboração do presente trabalho utilizamo-nos da seguinte metodologia: uma pesquisa bibliográfica junto às poucas fontes escritas – artigos, jornais, trabalhos acadêmicos – que relatam acontecimentos em análise e documentos com anotações de histórias orais narradas por pessoas idosas pertencentes à população jardinense.

PALAVRAS - CHAVE: Religiosidade, oralidade, sociedade.

JARDIM CEARÁ: FATHER MIGUEL COELHO DE SÁ BARRETO AND THE SOCIALRELIGIOUS PARTY FROM THE TURN OF THE XIX CENTURY TO THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: The city of Jardim is located in the Cariri microregion, in the interior of Ceará. Its settlement began at the end of the 18th century. The town that gave rise to the city was created by the Alvará Régio on august 30, 1814 and inaugurated on january 3, 1816. 63 years later, the Provincial Law of september 8, 1879, gave that town the status of city. Throughout its history, Jardim experienced events of various kinds, which remain still alive in the memory of its population, many of which were passed on from generation to generation through orality. The purpose of this article is to analyze the participation of the Catholic Church in the person of Father Miguel Coelho de Sá Barreto, in the socio-religious celebration that marked the transition from the 19th to the 20th century. To elaborate the present work, we used the following methodology: a bibliographic research together with the few written sources - articles, newspapers, academic works - that report events in analysis and documents with notes of oral histories narrated by elderly people belonging to the jardinense population.

KEYWORDS: religiosity, orality, Society.

INTRODUÇÃO

O passado tornou-se uma das preocupações centrais do mundo moderno. O medo de uma "amnésia do tempo" levou muitas instituições e pesquisadores a desenvolverem pesquisas que visam registrar relatos orais, preservar documentos e recuperar experiências vividas. Podemos dizer que houve, assim, um deslocamento do presente-futuro para o passado-presente. Reconstituir o passado, ou parte dele, é função primordial da história. Ao realizar essa atividade a história utiliza-se de recursos e metodologias próprios para aproximar-se o máximo possível de realidades vividas por determinadas sociedades, em determinadas épocas.

Nessa perspectiva, a oralidade juntamente com a memória são recursos metodológicos bastante utilizados pela história no trabalho de reconstrução do passado. Paul Thompson assevera que,

> A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Trabalhar a oralidade e a memória é recorrer às lembranças. Ecléia Bosi (1987), em extraordinária obra sobre o tema, afirma que as lembranças não só devem ser reconstituídas, como é dever do pesquisador, do cientista social, lutar para que o sejam, recorrer principalmente às pessoas mais velhas pois estas podem contribuir, através de suas lembranças, para a transmissão da história, tradições e costumes.

A cidade de Jardim, interior do Ceará, nos seus mais de 200 de existência, viveu momentos que se transformaram em eventos históricos de grande relevância para seus habitantes, por isso sempre presentes em suas memórias. Um deles foi a "Revolta de Pinto Madeira, ou "Guerra dos Cacetes Bentos, ocorrida em 1832. Esse conflito inscreve-se no contexto das revoltas liberais que ocorreram em Pernambuco, em 1817 e 1824, com fortes reflexos no sul do Ceará.

Trazidos pela família Martiniano de Alencar, os ideais liberais encontraram apoio e também resistências no Cariri cearense. A vila de Crato, onde essa família tinha bases consanguíneas aderiu fortemente ao movimento, o mesmo não ocorreu em Jardim, reduto dos monarquistas e fortes opositores do liberalismo[1]. As diferenças político-ideológicas levaram a conflitos sangrentos, tanto em 1817 quanto em 1824, culminando com a Revolta de Pinto Madeira ou Guerra dos Cacetes Bentos, em 1832, envolvendo as duas vilas. Esse movimento é bastante conhecido por meio de trabalhos acadêmicos, literários, artísticos e também muito presente na oralidade. Muitas pessoas, principalmente as mais idosas, são

1 Refere-se a uma filosofia política e moral baseada na liberdade, consentimento dos governados e igualdade diante da lei, baseia no pensamento do filósofo John Locke, do século XVII.

capazes de reproduzir algumas narrativas sobre essa guerra.

A Revolta de Pinto Madeira ou Guerra dos Cacetes Bentos não é objeto deste estudo.. A referência feita a ela deve-se à sua relevância para história do município de Jardim. Também pelo curioso fato de que esse evento teve como protagonista, além do militar monarquista Joaquim Pinto Madeira, o padre Católico Antônio Manoel de Sousa, o que nos leva a identificar as influências da Igreja Católica na construção histórica desse município.

Nosso interesse é analisar a participação da Igreja Católica nessa construção. Para isso escolhemos um outro evento, bem menos conhecido, como objeto de nossa análise. Trata-se de uma festa sociorreligiosa que marcou o final do século XIX para o XX, organizada por essa instituição religiosa sob a liderança do padre Miguel Coelho de Sá Barreto. Ao contrário do que ocorre em relação à "Guerra dos Cacetes Bentos", o acontecimento objeto deste estudo é de memória praticamente apagada. Não constitui tema de nenhuma pesquisa acadêmica, restando dele apenas alguns fragmentos mnemônicos presentes na oralidade e um único documento escrito que registra as memórias de uma pessoa que participou da referida festa e relatou as lembranças que guardara da mesma até sua morte, com mais de 90 anos.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo reconstituir as memórias desse evento histórico, cujos significados transpôs gerações inscrevendo-se na história da cidade de Jardim. Obviamente não existem mais remanescentes desse período, cujas memórias possam ser acionadas, no entanto, alguns participantes daquela festa, enquanto viveram repassaram suas lembranças para seus descendentes. Mas as lembranças de pelo menos uma participante fora registrada em texto escrito. Esse documento constitui-se em importante fonte histórica para o presente estudo.

As fontes históricas são aqui entendidas como

> tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural(BARROS, 2019, p.1).

Garimpar fontes e realizar uma cuidadosa (re)interpretação das mesmas é função do historiador, cujo ofício é produzir conhecimentos relativos aos tempos idos, tempos vividos, cujos significados são fundamentais para compreensão do presente, pois permite aos sujeitos do tempo presente compreenderem alguns significados de suas histórias.

Devido à escassez das fontes, grandes dificuldades impuseram-se-nos na

realização desse estudo, levando-nos a um exaustivo trabalho de buscar compreender a essência e o significado mais profundo do que dispúnhamos. A tarefa foi árdua, mas não desanimadora, considerando que,

> Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos, prestando atenção às respostas, pode se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo. (DARNTON, 1987, p.7).

O trabalho do historiador ganha sentido quando possibilita uma interlocução entre o passado e o presente, dando voz às "almas mortas" há muito tempo silenciadas e ressignificando o mundo em que elas viveram. É com esse propósito que buscamos aqui realizar essa atividade rememorativa, visando uma ressignificação para um momento importante da história da cidade de Jardim-Ceará, tendo como protagonista a Igreja Católica, representada pelo padre Miguel Coelho de Sá Barreto.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Há evidências arqueológicas[2] de que a área territorial onde hoje localiza-se o município de Jardim tenha sido primitivamente ocupada por índios da nação Cariri[3]. Como não existem registros históricos que comprovem as causas da extinção desses povos, os historiadores trabalham com as seguintes hipóteses: 1- os índios Cariris teriam sido expulsos, em data não especificada, por fazendeiros interessados em expandir suas fazendas de plantação de cana; 2- essa população teria desertado devido à escassez de alimentos na região do Cariri cearense. Nas duas hipóteses pressupõe-se que essa nação tenha seguido rumo aos sertões pernambucano e baiano, onde havia encontrado abrigo nas margens do rio São Francisco. Na diáspora, os Cariris teriam se misturado a outras tribos como, por exemplo, aos Atikum e Xucuru , nações indígenas do sertão pernambucano e outros povos.

O possível pioneirismo dos índios Cariris em Jardim não tem sido valorizado pela história oficial. Conta-se a história desse município a partir do final do século XVIII, mas precisamente do ano de 1792. Foi nesse ano que chegou à localidade o padre João Bandeira de Melo, juntamente com alguns escravos. Abrigaram-se às margens do rio que passou a ser conhecido como rio Jardim, por banhar um vale fértil ao qual o padre teria

2 Nação indígena primitiva que deu origem ao nome de uma das microrregiões do Ceará. Segundo Figueiredo Filho(2010), esta família foi encontrada ocupando uma área não muito extensa, que se estendia do sul do Ceará ao centro da Bahia e do oeste de Pernambuco.

3 De acordo com SANTOS(2009.p.13), vestígios desses índios já foram encontrados no município de Jardim. Na década de 1980, agricultores que aravam terra no sitio Taquari encontraram diversos pedaços de objetos de cerâmica muito antigos indicando a possível existência de uma tribo Cariri naquela localidade.

chamado de “rico jardim”, tal a impressão que lhe causara aquele “oásis” localizado em meio de uma paisagem tão árida e seca como a do sertão nordestino.

São muitas as narrativas relacionadas à chegada desse padre:

> O padre João Bandeira, saiu da Bahia, atravessou o rio São Francisco, entrou no Estado de Pernambuco e chegando nas mediações do Exu subiu a serra do Araripe. Ali encontrou uma vereda, que deveria ser de bichos e animais, que desciam a ladeira para beber água no pé da serra, onde existiam fontes naturais. Descendo por essa ladeira o padre e seus seguidores encontraram um lugar muito bonito, coberto por densa vegetação , água abundante e muitas flores. Disseram então que o lugar parecia um jardim. Então , desceram mais um pouco até encontrar o lugar onde o rio Gravatá com o rio Boca da Mata, formando o rio Jardim e atravessaram essa parte do rio. Então ficaram se comunicando com o resto da caravana que ficou na outra margem do rio e que passou a se chamar Barra do Jardim[4] (GORGÔNIO, 2007, s/p)

Bandeira de Melo teria construído uma pequena casa de barro, madeira e palha e uma capela, iniciando ali não somente o povoamento de Jardim, mas também a evangelização cristã. O cristianismo católico viria, posteriormente, a influenciar fortemente os destinos da cidade, notadamente nos setores político e social.

O município de Jardim localiza-se na microrregião do Cariri, sul do Ceará, distante 537 Km da capital, Fortaleza. Ocupa uma área de 552,424 km^2, habitada por uma população de 26.688 habitantes[5], incluindo a sede, os outros distritos e a zona rural. Seus limites territoriais são: Norte: Porteiras e Abaiara; Sul: Cedro -Pernambuco; Leste: Jati e Penaforte; Oeste: Barbalha.

A evolução política deste município deu-se da seguinte forma: um alvará régio de 30 de agosto de 1814, elevou o povoado de Jardim à categoria de vila desmembrando-o da vila de Crato à qual pertencia; em 3 de janeiro de 1816, a vila foi inaugurada, mas, somente 63 anos depois, a Lei Provincial de 8 de setembro de 1879, deu àquela vila o status de cidade. Dentre essas três datas a segunda foi tomada como símbolo da emancipação política de Jardim, o “3 de janeiro” é feriado municipal e comemorado com festejos que se estendem do dia 31 de dezembro (virada de ano), até o dia 3 do mês/ano seguinte.

A economia jardinense desenvolveu-se a partir da plantação de cana, da produção de rapadura, bem como do plantio de gêneros alimentícios como feijão, arroz, hortaliças e da criação de animais. A prosperidade econômica do município levou a elite local a reivindicar sua autonomia política em relação à vila de Crato à qual pertencia. O que acabou ocorrendo, como vimos acima, através do Alvará régio de 30 de agosto de 1814.

A separação política entre Jardim e Crato não aconteceu de forma pacífica. Além da elite cratense ficar insatisfeita com a autonomia política de Jardim, fato que lhe trouxera prejuízos econômicos, as duas vilas ainda se enfrentariam em guerras político-ideológicas, envolvendo defensores da Monarquia e da República. Uma delas foi a já mencionada

4 Narrativa do jardinense Luiz Ferreira Gorgônio(2007) e registrada em papel impresso, por familiares seus.
5 FONTE: IBGE, 2014.Link: https://ibge.gov.br/

"Revolta de Pinto Madeira ou Guerra dos Cacetes Bentos", fortemente influenciada pela Igreja Católica local, representada pelo padre Antônio Manoel de Sousa. A participação da instituição católica nesse evento inscreve-se na sua própria denominação "Guerra dos Cacetes Bentos", numa referência às ações de benzimento de cacetes, pedaços de madeira utilizados como arma de guerra, pelo referido padre.

Na esteira desse protagonismo católico, os padres influenciaram a sociedade jardinense também na formação de valores e comportamentos. As festas da Igreja não eram simplesmente uma atividade religiosa, mas um grande acontecimento social que envolvia todas as pessoas, especialmente as da elite. Partindo da hipótese de que os ideias católicos estão presentes na história da cidade de Jardim desde sua fundação, escolhemos a festa da virada do século XIX para o século XX como tema deste estudo.

NOITE DE 31 DE DEZEMBRO DE 1899

Tendo a sociedade jardinense suas origens fincadas no cristianismo católico, não é de causar estranheza que a Igreja católica, edificada em Jardim ainda no ano de 1792, com a chegada do padre João Bandeira de Melo, tendo escolhido como padroeiro Santo Antônio de Pádua, tenha se tornado uma instituição com o poder de influenciar todas as outras: a familiar, a educacional, a política; enfim, toda a sociedade jardinense. Dessa forma, as festas católicas eram grandes acontecimentos sociais que contavam com a participação das famílias, das autoridades políticas locais e de visitantes das áreas rurais, povoados, vilas e cidades vizinhas.

As festas anuais como a do padroeiro, celebrada no 13 do mês de junho e a festa de ano novo, nos dias 31 de dezembro e 1 de janeiro, foram sempre acontecimento de grande montra[6]. Se celebrar a chegada de um novo ano já era motivo de muitos festejos, como seria a celebração da chegada de um novo século? Assim foi a festa da virada do século XIX para o XX: uma festa memorável, realizada pelo vigário da época, padre Miguel Coelho de Sá Barreto. Tivemos acesso à narrativa desta inesquecível festa através de um artigo do escritor José Caminha Alencar Araripe, intitulado Jardim: evocações históricas e suaves relembranças. Essa foi a única fonte escrita de referência ao evento que encontramos.

Antes de analisarmos esse acontecimento sociorreligioso, consideramos importante conhecer um pouco sobre o seu idealizador. O padre Miguel Coelho de Sá Barreto nasceu em 8 de maio de 1870, no sítio Boa Vista, freguesia de Barbalha-Ceará. Em 1884, com apenas 14 anos de idade, entrou para o seminário onde ordenou-se padre, em 1892. Celebrou sua primeira missa no dia 18 de dezembro desse mesmo ano na capela do sítio Riacho do Meio, em Barbalha, onde mais tarde fora sepultado, em 1909. Sua morte precoce, com apenas 39 anos foi atribuída à problemas cardíacos.

6 A festa religiosas de Jardim se mantiveram como grandes acontecimentos sociorreligiosos no início da segunda metade do século XX, quando a fé católica na região começou a ser abalada por vários fatores, dentre eles o crescimento das Igrejas Evangélicas.

A posse do padre Miguel Coelho de Sá Barreto como vigário de Jardim ocorreu em 5 de maio de 1896. Homem de grande capacidade intelectual e orador sacro de recursos inesgotáveis, projetou-se tanto no campo espiritual como educacional. Em 1897, num esforço tenaz de desenvolver o Jardim do final do século XIX, fundou o Clube Literário Jardinenese, uma instituição de natureza educativa e literária, cujo objetivo era suprir a carência na área da educação, onde só havia até então a escola primária precária e somente acessível a poucas pessoas.

Apesar da boa intenção do padre , o Clube Literário Jardinense também só era acessível apenas a uma pequena elite. Essa instituição "reuniu o que não seria exagero qualificar de fina flor da sociedade jardinense, sob o comando do Padre Miguel Coelho, um sacerdote culto, ativo e brilhante, se movimenta com imaginação, espirito de iniciativa e empolgação"(ARARIPE,(s/d, p.132). Além do caráter elitista relatado nas parcas fontes históricas, pouco se sabe sobre a história e cultura institucional do clube, mas o suficiente para compreendermos que o mesmo produziu conhecimentos de elevados valores científicos e literários.

O acontecimento que mais marcou os 9 anos do padre Miguel Coelho à frente da Igreja Católica em Jardim foi a festa que promoveu por ocasião da passagem do século XIX para o XX. Esta, nas palavras de José Caminha Alencar Araripe, "teve ressonância extraordinária". Fora marcada por diversos rituais católicos como missas, adorações e procissões. Dentre eles uma procissão composta por centenas de pessoas que, saindo do patamar da Igreja, no centro da cidade e carregando uma enorme cruz de madeira, percorreu vários quilômetros até chegar a ponta da serra do Araripe, onde ergueram o "Cruzeiro do Século". Este continua resistindo, em pleno século XXI, como local de peregrinação dos católicos.

No entanto, não foram os rituais religiosos que tornaram a festa " extraordinária", pois estes de repetiam a cada ano. O que causou deslumbramento e ficou na memória dos jardinenses foi o espetáculo artístico-literário, cuidadosamente preparado para despedir-se do século velho e dar as boas vindas ao novo. Nos conta o escritor José Caminha Alencar Araripe(s/d), que o padre Miguel Coelho escrevera 16 discursos, a serem proferidos, em forma de recital, por 16 moças da sociedade local. Dentre essas jovens encontrava-se a mãe do escritor, Joana Carmina Gondim Araripe. Esta, de acordo com ele, repetira por inúmeras vezes o discurso que lhe coubera para os filhos e netos. Na última vez que o proferiu, já passava dos 90 anos de idade, mas ainda sabia o discurso de cor e colocava sempre a mesma emoção na sua interpretação. Dizia sentir ressoar em seus ouvidos a reação do púbico aos gritos: Bravo! Bravíssimo! Mais que verdade!

É lamentável que dos 16 discursos escritos pelo padre Miguel Coelho, apenas o de Joana Carmina tenha sido preservado, graças às suas inúmeras declamações e ao registro feito pelo filho escritor. Os demais, não conhecemos o seu teor, nem os nomes de suas intérpretes.

A estética literária do único discurso que chegou aos nossos dias é irresistível. Destarte, pedimos licença ao padre Miguel Coelho de Sá Barreto, autor do texto; à Joana Carmina Gondim Araripe, sua intérprete; e ao escritor José Caminha Alencar Araripe, responsável por divulgá-lo, para transcrevê-lo na íntegra.

> Luz e mais luz bradou um poeta moribundo. Que vejo? Luz amortalhando um século, luz enfaixando o outro. Que bela é a luz, senhores! Como é formoso o Sol! Contemplai a Via Láctea. Que prodígio, que encanto!
>
> A luz porém mais bela senhores, não é a luz física dos corpos, é a luz invisível dos espíritos. Deus é luz. Que bela luz! Uma fagulha dessa luz caiu na alma do homem e o homem para logo, tornou-se o primor da criação.
>
> Senhores condensai toda luz estrelar. Tudo isso será pequeno diante da luz que cintila no homem no começo deste século.
>
> Acanhada é a minha expressão, débil é a minha voz, pálidas são as minhas ideias para fazer o panegírico do século que se extingue. Foi um século gigante. Guerras tremendas ensanguentaram-no, erros lamentáveis macularam-lhe o manto estrelado. Que quereis vós? O Sol tem manchas, os caracteres mais puros tem senões. A perfeição absoluta procurareis somente em Deus.
>
> Os incontestáveis progressos do século XIX resgatam seus muitos defeitos. Um século é filho do outro, porque o presente está grávido do futuro, segundo a expressão de um sábio. Filho do século XIX, o século XX haverá de receber a coroa imortal.
>
> A perfectibilidade é uma lei impreterível do espírito humano. A meta do progresso não está plantada no tempo atual. Este mundo luminosíssimo, criado pelo trabalho do homem, contém em si mesmo o gérmen de novas florescências e o princípio dos mais avantajados progredimentos.
>
> O homem, no dizer do filósofo grego, é um microssomo, é a síntese do universo. Como são sempre enérgicas e ativas as forças cósmicas , sempre fecundo e criador é o nosso espírito. Nós que temos nos olhos o cintilar das estrelas, na fronte a curva do céu, temos na mente a ideia, temos na mente o universal, o infinito, que é Deus.
>
> Compreendereis o mundo sem o Sol, que oscula e fecunda a flor, desenvolve e amadurece o fruto, cria e conserva a vida nos animais, aquece e fertiliza a terra, tinge de púrpura a nuvem que balouça no céu, sobredoura a grimpa que mergulha no espaço e distende no horizonte a alvorada que sorriem as cousas? O mundo seria a treva, a confusão caótica dominaria, se não fosse o Sol. O Sol não cansa. Guerreiro de mil batalhas, leva preso pela atração os mundos do nosso sistema como outras tantas coroas aureolando sua fronte de rei.

> Compreenderíeis o mundo sem o progresso que monta no dorso movedio do mar, o vapor que visita os continentes, estende no espaço os fios elétricos que conduzem as palavras, recolhe e reproduz no fonógrafo a palavra de nossos lábios, as harmonias de nossa garganta, copia a natureza, soletra o abecedário dos astros, desvenda os segredos da terra. Subjuga todas as coisas, subordinando-as ao serviço do homem, dourando a vida, poetizando tudo, mostrando aos nossos olhos estupefatos maravilhas que se diriam produtos de certos orientais?
>
> Apagai, senhores, esta luz que nos ilumina e nós voltaremos às florestas, às grutas, à vida nômade, à idade da pedra, que se perde para nós em remotíssimo passado.
>
> Mas essa luz não se apaga. Reacende-se porque é filha do espírito, e o espírito é filho de Deus.
>
> Faço votos a Deus que as boas qualidade do século extinto sobrevivam no filho que desejo mais prudente, mais humanitário, mais amigo da ordem e da paz universal (Padre Miguel Coelho de Sá Barreto(1899), ***apud*** ARARIPE, s/d, pp. 132-134).

O texto permite-nos a realização de algumas análises importantes. Nele encontramos, além de expressões da religiosidade/espiritualidade, conhecimentos relativos à cosmologia, à filosofia, à metafísica e à ciência moderna. Também são perceptíveis no decorrer do texto influências claras do positivismo comtiano[7]. Esses elementos presentes no texto possibilita-nos uma breve aproximação do perfil do autor. O estilo literário e os conhecimentos nele contidos, leva-nos à conclusão de que o seu autor não era apenas um religioso, cuja missão se resumia em conduzir seu "rebanho" na fé cristã/católica. Tratava-se de um intelectual do seu tempo, amante do conhecimento, da literatura e das artes. Razão pela qual teria fundado o Clube Literário Jardinense, um ano após sua chegada em Jardim. Tratava-se de uma instituição educativa onde as pessoas buscavam o conhecimento, ilustração, através de leituras e das aulas ministradas pelo padre/professor. Evidencia-se também que, ao contrário da Igreja, acessível a toda a população, a educação ofertada pelo Clube Literário restringia-se apenas à elite. Nas palavras de José Caminha Alencar Araripe, reunia "a fina flor da sociedade jardinense". Foi de dentro dessa "fina flor" que Sá Barreto escolheu as 16 jovens para interpretarem seus eloquentes discursos.

Outra análise pertinente diz respeito aos efeitos de deslumbramento que o espetáculo artístico-literário da virada do século XIX para o XX produziu na população jardinense, principalmente nas jovens participantes do evento, a exemplo de Joana Carmina Gondim Araripe. O que levaria uma jovem com idade entre 18 e 20 anos(presumidamente), guardar na sua memória, até o fim de sua vida com mais de 90 anos, um discurso que declamara na sua juventude? Por que a cada vez que evocava suas memórias para recitar aquele

7 O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill.

poema para os filhos e netos, emocionava-se e seu corpo produzia sensações iguais às que vivera na primeira vez, a ponto da família temer que ela enfartasse, conforme afirma seu filho José Caminha Alencar Araripe? Penso não ser necessário recorrer às teorias da Psicologia para tentar responder essas questões, tampouco é esse o objetivo desse trabalho. No entanto, podemos buscar compreender como ocorriam essas emoções por outros caminhos.

Ronald Fraser(1993) explica que o momento da narração é um encontro em que o passado e o presente, o cultural e o pessoal, o individual e o social, o eu e o outro se conjugam. As experiências e a subjetividade do falante e do ouvinte se cruzam. A conversa que se estabelece entre a pessoa que evoca suas memórias e seus interlocutores interferem na forma que assume a narrativa. Dessa forma, ao declamar inúmeras vezes aquele poema para pessoas que ela mais amava, dona Joana Carmina talvez quisesse demonstrar para elas o quanto fora feliz e privilegiada em fazer parte daquele momento histórico de sua cidade; ou visse nelas aquela plateia que lhe ovacionara com tanto entusiasmo naquele momento ímpar de sua vida.

Logicamente, naquele 31 de dezembro de 1899, as estrelas maiores da festa foram Joana Carmina Gondim Araripe e as outras quinze moças, grandes intérpretes, escolhidas criteriosamente pelo padre Miguel Coelho para aquele recital. Entretanto, por trás do espetáculo artístico-cultural protagonizado pelas jovens da sociedade jardinense, estava a sensibilidade literária do religioso, cuja produção literária é capaz de emocionar. Havia naquele momento, um protagonismo da Igreja Católica, na pessoa do padre, que ao acionar suas capacidades religiosa, intelectual e literária, foi capaz de estabelecer reações de dimensões subjetivas inesquecíveis nos participantes do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levarmos em consideração as memórias contidas nas fontes deste estudo, concluímos que a Igreja Católica tem um papel de destaque na história de Jardim. O catolicismo é base fundante dessa história. Tudo começa em 1792, com a chegada do aventureiro padre João de Melo, iniciador do povoamento e fundador da primeira Igreja nessa localidade. No âmbito dessa instituição, muitos padres, para além do aspecto religioso, deixaram suas marcas na construção da história política, da educação, da cultura e da formação de valores morais.

O religioso mais mencionado na historiografia jardinense é padre Antônio Manoel de Sousa, um dos lideres da Revolta de Pinto Madeira ou Guerra dos Cacetes Bentos(1832). Seu protagonismo deve-se ao curioso fato do mesmo benzer cacetes de madeira para armar a população jardinense contra os liberais cratenses que tinha o intento de implantar os ideais republicanos na vila de Jardim, reduto de monarquistas, do qual o padre fazia parte.

Menos citado, mas de uma de uma importância histórica indiscutível, vem o padre Miguel Coelho de Sá Barreto, o idealizador da festa sociorreligiosa que marcou a virada do século XIX para o XX, evento analisado neste trabalho. Acreditamos que o referido padre intencionasse apenas comemorar, com estilo, a chegada de um novo século, talvez não imaginasse ele que aquele evento deixaria memórias que ainda não foram apagadas, mesmo transcorridos mais de cento e vinte anos de sua realização.

De acordo com as fontes analisadas, mais que os rituais religiosos católicos, o evento da virada do século foi marcado pelo caráter artístico-literário. A estética dos dezesseis discursos escritos pelo padre, juntamente com a bela interpretação das 16 jovens da sociedade jardinense, na apresentação do recital, deixaram lembranças memoráveis, tanto nos envolvidos diretamente no espetáculo teatral, quanto na plateia, o que transformaria aquela festa num importante evento histórico.

Essas percepções reafirmam-nos a importância da Igreja Católica na construção histórica de Jardim, bem como do padre Miguel Coelho. Esse religioso, além das suas ações no âmbito de sua missão Católica, destacou-se também como educador e literato. Seu trabalho à frente do Clube Literário Jardinense, orientando e instruindo a "fina flor da sociedade", deixou marcas na história e na educação do município de jardim.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, J.C. Alencar. **Jardim, evocações históricas e suaves relembranças**. S/d. Texto disponível no site:http://www.institutodoceara.org.br/aspx/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper &Itemid=2667. Acessado em 26/12/2012.

BARROS, José D"Assunção. FONTES HISTÓRICAS – UMA INTRODUÇÃO AOS SEUS USOS HISTORIOGRÁFICOS. ANPUH RJ, 2019. História e Parcerias. Link: file:///D:/_Usu%C3%A1rio/ Downloads/Fontes_Histricas._Jos_DAssuno_Barros_ANPUH-RJ_2019.pdf. Acesso em 16/04/2021.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BRITO Sócrates Quintino da Fonsêca e. **A REBELIÃO DE JOAQUIM PINTO MADEIRA Fatores Políticos e Sociais.** Dissertação de mestrado(mimeo). Florianópolis/SC: UFSC, 1979.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Memorial Deputado Pontes Neto: os clérigos e católicos na Assembleia Provincial do Ceará: 1821-1889.** Coordenação, pesquisa e texto, Osmar Maia Diogenes. Fortaleza: INESP, 2008.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE. Peter (org.). A escrita da história novas perspectivas. UNESP, 2.ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Historia do Cariri V.I**. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: edições UFC, 2010.

FRASER, Ronald. **Historia Oral, Historia Social. Historia Social**, n° 17, outono 1993 (Inst. Historia Social, UNED, Valência) pp. 131-139.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC,1984.

GORGÔNIO. Luiz Ferreira. **História de Jardim – Suas Contradições e Seu Folclore**. (mimeo). Jardim/CE, 2007.

PEREIRA, Maria Alacoque de Lima. **Jardim – sua História e sua Gente**. Fortaleza,1987.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 2, n.3, 1989.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DO ÁLBUM ILLUSTRADO DE GOYANNA: 1921-2021

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 07/05/2021

Angela Ninfa Mendes de Andrade Cabral
Universidade Federal de Pernambuco
Caruaru-PE
https://orcid.org/0000-0003-1942-1967
http://lattes.cnpq.br/2801772511004925

José Bartolomeu dos Santos Júnior
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa-PB
https://orcid.org/0000-0001-9150-1051
http://lattes.cnpq.br/0980140206073181

Eliton Leandro de Oliveira Pereira
Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana
Goiana-PE
https://orcid.org/0000-0002-5140-0616
http://lattes.cnpq.br/1125875822056475

RESUMO: Este trabalho apresenta interpretações no percurso centenário da cidade de Goiana-PE a partir da segunda década do século XX, destacando aspectos da sociedade local, no recorte temporal do período 1921 a 2021 associando o desenvolvimento social a questões da atualidade. Temos por objetivo realizar um estudo comparativo do município de Goiana-PE entre o século XX e XXI, expondo mudanças, permanências ou transformações ocorridas durante o centenário. O enfoque metodológico segue os parâmetros de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, com viés descritivo/explicativo, tendo como base para análise dos dados o Álbum Illustrado Goyanna, impresso, (1921). Argumentamos em nossas exposições conceitos de autores que pesquisam sobre a história de Goiana, como Oliveira (2010), Nascimento (1996), Sena (2007), Santos Júnior (2019), relativizando os conceitos de Durval Júnior (2007), Norbert Elias (1994), Stuart Hall (2015), Alfred Schuzt (2012) e Antoine Prost (2012). Os campos de estudos das Ciências Humanas favorecem o debate e a interdisciplinaridade de conhecimentos para que possamos cada vez mais relacionar o presente com o passado, propondo reflexões de como éramos, o que somos e do que queremos ser.

PALAVRAS - CHAVE: Sociedade. Indivíduo. Identidades. Mudanças Sociais. Goiana.

HISTORICAL AND SOCIAL CONSIDERATIONS OF THE ILLUSTRATED ALBUM OF GOYANNA: 1921-2021

ABSTRACT: This work presents interpretations on the centenary journey of the city of Goiana-PE from the second decade of the twentieth century, highlighting aspects of local society, in the time frame of the period 1921 to 2021 associating social development to current issues. We aim to carry out a comparative study of the municipality of Goiana-PE between the 20th and 21st centuries, exposing changes, permanences or transformations that occurred during the centenary. The methodological approach follows the parameters of a qualitative and bibliographic research, with a descriptive / explanatory bias,

based on the data analysis the Album Illustrado Goyanna, printed, (1921). In our exhibitions, we argue the concepts of authors who research the history of Goiana, such as Oliveira (2010), Nascimento (1996), Sena (2007), Santos Júnior (2019), putting Durval Júnior (2007), Norbert Elias (1994), Stuart Hall (2015), Alfred Schuzt (2012) and Antoine Prost (2012). The fields of study of Human Sciences favor the debate and interdisciplinarity of knowledge so that we can increasingly relate the present with the past, proposing reflections on how we were, what we are and what we want to be.
KEYWORDS: Society. Individual. Identities. Social Changes. Goiana.

INTRODUÇÃO

O território de Goiana estava localizado na Capitania de Itamaracá, e na segunda metade do século XVI, duas paroquias foram criadas: no ano de 1555 a Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, próxima ao litoral; e em 1568 a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, entre os rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim. Goiana cresceu à sombra dos canaviais dos engenhos do seu entorno e o verde da Mata Atlântica cedeu espaço para monocultura canavieira. No século XVIII Goiana se tornou a Vila Sede da Capitania de Itamaracá e neste mesmo século foi anexada à Província de Pernambuco.

Em 05 de maio se elevou de Vila à Cidade Goyanna, tendo projeções econômicas muito importantes e um centro de ideias liberais/emancipatórias como 1817, 1821 e 1824. Histórias que foram referenciadas pelos personagens descritos no Álbum Illustrado em 1921. Eles, em alguns momentos deram maior ênfase a fatos e personas as quais destinavam uma forte ligação. Outras, não tiveram destaque para os idealizadores e não foram contempladas.

Este trabalho apresenta percurso metodológico baseado na pesquisa qualitativa bibliográfica, em que investigamos a trajetória do município de Goiana-PE, apresentado no Álbum Illustrado de Goyanna[1] nos idos de 1921, gravado pela Imprensa Industrial, localizada na Rua Visconde de Itaparica, no Recife. Constatamos a presença da grafia “Elite Social” presente neste álbum por 16 vezes. Já o termo “Elite Intellectual” foi citado 26 vezes na coluna intitulada ‘O que penso de Goyanna’, onde 22 homens e 4 mulheres expressaram suas visões sobre diversas situações. Vemos materializado nos discursos e imagens contidas no álbum a presença de figuras do período colonial/imperial perpassando o período republicano.

> A condição de homem exige que o indivíduo, embora exista e aja como ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (HALL, 2015, p. 29).

1 Durante o processo de análise investigativa do Album Illustado de Goyanna, optamos por manter a grafia original das palavras em respeito ao processo de evolução ortográfica da Língua Portuguesa. Durante todo o texto será apresentada palavras em sua grafia original, seguindo a estilo de escrita do início do século XX.

Na obra, encontramos símbolos, signos e identidades de um período histórico que estava envolto na dualidade das rupturas e permanências, com conceitos do regime monárquico e republicano, com o agrário e o industrial, com o rural e o urbano, com o moderno e suas características.

Durante o processo de pesquisa nos questionamos, qual discurso de histórias nos são apresentadas e quais são postas na Goiana da atualidade? Neste sentido, Durval Muniz de Albuquerque Júnior irá dizer que "a evidência é produto de uma certa vidência, é construção de uma forma de ver, de uma visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente localizada" (2007, p. 25).

A história de Goiana possui objetos e objetivos que foram pensados, criados e formulados em diferentes tempos. As narrativas relacionais são frutos de tessituras e habilidades significadas que atribuímos ou não para cada identidade que "buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado" (HALL, 2015, p. 32).

O PASSADO NO PRESENTE EM GOIANA

O Álbum Illustrado de Goyanna foi confeccionado na gestão do prefeito José Pinto de Abreu, no triênio 1919-1922, que o personifica como possuidor de um espírito patriota, trabalhador e comprometido com o progresso do município. Em um de seus livros, Norbert Elias (1994, p. 22) afirma que cada pessoa que passa pela outra, está ligada à outra por relações invisíveis. No caso goianense, temos como exemplo o cidadão José Pinto, que reverbera na cidade de diferentes maneiras. Após sua morte, seu nome se perpetuou na sociedade sendo homenageado como nome de um Grupo Escolar, terceira escola construída pelo governo de Pernambuco em Goiana, solenemente inaugurada em 25 de janeiro de 1967. A instituição agora se denomina Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu. Também "em 31 de outubro de 1959, passou a dar nome à Câmara de Vereadores" (SANTOS JÚNIOR, 2019, p. 58). Zé Pinto de Abreu atuou como militar, comerciante, professor e político (vereador, prefeito e interventor).

Outro personagem que foi destacado no Álbum e se faz presente como nome de rua e escola no centro de Goiana é o senhor Manoel Borba. Na obra (1921, p. 15) discorre que ele era

> Chefe da política situacional local. Senador federal pelo nosso estado. S. Excia. Foi governador de Pernambuco no quadriênio de 1915 a 1919. Raro exemplar de honestidade, homem trabalhador, um guiador da própria vontade, o senador Manoel Borba mantém dentro do Estado um largo círculo de sympathia e de admiração. Já exerceu em Goiana o cargo de prefeito e é um dos diretores de nossa Fábrica de Tecidos.

A Fábrica é a Companhia Industrial 'Fiação e Tecidos' de Goyanna, popularmente chamada de FITEG, foi criada no dia 29 de julho de 1895, funcionando com quase 600 operários. No ano de 1921, recebeu especial destaque na ilustração com fotografias variadas e enaltecimentos dos principais diretores, acionistas e funcionários. Entre os seus 92 acionistas, destacamos os 19 maiores e são citados (p. 74) e entre eles, chamou nossa atenção as duas mulheres: Josephina Francisca de Almeida, com 212 ações e Joanna Barbosa Pereira de Andrade, com 100 ações. Curioso foi perceber que as ações do Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade (170 ações) eram maiores do que as do Dr. Manoel Borba (162 ações). Ainda de acordo com o Álbum, "a primeira peça de panno com 32 metros, baixinha, foi fabricada no dia 29 de julho de 1895". Aí estaria a explicação para o nome do logradouro. Baseado na segregação racial/laboral das irmandades e templos católicos do período colonial e imperial que segregavam brancos, pretos, pardos livres e pardos escravos, Santos Júnior (2019, p. 57) acredita que o nome baixinha deveria refletir as questões sociais, por nela ser localizada as residências dos operários, "era uma rua de moradores pobres, da classe baixa, daí a alcunha 'rua da baixinha'".

"Em 1901, foi fundada por Manuel Borba, Edward Johnson e Henrique Bernardes a Companhia de Transportes de Goiana" (SENA, 2007, p. 159). Assim, o primeiro automóvel do Brasil veio para Goiana no raiar do século XX. A Escola Municipal Dr. Manuel Borba foi fundada em 03 de maio de 1933. Em 1945, com a construção do novo prédio é transferida da Rua do Meio, para o atual endereço, à Praça Frei Caneca. Transcrevendo uma reportagem do Jornal 'O Goianense', de 30/11/1930, Mário Santiago (1946, p. 282) no Tomo Primeiro do Analecto Goianense informa que "o Dr. Antônio Raposo, prefeito do município, resolveu fazer no dia 24 do corrente a aposição das placas nas ruas Dr. Manuel Borba e 04 de Outubro". Em Josué Sena (2007, p. 339) encontramos que "a Rua do Amparo é atualmente a Rua Manuel Borba, e possivelmente, presume este autor, já teve o nome de Rua da Imperatriz".

Outro destaque no Álbum se dá a figura do deputado Ângelo Jordão, intitulado como 'benemérito' do ensaio. Foi chefe do poder executivo no triênio de 1916 a 1919. Assim ele é descrito (1921, p. 16):

> Eleito prefeito effectivo, geriu os públicos negócios com critério e inteligência. Ultimamente o partido ao qual é filiado, fel-o deputado ao congresso estadual, tendo sido eleito pelo 1º Districto, para a legislatura de 1919 a 1921. Coração affectuoso, amigo sincero, honesto e trabalhador, S. Exc é aqui muito conceituado e bemquisto. Jornalista inteligente, o deputado é um dos colaboradores do "O Municipio", onde sua pena scintilla.

Na gestão do prefeito Lourenço de Albuquerque Gadelha fora construída na Comunidade de Ponta de Pedras a Escola Prefeito Ângelo Jordão, sendo o ato inaugural presidido pelo então governador do Estado, o senhor Nilo de Sousa Coelho em agosto de 1968. O seu herdeiro, o senhor Ângelo Jordão Filho também é homenageado na seção

denominada de “Elite Intellectual” (p. 115 e 116). Em 1977, ele publicou a obra “Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana”, contribuindo nas interpretações históricas do município.

É notório no Álbum a colonialidade nas visões e personagens históricos favorecidos. O capítulo denominado “História, Vultos Eminentes, Lavoura, Instrucção, Imprensa e Religião” (p. 29) foram organizados por Edmundo Jordão, Coronel Cunha Rabelo, Dr. Angelo Jordão Filho, Senhorita Maria das Mercês de Moraes Rabello e pelo padre Silvino Guedes, pároco de Goyanna neste período. A valorização por fatos, atos e episódios da época da América Portuguesa (1500 a 1822) ou da Monarquia brasileira (1822 a 1889) é o norteamento dos escritos do material.

Edmundo Jordão em duas laudas (p. 31 e 32) faz uma cronologia do desenvolvimento de Goyanna enquanto freguesia, vila e cidade; sua ligação com a Capitania de Itamaracá e depois com a de Pernambuco. Localiza geograficamente a cidade, estima sua população em 18 mil habitantes distribuídos em 3000 mil casas e afirma que “o nome Goyanna é vocábulo indígena e significa gente estimada – corruptela de guaya – gente e na – estimada” (1921, p. 23). Outros pesquisadores no século passado tentaram esboçar novas significações, como Teodoro Sampaio que diz significar Porto ou Ancoradouro do vale ou bacia (NASCIMENTO, 1996, p. 32), e Mário Melo em sua versão de Planta Anileira, charco, flor de cana.

O Doutor Belarmino Correia de Oliveira é descrito como “médico ilustre, humanitário, homem intelectual e decano dos médicos pernambucanos” (p. 31). Em 1921, o hospital estadual ainda não existia. Foi construído e inaugurado em 1924. Assim, os doentes eram cuidados no hospital da Santa Casa de Misericórdia que funcionou por mais de 200 anos, do século XVIII ao XX, ao lado da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres. “Os seus doentes são tratados por um médico mantido pela irmandade, auxiliado por um farmacêutico e dois enfermeiros” (p. 63).

O Conselheiro do Segundo Império, o senhor João Alfredo Correia de Oliveira, monarquista convicto (irmão do primeiro prefeito de Goiana, Belarmino Correia de Oliveira) teve sua trajetória relatada, bem como o seu primo, o senhor Joaquim Nunes Machado, líder da Revolta Praieira de 1848/49. Mesmo na Primeira República (1889-1930), João Alfredo tem seu nome na primeira instituição de ensino construída pela rede estadual, trata-se do Grupo Escolar Dr. João Alfredo.

Por que esses sujeitos aparecem como fundantes de grandes experiências? Respondemos com uma consideração de Stuart Hall (2015, p. 30): “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Embora com um novo sistema político, implantado no país em fins do século XIX, a sociedade ainda era refém e perpetuava (será que ainda perpetua?) aspectos da colonização e dos privilegiados. Um exemplo claro é o total enfoque dado para o catolicismo, sobretudo para o primeiro bispo da recém criada (1918) Diocese de Nazaré da Mata, na pessoa do Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, empossado em 1919 e tido

como “virtuoso bispo de Nazareth e Goyanna” (1921, p. 47).

As igrejas evangélicas que no nosso estado e município começaram a se instalar no século XX não foram sequer citadas. Hoje, o cenário é bem diferente; a Igreja Católica vem se reformulando desde o Concílio Vaticano II, e perdeu espaço para as variadas denominações das Igrejas Batistas, Assembleias, Mundial, da Graça, Universal do Reino de Deus, Casa da Bênção e outros ramos neopentecostais, além da relativa liberdade dos terreiros de Umbanda, Candomblé e Jurema. Os Espiritas Kardecistas possuem seus Centros e realizam trabalhos sociais, bem como grupos católicos e evangélicos. O Álbum, na página 51, cita resumidamente a tomada da cidade pelos holandeses no século XVII. Nele, nada encontramos sobre a Batalha de Tejucupapo, mas já é cristalizada a ideia de que “foi Negreiros, o heróe pernambucano” (p. 62), vejamos:

> Na egreja matriz de Goyanna repousam os restos mortaes do general André Vidal de Negreiros, falecido em 3 de fevereiro de 1680, no Engenho Novo, onde foi sepultado em Capella, e em 1870 transladado para ali; André Vidal de Negreiros foi um dos heroes da Insurreição Pernambucana que visava expulsar de Pernambuco os soldados da Hollanda, o que conseguiu, depois de uma dezena de anos de uma lucta tremenda (1921, p. 62).

Mário Rodrigues do Nascimento (1996, p. 68) e Severino Carneiro de Oliveira (2010, p. 269) informam que da Igreja Matriz dos Brancos, os restos mortais ainda passaram pela Igreja da Soledade de Goiana, depois transferidos para o Palácio do Arcebispado no Recife e por fim repousa na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres no Monte Guararapes, juntamente com outros que colaboraram e lutaram para expulsão dos holandeses. André Vidal ainda é nome de uma escola estadual na sede do município.

Determinadas ‘verdades’ são instituídas na história, como a de herói e “estas, uma vez cristalizadas, dificultam a emergência de uma outra forma de olhar para o passado” Durval Junior (2007, p. 155). Laurentino Gomes nos fornece elementos que nos ajudam a enxergar com outros olhos, a vermos por outro ângulo a pessoa do André Vidal de Negreiros.

> O martírio final do Congo foi protagonizado por três brasileiros: Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, todos heróis da guerra contra os holandeses no Brasil e na África na primeira metade do século XVII. Como recompensa, tinham recebido da Coroa portuguesa inúmeras honrarias, entre elas, o posto de governador de Angola, que ocuparam sucessivamente entre 1648 e 1661. Os três viam o Congo com olhos de traficantes de escravos. André Vidal de Negreiros, paraibano e dono de engenhos, dizia que o rei do Congo roubava minas e desviava metais preciosos que por direito pertenciam à Coroa Portuguesa. Pressionado pelos seus nobres e súditos, Dom Antonio I Afonso declarou guerra a Vidal de Negreiros. Era o pretexto que faltava aos brasileiros. O confronto decisivo se deu em 1665, na Batalha de Ambuíla. Foi um massacre no qual o próprio rei congolês acabou morto e degolado. Segundo relato enviado por Vidal de Negreiros a Lisboa, mais de 5 mil guerreiros foram mortos, incluindo “quatrocentos fidalgos titulares” do rei.

> Vidal de Negreiros retornou ao Brasil sem pagar os soldos das tropas que o haviam acompanhado na Batalha de Ambuíla (GOMES, 2019, p.204/205/206).

Assim, esbarramos novamente na concepção de que "os homens inventariam a história através de suas ações e de suas representações" Durval Junior (2007, p. 19). Para os que comungam da colonialidade, o Vidal pode ser visto e considerado como herói, mas para os africanos e afro-brasileiros que se posicionam como militantes decoloniais tem outras interpretações. O termo decolonialidade está baseado aos processos que buscam transcender historicamente e sociologicamente a colonialidade, ou seja, é subverter os padrões coloniais que permanecem mesmo após o fim da situação colonial, pelo menos em termos 'oficiais'. Parece persistir na história de Goiana a afirmativa de Schutz (2021, p. 76), "apenas o que já foi experienciado é que é significativo, e não aquilo que está sendo". As exaltações dos fatos passados por vezes fazem com que os atuais acontecimentos e personalidades sejam menosprezados, esquecidos e vivam nas periferias da cidade e nos distritos sem serem vistos/percebidos.

Um dos capítulos do Álbum Illustrado é denominado de CIDADE NOVA e expõe obras de edificação: estava sendo concluído o Collegio Nossa Senhora do Rosário, que é o Colégio da Sagrada Família. As irmãs desta Congregação francesa aqui se instalaram em 1905. Era uma instituição que se dedicava à instrução feminina. Durante o século XX, se sobressaiu o nome da irmã Marie Armelle Falguiéres (1880-1981), que em 1992 foi homenageada como nome de uma escola municipal edificada ao lado da escola particular. Infelizmente, o século XXI expulsou de Goiana as irmãs que se dedicaram por mais de um século à educação de cidadãos. O Colégio é atualmente administrado pela Faculdade de Ciências de Timbaúba.

O Atheneu Goyannense era um colégio que em 1921 estava destinado à educação masculina e era dirigido por Ângelo Jordão Filho; existiam ainda outras escolas particulares por todo o município. Estava também em fase de conclusão o Collégio Municipal, que é o atual prédio da secretaria de obras. Durante grande parte do século XX, este monumento foi o Fórum de Goiana. Apenas no século XXI é que ele abrigou outras funções.

> Alguns anos depois, o prédio passou a ser a sede oficial do Palácio da Justiça. Observem agora, por gentileza, que naquele ponto do frontispício, no espaço entre duas colunas contíguas está encimado um triângulo, símbolo da Maçonaria. Razão pela qual, identificamos que houve a participação direta de um maçom, na concepção e edificação desse magnífico exemplar da arquitetura neoclássica. Com a transferência do Fórum para um prédio que fora construído, na Rua do Jiló, pelo governo do então prefeito Edval Félix Soares, foi instalada aqui, no dia 21 de dezembro de 2001, a Escola de Governo Antônio Rufino Ribeiro, criada pela Lei Municipal nº 1896. Contudo, em 2005 a Escola de Governo foi desativada e em seu lugar instalaram a secretaria de obras do governo municipal (OLIVEIRA, 2010, p. 190/191).

Em 2017, o Fórum foi novamente transferido para um novo prédio no Loteamento Boa Vista, em uma área próxima a um empreendimento Imobiliário que vem dando novas roupagens na edificação de residências. O Álbum cita o andamento das obras da residência do coronel José Pinto de Abreu e trata como 'elegante' a do coronel Francisco Lyra. Na Goiana de hoje, destaca-se no cenário urbano, próxima ao Hospital Belarmino Correia, a casa da juíza federal Dr.ª Nilcéia Barbosa Maggi. Severino Carneiro de Oliveira pede que (2010, p. 201).

> Observem bem esta mansão. Ela foi construída, em estilo neoclássico, há cerca de quatro anos, ocupando o espaço de pelo menos oito casas e seus respectivos quintais. O seu frontispício apresenta um embelezamento construído por um número considerável de colunas jônicas, com capiteis ornados a parte superior de cada uma delas. Seu estilo arquitetônico, no entanto, sugere a ideia de que a edificação foi planejada para ser um Palácio de Justiça ou uma Faculdade de Direito, menos para uma residência. Contudo, por se tratar de um projeto idealizado por uma juíza goianense, Dr[a] Nilcéa Barbosa Maggi, a casa da edificação não poderia ter uma conotação diferente desta, cuja linha arquitetônica enquadra-se com elegância a nossa rica ambiência cultural.

O Polytheama Goyannense (1921, p. 27) abrigava variadas atividades de diversões. Comportava mil expectadores na sala do cinema/teatro, além de oferecer um rink de patinação, bilhares e outros jogos classificados como familiares. Após um período com suas portas fechadas, o prédio foi restaurado com financiamento do Governo do Estado de Pernambuco (PROMATA) e é gerenciado pela prefeitura municipal de Goiana. É uma ferramenta de grande importância por inúmeros fatores, mas, parece que os artistas, promotores e produtores de eventos e manifestações culturais têm encontrado dificuldades em dar vida ao centenário prédio.

INDUSTRIA, COMÉRCIO E RUAS DE GOYANNA EM 1921 E EM TEMPOS ATUAIS

Na página 153 do Álbum, identificamos o que havia dentro da cidade e segue uma lista com as instituições e suas quantidades:

> 82 casas comerciais, 7 officinas de alfaiate, 5 açougues, 10 officinas de barbeiro, 3 gabinetes dentários, 2 fabricas de bebidas, 1 fabrica de tecidos, 1 fabrica de doces e conservas, 1 fabrica de cigarros, 4 médicos, 4 pharmacias, 8 egrejas, 2 theatros, 1 cinema, 4 photofraphos, 2 bandas de música, 5 advogados, 3 hotéis, 4 casas de pasto, 4 conheiras, 10 costureiras, 8 officinas de sapateiro, 10 officinas de marceneiro, 30 pedreiros, 1 typographia, 3 cartórios públicos, 6 associações, 1 agencia de correios, 3 fabricas de café, 1 syndicato agrícola e 1 usina electrica.

Entre as casas comerciais, infelizmente das 82 nenhuma sobreviveu, não chegaram aos nossos dias, apenas uma, que ficava em Goyanninha, atual município do Condado, que na época era nosso distrito: A Grinalda, pertencia em 1921 ao comerciante José Marques da Fonseca, ficava na Rua do Commercio números 56 e 58, e nela, o cliente podia encontrar um completo sortimento de Fazendas (tecidos), miudezas, perfumaria, calçados, chapéus, chapéus de sol, redes, livros para instrução primária, roupas, etc. Algumas foram retratadas no Álbum como por exemplo o Armazém de Estivas e Padaria de Ursicino Bandeira e Companhia, localizado na Rua 15 de Novembro, nº 74. Era um estabelecimento que ofertava variados produtos na mesma loja.

> Especialista em xarque diretamente recebido das principaes praças do sul (Bacalhau, farinha de trigo, carbureto, arame farpado, sal, côco e cal). Os produtos de sua padaria são fabricados com inexcedível asseio e são os preferidos pelas exmas famílias. Pães, bolachas e bolachinhas para chá; as acreditadas marcas "Donzinha", "Jordão" e "Mesquita" são manipuladas a vista do freguez. Vende papeis, envelopes, livros em branco e artigos para escritório, bem como muitos outros artigos de ferragens, miudezas e as mais acreditadas marcas de enxadas. Vende em optimas condições o preferido Kerozene **Jacaré** e a gasolina **Montano** (1921, p. 156).

Ainda neste armazém, o proprietário anunciava que se interessava em comprar couros secos, verdes, salgados, pele de cabra, de carneiro, bronze, cobre, latão, chumbo, sementes e resinas. E também agenciava e vendia pelos mesmos preços encontrados na capital (Recife) carros da Ford e máquinas (machinas) de escrever. É interessante perceber a variedade na venda de produtos que atualmente são ofertados em lojas especializadas, distintas. As bolachas e pães são comercializadas em supermercados, mercadinhos e padarias: Supermercado Evangélico, Supermercados Alves, Varejão Goianense, Todo Dia, Super Box Geraldão, Padarias Rainha, Supermercado Mix Ideal, Padaria Guarani, Padaria Pães e Doces, Padaria Central, Padaria Vitória, entre outras.

Já a gasolina pode ser fornecida pelos postos combustíveis, um no centro da cidade, na rodoviária velha e os demais nas margens da PE 49 ou na BR 101: Albuquerque Pneus, Posto Santa Isabel, Master Gás, Maria de Lourdes. Naquele ano de 1921, o Álbum registra a existência de 3 hotéis na cidade expondo o nome de dois deles: o Hotel Papagaio e o Hotel e Hospedaria Popular, localizados na Rua Direita; e hoje, temos o Hotel Renascente na Rua do Jiló, o Hotel Rainha na Praça do Artesão, O Goiana Hotel na Rua do Bom Jesus, a Pousada Marinho na Avenida Nunes Machado, O Palace Hotel na Margem da PE 49, o Clone Motel, entre outros estabelecimentos menores.

O número de gabinetes (consultórios) dentários e de médicos que oferecem seus serviços em clínicas particulares e ou hospitais privados (como é o caso do Memorial Hospital de Goiana e do Hospital da Visão), também houve um considerável crescimento. Destacamos o Centro Médico de Goiana (CEMOG), Saúde e CIA, Clínica de Ginecologia e Obstetrícia de Goiana (CLIMOG), Clínica Elo de Goiana (ELO), Gilson Cidrim, Centro

Diagnóstico de Goiana (CEDIG), entre outros. Temos Muitas farmácias e escritórios de advogados espalhados no centro da cidade. Entre os açougues, a população faz suas escolhas no mercado público, na feira de carnes, nos supermercados e no Açougue do Povo. A denominação cabeleireiro(a) se firmou sobre a de barbeiro mas ainda existem alguns que usam essa terminologia em seus serviços. Não encontramos alfaiates e poucas são as costureiras; as roupas são comercializadas nas centenas de lojas mistas e outras especializadas no gênero masculino, feminino ou infantil. A usina elétrica na época estava localizada onde é o atual prédio da Câmara de vereadores.

> As vésperas da inauguração da luz elétrica de Goiana (07/05/1918), ocorreu uma grande explosão. A usina localizava-se na Rua Direita, onde hoje fica a Câmara de vereadores. O serviço havia sido contratado pelo então prefeito Ângelo Jordão de Vasconcelos, com a firma Alfredo Silva e CIA, do Recife. O estampido abalou a cidade inteira. Muita gente acorreu ao local da explosão, motivada por duas garrafas de oxigênio, resultando na morte do suíço Reidolf Schusser, engenheiro da citada firma. Morreram também os pedreiros Benedito Simeão e um tal Rafael, como também o seu ajudante, o preto "Panamá". Ficaram feridas várias pessoas, entre as quais o mecânico Frederico (Fritz) Gross, que perdeu o braço esquerdo. Só depois de um ano (1919) foi inaugurado definitivamente o serviço de luz pública em Goiana (NASCIMENTO, 1996, p. 128).

O fornecimento atual é feito pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE. Nenhuma das fábricas em funcionamento naquele ano de 1921 sobreviveu. Embora a FITEG ainda esteja com suas edificações no cotidiano da cidade e na memória de ex-funcionários e de outros cidadãos. No entorno da cidade encontravam-se as Usinas Santa Thereza, que tinha como maior proprietário o Dr. José Henrique Cezar, a Usina João Alfredo no Engenho Uruaé, e a Usina Nossa Senhora das Maravilhas, do Dr. Diniz Peryllo. Sobre a economia, Oliveira em 2010 nos informava que

> Ainda é baseada, na histórica produção de cana de açúcar, cuja atividade agro-industrial é desenvolvida por duas usinas: Santa Teresa e das Maravilhas. Sendo que esta última está inativa, há sete anos. Contudo, continua cultivando, em suas terras, o plantio da cana de açúcar, caracterizando o domínio da terra, em uma concentração latifundiária, sem efeitos positivos para o município e para a diversificação de culturas (OLIVEIRA, 2010, p. 272).

A Usina Santa Teresa e a Fábrica de Cimentos Nassau, localizada na Ilha de Itapessoca também não resistiram e fecharam suas portas. Aos poucos, novos investimentos estão sendo inseridos, transformando o cenário industrial. Temos a KLABIN S/A, que tenta se reformular constantemente; nas imediações estão a Fábrica de Canaã Polpa de Frutas, a Distribuidora Agro Minas, Goiana Pré Fabricados, uma Fábrica de Gelo KI GELO, a HEMOBRAS - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, a Vivix Vidros Planos e a Fábrica da Jeep - Fiat Chrysler Automobiles com a produção de automóveis.

Passados 100 anos, constatamos que muitos nomes das ruas ainda vigoram. Os

organizadores do Álbum Ilustrativo da cidade em 1921 se preocuparam até na contagem das casas que existiam. As residências mudaram a proposta arquitetônica original mesmo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tentando resguardar as edificações, os proprietários modificaram fachadas e cômodos. Em 1921 a maioria das residências do centro era térrea, na atualidade a maior parte possuem um ou mais andares. Registramos, fazendo a comparação 1921-2021, que mais de trinta ruas continuam com seus nomes ou coexistem com outros: Estada Nova, Rua do Limoeiro, Rua das Porteiras, Rua do Meio, Rua da Praia, Rua da Ponte, Beco do Pavão, Rua da Baixinha, Estrada de Cima, Rua do Curtume, Rua da Poeira (atual Impoeira), Rua dos Martírios, Rua Poço do Rei, Rua do Rio, Rua da Misericórdia, Rua da Alegria, Rua do Gravatá, Rua do Tanquinho, Rua da Conceição, Rua da Viração, Beco do Fonseca, Beco do Domingos Ramos, Beco das Pedras, Beco do Machado, Rua do Rosário, Rua Santa Teresa, Rua da Soledade, Rua das Laranjeiras, Rua do Lindo Amor, Rua Trapiche do Meio e Rua das Quintas.

Algumas alterações de nomes ocorreram como é o caso da Rua do Amparo, que foi renomeada de Manoel Borba por Antônio Raposo em novembro de 1930. A Rua atrás do Amparo é hoje a Praça Duque de Caxias. E apesar dos nomes oficiais do período republicano, os munícipes ainda tratam as ruas com os nomes da época do Império. É o caso da Avenida Marechal Deodoro da Fonseca (Rua Direita), A Rua das Porteiras (Benjamim Constant), a Rua 15 de Novembro (Rua do Meio), Avenida Nunes Machado (Rua da Baixinha), Praça Frei Caneca (Largo do Carmo), Feira do Abacaxi (Largo do Trapiche do Meio), Rua Siqueira Campos (Beco do Pavão), Rua General Joaquim Cordeiro de Farias (Beco do Fonseca), Rua Cleto Campelo (Beco da Luz), Avenida André Vidal de Negreiros (Antiga Estrada Nova), Rua Marquês de Herval (Rua da Ponte), Rua Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo (Rua da Praia), Avenida Desembargador Edmundo Jordão (Rua das Quintas), Rua Manoel Carlos de Mendonça (Estrada de Cima), Rua do Bom Jesus é a Rua do Toco, e no Álbum é a Rua Atrás da Conceição. Sobre a Rua Silvino Macedo, Octávio Pinto (1968, p. 135) diz que este militar nasceu naquela rua que era “conhecida como Beco Fundo (hoje com seu nome), esquina da Rua do Jiló”. Ora, por essa informação podemos pensar que onde se encontra alguns boxes comerciais era uma continuidade da Rua do Jiló.

O crescimento residencial em Goiana foi observado por Oliveira (2010, p. 199) que localiza essa urbanização com a ocupação das terras provenientes dos engenhos “Boa Vista, Bujary, Goiana Grande, Mariúna, Mussumbu, e Novo de Santo Antônio, cujas origens datam do século XVI”. O Cemitério Público construído na década de 70 do século XIX foi um impulsionador do crescimento de casas erguidas naquela direção, que no período era um local distante do centro da cidade. Em 1921, não existiam os bairros e as comunidades do Bom Tempo, Barro Vermelho, Vargem, Mutirão, Nova Goiana, Flecheiras, Vila Castelo Branco, Boa Vista, entre outras.

No ano de 1921 também marcaria o Centenário da Junta Governativa de Goiana

e da Convenção de Beberibe, mas o Álbum não realizou nenhuma referência a estes acontecimentos. Por ser uma fonte interpretativa de múltiplas categorias de analises e recortes específicos, esperamos que outros pesquisadores possam dele fazer uso para que novas análises interpretativas sejam exploradas por concepções sociais, religiosas, econômicas e culturais da secular cidade de Goiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorridos 100 anos, Goiana se apresenta bem diferente daquela retratação de 1921, embora que os anseios e almejos de urbanização/industrialização sejam ainda uma constante. Os Caboclinhos Caetés de Goiana, fundado em 1904 (sendo o segundo mais antigo de Pernambuco), passaram despercebidos pelos organizadores do Álbum Illustrado; mas, atualmente, por causa das políticas públicas implantadas durante fins do século XX e início do XXI, setores marginalizados lutam por sua firmação na cidade e nos distritos: os quilombolas de São Lourenço lutam por equidade, os artistas e artesãos por espaços e apoio cultural, os grupos de caboclinhos (mesmo sendo Goiana intitulada de sua "Terra") clamam por visibilidade. O Instituto Histórico de Goiana, fundado em 1870, não aparece em 1921; parece que estava adormecido, mas depois tornou a ressuscitar, findar e novamente ressurgir no ano de 2015 como Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO).

A Curica e a Saboeira citadas em 1921 são consideradas hoje como Patrimônios Vivos do Estado de Pernambuco. Sobre o nosso Sítio Histórico Nacional, título do IPHAN ao nosso centro histórico, urge a necessidade de uma legislação municipal que proteja o patrimônio arquitetônico. Mesmo com a chegada de empreendimentos como o Serviço Social do Comércio (SESC-LER), Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI), Faculdades e empresas, precisamos olhar com atenção para questões ambientais: os nossos manguezais (Reserva Acaú-Goiana), as nascentes dos rios e riachos, do desmatamento e da poluição de uma forma geral. O Sistema Único de Saúde (SUS) abrange praticamente todas as comunidades com Unidades Básicas, mas estas ainda necessitam de melhores equipamentos e profissionais para que possas dar uma eficiente assistência. Saneamento básico e educação pública de qualidade para os mais de 80 mil habitantes do seu território, que perdeu por emancipação os distritos de Areias (atual município de Itaquitinga) e Goyanninha (município do Condado).

A Goiana de 2021 ainda é, como a de 1921, uma cidade satélite, pois muitas cidades da Zona da Mata Norte de Pernambuco e do Litoral Sul da Paraíba gravitam em seu entorno. Nomes de personagens estão se perpetuando em suas ruas e edificações e nas explanações dos pesquisadores e acadêmicos que veem se debruçando sobre o passado e formulando ideias do (no) presente. Assim, vamos seguindo, projetando o futuro, pois concordamos com a afirmativa do historiador Durval Júnior (2007) de que as águas

passadas movem moinhos e destinos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michel Scroter; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, Volume 1. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas Sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

GOYANNA. Álbum **Illustrado de Goyanna**: 1921. Imprensa Industrial, Recife, 1921.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MOTA NETO, João Colares da. **Por Uma Pedagogia Decolonial na América Latina:** reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRU, 2016.

NASCIMENTO, Mário Rodrigues do. **Crônicas Goianenses**. Ed. Do autor, 1996.

OLIVEIRA, Severino Carneiro de. **Goiana é uma Festa**: história, cultura e turismo. Gráfica Palmeiras LTDA ME, Recife/PE. Edição do autor, 2010.

PINTO, Octávio. **Velhas Histórias de Goiana**. Rio de Janeiro: Vecchi LTDA, 1968.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**: coleção história e historiografia. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTIAGO, Mário. **Analecto Goianense**: geografia, história, estatística, literatura, etc. Tomo I – Goiana, PE. Tipografia Violeta, 1946.

SANTOS JÚNIOR, José Bartolomeu dos. **Africanidades Brasileiras na Sala de Aula**: identidades e (re)conhecimentos. João Pessoa – PB, UFPB 2019 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SCHUTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Edição e Organização Helmut T. R. Wagner; Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SENA, Josué Antônio Fonseca de. **Goiana em Versos e Prosa**. Recife. Editora do autor, 2007

XAVIER, Antônio Carlos. **Como Fazer e Apresentar Trabalhos Científicos em Eventos Acadêmicos:** ciências humanas e sociais aplicadas. Recife: Editora Rêspel, 2010.

CAPÍTULO 6

O PASSADO DA IMPRENSA BRASILEIRA: O RESGATE DA MEMÓRIA DA REVISTA “INTERVALO” ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL

Data de aceite: 21/05/2021

Talita Souza Magnolo
Mestre e Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF e membro do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Comunicação, Cidade e Memória. Membro do corpo editorial do Jornal da Alcar e membro da Comissão de Audiovisual da PPGCOM da UFJF.

RESUMO: O artigo traz um breve relato da pesquisa realizada durante meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, nos anos de 2017 e 2018, que propôs, dentre outros objetivos, a recuperação da história da revista “Intervalo” (1963-1972) da editora Abril, através da realização de entrevistas com seus ex-funcionários. A história do semanário, juntamente com sua memória se perderam no tempo, mesmo tendo sido a primeira publicação brasileira a tratar exclusivamente sobre assuntos relacionados à TV, bem como trazer, de maneira inovadora, a programação televisiva de todo país em suas páginas, em uma época de grande efervescência da cultura, música e do entretenimento, e da massificação da televisão. Além disso, o presente trabalho discute sobre a importância do estudo da memória, bem como o resgate de um aspecto histórico através de depoimentos colhidos utilizando a Metodologia da História Oral de Paul Thompson. Essa reconstrução histórica foi possível graças às fontes encontradas, entre elas, antigos diretores, repórteres e redatores, que através de seus depoimentos rememoraram e compartilharam suas lembranças sobre a revista.

PALAVRAS - CHAVE: “Intervalo”. Revista. Memória. História Oral. Entrevistas.

ABSTRACT: The article brings a brief account of the research carried out during my master's degree in the Postgraduate Program in Communication at the Federal University of Juiz de Fora, in the years 2017 and 2018, which proposed, among other objectives, the recovery of the history of the magazine “Intervalo ”(1963-1972) by Editora Abril, through interviews with its former employees. The history of the weekly, along with its memory were lost in time, even though it was the first Brazilian publication to deal exclusively with TV-related subjects, as well as bringing, in an innovative way, the television programming of the whole country on its pages, in a time of great effervescence of culture, music and entertainment, and the massification of television. In addition, the present work discusses the importance of the study of memory, as well as the rescue of a historical aspect through testimonies collected using Paul Thompson's Oral History Methodology. This historical reconstruction was possible thanks to the sources found, among them, former directors, reporters and editors, who through their testimonies recalled and shared their memories about the magazine.

INTRODUÇÃO

Quando perguntadas sobre a revista “Intervalo”, muitas pessoas que viveram nas décadas de 1960 e 1970, se lembraram – quase sempre de forma vaga – do semanário da editora Abril. Para quem não viveu neste período, pode parecer o contrário, mas as revistas que existiram nesta época fizeram história, algumas por serem mais modernas e ousadas, como foi o caso da revista “Realidade” da editora Abril, outras, por representarem o conservadorismo e a tradição, como aconteceu com “O Cruzeiro” dos Diários Associados de Assis Chateaubriand e a “Intervalo”, por exemplo, que fez história por ser a primeira revista a tratar exclusivamente sobre assuntos relacionados à televisão. Na teoria, quando a história, seus acontecimentos e personagens do passado não são repassados a diante, seja pela oralidade ou pela escrita, se perde. Isso aconteceu com o semanário da editora Abril, quando sua história e memória se perderam no tempo. Atualmente, existem poucas informações sobre a história da revista, suas principais características e singularidades[1].

No início da pesquisa, em 2017, não encontramos informações através de fontes mais tradicionais – livros, mídia, internet, artigos, dissertações ou teses – e, foi preciso pensar além e tentar, através da Metodologia da História Oral, localizar possíveis fontes que pudessem compartilhar suas experiências e vivências na revista. Ao longo da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os ex-funcionários da revista “Intervalo” e da editora Abril. A entrevista foi temática, tendo como foco a história e principais características da revista, mas também sobre a época de efervescência cultural, musical e midiática dos anos 1960, visto que na dissertação de mestrado também era proposta a análise da construção narrativa feita pela revista, sobre o III Festival de Música Popular Brasileira de 1967.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Tomamos as entrevistas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Este artigo tem como objetivo discutir alguns conceitos, aspectos e diferentes percepções com relação à importância da preservação das lembranças, recordações e conservação de registros, responsáveis por reconstruir a narrativa do passado.

Parte-se do pressuposto que a memória recente não é reconstituída somente pela Metodologia da História Oral, mas também através de documentos, arquivos, fotos, entre outras fontes que são capazes de guardar resíduos e rastros do passado – no nosso caso, utilizaremos, além dos depoimentos, fotografias e os exemplares da revista. A experiência com as entrevistas permitiu que a história da revista fosse resgatada e que houvesse um

1 Na minha dissertação de mestrado, defendida em março de 2018, tive a oportunidade de redigir um capítulo, que trouxe de forma sucinta, a história da revista “Intervalo”, bem como algumas de suas principais características editoriais e de conteúdo. Para saber mais: MAGNOLO, Talita Souza. A construção narrativa do Festival de MPB de 1967 nas páginas da revista “Intervalo”. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/browse?type=type&value=Disserta%C3%A7%C3%A3o&value_lang=pt_BR . Acesso em: 13 de novembro de 2019.

melhor entendimento do contexto histórico do período. Serão analisados, trechos dos depoimentos colhidos, alguns aspectos e estratégias de comunicação por parte da revista, que foi reforçada pela criação e disseminação de programas televisivos – programas musicais, *quiz shows,* entrevistas, programas humorísticos, competições musicais, entre outros – como grande estratégia de marketing por parte das emissoras de TV. Os astros e celebridades, portanto, ocuparam cada vez com mais frequência as páginas da revista, que se comportou como uma porta-voz da televisão e fez sua fama em cima dos mais variados assuntos de TV e pela disseminação – de forma inovadora no Brasil – da programação televisiva brasileira.

A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS E A MEMÓRIA

O intenso fluxo de informações que está inundando nosso mundo globalizado, por vezes, dá a falsa sensação de que conhecemos a riqueza de nossa sociedade. Nos dias de hoje, as culturas se conhecem, se tocam, mas ainda não conseguem construir histórias e visões que considerem e valorizem essa diversidade. Huyssen (2014) diz que o crescimento da cultura da memória ganhou força a partir dos anos 1970 e 1980, e atingiu proporções inimagináveis na década de 1990, fazendo com que o comportamento humano valorizasse o passado em detrimento à excessiva importância que se dava ao futuro, como aconteceu no início do século XX. Huyssen (2014) afirma que a cultura modernista que se fundamentava no ideal de "futuros presentes" começou a se sobrepor ao futurismo, desde a década de 1980, fazendo com que a cultura geral se voltasse para os acontecimentos passados. Para ele, nossa relação com o passado se faz presente desde registros mais simplórios à criação de monumentos, museus e bibliotecas - para documentar e registrar as mudanças socioeconômicas, ambientais e culturais de sociedades, pessoas, acontecimentos – e projetos que valorizam depoimentos orais e as histórias de vida.

A sociedade contemporânea é vista por Nora (1993) como uma sociedade sem memória e de memória "curta" e este motivo leva a uma necessidade cada vez maior de se criarem dispositivos de armazenamento da memória. Esse movimento de retorno à memória fez com que historiadores e pesquisadores buscassem por arquivos que a conservassem. É fato que a escrita foi uma das primeiras formas responsáveis por esse tipo de preservação, mas, com o advento das novas tecnologias – principalmente a partir do século XX – essa perspectiva de suportes inéditos se ampliou exponencialmente. Para o autor, a necessidade que a sociedade tem da memória é, na verdade, uma necessidade da história. A busca pela memória, portanto, vai mudar a relação que as pessoas têm com o passado e a história – que têm a necessidade de serem revisitados ou revistos -, por conta da rapidez e da correria do cotidiano e do desenvolvimento da tecnologia de informação.

Pollak (1992) argumenta que a memória pode ser formada por três elementos constitutivos: acontecimentos, personagens e lugares. Estes elementos são trabalhados

de forma individual e coletiva, já que o raciocínio perpassa pelas experiências vividas pela própria pessoa ou pelo em que está inserida, ainda que seu envolvimento não seja de maneira direta. Desta forma, quando usamos a Metodologia de História Oral, deve-se considerar que os acontecimentos vividos pela pessoa entrevistada estão em primeiro lugar, em segundo lugar os acontecimentos vivenciados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence e em terceiro lugar, os acontecimentos fora do espaço-tempo, ou seja, por meio de uma socialização política ou histórica, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado que o autor chama de memória herdada.

As personagens também são entendidas desta forma, existindo aquelas que foram encontradas pessoalmente, as que foram conhecidas de maneira indireta e aquelas que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa. Por último, Pollak (1992) fala dos lugares: existem os lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas pode não ter relação com o tempo cronológico – podendo ser um lugar ou uma revista onde a pessoa trabalhou que ficou muito forte em sua na memória, independente da data real. O que vai definir a importância do momento são as vivências e experiências das pessoas do próprio grupo em relação ao objeto. Pode-se afirmar que a memória de um grupo está intimamente ligada às suas vivências e julgamentos internos, ou seja, ela é ao mesmo tempo seletiva e um fenômeno construído.

> *A memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. [...]. A memória organizadíssima que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. Esse último elemento da memória [...] mostra que a ***memória é um fenômeno construído***. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. (POLLAK, 1992, p. 203-204).

A partir deste aspecto, pode-se afirmar que a linguagem é um dos elementos essenciais, pois ajuda a construir o caráter social da memória, visto que é através dela que acontecem as trocas dentro de um mesmo grupo. A linguagem, portanto, é um "instrumento socializador da memória" – unificando e aproximando em um mesmo espaço cultural e histórico diferentes vivências e experiências. Halbwachs (1990) aponta que as memórias alheias podem penetrar o inconsciente do sujeito através do próprio convívio, mas também pela cultura – através de livros, músicas, pinturas e outras formas de arte. Sendo assim, pode-se concluir que a memória coletiva é uma construção social, considerando que o homem é um ser social e está em constante evolução. O que permanece na memória do indivíduo – e é por ele exteriorizado conscientemente – se relaciona ao seu lugar no mundo, ou seja, depende de sua posição no tempo e espaço.

Ao discutirmos os conceitos de memória e de narrativa é preciso deixar claro de quê

memória estamos falando. A memória enquanto processo de lembrança e esquecimento ou os processos de rememoração? Segundo Pomian (2000, p. 507), quando falamos em memória estamos falando em vestígios. E os vestígios são representações da realidade, pois "toda memória é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada". No entanto, toda reconstrução do passado é sempre imperfeita porque é marcada pela dúvida. E a arte da memória, na visão de Pomian, é a arte da linguagem, pois é a partir das narrativas orais ou escritas que um indivíduo se torna depositário da memória de seu grupo. É o que podemos chamar de memória coletiva.

Para este trabalho – e também para a dissertação de mestrado, defendida em 2018 – buscamos observar as narrativas orais como fontes ricas que permitiram o conhecimento aprofundado de episódios históricos, grupos sociais e história individual de cada depoente e seu sentimento com relação a um determinado contexto histórico. As lembranças são a melhor forma de recuperação da consciência dos acontecimentos passados e a memória por si só, é rica em manifestações, desde o próprio ato de lembrar até a reconstituição de algum ambiente, espaço, hábitos, práticas, comportamentos, valores e crenças. Através da entrevista buscamos despertar nos entrevistados as emoções individuais ou coletivas através de algum "gatilho emocional" – no nosso caso, isso foi feito através da apresentação de fotos ou exemplares da revista - sempre lembrando que os depoimentos possuem uma construção subjetiva.

A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

A tradição oral é baseada em testemunhos, depoimentos e o costume de se contar histórias e transmitir conhecimentos de geração em geração por meio da fala, hábito este que tem sua origem muito antes da invenção da escrita. A oralidade na visão de Benjamin (2012) é refletida pelo o que autor chamou de "narrador clássico", aquele que recorre à experiência que passa de boca em boca. O narrador original é aquele que sabe dar conselhos, possui em si o acervo de toda uma vida e de experiências alheias. Ele produz, cria e ressignifica.

> Ela [a verdadeira narrativa] traz sempre consigo, de forma aberta ou latente, uma utilidade. Essa utilidade pode consistir por vezes num ensinamento moral, ou numa sugestão prática, ou também num provérbio ou norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos ao ouvinte. Mas, se "dar conselhos" soa hoje como algo antiquado, isto se deve ao fato de as experiências estarem perdendo a sua comunicabilidade (BENJAMIN, 2012, p.216).

Verena Alberti (2005) afirma que a primeira experiência da História Oral como uma atividade devidamente organizada foi em 1948, quando foi lançado o *The Oral History Project* da Universidade de Columbia, em Nova York, pelo professor Allan Nevis. De acordo com Alberti (2005), a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva e trazer novas

perspectivas à historiografia composta por documentos variados. A autora afirma que a História Oral deve ser empregada em pesquisas que tratem de temas contemporâneos, ou seja, que aconteceram em um passado não muito remoto. Sendo assim, as fontes orais obrigatoriamente terão participado – seja como atores ou testemunhas – de determinado momento ou episódio histórico. Thompson (1992) afirma que a Metodologia da História Oral depende de pessoas e isso torna possível que essas histórias contadas surjam como alternativa à característica estática do documento escrito, permitindo que novas hipóteses e novas versões de processos conhecidos cheguem ao conhecimento do pesquisador.

> A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 1992, p.44).

Entretanto, deve-se ressaltar – conforme apontamos anteriormente – que nenhuma fonte está livre a subjetividade, seja ela escrita, visual ou oral. Os depoimentos – que estão relacionados diretamente com a história individual de cada pessoa - podem ser ambíguos, insuficientes ou até mesmo passíveis de manipulação. Mesmo com essa questão, Thompson (1992, p. 137) defende o uso da metodologia: “A evidência oral, transformando os “objetos” de estudos em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*.”.

Segundo David (2013), nenhum personagem contará sua história sem calcular o que a narrativa poderá significar e trazer de consequências para si. O depoimento oral está relacionado com questões da natureza privada e isso fará com que o entrevistado determine o que deve ou não falar e como deve tratar de determinados assuntos. O historiador da oralidade pode ser considerado o criador da própria fonte porque precisa extrair as informações da sua fonte através da entrevista para depois transformá-la em fonte com a transcrição. Para a pesquisa de mestrado, foi importante considerar que, não somente os depoimentos e as narrações eram importantes, mas também fontes já existentes como documentos, matérias, revistas, fotografias e documentários. A diferença entre as fontes é que a História Oral possui um caráter pessoal, conforme reforça Alberti (2004, p.14) quando fala que há nela uma vivacidade e um tom especial, característico de documentos pessoais.

> É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que fez do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo – o falar, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e preenchidas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos.

A subjetividade das entrevistas, contudo, contribuiu muito para o enriquecimento das histórias que estávamos resgatando – tornando-a mais rica em detalhes e impressões pessoais que de outra maneira, não seriam possíveis. Quando Alberti (2004) usa o termo "histórico", ela se refere às entrevistas que são feitas com as testemunhas ou com atores de acontecimentos, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Pollak (1992) também analisa os depoimentos, valorizando o subjetivo em detrimento do objetivo. Para o autor, essa questão pode ser considerada ultrapassada por criar uma visível oposição entre a história social quantificada e a história oral, mesmo que – na visão dele – exista uma continuidade potencial entre ambas. Essa dupla força – objetividade e subjetividade - também é discutida por Thompson (1992, p.32):

> [...] é que a história oral contém uma mistura do subjetivo e do objetivo, e parte do interesse está em entender como as experiências do passado são reinterpretadas na memória. Olhar os elementos subjetivos e objetivos lado a lado é a forma mais eficaz de análise. Isso porque toda entrevista tem informações objetivas, que as pessoas não inventam, ou raramente inventam, como sua data de nascimento, com quem se casaram, quantos filhos tiveram, que tipos de trabalhos fizeram e assim por diante.

Enquanto grandes produtores de sentido, os depoimentos recolhidos devem ser entendidos como construções de sentidos e de grande importância para as narrativas da realidade social, ou seja, através da linguagem é construída uma identidade social pertencente apenas àquela pessoa. Sobre essa ligação que os depoimentos e a reconstrução da memória têm com a identidade social no âmbito da História Oral, Pollak (1992) afirma que a memória é socialmente construída, bem como todo tipo de documentação. Para ele, a coleta de histórias através dos depoimentos orais abre novos campos de pesquisa e uma pluralização de fontes e a consequente abertura de novas perspectivas.

A Metodologia da História Oral tem, dentro de seus princípios, o objetivo de gravar as histórias de vida das pessoas – contadas por elas mesmas – traduzindo para uma forma de entender o que é, como se faz e para que serve a história. No nosso trabalho, foi importante considerarmos que toda história é uma narrativa, ou seja, não existe uma única história pronta, ela será sempre narrada por alguém através de um processo vivo, permanente e subjetivo. Por mais que os depoimentos falem do passado, a história é resgatada e contada no presente e, de acordo com a percepção de cada um, ela pode mudar.

AS ENTREVISTAS

A maior motivação que direcionou este estudo sobre a revista “Intervalo”, foi o fato de – após várias pesquisas – não termos encontrado sua história completa ou o mínimo de sua memória, características e peculiaridades[2]. Uma vez que foi percebida a oportunidade de pesquisa e estudos, investimos nossos esforços para encontrar ex-funcionários que pudessem – através de seus depoimentos, lembranças, fotografias e outros materiais – ajudar a reconstruir a história do semanário.

Inicialmente, não tínhamos ideia da importância ou relevância que esta pesquisa historiográfica teria para o meio acadêmico ou para o meio da comunicação, porém, decidimos seguir com o estudo. Conforme apontamento anterior, poucas foram as informações reunidas via internet, sites, livros, documentos e trabalhos acadêmicos sobre a revista “Intervalo”, deixando-nos apenas com a opção de pesquisar na própria revista – através do acervo digitalizado da Biblioteca Nacional – por mais informações. Nas pesquisas iniciais fizemos poucas descobertas sobre a publicação, porém, uma delas, nos incentivou a ir adiante: a revista “Intervalo” havia sido a primeira revista da época a tratar exclusivamente sobre assuntos relacionados à televisão e a divulgar a programação televisiva de todos os canais do Brasil. A partir desta informação e sabendo da história televisiva nacional e a importância que o desenvolvimento da TV teve durante os anos 1960, entendemos que a revista teve grande importância para a história dos meios de comunicação, especialmente por ter assumido o papel de divulgadora dos programas e conteúdos televisivos.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional possui atualmente diversos acervos digitalizados de vários impressos e, inclusive todas as edições digitalizadas de “Intervalo”. A consulta ao acervo permitiu que, através do expediente das revistas, localizássemos uma fonte, a jornalista Marilda Varejão – que trabalhou na revista de outubro de 1971 até o fechamento da revista em agosto de 1972 – que nos direcionou para outras fontes. O contato com a jornalista foi demorado, visto que nosso único elo foi com sua neta, que possuía uma página na rede social *Facebook*. Foi enviada uma mensagem explicando sobre a pesquisa e pedindo o conto de Marilda, uma das poucas pessoas que poderia nos ajudar nessa empreitada. Com o retorno da neta de Marilda, iniciamos uma conversa via e-mail, onde conversamos sobre a pesquisa e solicitamos à jornalista que nos indicasse possíveis fontes.

Através desta primeira indicação, chegamos a cinco nomes: Eduardo Ribeiro, que trabalhou na Editora Abril como *office boy* e depois como repórter de vários impressos entre 1965 e 1975; Esníder Pizzo, companheiro de “Intervalo” com Marilda, entrou em 1971 e ficou até o fechamento em 1972, incialmente como editor de texto e posteriormente como

2 Durante a visita ao acervo da Editora Abril, que fica em São Paulo, também foi constatado que, apesar de terem todas as edições da revista, os funcionários desconheciam sua história, bem como qualquer outra informação sobre o semanário.

redator chefe; Thomaz Souto Corrêa, que por muitos anos integrou a chefia dos grupos, foi parte da diretoria e até hoje – desde 1956 – trabalha na Abril; Ágata Messina, redatora chefe e depois editora de texto entre 1969 e 1972 e Laís de Castro, que ficou na "Intervalo" entre 1967 e 1968, primeiro como estagiária e depois como repórter. Depois das entrevistas iniciais, alguns outros nomes foram citados pelos entrevistados e isso nos deu um novo direcionamento, que resultou em mais duas baterias de gravações.

Para a realização das entrevistas, foi necessário submeter a pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora e também adicioná-lo na Plataforma Brasil, visto que estaríamos interagindo e entrevistando muitas pessoas. Todo esse trabalho, que também incluiu a elaboração do questionário, teve que ser feita antes da realização primeira entrevista, já que todo o processo gerou um termo de autorização que todos os entrevistados precisaram assinar. O questionário foi dividido em três partes. A primeira parte tratava da história pessoal, formação profissional e como o entrevistado vivenciou os anos 1960, tanto em termos políticos, culturais, sociais, passando pela sua interação com os meios de comunicação, em especial a TV. O segundo item era sobre a revista "Intervalo". Essa, que seria a parte mais extensa, exigia dos entrevistados um exercício de memória e buscava desvendar a história da revista "Intervalo" e todas as suas características. Como mencionado anteriormente, utilizamos como gatilho de memória, exemplares da revista. E, por último, perguntamos, mais especificamente sobre os Festivais de MPB dos anos 1960 e, principalmente, sobre o Festival de 1967, que era nosso objeto de estudo.

Até o momento, foram entrevistadas 12 pessoas e já temos reunidas mais de 300 páginas em transcrições e 23 horas de gravação de áudio e imagens. Através da coleta destes depoimentos conseguimos, dentre outras coisas, recuperar a história da revista "Intervalo". Uma das vantagens foi conseguir entrevistar pessoas de diferentes épocas e fases das revistas, bem como de diferentes áreas da redação, ampliando ainda mais a visão e a dimensão historiográfica da nossa pesquisa e confirmando ou negando algumas de nossas hipóteses.

A REVISTA "INTERVALO"[3]

A revista "Intervalo" foi um dos mais importantes veículos que surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 e valorizou na íntegra temas sobre televisão. Segundo Thomaz Souto Corrêa (2017), apesar de ser muito atento ao mercado dos meios de comunicação, a inspiração de Victor Civita para o lançamento da "Intervalo" veio dos Estados Unidos, de uma das revistas mais famosas da época: a "TV Guide", uma publicação de formato pequeno, que continha todas as programações televisivas, cobrindo o continente norte-americano de costa a costa e todas emissoras de TV. Essa forma de comunicar a programação e deixar o telespectador informado para que ele pudesse acompanhar os programas, filmes

3 Neste item será apresentada uma breve história da revista "Intervalo" e, para isso, utilizaremos parte das entrevistas e informações cedidas de nossos entrevistados com o intuito de enriquecer e valorizar os depoimentos que conseguimos.

e seriados prediletos atraiu os olhos de Victor Civita, que quis replicar essa ideia no Brasil.

> Então a ideia era assim: televisão estava ficando forte, estava começando a acontecer novela e tal, vamos fazer uma revista. Ela cobria televisão, não era para cobrir fofoca, e aí, no meio desse começo, se você ver a capa você vai ver isso, tinha muito os artistas, entrevista com os artistas, não tinha fofoca tipo "fulano está com fulano", não tinha nada disso. Era uma tentativa, digamos assim, de fazer um jornalismo em cima de televisão. E aí, começa-se a descobrir uma coisa interessante que é assim: quando uma novela está fazendo sucesso, quem vai para capa não é o artista, é o personagem né, você quer a identificação da leitora direta com o personagem que ela vai ver de noite, [...] (CORRÊA, 2017).

A publicação era semanal e chegava às bancas toda quinta-feira. Inicialmente, sua proposta era cobrir a programação televisiva de todo Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Salvador – e trazer pequenas reportagens também relacionadas com os programas, shows, telenovelas, entre outros. Além de trazer algumas seções temáticas – todas sempre valorizando assuntos e astros da TV –, o foco era divulgar seu maior diferencial: a programação televisiva[4]. É possível observar através dos depoimentos que tanto a televisão quanto as publicidades que circularam naquela época – em especial na revista "Intervalo" –, mostraram a ideia de que o aparelho de TV era parte da rotina de uma família. Esníder Pizzo (2017) complementa dizendo os programas se comunicavam com as jovens adolescentes e com as donas de casa que queriam acompanhar a vida de seus músicos e artistas preferidos.

Com a proposta de disseminar o conteúdo televisivo, a publicação da Editora Abril direcionava seus esforços nos temas mais comentados e nos programas mais assistidos pelo telespectador. Adalberto Cornavaca (2017) afirma que "o que prevalecia era aquilo que o público mais curtia, então, se o público curtia novelas, sempre os artistas de novelas ocupavam o primeiro plano. Na época dos festivais de MPB, os artistas do festival ocupavam o primeiro plano.". Ficou claro na fala dos depoentes que, em função disso, a programação passou a ser pensada a partir da adaptação à rotina dos lares brasileiros, especialmente, a partir de uma divisão de horários que buscava um melhor enquadramento entre o trabalho e diversão.

Junto com a ebulição da programação televisiva, a "Intervalo" foi se construindo e se adaptando à nova realidade dos meios de comunicação de massa. Marilda Varejão (2017) afirma que, como qualquer outro veículo de comunicação, a revista noticiava o que acontecia, trazia artistas que estavam fazendo sucesso com as primeiras telenovelas,

4 De acordo com Bergamo (2010), os anos 1960 representaram para a TV brasileira um momento-chave, já que foi nesse período que várias práticas televisivas foram criadas e consolidadas, assim como outras foram abandonadas ou profundamente transformadas. A "grade de programação das emissoras é aquilo que, de certa maneira, materializa a noção que esses profissionais têm de seu público. Foi a partir de 1960 que a televisão começa a definir uma "forma" – expressa, entre outras coisas, por meio dessa "grade" – para si mesma em função disso. A noção de público elaborada nos anos 1960 serviu de base – e, com isso, de "molde" – para a redefinição posterior da TV. Para saber mais: BERGAMO, Alexandre. **A reconfiguração do público**. IN: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. História da televisão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

cantores que surgiram naquele período graças aos mais variados programas musicais, bem como os festivais de MPB que, durante os anos 1960, ganharam força e um público cativo, tanto a plateia que acompanhava nos auditórios, como os telespectadores que se reuniam em casa para assistir pela TV. De acordo com Corrêa (2017), as revistas cobriam os acontecimentos, os programas, ou seja, tudo que estava dando certo, na tentativa de colocar na cabeça do leitor a realidade do mercado televisivo daquele momento, não somente programas brasileiros, mas também seriados americanos, como foi o caso de "Os Intocáveis", "Perry Mason", "Lessie", "Durango Kid", entre outros. Além disso, a revista tinha como principal objetivo, deixar o leitor em dia com tudo de interessante que acontecia no mundo da "caixinha de vídeo". O semanário possuía uma seção chamada "Não perca este programa" onde, toda edição indicava a "transmissão mais promissora"[5] – aquela que o telespectador não podia perder –, que vinha acompanhada de uma ficha com dados interessantes e curiosidades.

Assim, pode-se afirmar que a chegada da televisão no Brasil provocou diversas mudanças, aperfeiçoamentos técnicos e originou uma nova forma de comunicar e falar sobre o que acontecia nos meios de comunicação. A TV era novidade no Brasil e, escrever sobre televisão, realizar coberturas de programas também foi uma significativa novidade. Adalberto Cornavaca foi um dos primeiros profissionais de arte que passou pela "Intervalo" e participou da primeira edição do semanário, quando foi lançada. Ele comenta sobre as mudanças que foram necessárias para a produção de uma revista que falava exclusivamente sobre televisão.

> E nós tínhamos como forte também a programação de todas as coisas que aconteciam na TV. Só que como estava tudo no começo, era uma trapalhada, porque o canal falava: "Olha, hoje às 16:30 vai ter tal coisa", só que depois às 16:30 tinha outra coisa, aí era difícil de consertar de última hora, quando dava a gente consertava, quando não, saía errado, aí o editor reclamava, mas depois de um tempo melhorou. Quando melhorou, os jornais viram quanto era importante ter a programação da TV impressa, que todos os jornais começaram a dar a programação e aí a "Intervalo" foi perdendo um pouco de leitores por causa disso, só que foi ganhando depois novamente no auge das novelas (CORNAVACA, 2017).

O impacto da TV foi grande e definitivo na organização dos outros meios de comunicação, não somente na forma de produção, mas no relacionamento que começou a ser construído entre os canais de TV e as redações; entre os jornalistas e os cantores; entre os redatores e as gravadoras. Dessa mudança, nasceu uma nova forma de pensar o jornalismo de televisão, mas também a perceber os concorrentes que passaram a entender a importância de trazer para suas páginas informações sobre os programas, a programação diária, fotos e reportagens.

5 Termo utilizado pela revista "Intervalo".

> Antes das novelas da TV, existiam as fotonovelas. Eram revistas que traziam uma espécie de história em quadrinhos com fotos e a primeira a fazer isso da Abril foi a "Capricho". A "Capricho" era uma revista de fotonovelas, depois com o tempo, se transformou na revista que é hoje, das meninas, com todos os assuntos que elas gostam. Então, "Intervalo" praticamente matou as revistas de fotonovelas e cresceu com as novelas de TV, depois com o tempo, como todos esses assuntos eram tratados por todo mundo, de todos os jornais, a "Intervalo" começou a chegar no seu fim (CORNAVACA, 2017).

Apesar de tudo, a regra que valia era publicar o que o público mais gostava de ver nas telas da TV. A fotografia foi importante porque dessa forma, as fãs conseguiam guardar a imagem de seu ídolo – coisa que antes não acontecia no rádio, por exemplo, onde as fãs só tinham contato com seus ídolos através de sua voz. Corrêa (2017) afirma ser importante ressaltar que ao longo das décadas de 1960 e 1970 a televisão se modificou: os programas musicais que eram os favoritos no início dos anos 1960, deram lugar às telenovelas e aos programas humorísticos e a partir da década de 1970 os noticiários ganharam mais espaço.

O semanário passou, durante sua existência, por três fases, sempre buscando se adaptar às mudanças de postura de seu mercado consumidor e do que era transmitido pela televisão. A primeira fase trazia informações sobre assuntos de televisão, ou seja, realizava uma cobertura jornalística mais extensa em cima de eventos, programas, competições musicais, bastidores, todavia, o forte e a novidade eram a programação:

> Na verdade, o objetivo maior da "Intervalo" era um negócio chamado programação porque naquela época a programação não mudava, então você publicava toda semana a programação dos canais de televisão e isso não saía no jornal. Então o público eu acho que era desde tiete, que na época essa palavra não existia, chamava fã até as senhoras que viam televisão em casa e que queriam saber os horários dos programas, elas compravam por causa da programação. Tinha um cara que só fazia programação, ia nos canais, pegava a programação, fazia só isso. O resto, tinha uma, duas ou três seçõezinhas e o resto eram reportagens que em princípio acompanharam a programação e depois as reportagens cresceram mais e como a programação começou a esculhambar, porque você falava que ia ser às 19h, era às 21h, [...], então, não deu certo, aí ela virou uma revista de reportagem e fofoca (CASTRO, 2017).

Na segunda fase, a revista cresceu de tamanho – antes ela era no formato de uma revista de quadrinhos infantil e depois passou a ter o tamanho normal de revista – e esbarrava em assuntos mais voltados para a vida das celebridades e fofocas. Corrêa (2017) afirma que antes você via nas capas os artistas, com o passar o do tempo, os artistas começaram a se confundir com os personagens, sua vida privada ganhou espaço e isso fez com que a "Intervalo" perdesse sua proposta inicial:

> Quando ela vai do formato pequeno para o formato grande, ela vai enfrentar uma briga na rua que já era a fofoca, aí ela perde a característica de ser assim, a cobertura da televisão para começar a botar fofoca também. Quem vende mais, quem vende menos, quais são os dramas e as angústias que os artistas,

> os grandes artistas estão passando. E teve um momento, já mais recente em que as revistas se dividem, tem as revistas que cobrem só novela e aí vivem para os personagens das novelas, [...], uma das revistas da Abril, eu não me lembro qual, vai fazer isso e as outras vão pelo caminho da fofoca. A Abril tinha quatro revistas de fotonovela: "Noturno", "Capricho", "Ilusão", "Contigo", quatro! A "Capricho" vendia uma enormidade de revistas, coisa de 500 mil exemplares[6], quando era fotonovela. Quando entra a telenovela, a fotonovela começa a perder a graça, então todas as novelas da Abril "O Grande Hotel", como é que chama, "O Sétimo Céu", todas começam a vender menos e aí, entram na cobertura da televisão por intermédio das novelas e das fofocas. Aí muda o panorama, "Intervalo" muda com esse panorama (CORRÊA, 2017).

A terceira fase é representada pela mudança do nome da revista, antes era somente "Intervalo" e com a mudança para "Intervalo 2000" no dia 21 de outubro de 1971, permanecendo assim até seu final precoce em agosto de 1972. De acordo com Corrêa (2017), a revista neste momento já estava cansando por exaustão, a mudança do nome foi uma tentativa que, segundo ele, já sabia que não ia dar certo, porque teve como principal proposta entrar em um tipo de jornalismo de fofoca e sensacionalismo. A mudança de nome foi sugestão do diretor da revista da época, o italiano Alessandro Porro, que teve como inspiração uma revista italiana de grande venda na Itália – parecida com a revista "Caras" da Editora Abril.

> [...], a Europa está cheia de nobre falido, uma aristocracia falida, tem uma gama de atores, atrizes que também se intercalam, França, Itália, Alemanha, tem aquelas estações de esquis, que se reúnem... Então, a "Nouvelle 2000" tinha um perfil, digamos, tipo "Caras" hoje. Nós não tínhamos isso, nem público para isso, só que o Sandro disse: "Não, vai dar certo! ". Eu disse: "Sandro, você é muito meu amigo, mas não vai dar certo, o Brasil não tem aristocracia ferrada sabe, e claro que um cara de classe média baixa gosta de saber do príncipe de não sei aonde, a aristocracia sempre exerceu muita fantasia né.". [...]. Não deu, não deu. Aí ela passou a chamar "Intervalo 2000", aí acabou. Porque aí deixou de ser só televisão, deixou de ser, o mercado é uma coisa difícil, no que a "Intervalo 2000" foi minguando, a Bloch lançou a "Amiga", claro, grande também, mas com aquela perspectiva da "Intervalo" entendeu, e aí acabou que a revista começou a dar para trás, foi uma pena, porque era uma revista que vendia muito [...], eu acho que ela poderia ter durado um pouco mais, talvez (MESSINA, 2017).

Eventualmente, com o passar do tempo, "Intervalo" perdeu seu espaço para outras revistas com o mesmo perfil de outras editoras, mas também para publicações da própria Editora Abril que ganharam mais investimentos e interesse dos leitores. No tempo que esteve em circulação, a revista chegou a vender, de acordo com Cornavaca (2017), 250 mil exemplares por semana, considerado um grande sucesso para a época – outros entrevistados como Milton Coelho da Graça e Thomaz Souto Corrêa mencionaram também esse valor, variando entre 200 e 250 mil exemplares por semana.

Através da coleta dos depoimentos, alguns aspectos e algumas características

6 De acordo com Thomaz Souto Corrêa.

foram levantados pela maioria ou todos os entrevistados, como por exemplo, muitos dos depoentes afirmaram que fazer revista durante os anos 1960 não era fácil, visto que o jornalismo estava começando a se profissionalizar, além de existir um público fiel do rádio, dos jornais e posteriormente da televisão e o maior desafio era propor um ponto de vista, uma abordagem que ainda não havia sido pensada. Além disso, a produção naquele período é vista por Cornavaca (2017) como artesanal, artística, pois envolvia paixão pelo trabalho e muita criatividade. Os profissionais de arte da "Intervalo", por exemplo, tinham que ser artistas plásticos ou desenhistas profissionais para serem capazes de montar a primeira versão da revista da revista e organizá-la como uma verdadeira obra de arte. Para corrigir algum erro de impressão, era preciso fazer uma colagem por cima, cuidadosamente.

A coleta nos mostrou também o envolvimento emocional muito grande por parte dos entrevistados que, em todo momento afirmam que a união, ousadia e alegria da redação fez toda diferença para a revista "Intervalo", que se posicionou como o primeiro impresso semanal da época a trazer a programação da televisão de todo país e de todos os canais. Esse grande impacto foi sentido pelo público que pertencia, inicialmente, às revistas de fotonovelas e que, aos poucos, migraram para a televisão e seus inúmeros programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos estudos acerca da memória, bem como a utilização da Metodologia de História Oral, percebemos que cada história é única e, portanto, tem seu valor e merece ser preservada e experimentada. O uso das narrativas históricas faz parte do nosso cotidiano e merecem ser guardadas para gerações futuras e aqueles depoimentos que possuem sentido social devem ser apropriados pela sociedade para que colaborem para uma nova memória social pois, uma vez que são articuladas, as narrativas tecem uma nova memória social e plural. A recuperação da história da revista "Intervalo", através de entrevistas de História Oral, deixou evidente a revelação e o entendimento de novas óticas e interpretações sobre um período histórico já muito estudado, mas que possuem vertentes e histórias não contadas que, uma vez compartilhadas, fornecem uma nova ressignificação das ideias que se tem sobre o passado. Além disso, este foi o único método que tornou possível o resgate e a recuperação da história da revista, bem como suas características.

Esta pesquisa ainda está em andamento e pretende analisar os depoimentos sob diferentes aspectos, principalmente sua a relação da revista com o meio midiático, suas características de produção e singularidades. Espera-se que esse relato de pesquisa possa incentivar outros trabalhos e também buscar, cada vez mais, a valorização de investigações que valorizem a memória e a historiografia da mídia brasileira que, certamente é muito rica e tem muito a nos contar.

Pudemos comprovar neste artigo que o semanário da Editora Abril teve grande importância no mercado impresso da época, mas também no meio televisivo que construiu

uma relação de proximidade e fidelização muito grande ao longo dos anos. Em tempo que a televisão evoluiu e se modificou, a revista acompanhou essas mudanças e melhorias, sempre divulgando massivamente os programas, a programação, os cantores, astros e celebridades da TV. Pesquisar sobre a revista "Intervalo" é contribuir para esse processo de rememoração produtiva, especialmente com a reconstituição da história da revista junto aos jornalistas e diretores que trabalhavam na Editora Abril durante os anos 1960. Buscamos desvendar os contextos político, social e cultural de uma era que já tem muito a nos contar, porém, acreditamos que os depoimentos tornaram possível resgatar e descobrir novas histórias e memórias que ainda não foram compartilhadas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais: história dentro da história.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Orais, p. 155-202. Contexto: São Paulo, 2005.

_____. **Manual de história oral.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

CORNAVACA, Adalberto. **Depoimento**. Entrevistadora: Talita Souza Magnolo. Vinhedo, SP, 11 de maio de 2017.

CORRÊA, Thomaz Souto. **Depoimento**. Entrevistadora: Talita Souza Magnolo. São Paulo, SP, 23 de fevereiro de 2017.

DAVID, Priscila. **História Oral: Metodologia do Diálogo.** São Paulo, Unesp, v.9, n.1, p. 157-170, janeiro-junho, 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. **Prefácio à edição brasileira.** In: THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Paz e Terra: São Paulo, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** Edições Vértice: São Paulo, 1990.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Coordenação Tadeu Capistrano. Tradução Vera Ribeiro.1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

MESSINA, Ágata. **Depoimento**. Entrevistadora: Talita Souza Magnolo. Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, vol.5, n.10, p.200-212, Rio de Janeiro, 1992.

POMIAN, Kryysztof. Memória: Atlas, Coleção, Documento/monumento, Fóssil, Memória, Ruína/ restauro. In: GIL, Fernando (Coord.). **Sistemática**. Enciclopédia Einaudi, v. 42. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. p. 507-516.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral.** Editora Paz e Terra: São Paulo, 1992.

CAPÍTULO 7

A MEMÓRIA DA CENA TEATRAL CARIOCA NA DÉCADA DE 1970

Data de aceite: 21/05/2021

Ana Paula Dessupoio Chaves
Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora – MG
http://lattes.cnpq.br/0516582760531230

Talita Souza Magnolo
Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora - MG
http://lattes.cnpq.br/2505919701713031

RESUMO: A ideia principal do artigo é observar alguns grupos teatrais, que surgiram no Rio de Janeiro, na década de 1970 e perceber as diferentes maneiras de produção, que vão além de um teatro independente ou financiado. Sob este ponto de vista, compreender a produção teatral no Brasil nesse período pressupõe, em primeiro lugar, circunstanciar as condições políticas do país que era a presença da Ditadura Militar. No plano da expressão artística, o contexto repressivo exigiu mudanças nas condições das produções literárias, que refletiu também em outras artes, como no teatro, que sofreu uma renovação da sua linguagem, uma ruptura com valores tradicionais e uma nova estrutura de fragmentação da narrativa. Em meio ao contexto de tantas dificuldades, em que não era aceito projetos que destoassem da política conservadora e autoritária, os setores jovens começaram a enfatizar a participação em circuitos alternativos e marginais.
PALAVRAS - CHAVE: Teatro; Grupos Teatrais; Rio de Janeiro.

THE MEMORY OF THE CARIOCA THEATRICAL SCENE IN THE 1970S

ABSTRACT: The main idea of the article is to observe some theater groups, which emerged in Rio de Janeiro, in the 1970s and to perceive the different ways of production, which go beyond an independent or funded theater. From this point of view, understanding the theatrical production in Brazil in that period presupposes, in the first place, to circumstantiate the political conditions of the country that was the presence of the Military Dictatorship. In terms of artistic expression, the repressive context demanded changes in the conditions of literary productions, which also reflected in other arts, such as theater, which suffered a renewal of its language, a rupture with traditional values and a new structure of fragmentation of the narrative. Amidst the context of so many difficulties, in which projects that disagree with conservative and authoritarian politics were not accepted, the youth sectors began to emphasize participation in alternative and marginal circuits.
KEYWORDS: Theater; Theater Groups; Rio de Janeiro.

PANORAMA TEATRAL

> "(...) todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas" (Boal, 2019, p. 11).

O cenário cultural brasileiro na década de 1970 foi efervescente e por mais que o contexto fosse de ditadura militar, uma das formas de tentar se expressar era através da arte. Para refletir sobre o movimento teatral nessa década, com foco no Rio de Janeiro, investigar-se-a quais grupos teatrais surgiram nesse momento na cena carioca e quais as suas particuliaridades como grupo, principalmente relacionadas a forma de produção. A partir desses dados, vamos tentar perceber se existia pluralidade no movimento teatral desse período. O que se propõe com este texto, é dar poucos passos no sentido de uma contribuição ao rememorar alguns aspectos dos grupos teatrais e que participaram da trajetória do teatro no recorte mencionado.

O primeiro passo para compreender essa questão é perpassar por alguns apontamentos mais relevantes que ocorreram no âmbito cultural brasileiro. Um dos principais fatores que marcaram o início da década foi consequência direta das medidas decorrentes do Ato Institucional nº 5, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, produzindo a etapa de maior repressão política e cultural do regime militar. Foi o Ato Institucional nº 5 que viria transformar mais radicalmente a cultura brasileira, através de uma implacável ação que se exerceu em dois planos. Segundo Zuenir Ventura (2000), a censura prévia agindo no interior do campo cultural, seja cortando ou vetando, "pôde exercer-se um rigoroso trabalho de prevenção; com os outros poderes que transcendem a cultura, pôde instaurar-se um inapelável mecanismo de punição" (VENTURA, 2000, p. 43).

Mesmo diante de tanta repressão e censura, Napolitano (2001) destaca que nunca a cultura engajada estivera tão presente e atuante nas cidades, bares, restaurantes e grupos sociais. O momento exigia a busca de novos caminhos e possibilidades. De acordo com Bellezi (2000), apesar de todas as dificuldades do contexto de ditadura militar, a arte teve destaque passando por uma fase experimental de novas texturas, estéticas, luzes, entre outros. A experimentação tornou-se o princípio norteador de grupos artísticos, de teatro, de faculdades, e o sentido deixou de ser algo preexistente para definir um processo que se iniciava com a concepção de uma obra que era lida, percebida e compreendida pelo público.

No teatro, a década de 1970 foi mesmo uma empreitada de definições. Para Arrabal (1979-1980), o dia a dia opressivo muitas vezes entravou o processo cultural, enfumaçando ainda mais suas tensões estruturais, confundindo e até mesmo aplacando muitas das propostas emergentes por uma arte insubmissa à ideologia dominante. Os trabalhos tiveram como tema fundamental a ideia de liberdade. Patriota (2013) destaca que a intenção era de consolidar forças, no nível social e político, em prol da luta pelo pleno exercício de cidadania.

Os grupos teatrais da década de 1970, eram formados normalmente por integrantes jovens que usavam o teatro com objetivo de ser um instrumento de expressão, para debate de assuntos, como: transformações da consciência, dos valores, pequenas realidades do cotidiano, política, entre outros. Viam nos palcos uma possibilidade de expor temas que

não poderiam ser discutidos, de passar tais perspectivas para outras pessoas – o público. Esse processo aconteceu no Brasil inteiro, inclusive no Rio de Janeiro, região em que havia de maneira intensa a presença de grupos teatrais.

CENA CARIOCA

"No Rio de Janeiro o teatro foi sempre considerado gênero de primeira necessidade figurando no orçamento do rico e do pobre", assegurava, em 1906, o escritor e crítico teatral Arthur Azevedo, em sua coluna "O Theatro", que era publicada toda semana no jornal "A Notícia" (FRANCA, 2011). De fato, era enorme o número de apresentações teatrais na capital federal nas décadas da virada do século. Com o passar do tempo esse cenário se intensificou. É claro que outras cidades também tinham sua importância no movimento teatral, com destaque para São Paulo. Aliás, São Paulo dominou o panorama, com um número de lançamentos muito superior ao Rio de Janeiro[1]; em parte, graças à ajuda da Comissão Estadual de Teatro, enquanto um órgão semelhante recém-criado na Guanabara não conseguia trazer uma contribuição equivalente à atividade teatral carioca (MICHALSKI, 1985).

Nesse tópico é importante deixar claro que o movimento teatral carioca não era independente de outras cidades. Afinal, as tendências estéticas do teatro vieram ao longo do tempo sofrendo modificações e sendo aprimoradas. Por meio dessa afirmação, vale destacar as contribuições advindas da década de 1960, de Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal e José Celso Martinez Corrêa, vistas como experiências fundamentaris daquele momento[2]. Não podemos esquecer também que a cena carioca recebeu influências de grupos de outras cidades que se apresentavam nos palcos do Rio de Janeiro e dos próprios grupos cariocas que iam se apresentar em outros lugares do Brasil. As singularidades dos grupos teatrais vêm dos indivíduos que formam esse coletivo, que trazem suas vivências e experiências.

Na década de 1970, no eixo Rio-São Paulo, surgiram coletivos ousados com um intuito de desbravar um novo teatro. Para Johana Albuquerque (2018) determinavam o fim de um sistema teatral consolidado e por afirmarem que já não mais existem certezas e

1 Não encontramos muitos trabalhos que fazem um mapeamento dos Grupos Teatrais no Rio de Janeiro. Esta lacuna está sendo aprofundada pela autora do artigo em sua tese de doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

2 Arrabal (1979-1980) determina marcos básicos na travessia do teatro da década de 1960 para 1970. Considera que de um lado, há o delineamento cultural. De outro, algumas ideias por um teatro combativo, insatisfeito com suas condições de existência e expressando toda uma ansiedade por superar os impasses advindos com o Golpe de 1964. Ideias que se polarizam nas propostas de: Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal e José Celso Martinez Correa. E é delas, como marcos ou momentos decisivos, que se deve enxergar a continuidade da luta pela organização dos artistas, nos anos 1970, consideradas as suas limitações, suas estreitezas teóricas e sobretudo considerada a força das pretensões do projeto cultural do regime, já em andamento. As propostas emergem por volta de 1967/1968 se debatendo nas suas transitoriedades e com suas variantes. Um teatro que pretendia romper com a dominação de classe, criando no seu interior um polo de consciência revolucionária há que se considerar essas propostas como experiências fundamentais de sua história e de suas lutas, para delas aproveitar seus acertos e recusar suas fragilidades frente à violência das ideologias de dominação.

estruturas de pensamentos fechados, assim acreditavam que não era mais possível dividir o mundo entre razão e irracionalismo. Ousados por acreditarem e defenderem que a arte deve reinventar-se contínua e ininterruptamente. Tendo em vista o cenário cultural precário, cercado de limitações e proibições:

> os experimentalistas que sucedem os tropicalistas, do final dos 1960, e os marginais, da primeira metade da década de 1970, intervêm de forma corajosa e livre, impregnando a cena desse período de um princípio de liberdade em que tudo é permitido e passível de ser feito em teatro. Essa nova consciência determinará investigações artísticas inovadoras que vão reunir-se sob o conceito de alternativo, que se estabelecerá aos poucos, progressivamente, delineando caminhos e estabelecendo novos métodos e linguagens conforme a distensão das forças repressivas da ditadura militar (ALBUQUERQUE, 2018, p. 108).

É a partir de meados da década de 1970 que, mesmo inicialmente tímida, surge a última vertente do teatro experimental[3], o teatro alternativo, fruto do afrouxamento dos "anos de chumbo". Tal fenômeno se caracteriza pela consolidação da criação coletiva como processo, do ator como centro da autoria e criação e do teatro de grupo como alternativa de produção. Albuquerque (2018) conta que os procedimentos desse estilo sinalizam um retorno à narrativa, que fora abandonada pelos conjuntos dos primeiros anos da década, "mesmo que fragmentada; a valorização de novos temas, mais voltados ao cotidiano; um tratamento visual interessante, original, mas precário, por ocorrer dentro de uma estrutura pobre de produção" (ALBUQUERQUE, 2018, p. 109). Seus princípios estão voltados ao descompromisso político e à valorização do presente.

Hollanda (1980) complementa dizendo que é exatamente num momento em que as alternativas fornecidas pela política cultural oficial são inúmeras que os setores jovens começarão a enfatizar a atuação em circuitos alternativos ou marginais. É importante notar que esse estilo de grupo passa a atuar diretamente no modo de produção, ou melhor, na subversão de relações estabelecidas para a produção cultural. Numa situação em que todas as opções estão estreitamente ligadas às relações de produção definidas pelo sistema, as manifestações marginais aparecem como uma alternativa, ainda que um tanto restrita, à cultura oficial e à produção engajada vendida pelas grandes empresas.

Fernandes (2000) aponta que os grupos de teatro que surgem a partir desse período atuarão como resistência, de uma forma desviada e inusitada, pois irão marcar a vida cultural com a diferença de seus trabalhos e a irreverência de seu comportamento. Mesmo que divulgando suas criações por canais alternativos e ainda que suas apresentações ocorram em espaços subterrâneos ou afastados do centro – fora do circuito comercial –, os grupos de teatro dos anos 1970 representam uma forte bandeira que ganha espaços na contramão do mercado da arte. Justamente por serem "filhos do golpe", ausentes

3 Vale observar que sobre o teatro experimental que: "embora toda obra-de-arte possa conter algum traço de experiência operada nela mesma, a acepção contemporânea de experimento artístico implica uma articulação realizada pelo autor sobre os códigos com os quais trabalha" (Guinsburg et al., 2006: 149).

das grandes discussões da década anterior; a maioria vivia a adolescência e juventude durante a década de 1970, este terceiro período do teatro experimental será permeado de vitalidade, de energia, de alegria, de uma criação prazerosa, calcada na relação artística e pessoal de seus integrantes (MICHALSKI, 1985).

No Rio de Janeiro, com a gradual, diminuição das proibições, a partir de 1975, a rebeldia ganha novas cores, mais suaves, liberta-se de uma iconoclastia ostensiva, e transforma a vanguarda do momento menos combativa, no sentido marginal do termo, e mais "alternativa" e "independente". Albuquerque (2018) explica que "alternativa" por atuar em campos e espaços fora do centro, não só por uma questão de sobrevivência, mas também na tentativa de buscar outros modos de oferta e recepção da obra. "Independente", por não precisar de outras pessoas e assumir sua pobreza como trunfo, pode arriscar o que quiser. Os grupos carregam uma beleza estética em seus trabalhos, por terem assimilado visualmente a prática dos que vieram antes.

O teatro de grupo dos anos 1970, sob o ponto de vista estético e poético, de alguma forma, se mantém mais resistente, mesmo que tenha mudado o seu sentido político, ético e comportamental. O improviso e a precariedade como condições necessárias para a perspectiva de indagação livre e aberta apontam as divisas resistentes desta geração alternativa. Esses coletivos sinalizaram que para se chegar a uma nova linguagem de criação, para se quebrar paradigmas cênicos e romper com o usual, é indispensável alterar o modo de produção teatral. Ao contrário dos que procuram os padrões mais convencionais do grande público, os grupos radicalizam sua proposta com uma postura anárquica e comportamental, que lhes permite levar às últimas consequências a pesquisa de linguagem e as ideias de modernização (HOLLANDA, 2004).

Hollanda (1980) afirma que dentro da cena teatral, o aperto da censura e a exclusão do discurso político direto acabam por provocar um deslocamento da contestação política para a produção cultural. Na verdade, a impossibilidade de mobilização e debate político aberto é transferido para as manifestações culturais o lugar privilegiado da "resistência". Com o acirramento da atuação da censura, outros caminhos são descobertos a fim de beneficiar a liberdade de expressão, uma delas é a dramaturgia sendo desenvolvida por meio do uso de metáforas.

Arrabal (1979-1980) argumenta que a história dos grupos de teatro é caracterizada por uma luta intensa, e a cada espetáculo reafirmada, pela unidade grupal. Nem todos os membros resistem a essa pressão constante que tangencia a arte e a vida pessoal. Nesse momento, também não se deve esquecer: as motivações, tanto dos artistas quanto da plateia, não se reduziam apenas ao entretenimento. A componente ideológica esteve presente nos trabalhos dos grupos e no teatro patrocinado por empresários.

GRUPOS TEATRAIS E EMPRESAS TEATRAIS

O que pretendemos nesse tópico é discorrer sobre os conceitos: grupos teatrais e empresas teatrais. Estas formas de produção teatral foram identificadas pela autora Mariângela Alves de Lima, no texto “Quem faz o Teatro” (1979), inserido no livro “Anos 70 – Teatro”. A contribuição que buscamos aqui é comparar os conceitos trabalhados por Lima (1979-1980) com outros autores que também discorrem sobre tal característica. Brevemente o primeiro conceito, está marcado por coesão interna, perspectiva ideológica, coletivização do processo criativo e sem intenção de lucro comercial: o grupo significa uma tentativa de eliminar do interior da criação teatral a divisão social do trabalho. Já a empresa foi estruturada de acordo com as normas de produção do capitalismo e seu objetivo seria o de atingir o maior índice de rentabilidade.

Na maioria dos casos, constata-se que a cooperativa de produção leva à diluição da divisão rígida entre as funções artísticas e uma democrática repartição das tarefas práticas de construção do teatro. Para Lima (1979-1980) a superioridade dos grupos sobre as empresas estaria expressa no fato que o modo de produção de um grupo de teatro é uma alternativa real, em microcosmo, do modo de produção capitalista. Pretende eliminar da esfera da criação a linha de montagem representada pela definição rigorosa de atribuições no processo de produção do espetáculo. Em tese, um grupo de teatro não admite a preponderância deste ou daquele setor do espetáculo ou mesmo o monopólio de uma área por um único indivíduo.

> Formar grupos culturais significa reunir fiapos de informação dispersos, criar um espaço expressivo para sedimentar a amargura, levantar a dúvida e ensaiar a resistência. Independentemente do espetáculo que venha a produzir, a formação de um grupo é uma ação cultural e uma ação social (LIMA, 1979, p. 47).

O grupo em vez de empresa, a coletivização do produto em vez do lucro retornando ao dono do capital. Tal constituição foi compreendida como a negação do teatro empresa, uma vez que este não possui um projeto artístico, cultural e político. Pelo contrário, a empresa almeja o lucro imediato com suas produções. Lima (1979-1980), Guinsburg e Patriota (2012) afirmam que a empresa tornou-se a face nítida do capitalismo na arte. Ao preservar a divisão do trabalho, segundo os autores, não contribuiu para o desenvolvimento de espetáculos críticos daquele momento histórico. Aliado a isso, ao produtor coube a tarefa de garantir a liberação do texto pela censura e a do espaço no circuito comercial. Sob esse aspecto, não houve preocupação alguma com a unidade artística, nem com a politização da cena, pois essas empresas desenvolveram modelos de apresentação.

Dos vários grupos que proliferaram, não se pode dizer que haja uma diretriz única comum, mas guardam entre si semelhanças que podem configurar um mesmo perfil de traços básicos. Sob o ponto de vista formal, uma das principais inovações do teatro de

grupo é disseminar o ato de criar em colaboração, independentemente do que cada um dos seus integrantes faz.

Por opção, a maioria dos grupos adota um sistema amador de sustentação financeira, cada membro mantendo sua sobrevivência por meio de trabalhos de diversas naturezas e dedicando-se ao teatro durante os períodos noturnos e fins de semana. Há um consenso no sentido de ir buscar o público no seu ambiente, ou seja, nos bairros periféricos mais afastados, e de produzir um teatro que atraia e corresponda à realidade dessas populações.

> O "rompimento" com o padrão do teatro profissional do centro se dá também a nível do modo de produção: as relações internas do grupo deixam de se pautar pela hierarquia e pela divisão de trabalho por especialização e passam a ter como base a produção coletiva e a realização das tarefas específicas através de subgrupos integrados. Todos no grupo tentam participar, na medida do possível, de todas as etapas do processo de criação. A remuneração cede lugar ao comprometimento com objetivos partilhados em comum (GARCIA, 1990, p. 123-124).

O que chamamos de "teatro de grupo" não é, no entanto, a mera organização coletiva. Os grupos passam a usar este conceito para marcar sua posição de divergência em relação ao teatro empresarial, em que o ator não está engajado no projeto e a equipe se desfaz logo que a temporada termina, forma de produção cada vez mais presente no mercado teatral após o início dos anos 1970. Em lugar do salário pago pela empresa, o grupo remunera seus integrantes por meio de um sistema de cooperativa, o que faz dos atores os donos do empreendimento. Observaremos adiante a aplicação de tais conceitos.

PLURALIDADE DO FAZER TEATRAL

O *corpus* selecionado para a análise foi elaborado a partir dos referenciais teóricos: Fernandes (2000), Magaldi (2001), Arrabal, Lima e Pacheco (1979-1980), Michalski (1985), Hollanda (2014), Guinsburg e Patriota (2012), que são autores primordiais para compreender a História do Teatro Brasileiro. Também utilizamos os dados da Enciclopédia do Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, que é uma obra de referência virtual que reúne informações sobre artes visuais, literatura, teatro, cinema, dança e música produzidos no Brasil. Vale ressaltar que só colocamos na tabela grupos que foram citados pelas obras ou estão inseridas na plataforma virtual. Enfim, leitor está diante de um breve balanço e análise de alguns grupos teatrais. Mais do que o balanço, o que importa neste trabalho é a disposição de abrir novas formas de análise crítica.

Ao observar as obras mencionadas e que discorrem sobre o teatro no Brasil vemos autores citarem tanto o nome do grupo teatral, quanto apenas o espetáculo encenado no período descrito ou o nome dos atores principais. Por isso, um outro recurso que utilizamos foi a partir do nome da peça ou dos atores realizamos uma pesquisa para localizar o

nome do grupo que a representava e em alguns casos não encontramos a informação almejada. Tal situação pode ser justificada levando em considerção que em muitos casos, os atores se juntavam a convite do diretor para fazer apenas uma determinada montagem, não necessariamente tinham um grupo estruturado de muito tempo. Como aponta Yan Michalski:

> O que sobrará, de agora em diante, será basicamente apenas o sistema da produção avulsa: o detentor do capital – que pode ser um produtor profissional, mas na maioria das vezes é um ator ou diretor consagrado que assume também a responsabilidade financeira do empreendimento – contrata a equipe para um espetáculo específico que pretende montar; terminada a carreira da peça, cada um vai cuidar da sua vida e procurar novos compromissos profissionais. É evidente que estas características da produção terão repercussões sobre os aspectos artísticos da vida teatral, da mesma forma como, até então, a existência de grupos permanentes cujos integrantes se haviam escolhido em nome de uma definida afinidade, determinara as linhas mestras dos resultados artísticos do seu trabalho (MICHALSKI, 1985, p. 48).

A partir dos estudos de Arrabal e Lima (1979-1980), Patriota (2013) é possível ressaltar que a partir das propostas alternativas e/ou os grupos independentes foram respostas políticas para o centro do debate as condições de produção das montagens, em contraposição a um teatro empresário, apresentado em salas de espetáculos localizadas nas áreas centrais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em detrimento das áreas periféricas. Desse contraponto, nasceu uma oposição que, até hoje organiza a maioria dos estudos sobre teatro brasileiro, a saber: teatro comercial x teatro de vanguarda. É importante considerar que essas concepções foram elaboradas tendo como referência o processo criativo.

No entanto, para Patriota (2013) tal polarização não considerou que, tanto na década de 1970, quanto nas anteriores, as atividades teatrais, no Brasil e em outros países do mundo, não foram desenvolvidas de maneira uniforme. Isso significa dizer: no mercado de bens culturais convivem distintas maneiras de fazer teatro. Ainda segundo a autora em uma mesma sociedade encontram-se: a) o teatro comercial; b) espetáculos de companhias financiadas pelo Estado ou por Fundações; c) trabalhos experimentais, desenvolvidos por grupos geralmente vinculados a instituições de ensino e de pesquisa; d) atividades artísticas de companhias e/ou grupos que almejam construir uma intervenção social e política por meio de suas montagens. Esse trabalho, muitas vezes, é realizado de forma independente, mas, também, pode ser vinculado a partido políticos, sindicatos, associações de bairro etc.; e) teatro amador.

Para visualizarmos o cenário teatral no recorte mencionado desenvolvemos uma tabela em que é possível encontrar o nome do grupo; em seguida o ano de fundação e encerramento; as distintas maneiras de fazer teatro propostas por Patriota (2013), e se eram grupos teatrais ou empresas teatrais. Tais categorias permitiram interpretações

comparativas entre os grupos. Ou seja, a intenção é utilizar a teoria proposta pela autora Patriota (2013) e colocá-la em prática aplicando nos grupos selecionados de acordo com os critérios já mencionados.

Grupos Teatrais carioca década de 1970		
Nome	**Modo de produção**	**Característica**
Asdrúbal Trouxe o Trombone (1972/1984)	Teatro amador	Grupo teatral
Companhia Tragicômica Jaz-o-Coração (1977/1979)	Teatro amador	Grupo teatral
Grupo Engenho de Teatro (1972/1982)	Teatro amador	Grupo teatral
Grupo Opinião (1964/1982)	Teatro amador	Grupo teatral
O Teatro Amador Produções Artísticas – TAPA (1979/1986)	Teatro amador	Grupo teatral
Pessoal do Despertar (1979/1984)	Teatro amador	Grupo teatral
Tablado (1951/ainda está em atividade)	Teatro amador	Grupo teatral
Teatro de Boneco Ilo e Pedro (1964/1982)	Teatro amador	Grupo teatral
Teatro dos Quatro (1978/1990)	Espetáculos de companhias financiadas	Teatro empresa
Grupo do Teatro Ipanema (1968/1989)	Teatro amador	Grupo teatral
Teatro Ventoforte (1974 RJ/ainda está em atividade SP)	Teatro amador	Grupo teatral

Fonte: Tabela desenvolvida a partir dos autores mencionados no texto.

A partir da tabela percebemos que dos onze grupos citados, dez possuem o esquema de produção de teatro amador e se caracterizam como grupo teatral. O teatro amador é aquele praticado por um grupo de pessoas que apreciam o teatro, executam-no com dedicação, mas sem dele tirar proveito econômico. Em caso de lucro, a importância cobrirá os gastos da montagem ou será encaminhada para entidades previamente escolhidas (GUINSBURG, 2006). Esse estilo de grupo não era financiado por ninguém, subsistindo através de uma firma que funcionava em sistema cooperativado.

A solução econômica encontrada pelos artistas que, não dispondo de capital para bancar uma produção, resolviam assumir coletivamente a responsabilidade de se empresariar, significava a abertura de um espaço de trabalho independente das sujeições impostas pelo produtor e acabava desempenhando o papel de modelo possível para outros criadores. Normalmente, a verba para a produção vinha de uma caixinha comum, resultado da colaboração de cada participante, de empréstimos bancários, do auxílio de amigos e dos mais inusitados expedientes de obtenção de recursos, como o famoso “chá de cenário”, cujo convite sugeria:

> Nosso palco está vazio. Traga o que tiver sobrando em casa". Os lucros, quando havia, eram distribuídos de modo equânime, substituindo os salários inexistentes. O objetivo do grupo, como organização cooperativada, era permitir que todos os membros ganhassem exatamente a mesma porcentagem, independente das funções desempenhadas. O fim a ser atingido através da produção socializada era a liberdade de expressão (FERNANDES, 2000, p. 219).

Um outro aspecto importante é que geralmente no início da carreira dos grupos amadores o uso de espaços alternativos era bastante comum e vinha acompanhado de uma sequência de estratégias de luta pela colocação dos trabalhos, como a divulgação boca a boca, a cobrança de ingressos abaixo do preço de mercado. Também é relevante notar que esses grupos assumem seriamente o compromisso de realizar montagens nem sempre viáveis para o teatro profissional. Este último intuito compensatório, expresso por meio de um repertório, pode contemplar textos clássicos, modernos, as técnicas de encenação atuais e procedimentos experimentais no domínio do texto e do espetáculo, procurando acrescentar, revolucionar ou, no mínimo, refletir sobre a arte do teatro. Nesse sentido, é o teatro amador uma das forças propulsoras da mudança e da atualização do panorama teatral.

No confronto entre os grupos analisados, o que se observa é a presença de um grupo, o "Teatro dos Quatro" que tem o modo de produção a partir de financiamento e por isso se caracteriza como teatro empresarial. Assim, trazem a iniciativa privada para o financiamento sistemático da companhia. Formado pelos produtores Paulo Mamede, Mimina Roveda e Sergio Britto, o Teatro dos Quatro é um empreendimento que envolve a aquisição, a administração e a direção artística de uma sala de espetáculos dentro do Shopping da Gávea. O teatro é comprado por meio de um empréstimo, e a ocupação do espaço, com horários alternativos, cursos e atividades diurnas ajudam a aliviar as dívidas. O primeiro espetáculo estreou em 1978 com "*Os Veranistas",* de Máximo Gorki. O crítico Yan Michalski, embora fazendo restrições ao espetáculo inaugural reconhece que a empresa "já se caracterizava pela exigência na escolha do texto e por um impecável acabamento da produção e por um alto nível de interpretação – trunfos de que o Teatro dos Quatro nunca mais abriria mão. Estava desde já claro que a cidade ganhava um importante centro de cultura" (MICHALSKI, 1985, p. 77). No início dos anos 1990, com o fim do patrocínio e as crescentes dificuldades de produção, a equipe desfaz a sociedade.

Uma questão que também chama atenção ao observar os grupos selecionados é que eram formados por integrantes jovens. Guinsburg e Patriota (2012) afirmam que os mais jovens trouxeram outras vivências e expectativas, tanto na relação com o passado quanto no que deveria dizer ao seu tempo presente. Nesse sentido, com objetivo de dar inteligibilidade a essa maneira diferenciada de fazer teatro, os que se opuseram a ela caracterizam-na como alienada, mas os que nela enxergaram inovação e mudanças no nível da técnica e das temáticas definiram-na como grupos teatrais. Tal colocação

pode servir como justificativa da tabela ter maioria de grupos formados por jovens e, consequentemente, serem caracterizados como grupos teatrais.

Outro ponto em comum entre os teatros dos grupos é que cada agrupamento se apresenta como reunião de indivíduos singulares que se junta por alguma espécie de afinidade, manifesta-se de modo próprio, e a reunião em equipe de pessoas afins vai definir um resultado diferente daquele conseguido por outro núcleo que, do mesmo modo, quer fazer aquele teatro que julga interessante e procura um meio de viabilizá-lo, tanto econômica quanto cenicamente (FERNANDES, 2000). O que une essas pessoas é a vontade de fazer teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que se observa é que os conceitos trazidos por Patriota (2013) ampliam as denominações trabalhadas por Lima (1979-1980), como discutimos no tópico anterior. Patriota (2013) consegue trazer a pluralidade, as diversas maneiras de fazer teatro. Pensando nos conceitos discutidos, eles não se substituem, muito pelo contrário, se complementam e mostram como é uma rede complexa, com vários estilos de grupos, por isso a necessidade de tantas variações de conceitos. Ao utilizar as categorias discutidas pelas autoras é possível ter um panorama mais completo e perceber inicialmente a forma de produção dos grupos descritos. Sob esse prisma, o teatro brasileiro carioca da década de 1970 desenvolveu-se polifonicamente.

Um dos grandes desafios durante a pesquisa foi enfrentar o fato de que o mapeamento profundo dos grupos teatrais cariocas é um tema que ainda não está consolidado. Contudo, justamente por se tratar de um tópico em aberto, identificamos uma oportunidade para contribuir com o debate em torno do assunto. Fica visível que não foi possível contemplar todo o panorama teatral carioca do período mencionado, pois seria preciso mais tempo para apuração dos grupos teatrais cariocas. O estudo dos grupos a partir dos autores mencionados no decorrer do trabalho conduz, inevitavelmente, a um próximo passo, e consiste em fazer uma pesquisa mais profunda. Esse exercício será certamente considerado em uma eventual ocasião futura, a partir das reflexões aqui inciadas.

Assim, o artigo fomenta novas possibilidades de análise. Para compreender um pouco do movimento teatral no período de 1970 e a sua construção historiográfica, foi primordial observar a presença de uma hierarquia de valores. A análise proposta neste trabalho mostrou que existem diversas maneiras de fazer teatro e isso ficou muito claro na década de 1970, por ter sido um período de intenso surgimento de grupos teatrais. A maioria deles trabalhava como teatro amador e eram caracterizados como grupos teatrais. Pode-se afirmar que houve um esforço em valorizar as iniciativas tidas como radicais e transformadoras.

Por fim, a partir da fala de Guinsburg e Patriota (2012), o teatro brasileiro passou a viver, sob o ponto de vista das ideias e de sua própria prática artística, uma realidade que se tornara, nos últimos cinquenta anos, distante para atores, diretores, cenógrafos, dramaturgos: o confronto com o seu próprio ofício e, em decorrência disso, com suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Johana. O teatro alternativo e a revolução do Asdrúbal. **Revista Sala Preta**. Vol. 18 n. *2*, 107–118. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2018. Disponivel em: https://doi.org/10.11606

ARRABAL, José. Anos 70: momentos decisivos da arrancada. In ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de; PACHECO, Tânia. **Anos 70: Teatro**. Europa.

ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de; PACHECO, Tânia. **Anos 70 - Teatro**. Rio de Janeiro, Europa, 1979-1980.

BELLEZI, Clenir. **A arte literária brasileira**. São Paulo: Moderna, 2000.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas**. São Paulo: Editora 34, 2019.

FERNANDES, Sílvia. **Grupos teatrais - Anos 70**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

FRANCA, Luciana. **Teatro amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1542.pdf.

GARCIA, Silvia. **Teatro da militância**. São Paulo: Perspectiva – Edusp, 1990.

GUINSBURG, Jacob; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de. (Orgs.) **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

GUINSBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosângela. **Teatro Brasileiro: ideias de uma história.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Asdrúbal trouxe o trombone: memórias de uma trupe solitária de comediantes que abalou os anos 70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

_____. Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem - CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

LIMA, Mariângela Alves de. Quem faz o Teatro. In ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de; PACHECO, Tânia. **Anos 70: Teatro**. Rio de Janeiro, Europa, 1979-1980.

MICHALSKI, Yan. **O Teatro sob pressão: uma frente de resistência**. Rio de Janeiro: Jorge Zabar, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção – engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)**. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

PATRIOTA, Rosângela. **História e teatro: discussões para o tempo presente**. São Paulo: Verona, 2013.

VENTURA, Zuenir. O vazio cultural. In: GASPARI, Elio, HOLLANDA, Heloisa Buarque de, VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito – Da repressão à abertura (70/80)**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

CAPÍTULO 8

ESTÉTICA E METALINGUAGEM EM PASÁRGADA

Data de aceite: 21/05/2021

Vítor Hugo da Silva
VERSIPROSA PUC MINAS
Belo Horizonte M.G.
http://lattes.cnpq.br/1689127387758633

RESUMO: Esta pesquisa contempla através da metalinguagem as constantes análises da memória de recuperação e de recriação do passado em consonância com o eu lírico em Manuel Bandeira. Neste sentido, objetiva-se entender através de investigação o seu Itinerário de Pasárgada em conformidade com o poema Vou-me embora pra Pasárgada. Já que a obra é um exercício de metalinguagem, em que o poeta elucida o seu fazer poético. Investiga-se, assim, a obra de Manuel Bandeira, procurando identificar a influência dos fatos reais na sua produção poética. Neste estudo, fez-se necessária a análise, através de certo conhecimento científico, da crítica biográfica que relata a vida do autor, a infância e fatos importantes, como também relatos dos seus familiares, enfim, sobre o seu cotidiano. Para fundamentar o presente estudo, procura-se relembrar de um Bandeira, menino do Recife, e que por lá viveu a sua primeira infância; a mudança para o Rio de Janeiro, quando tinha seis anos; o retorno para Recife e, mais uma vez o Rio de Janeiro. A infância do poeta é marcada por inesquecíveis momentos. Conclui-se que o **Itinerário de Pasárgada**, procura-se mostrar que a poesia de Bandeira é um processo de releitura e recriação permanente que vai do eu ao outro, para retornar, repleta de significado para o eu. A poesia mostra-se como um processo de costura de um *eu*, que nasce a partir de si e que passa necessariamente pelo outro.

PALAVRAS - CHAVE: Itinerário de Pasárgada, Metalinguagem, Estética, Autobiografia, Manuel Bandeira.

AESTHETICS AND METALANGUAGE IN PASÁRGADA

ABSTRACT: This research contemplates through the metalanguage the constant analyses of the memory and the recreation of the past in consonance with the lyric self in Manuel Bandeira. In this sense, it's set the objective to understand by investigating his Paságarda-like itinerary in conformity with the poem Vou-me embora pra Pasárgada. This way, it's investigated Manuel Bandeira's work, looking to identity the real-life facts in his poetic production. In this study, it was necessary the analyses, by the means of certain scientific knowledge, the biographical criticism which reports the author's life, his infancy and important facts, as well the reports of his family members, finally, the information regarding his everyday life. To substantiate this study it's resolved to remember Bandeira, Recife's boy, where he lived his first infancy; the migration to Rio de Janeiro, when he was six years old, the return to Recife and, again, Rio de Janeiro. The infancy of the poet is marked by unforgettable moments. It concludes that the Pasárgadas's itinerary has the objective to demonstrate the Bandeira's poetry is a process of permanent

rereading and recreation which goes to the other to return, teeming with meanings to the self. The poetry is shown as a process of sewing of a new self, which is born from itself and necessariy goes through the other.
Keywords: Pasárgada's itinerary, Metalanguage, Aesthetics, Autobiography, Manuel Bandeira.

1 | INTRODUÇÃO

Itinerário de Pasárgada, Construído na madura idade de Manuel Bandeira, principiou-se a partir de escritas reminiscentes momento em que três de seus amigos, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e João Condé, postularam-lhe obstinadamente para que o escrevesse, e, assim, com a ajuda suma de João Condé, o Itinerário se iniciou com sua publicação em capítulos. Depois de construída sua autobiografia, Bandeira, então, dedica a obra aos três grandes poetas. Assim, para Campos (1984, p.30) segue-se com Manuel Bandeira neste livro todo o caminho de sua experiência literária, até a sua tomada de contato com os maiores espíritos das letras internacionais. O livro nos mostra um homem que sente primeiramente as suas emoções, e vive-as, mesmo as que lhe chegaram através da literatura, e só depois as transformou em palavras.

É importante enfatizar que essa produção se refere a um registro de memórias poéticas que contempla mais o fazer literário do poeta do que o seu próprio relato de vida.

Manuel Bandeira esclarece o seu momento sublime desfiando a sua técnica de significante e de manifestação no que sua obra implementou ao Modernismo brasileiro. Sabe-se, portanto que suas reminiscências poéticas serão de importância relevante para o conhecimento de seus feitos e de elementos literários e humanos da sua poesia no que se trata de sua criação poética. Diante disso, constata-se que o Itinerário de Pasárgada é um trabalho de metalinguagem.

Quiçá essa disposição do poeta no que se alude à sua criação literária, muito provavelmente moveu-o a afirmar: "Não faço poesia quando quero e sim quando ela, a poesia, quer" (BANDEIRA, 1984, p. 118). Como também, tenha manifestado a sua imprescindibilidade de buscar apoio em textos já mencionados na literatura até mesmo de poetas estrangeiros, em especial, os poemas que eram escritos em francês.

> As influências literárias que fui recebendo são incontáveis. Foram sucessivas, não simultâneas. Me lembro de uma fase Musset, de uma fase Verhaeren... Villon... Eugênio de Castro... Lenau... Heine... Charles Guérin...Sully Prudhomme (BANDEIRA, 1984, p. 35).

Assim, percorrem na obra escritos íntegros ou fragmentos em diversas outras línguas. Como se constata, Manuel Bandeira, poeta modernista, julgava de suma importância a disciplina clássica na construção poética, até porque orientava os seus alunos a ler que primeiramente produzissem poemas clássicos, de acordo com as mais rígidas disciplinas

de rimas, como também de ritmo. Assim, após se apresentarem capacitados no assunto teriam direito à liberdade.

Pode-se perceber, em **Itinerário**, constitui-se na sua própria essência da obra; mentalidade poética e não somente informação de uma vida de poeta. Efetivamente, é um armazém de abundantes artistas – arquitetos, músicos, pintores e escritores que entraram na formação poética e literária de Manuel Bandeira:

Os acontecimentos de sua vida, principalmente a tísica, serviram de base para Bandeira arquitetar a sua poesia, pois a vida madrasta muito cobrou do poeta, fazendo-o retratar, a partir daí dores, alegrias, tristezas, e até mesmo o tema morte, que tanto perdurou em suas poesias.

Desta forma, estabeleceu-se uma interação entre a sua vida e sua obra, que se confundem como diz Alfredo Bosi: "A Biografia de Manuel Bandeira é a história dos seus livros. Viver para as letras [...]" (BOSI, 1985 p.408).

Natural de Recife, viveu a maior parte da sua infância em Petrópolis, pois saiu do Recife aos três anos de idade, lugar de onde emergem as suas mais antigas lembranças. O poeta demonstra ser um mau memorialista, mencionando de forma breve, como breve é o livro e seus capítulos, a sua realidade cotidiana e seu primeiro interesse pela poesia.

Durante a fase de sua produção poética, as grandes influências recebidas por Bandeira vieram do simbolismo francês, principalmente verlainianas, assim como as de Banvile e Laforgue, do belga Maeterlinck, do português Eugênio de Castro, de um certo romantismo alemão – Heine e Lenau – e também do lirismo quinhentista português, que inclui não apenas Camões e Sá de Miranda, mas também o verso do cancioneiro popular, pelos quais Manuel Bandeira desenvolveu o gosto dos octossílabos e das redondilhas que utilizou em **A Cinzas das horas** e **Carnaval**.

Pode-se dizer, ao estudar poemas como "Debussy" e "Poema de uma quarta-feira de cinzas", que Bandeira, ao escolher um tema, procurava trabalhá-lo com variações, fazendo-o se embolar, se ferir ou, ao contrário, apaziguá-lo. A este respeito, é importante ressaltar que a musicalidade da poesia de Bandeira não depende apenas de organização do poema, do processo de elaboração do poema, mas também da natureza da emoção poética, ou seja, a musicalidade simplesmente indicada, que começa quando a palavra "fala por imagem". O próprio poeta confirma essas observações quando preconiza:

> Vendo a musicalidade subentendida dos meus poemas desentranhada em música propriamente dita que compreendi não haver verdadeiramente música num poema, e dizer que um verso canta é falar por imagem (BANDEIRA, 1984, p. 79).

Bandeira insiste em afirmar que a palavra nunca "cantou por si", acrescentando ainda que "só com a música pode ele cantar verdadeiramente" (BANDEIRA, 1984, p. 80). Para o tísico, a música vem da palavra, do uso adequado da palavra, de linguagem poética presente na maioria quase que absoluta dos seus poemas, onde tudo é poesia. Arte que

estabelece harmonia entre os sons e o silêncio, fragmentos que integram a vida do poeta e na criação de uma linguagem contagiante que sensibiliza o eu lírico.

De acordo com Lejeune, é admissível que a descrição do poeta seja tal como seu segredo, exclusivamente uma imitação, porém, inevitavelmente contra sua vontade, seu sucesso pode ultrapassar todas as possibilidades quando não se sabe nada sobre ele, nada além do que se refere a si próprio.

> Vejamos como nasci com uma parcela do que chamamos poesia em minha natureza, e como essa parcela do fogo divino se acendeu em mim à minha revelia, lançou fugidias centelhas em minha juventude e se evaporou mais tarde com os grandes ventos de meu equinócio e na fumaça de minha vida. (LAMARTINE, 1848 apud LEJEUNE, 2008, p. 97).

Aproxima-se mais do segredo de um poema, quando o *eu lírico* explicita os fatos que possam contribuir para produzi-lo e relata sua autobiografia através de sua inspiração. Este é o sonho de alguns leitores: obter confidências, penetrar no mundo do artista – como se não fosse neles, que se construísse a espagíria, como se a poesia fosse traduzida pela condição de tempo ou espaço, ou, então, desfeita em diversos fragmentos, ou, ainda, como um receituário, talvez palavras alheias pudessem fornecer certa refutação às palavras do poema (LEJEUNE, 2008, p.96-97).

Dessa maneira, o homem gosta de recompor a sua fonte. O que se deve contar é a história do poema e não a do poeta. Para tal, leia-se o poema que o poeta guarda em suas reminiscências. Vejamos no poema **Vou-me embora pra Pasárgada.**

2 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Esse poema-utopia, uma espécie de transposição poética de um desejo coletivo - afinal todos anseiam por um lugar como Pasárgada – recebeu este comentário no **Itinerário de Pasárgada**:

> "Vou-me Embora pra Pasárgada" foi o poema de mais longa gestação em toda a minha obra. Vi pela primeira vez esse nome de Pasárgada quando tinha os meus dezesseis anos e foi num autor grego. Estava certo de ter sido em Xenofonte, mas já vasculhei duas ou três vezes a Ciropedia e não encontrei a passagem. Esse nome de Pasárgada, que significa "campo dos persas" ou "tesouro dos persas" suscitou na imaginação uma paisagem fabulosa, um país de delícias como o "*L'invitation au voyage*" de Baudelaire. Mais de vinte anos quando eu morava só na minha casa da Rua do Curvelo, num momento de fundo desânimo, da mais aguda sensação de tudo o que eu não tinha feito na minha vida por motivo da doença, saltou-me de súbito do subconsciente esse grito estapafúrdio: "Vou-me embora pra Pasárgada! " Senti na redondilha a primeira célula de um poema, e tentei realizá-lo mas fracassei. Abandonei a ideia. Alguns anos depois, em idênticas circunstâncias de desalento e tédio, me ocorreu o mesmo desabafo de evasão da "vida besta". Desta vez o poema saiu sem esforço, como se já estivesse pronto dentro de mim (BANDEIRA, 1984 p. 97).

O poema também mereceu versos de Carlos Drummond de Andrade, em homenagem ao poeta criador da utopia de Pasárgada, o Bandeira que poetizou a existência e fecundou de lirismo todas as suas dores e limitações:

Pasárgada

Não foste embora pra Pasárgada
Não era teu destino
Não te habituarias lá
Em teu território próprio, intransferível,
Nem rei nem amigo de rei,
és puramente aquele lúcido
e dolorido homem experiente
que subjugou seu desespero
a poder de renúncia, vigília e ritmo (ANDRADE, 1986, p. 19).

O poema surgiu como resultado de uma infância que o *eu lírico* não pôde gozar da liberdade de escolher o que lhe agradava e da realização de seus sonhos:

Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica

Andarei de bicicleta

Montarei em burro brabo

Subirei no pau de sebo

Tomarei banhos de mar!

E quando estiver cansado

Deito na beira do rio

Mando chamar a mãe-d'água

Pra me contar as histórias

Que no tempo de eu menino

Rosa vinha me contar

Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo

É outra civilização

Tem um processo seguro

De impedir a concepção

Tem telefone automático

Tem alcaloide à vontade

Tem prostitutas bonitas

Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste

Mas triste de não ter jeito

Quando de noite me der

Vontade de me matar

- Lá sou amigo do rei-

Terei a mulher que quero

Na cama que escolherei

Vou-me embora pra Pasárgada

(BANDEIRA, 2007, p. 146-147).

Diante dessas colocações, percebe-se que, em "Vou-me embora pra Pasárgada", o *eu lírico* leva em conta a intuição e a necessidade do extravasamento poético, utilizando imagens tiradas de uma vida sonhada. Percebe-se, também, que a ideia é feita no instante da poesia, sem limitações, na busca da inspiração, esta aliada ao desejo de fugir da realidade cinzenta da vida, para viver em lugar comparável ao Éden, no paraíso perfeito, edificado pelo criador supremo, no qual se poderá conquistar uma existência sem frustrações. Na literatura brasileira, o *eu lírico* consagrou o nome "Pasárgada" como um lugar ideal para se viver.

Pasárgada, denominação de uma cidade paradisíaca do mundo antigo, fundada pelo rei persa Ciro, representa um lugar idílico "onde podemos viver pelo sonho o que a vida madrasta não nos quis dar", conforme declara o poeta. Pasárgada é, como foi dito em "Pneumotórax", "a vida inteira que poderia ter sido e que não foi", o que constitui, no seu caso, o próprio mundo da poesia e da emoção poética.

Ainda um pouco mais, como explica o poeta, "Pasárgada" de cujo nome tomou conhecimento aos dezessete anos, "suscitou na minha imaginação uma paisagem fabulosa, um país de delícias".

Conforme se sabe, Pasárgada gerou um dos mais belos poemas de Manuel Bandeira, concebido quando, vítima de um caso grave de tuberculose. Declara o poeta, "Vou-me embora pra Pasárgada" surgiu "num momento de fundo desânimo, da mais aguda sensação de tudo o que eu não tinha feito na minha vida por motivo da doença".

Se há reminiscências em "Vou-me embora pra Pasárgada" elas não passam por acaso, pois assim se manifestou o narrador do **Itinerário**:

> Não construí o poema; ele construiu-se em mim nos recessos do subconsciente, utilizando-se as reminiscências da infância ¾ as histórias de que Rosa, a minha ama-seca mulata, me contava, o sonho jamais realizado de uma bicicleta, etc. O quase inválido que eu era ainda por volta de 1926 imaginava em Pasárgada o exercício de todas as atividades que a doença me impedia: E como farei ginástica... tomarei banhos de mar! A esse aspecto Pasárgada é toda a vida que podia ter sido e que não foi (ANDRADE, 1967, p. 293 e p. 301-304).

Para construir o poema, o *eu lírico* utiliza-se de lembranças, outras surgidas do inconsciente, de coisas que ouviu / viu e que ficaram guardadas em algum ponto da memória e que foram trazidas à tona pelos sentimentos, exercitando experiências individuais e transformando-as em universais.

O poema surge como um grito de esperança para cada indivíduo. Há crianças que não andam de bicicleta porque trabalham. Há prostitutas que são discriminadas perante a sociedade. Representa a busca pela felicidade em algum lugar no imaginário, mas que

acaba sendo real devido à força do pensamento. Em suma, trata-se de um lugar que tem tudo para todos. Ao final, o poeta, mesmo ao falar da vontade de se matar, termina e se revigora com a ideia-núcleo: "Vou-me embora pra Pasárgada". O poema "abusa" de criatividade e originalidade.

O *eu lírico* é um exemplo pela simplicidade do seu vocabulário o que muito contribui para o "fazer poesia". Destacam-se: a língua coloquial, a irreverência, a liberdade criadora e o verso livre. O que mais fascina a quem lê o poema é a capacidade de extrair algo banal do cotidiano e transformá-lo em uma reflexão social e filosófica.

O poema encontra-se construído em redondilha maior que, junto com a linguagem, dá ao poema o ritmo agradável das canções populares. Ritmo que se acentua na repetição do verso "Vou-me embora pra Pasárgada" (SOUZA, 2009).

Já nas aliterações como em: andarei [...] montarei [...] subirei [...], tomarei [...], o poema acaba por trazer seu ritmo apressado e ofegante, como também dinâmico dos versos como visão das grandes libertações.

De acordo com o plano estrutural, o poema aparece marcado pelas antíteses, pelos paradoxos, nos contrastes violentos; no plano emocional, por um movimento polar, uma oscilação constante que, no decorrer da leitura vai alternar atitudes de serenidade e revolta. A linguagem é despojada, de grande intensidade, condensação, simplicidade e expressividade (MURIEL, 2008).

Essa libertação grandiosa, paradoxalmente ressaltada por tamanha simplicidade de expressão, será o objeto dos comentários que se desdobram a seguir.

"Vou-me embora pra Pasárgada" traduz uma realização dos anseios de criança nascida num Recife, como o próprio *eu lírico* afirma, "sem arranha-céus, sem comunistas, sem Arrais e com arroz, muito arroz" (BANDEIRA, 2007 p. 306-307), realização essa que, muito precocemente sentiu ameaçada. A ideia da morte faz-se companheira e musa de toda a poesia de Bandeira, imbuída de indelével sentimento de perda e solidão. Foi esse sentimento fatalista que o levou a produzir e publicar seu primeiro livro ***Cinza das horas*** elogiado pelos seus amigos, inclusive por Rachel de Queiroz, da qual ouvia: "você não sabe o que a sua poesia representa para nós", e também pelos desconhecidos, cujo sofrimento procura incluir em seus poemas (BANDEIRA, 1984 p. 131).

Pasárgada soa como um grito de libertação de quaisquer sofrimentos, de fuga para uma região onde tudo se torna mais fácil e alegre, um reino de felicidade completa. Tudo, no poema, soa como libertação. O *eu lírico* põe de lado todo o sofrimento e decide ser feliz, ser livre, de uma forma até inconsequente. E faz isso anunciando um local onde tudo é fácil e a existência uma grande aventura: o reino de Pasárgada, para onde o *eu lírico* vai partir, abandonando as inúteis complicações da vida. Pois inútil é pensar em sofrer quando existe um local em que a vida pode ser simples e amena.

Em Pasárgada não há desalento, nem tristeza, nem solidão, pois lá "seria amigo do Rei" e tudo seria permitido. Esse grito de libertação reflete o sentimento do homem comum

que, em algum tempo e em determinadas circunstâncias, gostaria de se sentir e se realizar. Fugir para um local onde se pudesse ser feliz, onde os sonhos se tornassem realidade.

Visto dessa forma, o poema mostra-se como uma resposta a desejos não realizados, fazendo com que o *eu lírico* abandone-se no inconsciente em busca do desconhecido, do inatingível. Nesse momento, pode-se perceber um paradoxo representado pelo sonho e a realidade, que se acentua na memória e na imaginação. A memória é a representação da realidade presente nos versos "*aqui eu não sou feliz*" e a imaginação se materializa no grito de liberdade "Vou-me embora pra Pasárgada".

> A importância desse poema não é simplesmente a redondilha construída à moda do arcaísmo, mas no que ele tem de mais representativo da poesia popular. Pode-se observar que seus versos são simples sem nenhum esforço artificioso de construção. O poema serve para mostrar que o "ir-se embora pra Pasárgada" significa ingressar na vida comum, abandonar-se, ser livre. A fantasia, o "impossível" das imagens por meio das quais o ***eu*** lírico transmite a sua vontade de libertação, não nos deve enganar sobre o seu sentido profundamente humano. O poema tem no ritmo apressado e ofegante, dinâmico e violento dos seus versos o sabor das grandes libertações. O poema também tem seu valor pela musicalidade que ele apresenta. Tanto que Bandeira declarou que nunca a palavra cantou por si, e só com a música pode ela cantar verdadeiramente (BANDEIRA, 1984 p. 49, apud LEON, 2007).

Segundo Leon (2007), o mundo em que o *eu lírico* do Itinerário não é tísico é na grande Pasárgada e lá depara-se com o grande sonho ou a grande esperança que estão no mais profundo da alma do homem, o verdadeiro paraíso do *eu* e que tudo poderá, até mesmo a mulher idealizada para o seu amor. A ideia principal e dominante do poema é esta, que se repete em vários versos. Já a segunda ideia é a da libertação do mal do corpo. O *eu lírico* poderá amar à vontade, como praticar todos os atos físicos que a saúde permite, ou, até mesmo, restringe no mundo real. Poderá, também, realizar o que deveria ter realizado enquanto criança e que não o fez. O tempo da infância é reconstruído no mundo da imaginação.

Pasárgada torna-se um trabalho a mais para ornar cada vez mais a imaginação, exercendo, então, uma espécie de atividade ilusionista, que acaba por conceder-lhe o verdadeiro sentido que as várias outras palavras do poema desencadeiam no espírito de cada um. Contribui-se, desse modo, para um espaço psicológico perfeito, em que o espírito vai se libertando para logo se realizar. A rede de significados fica liberta da carga social, possibilitando, então, a descoberta do 'vir a ser' da palavra. Assim, liberto das limitações da temporalidade, o *eu lírico* amplia o exercício da imaginação para que possa se realizar, pois ele não estabelece o seu "aqui", a não ser no momento em que se persiste na sua visão negativa: "aqui eu não sou feliz" (NEVES, 2008).

Isso considerado, para o *eu lírico* o importante é o "lá", o que na verdade se almeja, não o que só existe. Ir para "Pasárgada" é como se fosse ingressar na vida comum, adentrar num mundo em que o *eu lírico* não é mais doente, logo se depara com o dinamismo da

libertação representado pelos verbos que indicam movimento (andarei, farei, montarei, etc.).

Além disso, surge no poema a questão sexual, anseio de quem vive no mundo das inibições físicas, indo ao encontro de uma demanda generalizada facilitada pela amizade e proximidade com o poder: “Lá sou amigo do rei/ terei a mulher que quero/ na cama que escolherei” (NEVES, 2008).

Sem dúvida, o eu poético cultua a cidade mágica de Pasárgada, sentiu-se útil e realizado, encontrando a paz de que fala no final de seu “Itinerário”: Agora a morte pode vir – “essa morte que espero desde os dezoito anos: tenho a impressão que ela encontrará, como em “Consoada” está dito, “a casa limpa, a mesa posta, com cada coisa em seu lugar” (BANDEIRA, 1984, p. 132).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi inquirido, pode-se verificar que as diferenças entre autobiografia e memórias são tênues e estão evidenciadas na busca específica à qual este *eu,* de vida comprovada, se remete: se a busca das memórias equivale à de um historiador que procura, no passado, algo que explique o presente, na autobiografia, entretanto, o relato se daria de acordo com parâmetros que serviriam para reforçar a história de uma personalidade, a existência do *eu narrador*, que extraindo do mundo o que julga ser consoante com a sua história.

Sendo assim, discorre-se em Itinerário de Pasárgada que poesia é sobretudo intuição.

Nesse sentido, Pasárgada não é pormenor ou aspecto de uma face, mas toda a face, contida em suas origens e seus fins. Símbolo supremo do lirismo, consubstanciado na luz daquela estrela ‘tão alta’ e ‘tão fria’, que pulsa do começo ao fim na solitária e úmida noite em que floresce a poesia de Bandeira, do qual se fez vassalo a um tempo submisso e revolucionário, ao admitir que sua poesia alcança também aqueles momentos de louvores, ou seja, realização literária (JUNQUEIRA, 2003, p. 20).

Dessa forma, tentou-se aqui, portanto, delinear o itinerário do *eu lírico*, o caminho que o leva à Pasárgada, à terra do sonho e da evasão, àquele ‘território lírico’ exclusivo que consiste não apenas em sua moradia, mas também a morada do ser, que somente lá se realiza como tal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Bandeira, a vida inteira**. Brasília: INL; Rio de Janeiro: Alumbramento, 1986.

ANDRADE. Mário de. **Cartas a Manuel Bandeira.** Prefácio e Notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967. p. 293 e 301-305.

ARRIGUCCI JR., Davi. **Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira/ Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. **Itinerário de Pasárgada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar,1993.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix,1985.

JUNQUEIRA, Ivan. (org.) **Testamento de Pasárgada: antologia poética - Manuel Bandeira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet** . NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.) Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEON, Luci Mary Melo. **O léxico no poema Vou-me embora pra Pasárgada de Manuel Bandeira.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/caderno06-12. html. Acesso em: 28 set. 2007.

MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago.** São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: UFMG, 1992.

MURIEL, Francisco. **Estrela da vida inteira – Manuel Bandeira.** 2008. Disponível em: <http:// franciscomuriel.blogspot.com/2008_08_01_archive.html.>.
Acesso em 10 dez. 2008.

NEVES, Manoel. **Português, Literatura e Redação**. Disponível em: <http://manoelneves.com/ >. Acesso em 22 jun. 2008.

SOUZA, Clemilda. **Leituras/Vestibular.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.docstoc.com/ docs/1981379/Resumo-upe-e-univasf> . Acesso em: 15 maio 2009.

CAPÍTULO 9

DO "*STATUS*" AO *STRESS*: UMA ANÁLISE DO CONTO DE LÍLIA MOMPLÉ

Data de aceite: 21/05/2021

Maria Aparecida Nascimento de Almeida

RESUMO: O período posterior à independência em Moçambique, ocorrida em 25 de junho de 1975, não foi marcado por paz e liberdade. Contrariando às expectativas, poderes locais opuseram-se, uma vez que reivindicavam a representatividade política da nação, fato que ocasionou uma guerra civil entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), conflito que perdurou por 16 anos, cujo resultado foi um cenário de fome, destruição, êxodo e morte. Ficcionaliza esse período histórico a escritora moçambicana Lília Momplé na coletânea de **Os olhos da cobra verde**. O conto inicial, intitulado *Stress*, permite perscrutar os pensamentos e analisar as ações dos protagonistas, a saber, a amante do major-general e o professor, o qual vive em constante tensão devido ao caos instaurado no país. De forma que personagem e espaço são as categorias narrativas abordadas, a fim de problematizar a noção de "*status*" e verificar as consequências do "stress" que acomete seres cujas mentes foram violentadas pelo colonizador e neocolonizadas pelos oprimidos que, ascendendo ao poder, tornaram-se opressores.

PALAVRAS - CHAVE: (des) colonização, violência, personagens, espaço.

FROM "STATUS" TO STRESS: AN ANALYSIS OF THE TALE BY LÍLIA MOMPLÉ

ABSTRACT: The period after independence in Mozambique, which occurred on June 25, 1975, was not marked by peace and freedom. Contrary to expectations, local authorities were opposed, since they claimed the nation's political representativeness, a fact that caused a civil war between FRELIMO (Mozambique Liberation Front) and RENAMO (Mozambican National Resistance), a conflict that lasted for 16 years, conflict that lasted for 16 years, which resulted in a scenario of hunger, destruction, exodus and death. The Mozambican writer Lília Momplé fictionalizes this historical period in the collection of The green snake eyes. The initial short story, entitled Stress, allows you to peer into the thoughts and analyze the actions of the protagonists, namely, the major-general's lover and the teacher, who lives in constant tension due to the chaos in the country. In such a way that character and space are the narrative categories addressed, in order to problematize the notion of "status" and to verify the consequences of "stress" that affects beings whose minds were violated by the colonizer and neocolonized by the oppressed who, ascending to power, became oppressors.

KEYWORDS: (de) colonization, violence, characters, space.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A subalternização imposta aos autóctones pelo colonialismo em Moçambique objetivava não apenas mitigar suas forças, a fim de evitar possíveis rebeliões, mas também controlar suas mentes. Para tanto, os portugueses eram auxiliados por nativos que levavam à violência "[...] a casa e o cérebro dos colonizados." (FANON, 1968, p. 28). Similarmente aos "intermediários do poder" agiam as elites, entretanto, com o "[...] propósito de modelar e/ou manipular uma realidade que lhes [era] distinta; organizaram-se em *sistemas simbólicos* [...]" (CABAÇO, 2009, p. 21 – grifo nosso); tais métodos de atuação demarcavam, além das fronteiras socioeconômicas, a polarização cultural.

As artimanhas desse poder hegemônico ocasionaram, no período pós-independência, diversos perfis de comportamento; dentre os quais salientamos, sobretudo, dois, a serem observados a partir da narrativa *Stress*, de autoria da moçambicana Lília Momplé. Assim, destacamos a conduta da amante do major-general, a qual almejava ascensão social, bem como a postura do professor, homem íntegro e avesso ao oportunismo, uma vez que rejeitava suborno dos alunos, segundo informa a voz narrativa (MOMPLÉ, 2008, p. 15)

O procedimento das personagens salienta maneiras distintas de lidar com a realidade naquele espaço, onde as questões "econômica" e 'indígena" fundamentavam todas as formas de opressão colonial, conforme revela Cabaço (2009, p. 40). Tais considerações evidenciam a pertinência de problematizar práticas de dominação. Todavia, é necessário propor estratégias discursivas de resistência que refutem a lógica colonialista.

Em decorrência do exposto, evocamos Glissant (2005), nomeadamente a sua **Introdução a uma poética da diversidade**; já que os textos ficcionais podem ser concebidos como registros "reconvertidos em história nacional" (CASANOVA, 2002, p. 29). Dessa forma, torna-se nítida a emergência de discussões capazes de incluir nos debates das ciências humanas as vozes marginalizadas de uma História que se pretende única.

A esse respeito cumpre destacar um marco cronológico. Trata-se da Segunda Guerra Mundial, após a qual historiadores adotaram a expressão "*postcolonial state*" em referência aos países recém-independentes, concedendo especial atenção ao testemunho dos autóctones. "No entanto, *Postcolonial* a partir dos anos setenta, é termo usado pela crítica em diversas áreas de estudo, para discutir os efeitos culturais da colonização." (LEITE, 2012, n.p.)

Portanto, nas vozes dos intelectuais provenientes das ex-colônias, se fez ouvir reivindicações; estava em pauta o direito de falar sobre si, bem como acerca de uma coletividade silenciada. Os referidos discursos, posteriormente convertidos em escritos, tornam pertinente o retórico questionamento "Quando foi o pós-colonial?" (HALL, 2003, n.p.). Tendo em vista a manutenção da opressão por meio de práticas neocoloniais.

Nesse contexto, é imperioso evitar que o prefixo "pós" seja pensado em termos conclusos, ou seja, como se remetesse a uma época posterior ao colonialismo, na

qual, finda a exploração, a humanidade caminha harmoniosamente, pois "[...] o termo pós-colonialismo pode ser entendido como incluindo todas as estratégias discursivas e performáticas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial [...]" (LEITE, 2012, p.129-130) ainda vigente.

De sorte que trauma, violência, memória individual e coletiva são evocadas a fim de discutir as consequências da colonização, visto que "[...] somos produtos dessa época, mais do que sucessores dela." (LEITE, 2012, n.p.). O excerto sugere uma escrita inspirada em experiências vivenciadas e/ou presenciadas, fundamentadas a partir do testemunho, o qual "[...] não deve ser confundido nem com o gênero autobiográfico nem com a historiografia – ele apresenta outra voz, um 'canto (ou lamento) paralelo', que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado." (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79).

Sob a ótica da literatura de testemunho objetiva-se analisar o conto *Stress*, com especial atenção ao perfil psicológico das personagens, sobretudo, a amante do major-general e o professor; enfatiza-se, também, micro e macroespaços narrativos que sinalizam a interferência do ambiente na construção subjetiva dos protagonistas, uma vez que os fatos narrados ocorrem na cidade de Maputo imediatamente após a descolonização, quando Moçambique foi assolado pelo conflito civil.

Contrapõe-se, dessa forma, a estratégia discursiva do colonizador, baseada na política de assimilação ou degradação da mestiçagem, a do colonizado representada, neste estudo, pela crioulização, conforme proposição de Glissant (2005), o qual afirma ser o termo capaz de dar conta de uma imprevisibilidade cultural, baseada no contato entre as culturas, de forma a propiciar valorização recíproca.

2 | ASSIMILAÇÃO E CRIOULIZAÇÃO: CONFLITOS E PERSPECTIVAS

Lília Maria Clara Carrière Momplé é uma escritora nascida em Moçambique, no ano de 1935, quando o país permanecia sob o domínio colonial português. Ao confessar que suas obras foram escritas não apenas pelo prazer, constituindo uma forma libertária de cargas emocionais negativas, a autora evidencia o caráter testemunhal das narrativas:

> Escrevi o primeiro livro porque tinha uma carga muito grande sobre o colonialismo em Moçambique. Eu tinha raiva do colonialismo. Muita raiva. Tinha raiva da injustiça. Eu nunca me conformava por tudo que via: massacres, sofrimento, opressão isso incomodava-me. [...] O segundo livro também se baseou em factos reais. Da morte de uma amiga que era muito boa gente. Ela tinha muita vida, se não mesmo ela era a própria vida. Isso foi muito doloroso e marcou-me. Eu tinha que escrever. O terceiro também foi mais uma revelação. (MOMPLÉ, 2012, p. 09)

O fragmento evidencia a ficcionalização de períodos históricos, protagonizados pelos oprimidos. Parte-se de experiências próprias e alheias, conforme confidenciado em entrevista concedida a **Literatas**, Revista de literatura moçambicana e lusófona. As

obras supramencionadas são ambientadas em momentos de extrema tensão no país, a saber, período colonial, abordado na coletânea de **Ninguém matou Suhura**; pós-colonial enfatizado na antologia **Os olhos da cobra verde** e neocolonial, destacado na novela ***Neighbours***, livro que evidencia as investidas sul-africanas sobre a nação vizinha na época do *apartheid*.

A política de assimilação interessa ao presente estudo por constituir-se artimanha do colonizador a fim de sobrepor sua cultura em detrimento dos costumes autóctones, bem como por evidenciar a conveniência de renegar a própria etnia visando a aceitabilidade do opressor. No entanto, essa prática, efetivada oficial ou extraoficialmente, não significava acolhimento, especialmente no caso da amante do major-general, personagem que dispunha de *status* apenas perante os compatriotas desvalidos, haja vista a vida luxuosa em meio à extrema pobreza, pois para os estrangeiros e pessoas abastadas esta era uma mulher desprezível que usava o corpo para obter favorecimento.

Apesar do prestígio limitado, a protagonista tinha consciência que aquela relação com o ex-combatente da FRELIMO, agora ocupante de altos cargos no governo, a colocava em posição de superioridade. A voz narrativa não informa acerca de uma assimilação, nos moldes oficiais, mas indica um comportamento que se aproximava do colonizador, além de uma extrema arrogância: "[...] logo que se tornou amante do major-general, passou a queixar-se que não suportava mais aquele lugar tão impróprio, com problemas [...] de má vizinhança, enfim." (MOMPLÉ, 2008, p. 10)

Partir do contemporâneo, a fim de verificar os efeitos nefastos da colonização, é o caminho sugerido aos pesquisadores da literatura de testemunho, pois:

> A concepção linear do tempo é substituída por uma concepção topográfica: a memória é concebida como um local de construção de uma cartografia, sendo que nesse modelo diversos pontos no mapa mnemônico entrecruzam-se, como em um campo arqueológico ou em um hipertexto. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79)

Assim, evocamos primordialmente Édouard Glissant, especificamente, a obra **Introdução a uma poética da diversidade**, na qual o intelectual defende a tese de que "o mundo se criouliza" (GLISSANT, 2005, p. 18) e adverte: tal processo ocorre a partir de "[...] choques, harmonias, distorções, recuos, rejeições e atrações entre os elementos da cultura." (GLISSANT, 2005, p. 24).

Note-se: as considerações do pensador martinicano não ressaltam uniformidade, opostamente, destacam a diversidade. Sendo condição *sine qua non* para a ocorrência da crioulização que os variados elementos culturais sejam considerados "equivalentes em valor". Ao escrever o prefácio da obra Enilce Albergaria Rocha reflete sobre um processo de relação, no qual se encontram as culturas, enfatizando: "[...] cabe às artes em geral e à literatura em particular, a função essencial na propulsão do imaginário utópico de suas coletividades." (GLISSANT, 2005, n.p.). Almeja-se assegurar que a identidade e o projeto

coletivo não sejam silenciados.

O silenciamento pode ser perscrutado em Stress, narrativa na qual se constata uma situação inversa à proposta de Glissant (2005), uma vez que a sobreposição étnico-racial oprime uma coletividade de negros e mestiços, ao tempo que é imposta uma política de assimilação pelo governo lusitano. Pretende-se a inserção na sociedade em detrimento dos valores da cultura africana local. Entretanto, "O assimilado, ao longo de toda a história colonial, consistia em um negro que se aproximava efetivamente no núcleo do poder – sem se confundir com ele [...]" (TOMAZ, 2005-2006, p. 257)

Observe-se que a assimilação não era sinônimo de aceitação, mas de tolerância. É oportuno salientar que a distinção entre brancos e negros, em Moçambique, não foi motivada, exclusivamente, por questões raciais, mas também culturais. De acordo com Albuquerque, referendado por Tomaz (2005-2006, p. 257), "[...] Os pretos da Zambézia chamam *muzungo* (senhor) aos brancos e geralmente dão a mesma denominação a todos os homens de chapéu, mesmo que sejam pretos."

De forma que a amante do major-general o considerava um trampolim para ascender socialmente, pois "[...] a categoria de assimilado não foi efetivamente superada no período pós-independência". (TOMAZ, 2005-2006, p. 257). Embora não possa figurar, oficialmente, como sua companheira, a mulher usufrui de tudo que o dinheiro pode proporcionar:

> Para a amante do major-general, a sua sala é o seu reino, repleto de móveis, alcatifas, cortinados e bibelots que ela própria escolheu e que o major general comprou sem regatear os altos preços e a duvidosa serventia. Por isso, ela se sente ali perfeitamente, como ainda há pouco, enquanto almoçava, sentada à enorme mesa de jambirre, servida por um empregado silencioso e eficiente e sentido subir-lhe à cabeça a embriagadora sensação que sempre lhe provoca o facto de constatar que tudo quanto os seus olhos abarcam lhe pertence. (MOMPLÉ, 2008, p. 8)

O "*status"* evidenciado pela voz narrativa contrapõe-se ao "*stress"* que acomete o professor, cujo nome também é elipsado. Vizinho da amante do major-general, esta personagem vive a trágica realidade do pós-guerra independentista:

> Desperta com a sensação de que já está atrasado, arranja-se a correr e a correr engole a chávena de chá quase amargo (o açúcar é caro) e o pedaço de pão seco. Fica-lhe sempre uma vontade de tomar café que muito aprecia, sobretudo, de manhã, mas não pode dar-se a esse luxo. [...] Quando cerca de 13 horas, as aulas terminam, o professor corre para casa onde espera o minguado almoço que mal lhe dar forças para preparar as aulas, corrigir exercícios e ainda lecionar no Ensino Nocturno. Finalmente perto da meia-noite regressa a casa, extenuado e amargo e estatela-se na cama como um ébrio, para no dia seguinte despertar com a eterna sensação de que está atrasado [...] (MOMPLÉ, 2008, p. 15)

Além da degradante vivência, agrava a situação da personagem o fato de "[...] acolher todos os parentes que chegam do mato, aos magotes, fugidos da guerra, trazendo

apenas os andrajos que lhes cobrem os corpos estropiados e, nos olhos alucinados, as imagens de horror que os levam a abandonar as suas terras." (MOMPLÉ, 2008, p. 18). Se aos negros a realidade é de infortúnio, com relação aos mestiços, "[...] longe de representar um grupo dinâmico e sujeitos de ascensão social ocupavam cargos médios e intermediários [...] Contudo, a fronteira social não os separava somente dos brancos, mas também dos pretos que os olhavam com desconfiança." (TOMAZ, 2005-2006, p. 259).

De sorte que a política de assimilação e o reconhecimento da mestiçagem foram incapazes de harmonizar as relações étnico-raciais em Moçambique, isso porque os assimilados não foram totalmente incorporados à sociedade, enquanto os mistos "[...] representavam quase que um arremedo de uma civilização que se queria branca e europeia, e que impunha travas brutais a sua ascensão social." (TOMAZ, 2005-2006, p. 262). Essa constatação apoia as opções teóricas e linguísticas de Glissant (2005), ao priorizar o termo crioulização, por considerar o resultado da mestiçagem previsível.

Apesar de o referido intelectual refletir acerca do processo de colonização na América, o teórico não se exime de pensar sobre a diáspora africana, adotando uma "perspectiva supranacional", para usar as palavras de Enilce Albergaria Rocha, e até supracontinental, pois, como afirma: "[...] somente uma poética da relação [...] nos permitirá compreender [...] as situações dos povos no mundo de hoje nos autorizando a sair do confinamento." (GLISSANT, 2005, p. 26).

A obra de Lília Momplé é significativa no que toca à ficcionalização de realidades que precisam ser superadas a partir da crioulização, como estratégia discursiva, pois o "*status"* social no conto *Stress,* é indicado, sobretudo, pela supervalorização da cultura portuguesa e degradação da moçambicana, representada por pessoas sofridas e famintas, o que fomenta, consequentemente, na amante do major-general desprezo pelos compatriotas e ânsia de inserir-se no grupo detentor do poder. Tal contexto corrobora a necessidade de uma literatura capaz de dar conta da complexidade e heterogeneidade de cada cultura. Assim, urge o despontar de perspectivas críticas e teóricas para que, por meio da reflexão-ação, seja possível uma intervalorização "[...] de dentro para fora e de fora para dentro." (GLISSANT, 2005, p. 22).

Embora proponha uma estética da relação, segundo observa Enilce Albergaria Rocha, o pensador martinicano enfatiza a "função emancipatória das literaturas dos povos em face da dominação política e econômica" (GLISSANT, 2005, n.p). Para tanto, as produções literárias precisam constituir-se "gritos-textos" em prol da autonomia e diversidade cultural, levando "as mentes no voo da imaginação e [trazendo-as] de volta ao mundo da reflexão", conforme propõe a escritora Paulina Chiziane.

3 | ENTRE RAÇA E NAÇÃO: OS MESTIÇOS

Considerando as (não) fronteiras entre realidade e ficção, permeamos as veredas de Maputo conduzidos pela voz narrativa do conto *Stress,* propondo diálogos com outras vozes, denominadas testemunhais, visto que observaram *in loco* os conflitos raciais, culturais e socioeconômicos em Moçambique, tanto na época dos acontecimentos quanto posteriormente, fato que oportuniza ponderações acerca de causas e consequências.

No entanto, iniciamos a abordagem a partir de uma exceção; trata-se de Fanon (1968, p. 123), evocado com o intuito de verificar semelhanças e disparidades constatadas quando analisamos o caso moçambicano comparando-o à situação de outra colônia africana. No tocante à luta pela libertação e à constituição da nação evidenciamos uma proposição significativa: "[...] a falta de preparo das elites, a ausência de ligação orgânica entre elas e as massas, sua preguiça e, digamo-lo, a covardia no momento decisivo da luta figuram na origem de desventuras trágicas."

A tragicidade, despreparo e distanciamento entre as "camadas sociais" permitem inferir um contexto histórico semelhante ao da Argélia, espaço de observação para as constatações expostas na obra **Os Condenados da Terra**. Porém, no que concerne à covardia atribuída às elites nacionais, torna-se oportuna a explanação acerca de um aspecto que ilustra as tensões entre raça e nação em Moçambique. Com esse intuito evocamos Machado da Graça, em resposta à missiva do senhor Nhamite, cujo conteúdo consistia em críticas aos integrantes e simpatizantes da Frente de Libertação de Moçambique.

A réplica remonta a abril de 1992, ano de assinatura do acordo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO. Na oportunidade, o jornalista responde às acusações de um "suposto favorecimento" aos indivíduos de "raça branca" no período do conflito civil, o qual sucedera a luta pela descolonização. No tocante à exclusão dos brancos do serviço militar obrigatório, Machado da Graça taxativamente afirma: "[...] Foi segregação racial [...] discriminação, consequência da falta de confiança que os não negros despertariam na maioria negra do país: a suspeita, dolorosa para muitos, de que as minorias seriam potenciais traidores do corpo nacional." (TOMAZ, 2005-2006, p. 255)

O excerto elucida um vínculo entre nacionalismo e racismo, de forma a determinar os que eram aptos a lutar pela nação; contrapondo-os aos que, supostamente, defenderiam a manutenção do colonialismo. Apesar de mencionar o embate entre brancos e negros, o fragmento é expressivo para pensarmos o caso dos mestiços, visto que estes também foram excluídos do serviço militar por decisão do comitê da FRELIMO (TOMAZ, 2005-2006, p. 255)

Tal proibição constitui, apenas, uma das facetas da segregação imposta aos seres que reuniam, geneticamente, características raciais que personificavam culturas e ideologias díspares, motivo pelo qual eram penalizados constantemente, tendo em vista o fato de não obterem acolhimento e confiança por parte dos brancos, tampouco dos negros.

(TOMAZ, 2005-2006, p. 259)

A conjuntura descrita reporta-nos às considerações de Deleuze e Guattari (1992, p. 222), referendados por Silva (2012, p. 258), ao defender que "[...] se o artista é um criador de mundos, ele será grande na medida em que seja inventor de afetos não conhecidos ou desconhecidos." O trecho evidencia a capacidade de (re)criação daqueles que traduzem, por meio de sua arte, realidades inusitadas, a exemplo de Lília Momplé, a qual revela a situação dos compatriotas: "mulato não tem bandeira". ((TOMAZ, 2005-2006, p. 260)

Essa sensação de exílio do "corpo nacional" é impensada se considerarmos a assertiva "[...] Portugal, terra de brancos, Moçambique, terra de pretos, Brasil, terra de mulatos" ((TOMAZ, 2005-2006, p. 260). Embora tensas, as relações raciais em terras brasileiras não culminam na negativa de uma nacionalidade. Fato que corrobora a observação de um afeto que foge à nossa compreensão.

Trata-se de uma reclusão interior, pois o espaço, fisicamente, habitado é o mesmo; entretanto, os corpos dos mestiços são nações distintas guiadas por "subjetividades em sofrimento", devido a uma dupla, ou até tripla inaceitação, pois visando ascensão social, há mistos que se desprezam mutuamente, "[...] Ostentam hábitos e costumes que os aproximam da elite negra urbana moçambicana e dos brancos, mas não são nem negros nem brancos." (TOMAZ, 2005-2006, p. 260)

Nesse sentido, o "*stress*" vivenciado alcança o ápice. O título é sintomático, considerando-se que revela um estado de conflito interior decorrente de fatores externos. Contudo, a escolha de uma palavra em língua inglesa indica ironia. De modo a destacar que "stressante" não é a vida dos colonizadores que precisam se prevenir dos "'instintos roubadores' dos moçambicanos". (MOMPLÉ, 2208, p. 9), mas dos colonizados que usam máscaras brancas sob as peles negras, para usar a expressão de Fanon (1983). A camuflagem torna-se essencial, também, se a "herança biológica" for composta pelos genes dos rivais históricos. Assim:

> O tratamento violento dispensado aos indígenas – submetidos a trabalhos forçados e a estrutura de poder local de régulos legitimados pelo administrador colonial – tinha seu correspondente na humilhação cotidiana dispensada aos mistos e assimilados. (TOMAZ, 2005-2006, p. 259)

Além do fator racial, vale destacar a questão do território. Para tanto, retomamos a argumentação de Machado da Graça: "[...] Não apenas os brancos tiveram seus lares preservados ou foram poupados da ameaça física evidente, mas todos aqueles que permaneceram nos centros urbanos." (TOMAZ, 2005-2006, n.p.), uma vez que a fúria dos guerrilheiros da RENAMO atingiu, sobretudo, áreas rurais.

Se nas relações interpessoais é possível constatar os dilemas de uma terceira pessoa discursiva: o mestiço, no âmbito territorial se observa um ambiente fértil, propício à crioulização: o subúrbio, concebido como espaço intermediário. Entretanto, no contexto histórico da narrativa, os mistos vivenciam, sobretudo, um intenso conflito interior; enquanto

os habitantes dos locais situados entre o rural e o urbano, experienciavam contendas frequentes de ordem exterior, motivadas por fatores culturais, sociais e econômicos.

A partir do exposto torna-se lúcido que o indivíduo "periurbano" era antes de tudo um sobrevivente, pois a equivalência valorativa da cultura, proposta por Glissant (2005), não condizia com a realidade. Desta forma aproximavam-se ora do grupo opressor, ora do oprimido, de acordo com a conveniência. (CABAÇO, 2009, p. 140). A referência à população suburbana de Moçambique almeja evidenciar espaços favoráveis à crioulização, haja vista a diversidade cultural dos habitantes, embora prevalecesse, em tais locais, uma convivência marcada pela tolerância.

As tensas relações estabelecidas em Maputo, salientam a necessidade de demarcar um "lugar de fala", tendo em vista conjunturas tão díspares quanto complexas. De modo que a voz narrativa tem como foco a área urbana, nomeadamente o bairro nobre da Polana, o qual após a nacionalização dos prédios abrigou indivíduos provenientes do espaço rural "[...] onde deixaram as raízes e até o gosto de viver." (MOMPLÉ, 2008, p. 10) e da região periurbana; trata-se de "[...] famílias inteiras oriundas dos subúrbios." (MOMPLÉ, 2008, p. 9).

Em decorrência disso é possível observar, simultaneamente, o professor e a amante do major-general, personagens negras, com características psicológicas e sociais distintas: ele despretensioso "[...] rosto grave e melancólico não obstante a extrema juventude de seus traços." (MOMPLÉ, 2008, p. 11); ela arrogante, pois em "[...] toda a sua vida, nutriu uma instintiva repulsa por gente pobre, incluindo a própria família." (MOMPLÉ, 2008, p. 12). Assim, é como oprimido que age o homem e como opressora que se porta a mulher.

Se o bairro fora acolhedor às diversas territorialidades, os habitantes se comportam com hostilidade, pois os portugueses inconformados com a descolonização "[...] recordam com saudade o tempo em que nenhum negro se atrevia sequer a passear [naquela] rua." (MOMPLÉ, 2008, p. 9). Enquanto os ricos cooperantes europeus e americanos "[...] resguardam-se atrás dos muros gradeados, protegidos por cães ferozes e por guardas que mantêm de plantão, dia e noite." (MOMPLÉ, 2008, p. 9).

É a partir desse centro de tensão que se propõe uma análise da subjetividade que emerge por meio do contato com espaços públicos, onde "[...] um tédio morno, latente durante os dias da semana [...] nas tardes de domingos se torna quase palpável." (MOMPLÉ, 2008, p. 9); e privados, visto que "[...] Até mesmo a poeira parece circular na sala agitadamente, ansiosa por se libertar de tamanha ostentação." (MOMPLÉ, 2008, p. 7).

4 | ESPAÇO E PERSONAGENS: EM FOCO A SUBJETIVIDADE

Concebendo o espaço geográfico a partir do rompimento de fronteiras, trânsitos e contatos entre as culturas, Glissant (2005, p. 22) defende a adoção do termo "crioulização" argumentando em favor da sua imprevisibilidade, "[...] ao passo que poderíamos calcular os

efeitos da mestiçagem.", pois os africanos "deportados", não podendo manter as heranças culturais, recriaram-nas a partir, unicamente, dos poderes da memória" (GLISSANT, p. 20).

Acrescente-se à tese apresentada a constatação de que o sistema colonial, em Moçambique, "[...] foi construído a partir de uma linha de cor que deplorava qualquer forma de mestiçagem." (TOMAZ, 2005-2006, p. 258-259). De forma que mistos e assimilados, mesmo sendo considerados "cidadãos portugueses" legalmente, sofriam constantes humilhações e não podiam ascender socialmente pelos próprios méritos:

> Se, pela ***assimilação***, o ***indígena*** ganhava o estatuto jurídico de cidadão, no plano social ele permanecia sempre um membro subalternizado, nunca visto pelos colonos como "um de ***nós***" e sempre como "o mais civilizado ***deles***", o outro a quem, em vez do estigma da ***caderneta*** era imposto o estigma "privilegiado" do ***alvará de assimilado***. O ritual de passagem traduzia-se num duplo rito de separação: afastava o ***assimilado*** do ***indígena*** e consagrava-o objectivamente como "casta inferior" no mundo dos "cidadãos", mas subjetivamente como a "casta superior" no mundo dos autóctones. (CABAÇO, 2009, p. 118-119 - grifo do autor)

O fragmento enfatiza a conveniência de unir-se a um homem de patente, a exemplo da amante do major-general. Embora os privilégios sejam restritos ao "ter", uma vez que não dispõe de prestígio para "ser", efetivamente, inserida na sociedade, a mulher expressa aceitação por "viver" confortavelmente, diferente dos compatriotas que apenas "sobrevivem". Na obra **Os condenados da terra**, à medida que reflete sobre a violência, Fanon descreve minuciosamente as cidades associando-as às subjetividades dos indivíduos que as habitam. Trata-se da observação do ambiente físico como fundamento para análise do psicológico.

Através da proposição, aparentemente óbvia, de que "[...] a descolonização é sempre um fenômeno violento" (FANON, 1968, p. 25) evidenciamos um foco de observação sobre os sujeitos que denominamos gentílicos, tendo vista a reflexão acerca dos indivíduos a partir da constituição de sua nação. O que significa, ficcionalmente, a incidência da análise sobre personagens e espaço. No que se refere ao conto *Stress,* especificamente, voltamos a atenção para a amante do major-general e o professor.

Descrito como "[...] um quarentão pequeno e nervoso que conserva ainda resquícios do aprumo dos seus tempos de guerrilheiro da FRELIMO." (MOMPLÉ, 2008, p. 13), o major-general faz parte do grupo de oprimidos que, ascendendo ao poder, tornaram-se opressores, ou seja, da "burguesia nacional", a qual por "[...] estar crispada em seus interesses imediatos [...] revela-se incapaz de edificar a nação em bases sólidas e fecundas." (FANON, 1968, p. 132). Por isso, os ideais pelos quais o major-general lutou diluíram-se, "[...] dando lugar a uma ânsia desenfreada de usufruir tudo o que na vida lhe dá prazer." (MOMPLÉ, 2008, p. 13).

Similarmente se comporta a sua amante. Refém de uma vida luxuosa, a mulher aceita a solidão e os raros momentos de atenção devotados pelo major-general. Talvez

por esse motivo a paixão devastadora que sente pelo professor instalou-se em seu ser. "A amante do major-general é a primeira a reconhecer a insensatez desse desejo por um homem praticamente desconhecido." (MOMPLÉ, 2008, p. 12).

Os espaços do "flat", onde habita, são descritos pela voz narrativa de forma a evidenciar "*status*" e abandono. A varanda é o ambiente de exposição no qual a mulher se oferece "[...] qual troféu desejável e inacessível, à contemplação dos transeuntes e vizinhos". (MOMPLÉ, 2008, p. 9), todavia, é ignorada pelo professor, motivo pelo qual nutre ódio e desejo de vingança. Com relação ao ambiente da sala, é lúcido mencionar as reflexões de Guattari (2012, p. 136) ao defender que as relações estabelecidas entre os corpos e os espaços estão associadas a situações de afetamento, pois "[...] uma paisagem ou um quadro podem ao mesmo tempo adquirir uma consistência estrutural de caráter estético e me interrogar, me encarar fixamente de um ponto de vista ético e afetivo."

Não se pode afirmar que as questões éticas são responsáveis pelo que revela a voz narrativa, mas as sensações expressas são significativas, uma vez que indicam o afetamento exercido, por um dos cômodos, sobre determinados seres ficcionais:

> A sala é, na verdade, um lugar que suscita, nos visitantes de espírito mais sensível, uma melancolia insidiosa e funda que, por vezes, no meio de uma conversa, os leva a despedir-se, acossados de pressa, como se, de súbito, lhes falte o ar, naquele ambiente, onde o luxo, aliado a um notório mal gosto, produz um efeito de extrema opressão. E os próprios visitantes se espantam com a urgência que os move a demandar a rua, pois ignoram que a melancolia acumulada assim, inconscientemente, chega a ser mais insuportável que a própria dor. (MOMPLÉ, 2008, p. 7)

Observe-se que apenas os "espíritos mais sensíveis" são afetados pelo ambiente, pois a amante do major-general tinha preferência por esse local que reafirmava o seu poder. Tais sensações opostas tornam oportunas, uma vez mais, as considerações de Guattari acerca dos espaços, considerados "componentes parciais e heterogêneos de subjetividade e agenciamentos coletivos de enunciação que implicam multiplicidades humanas e devires." (GUATTARI, 2012, p.144).

Enquanto alguns visitantes se sentem hostilizados, a mulher revela satisfação como forma de recompensar o desprezo do professor, por quem se apaixonara. Esse contexto ocasiona o emergir de uma "subjetividade vingativa". Impossibilitada de reter a total atenção e paixão do vizinho pobre se sobressai o "devir" delatora. Ao tomar conhecimento que o professor, acometido por um alto nível de "*stress*", assassinara a esposa, a amante do major-general:

> [...] apresentar-se-á como testemunha de acusação aproveitando-se da privilegiada situação de vizinha do réu. E nessa hora de vingança, incriminará o professor com afirmações temerárias e falsas. E a certa altura dirá mesmo peremptória: o réu cometeu o crime premeditadamente. Ele não gosta de mulheres, eu acho! (MOMPLÉ, 2008, p. 12)

A voz narrativa antecipa o trágico desfecho, pois relata os fatos à medida que sonda os pensamentos das personagens, já que é onisciente. A capacidade de conhecer o íntimo dos "seres ficcionais" permite revelar a surpresa do professor ao ser acusado pela amante do major-general " 'porque me odeia tanto esta mulher que mal conheço?' " (MOMPLÉ, 2008, p. 12). A supracitada indagação permanecerá sem resposta. Com essa dúvida o protagonista fita a mulher e percebe o "Rancor que dará lugar a um brilho de triunfo quando [...] for lida a sentença de quinze anos de prisão." (MOMPLÉ, 2008, p. 12-13). O enclausuramento interior, motivado por uma vida de privação e sofrimento, culmina com a reclusão, efetiva, de uma sociedade na qual o homem nunca esteve, verdadeiramente, inserido.

Na outra extremidade desse "triângulo amoroso platônico" que termina em morte, vingança e prisão, encontra-se a esposa do professor, a qual experiencia a miséria, como a maioria dos conterrâneos; diferente da "pretendente a amante" que usufrui de conforto e outras regalias proporcionadas pelo major-general. Entretanto, ambas são, igualmente, vítimas de *stress*.

Foram as privações materiais as responsáveis pelo surto que acometeu a companheira do educador naquela tarde de domingo quando reclamou "[...] os livros e a roupa para as crianças e até a roupa para si própria [...] o que, aliás, é compreensível, dado que [possuía] apenas dois vestidos desbotados. (MOMPLÉ, 2008, p. 17). Se a impossibilidade de sobreviver dignamente ocasionou desespero na esposa, fora a indiferença do professor, com relação aos sentimentos da vizinha, a responsável pelo falso testemunho no tribunal.

Assim, o *stress,* nas personagens femininas, é determinado por situações de ordem financeira e emocional; desprezada, a amante do major-general será a única testemunha de acusação. "[...] Nem mesmo os familiares da esposa do réu se prestarão a depor contra ele, porque apesar de campónios analfabetos, carregam em si uma sabedoria antiga que lhes permite distinguir um criminoso de um homem acuado pelo desespero." (MOMPLÉ, 2008, p. 12)

A análise psicológica do professor permite destacar que em Moçambique a realidade dos negros também era de infortúnio, posto que o reconhecimento da nacionalidade, "negada" aos mestiços, não garantia condições materiais para viver com dignidade. Assim, permaneciam subalternizados pelas elites locais, pois "[...] Em seu narcisismo voluntarista, a burguesia nacional [convenceu-se] facilmente de que podia vantajosamente ocupar o lugar da burguesia metropolitana." (FANON, 1968, p.124)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O microespaço da varanda, onde ocorrera o assassinato, era o refúgio do professor, personagem cujo único lazer era ouvir a narração futebolística, nas tardes de domingo, enquanto bebia vagarosamente duas cervejas, a fim de que a bebida fosse suficiente para

todo o período da partida. Esses constituíam-se raros momentos de paz e descanso, haja vista uma vida marcada pela pobreza, apesar do excesso de trabalho. Por isso, a invasão da esposa ao "espaço sagrado da varanda" (MOMPLÉ, 2008, p. 17) foi seguida de súplicas para que ela não o interpelasse, ao que a mulher, outrora compreensiva, relutou.

A afronta foi seguida de uma atitude inesperada por algoz e vítima: "[...] o professor levanta-se da cadeira e dirigindo-se à mulher que o fita perplexa, com ambas as mãos, apodera-se-lhe da garganta que vai apertando, apertando, até que ela deixa de estrebuchar e, escorregando, acaba por cair, inerte, no chão." (MOMPLÉ, 2008, p. 18). As cobranças da esposa resultam em um surto e o excesso de "*stress*" torna o pacato professor um assassino. Questionado acerca da motivação do crime, já na esquadra policial, onde fora se entregar, o homem responde: "[...] Não sei... talvez porque eu próprio já não consigo viver [...]" (MOMPLÉ, 2008, p. 18)

Protagonizado por personagens de classes sociais opostas, o conto *Stress* é marcado pela sobreposição da descrição psicológica à caracterização física. Para tanto, o espaço interior, subjetivo, é justificado pela apresentação do ambiente de ostentação, no caso da mulher, e hostil, no que se refere ao homem. Embora vizinhos, a amante do major general, patrocinada por este, dispõe de uma vida luxuosa, enquanto "[...] a vida do professor não é propriamente vida, mas uma contínua luta para 'desenrascar' o sustento da família, com um mínimo de dignidade." (MOMPLÉ, 2008, p. 17)

O macroespaço é o bairro da Polana, situado em Maputo, o qual é habitado, majoritariamente, por portugueses que permaneceram no país após a descolonização. Estes dividem o espaço com cooperantes europeus e americanos, bem como com os moçambicanos, pelos quais nutrem ressentimento e desprezo. Trata-se de famílias suburbanas. A nacionalização dos prédios proporcionou o êxodo para a área com a ilusão de que poderiam levar uma vida semelhante aos abastados. No entanto, residir em construções de "pedra" em nada alterou a realidade vivenciada no período colonial. "A cidade do colonizado é uma cidade faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz." (FANON, 1968, p. 29)

A arquitetura do bairro também afetava os moradores. A voz narrativa reflete sobre o tédio existente nesse lugar, talvez encoberto pelas construções descritas como dotadas de "[...] uma beleza fácil e cansativa, concebidas, ainda no tempo colonial, por empreitores portugueses, com muito dinheiro e duvidoso gosto, os quais imprimiram, nas suas obras, a marca da própria vulgaridade." (MOMPLÉ, 2008, p. 9). De forma que, no contexto do conto *Stress*, corpos e espaços interagem por meio de campos de virtualidade "[...] cuja complexidade beira o caos." (GUATTARI, 2012, p. 141).

REFERÊNCIAS

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009.

CASANOVA, Pascale. **A república Mundial das Letras**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra**. **Máscaras Brancas**. Trad. Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas pós-coloniais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

MOMPLÉ, Lília. *Entrevista*. In: **Literatas** – Revista de Literatura Moçambicana e Lusófona, ago. 2012. Disponível em: http://macua.blogs.com/files/especial-lilia-momple.pdf Acesso em: 18 out. 2018.

MOMPLÉ, Lília. **Os olhos da cobra verde**. Maputo: AEMO, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

SILVA, Denilson Lopes. Afectos pictórios ou em direção a *Transeunte*, de Eryk Roca. In: **FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. n. 2, 2013, p. 255-274.

TOMAZ, Omar Ribeiro. "*Raça", nação e status*: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. **Revista USP**. São Paulo, n. 68, p. 252-268, dez/fev. 2005-2006. Disponível em: <http://www.revista.usp.br/revusp/article/viewFile/13496/15314> Acesso em: 20 ago. 2016.

CAPÍTULO 10

O CONSUMO DE *REGGAETON* ANTES E DEPOIS DE *DESPACITO* PELOS BRASILEIROS

Data de aceite: 21/05/2021

Danilo Espindola Catalano
Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Universidade de São Paulo, PROLAM, São Paulo, Brasil

RESUMO: Uma análise do consumo do estilo de reggaeton pelos brasileiros, utilizando como recorte a cidade de São Paulo, para que a partir da maior cidade do país, podermos suprir as tentativas de explicação sobre a chegada deste estilo musical ao dia a dia dos brasileiros, que pelo fato de haver poucos trabalhos que tenham o interesse de entender social e culturalmente este consumo, podendo, por conta disso, se tornar uma referência para trabalhos que venham a falar do gênero e de sua relação antes e depois do fenômeno musical de Luis Fonsi e Daddy Yankke, a música *Despacito*, que não só dominou os *hits* brasileiros, mas do mundo todo, por isso, este artigo busca por meio dela entender seu impacto no consumo cultural brasileiro e se ela foi crucial para que o estilo se tonasse parte do repertorio do povo no país.
PALAVRAS - CHAVE: Consumo; Música; Cultura; América Latina; Desenvolvimento.

EL CONSUMO DE REGGAETÓN ANTES Y DESPUÉS DE *DESPACITO* POR LOS BRASILEÑOS

RESUMEN: Un análisis del consumo del estilo de reggaetón por los brasileños, utilizando como recorte la ciudad de São Paulo, para que a partir de la más grande ciudad del país, podremos suplir las tentativas de explicación sobre la llegada de este estilo musical al día a día de los brasileños, que por el hecho de haber pocos trabajos que tengan el interés de entender social y culturalmente este consumo, pudiendo, por conta de eso, se volver una referencia para trabajos que vengan a hablar del género y de sus relaciones antes y después de fenómeno musical de Luis Fonsi y Daddy Yankee, la canción Despacito, que no sólo domino los *hits* brasileños, pero de todo el mundo, por eso, este articulo busca por medio de ella entender su impacto en el consumo cultural brasileño y si ella fue crucial para que el estilo se volviera parte del repertorio del pueblo del país.
PALABRAS CLAVE: Consumo; Música; Cultura; Latinoamérica; Desarrollo.

1 I INTRODUÇÃO

Com o grande sucesso internacional da música *Despacito* de *Luis Fonsi* e *Daddy Yankee* em 2017, as baladas e o público brasileiro, começaram a tocar um estilo de música, já bem conhecido nos outros países latino-americanos e que, para quem já viajou para qualquer um que seja, pode ter percebido, que é muito comum passear pelas ruas e estabelecimentos

e se deparar com o estilo reggaeton tocando.

A principal intenção deste artigo é tentar identificar, se o brasileiro, a partir do fenômeno musical apresentado, começou a consumir mais estilos parecidos aos do resto da América Latina ou continuam sendo, (como nos apresenta o site, Cultura nas Capitais[1], que apresenta serem mais consumidos pelos brasileiros, respectivamente: sertanejo com 37%, MPB com 27% e gospel com 21%), ou se houve culturalmente ou socialmente alguma mudança neste consumo.

Não serão contemplados nenhum outro estilo musical, (bachata, vallenato e entre outros), que seja bastante escutado por outros países latino-americanos, mas marcaremos um recorte contemplando apenas o estilo de reggaeton, por conta de ser o estilo que veio a ser "febre internacional".

Como está pesquisa que temos acesso, que foi realizada nas principais cidades brasileira, Belém, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís, mas, infelizmente, este artigo, apenas vai considerar o consumo na cidade de São Paulo, sendo esta a base do recorte para falar do consumo de músicas por todo o Brasil.

Definindo o recorte, será possível, tendo uma visão geral, para que, desta forma, possamos analisar o antes e depois do consumo do reggaeton pelos brasileiros contemplada pela cidade de São Paulo, pois não seria possível falar de cada rincão de um país com mais de duzentos milhões de habitantes.

Com um recorte preciso e importante, por conta de ser um artigo cientifico, ele é bem preciso e conciso, mas o que não exclui sua importância em relação ao tema que viremos a discutir nesta pesquisa, que pode ser um exemplo para trabalhos mais completos que possam vir a ser realizados, desta forma conseguiremos analisar, por meio de artigos científicos anteriores disponíveis ou por artigos jornalísticos que possam ser suficientes para responder, se a música *Despacito*, foi crucial para o consumo de reggaeton pelos brasileiros ou não.

2 | O PASSADO E PRESENTE: O *REGGAETON* EM SÃO PAULO E NO BRASIL

Para começarmos a apresentar um contexto do antes e depois do reggaeton em São Paulo e no Brasil, após a música de *Luis Fonsi* e *Daddy Yankee*, nos vem ao caso, aludir sobre o novo fluxo de músicas no Brasil e no mundo, devido as novas tecnologias pós-modernas, como a *internet*, assim como nos afirma Oliveira (2018):

> "Com a evolução da tecnologia vieram os CDs, aparelhos de mp3's e logo as músicas começaram a ser disponibilizadas para ***downloads***. Atualmente, estamos diante de um mundo virtual, imagem, som e texto em uma velocidade instantânea. A pós-modernidade tem predomínio do instantâneo, da perda de

1 <http://www.culturanascapitais.com.br/musica/>.

> fronteiras, gerando a ideia de que o mundo está cada vez menor através do avanço da tecnologia." (OLIVEIRA, 2018, p. 7)

Com a pós-modernidade, o fluxo e difusão das músicas é muito maior do que antigamente, podendo rapidamente se tornar um sucesso mundial ou nacional, mas também tendo pouco tempo de fama, pois não só as produções são conhecidas em um curto tempo, como suas difusões são mais rápidas e em um curto espaço, já são substituídas. Isto é, há um alto fluxo de difusão, que além de aumentar o seu consumo, o agiliza.

Talvez, seja interessante, antes da análise de artigos científicos sobre o aumento de consumo de reggaeton na cidade de São Paulo, com minhas poucas saídas a baladas da cidade, posso dar um contexto com base em um senso comum, para início, dizendo que antes da difusão do conhecimento do *Despacito*, não havia no repertório o estilo musical e depois dela ter sido conhecida, tocam pelo menos duas músicas do estilo, além de ter notado, em meu dia a dia nas ruas da cidade, que alguns estabelecimentos andam tocando, raramente uma música ou outra. Estas são percepções minhas, que serão mais bem justificadas com as análises no decorrer do texto.

Pode ser, que o aludido no parágrafo anterior possa levar o leitor e nossa pesquisa diretamente a uma resposta, mas, será necessário, começarmos a justificá-la, por mais que seja a priori nossa intenção, dizer que sim, a música *Despacito* foi crucial para o aumento de consumo pelos paulistas e brasileiros em relação ao estilo de música que antes podia nem ser conhecido, começaremos nossa analise dando à luz a ideia de consumo com o autor Néstor García Canclini (1990), que será necessário tanto para a sua explicação, quanto para acrescentar um contexto das produções culturais na cidade.

> "Como la información de los aumentos de precios, lo que hizo el gobernante y hasta los accidentes del día anterior en nuestra propria ciudad nos llegan por los medios, éstos se vuelven los constituyentes dominantes del sentido "público" de la ciudad, los que simulan integrar un imaginario urbano disgregado." (CANCLINI, 1990, p.268)

Seriam os meios de comunicação, incluindo contemporaneamente a *internet*, que agregam o mundo, sem distinção de cidades, nem de fronteiras, criando um sentido público, que vem de um imaginário, pois tem a ver com o conhecimento, com um fluxo de informações e de acesso a elas, que se transmuta, dando conhecimento dos moradores da cidade, mas também transformando o mundo muito menor que antes, com uma globalização das informações e em conjunto do consumo de músicas, que hoje é medido pelo tanto de *downloads* ou pelas visualizações em *videoclips* do *Youtube* ou por quantidade de escuta pelo *Spotfy*. CANCLINI (1990) ainda nos traz a ideia de hibridação cultural, que se baseia na mescla de diferentes formas de expressões culturais "convivendo" em conflito e harmonia em um mesmo espaço urbano, como por exemplo os museus e os grafites.

Voltemos para o consumo de reggaeton no Brasil, com uma pesquisa que foi feita por vendas de CDs e DVDs no mercado informal e formal dos países latino-americanos,

abrangendo o Brasil e a Bolívia, tendo uma visão fronteiriça, podendo dar uma ideia de como seria a procura pelo gênero em se falando de vendas físicas e não de um mercado virtual:

> "A busca pelo reggaeton no Brasil, com base nestes dados, apresenta-se muito restrita: poucos CDs no comércio formal e mesmo no informal. Mas alta disponibilidade de produtos do gênero no circuito comercial de uma cidade de fronteira como a boliviana San Matias. Os espaços de fluxos, no caso do reggaeton, parecem pouco fazer sentido, quando a fluidez ou a rarefação de informações e produtos da indústria audiovisual se constituem de diferentes lógicas que competem na formação histórica da globalização." (GUSHIKEN, 2014, p.15)

Está pesquisa deixa em evidencia, que em 2006, o ano em que vira um dos *hits* mais conhecidos pela população brasileira, o *Gasolina*, também do cantor porto-riquenho *Daddy Yankee*, se tornando não um marco, mas uma exceção entre o consumo nacional de músicas. Isto é, nos anos em que a música mencionada se tornou um "fenômeno" nacional, tocando em muitas rádios e tendo até versões paródicas, foi nada mais do que um exemplo isolado de consumo musical brasileiro e não um marco para o começo do consumo massivo pelo estilo; mas claro, isso em se falando de 2006 até 2017, o ano em que foi conhecida a música: *Despacito*.

É provável que não só exista uma explicação econômica para o baixo nível de consumo de músicas em espanhol pelos brasileiros, que não se resume a não entender a língua, pois o inglês, que é uma língua totalmente diferente do português, tem maior aceitação, talvez, possa ser um preconceito não pela língua, mas que venha pela ideia de músicas "bregas", que se assemelham a *La cucaracha* e *Guantanamera*, que são músicas mexicanas e caribenhas, mas julgadas pelos brasileiros muitas vezes, como marginalizadas, aceitas, mas de maneira pejorativa. Podendo haver muitas explicações, ainda podemos afirmar que antes de *Despacito*, não havia no Brasil um alto consumo, nem uma grande aceitação pelos estilos dos países vizinhos pelos brasileiros.

Podemos acrescentar à discussão o que diz CANCLINI (1990), que as produções simbólicas ou seja, as produções culturais, tem um maior fluxo de exportação brasileiros em se relacionando com a maioria dos países latino-americanos, até porque, quem nunca foi para um país vizinho, seja ele a Argentina, Chile, Equador ou Uruguai e ouviu dizer sobre as novelas brasileiras e seu consumo nestes países ou viu uma farta estante de livros de autores brasileiros nas livrarias, além de ouvir músicas nos ônibus das cidades, tocando nas rádios municipais, sertanejo ou funk, as vezes adaptados ao espanhol ou em português mesmo. Como por exemplo, como o que aconteceu em um caso particular, já a alguns anos, que meses após ter ido para o Chile, uma amiga começou a ver a novela que já havia sido passada no Brasil há pelo menos um ano, a famosa pelo nome de *Avenida Brasil*, uma novela que se passava no Rio de Janeiro e em São Paulo, ela podia ver nos canais nacionais em tradução em espanhol e eu, que queria ver uma novela do canal

TVN (*Televisión Nacional*), chamada *Volver temprano*, tinha que colocar ou no canal pela *internet* ou esperar que passasse o episódio e ver pelo *Youtube*, sem tradução.

Pois bem, tendo em mente, que nossa primeira conclusão sobre se antes havia consumo do estilo latino-americano conhecido pelo nome de reggaeton antes de que viesse ao conhecimento a música *Despacito* em 2017, devemos começar a analisar a vinda da música aos gostos brasileiros e seu impacto no consumo do estilo, começando pelo conhecimento da música em 2017 até pelo menos o primeiro semestre de 2019.

Em se tratando da ascensão da latinidade nas músicas brasileiras dos anos 70, o pesquisador Marcelo Ferraz de Paula (2011), aborda uma explicação histórica em se tratando de uma resistência cultural contra as diferentes ditaduras que assolavam o continente nesta época, sendo assim, teria sido por uma relação expressamente política, contra os governos ditatoriais, que autores brasileiros no final do século XX começaram a cantar sobre a região e não só, mas a protagonizar uma mescla da língua espanhola e portuguesa, além de parcerias com cantores de outros países da região, que tinham intenções e pensamentos políticos semelhantes.

O autor explica que esta forma de companheirismo e de compartilhar as músicas, que ele analisa dos anos setenta, teriam sido muito importantes para o público brasileiros conhecer cantores, como Mercedes Sosa, mas também, para marcar a reciprocidade de duas línguas, que muitos julgam muito distantes. Pensando nesta questão e nos novos meios de dissipação das músicas, que argumentamos anteriormente, nascidas com os aplicativos e a *internet*, os aparelhos celulares que fazem da música muito mais rapidamente dissipada e conhecida pelo público mundial, que tem um acesso muito melhor e mais rápido do que o dos anos setenta e o exemplo disso é o rápido conhecimento mundial da música *Despacito* em 2017.

Despacito chegou aos ouvidos brasileiros, quase ao mesmo tempo que saiu para o do resto do mundo, assim ficou rapidamente conhecida e ao mesmo tempo, marcou uma mudança nas paradas nacionais, sendo uma das músicas mais ouvidas pelos brasileiros e em seu auge, sendo a única música do gênero reggaeton que tocava até então, ao meu ver muito mais que outras que já foram *hits* no passado no Brasil, do mesmo estilo musical, como por exemplo, *Gasolina* em 2007.

3 | O DESENVOLVIMENTO E A CULTURA

Historicamente se pensarmos na América Latina, podemos levar em consideração o que nos apresenta em seu ensaio, Eduardo Galeano (2014), que usa a metáfora das "veias abertas" para dizer que os países do continente sempre foram dominados por algum país desenvolvido, começando pelas metrópoles com os impérios ibéricos e depois com os Estados Unidos, que hoje impõem além de seus critérios econômicos, mas também a exportação de sua cultura e conhecimento, para uma dominação não só em nível

econômico, mas também cultural e social; talvez, por isso o brasileiro acaba tendo uma relação mais próxima com músicas e produções culturais deste país.

Mas, como um processo histórico, que se torna cíclico e apenas mudando os seus atores, recentemente estamos presenciando uma mudança de protagonismo, que não é mais europeia nem norte-americana, mas sim chinesa, com uma nova dominação se tornando eles os novos protagonistas. “Quando os chineses nos olham como um todo, estão a nos apontar, portanto, não sòmente suas intenções, como também nosso roteiro.” (ROSARIOS, 1969, p.111).

Assim podemos pensar em um conflito de soberania entre Estados Unidos e China, na qual as estratégias dos dois países serão apresentadas para as nações latino-americanas, acrescentando os costumes e culturas chinesas para estes países, dando um “pé inicial” para a difusão destas características chineses e tendo mais um investidor no continente, podendo ter pontos benéficos ou não, é mais um “império” que se beneficia das riquezas latino-americanas.

Esta mudança os economistas devem começar a considerar, seus pontos benéficos ou não para o desenvolvimento dos países latino-americanos, que para tal, podemos levar em consideração a conclusão de HOSELITZ (1969):

> [...] Dêste ponto de vista, o desenvolvimento econômico só será mais rápido se o sistema social retribuir com vantagens os indivíduos que tiverem espírito de poupança, e inverterem seus lucros, ou que de alguma maneira concorram com algo para o desenvolvimento da sociedade como um todo. (HOSELITZ, 1969, p. 246)

Podemos acrescentar que o desenvolvimento econômico anda de “mãos dadas” com os processos sociais de uma determinada sociedade, pois dependerá da estrutura dela, para determinar a maneira com a qual será inserida, como por exemplo, as condições com as quais os brasileiros se desenvolvem economicamente é diferente da do Chile, por conta da estrutura e preocupações das classes sociais que nelas vivem. É olhando a cultura de um país, que se pode entender a maneira e como os diferentes desenvolvimentos se dão.

Tendo em vista a explicação dá autora, podemos relacionar com o tema principal deste artigo, pensando principalmente nas relações entre cantores e estilos musicais que o reggaeton começa a ser conhecido pelos ouvidos brasileiros, o que tem uma intenção desenvolvimentista, para a difusão e aumento de público que conhece a música produzida e o cantor, que antes era apenas conhecido no país, para ampliar sua fama e seu reconhecimento, aumentando não só o consumo de sua música, mas também da maioria de suas produções anteriores, sendo uma estratégia de *marketing* na visão econômica, mas que pode ser possível que tenha implicitamente um cunho cultural, que iremos analisar.

Em se estabelecendo uma relação entre cultura e desenvolvimento, deveríamos pensar principalmente no sentido de relação que traz a modernidade de um reconhecimento global, que se intensifica com as novas formas de comunicação internacional, com uma

velocidade cada vez maior, tornando esta relação muito mais fluida do que era no começo, tendo neste contexto, duas posições, uma benéfica e outra excludente, que se relaciona mais com uma explicação econômica propriamente dita.

> [...] Neste sentido, o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Mais ainda, é no contexto da modernidade-mundo que se torna possível valorizar as diferenças (ORTIZ, 2008, p. 126)

Se vê importante no momento em que chegamos nesta relação do contexto do estilo musical latino-americano nos gostos e nos ouvidos dos brasileiros, pensarmos nessa relação, para com o desenvolvimento e também, com a globalização que vem com a modernidade do mundo, trazendo uma mescla de ritmos e estilos, que acaba com os preconceitos, que antes víamos, mesmo para a falta de aceitação dos estilos musicais que estão unidos recentemente, além de ser no sentido econômico, um meio de se acrescentar mais um estilo musical, para a indústria cultural brasileira lucrar, que se vê harmoniosa. "[...] Dito de outra forma, o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes; da produção de bens culturais para o mercado global à defesa dos direitos humanos como se entre tais objetivos existisse uma harmonia indiscutível." (ORTIZ, 2008, p.127)

Em se vendo como dois estilos, como o funk e o reaggeton, que são muitas vezes ritmos de parte da sociedade que são excludentes sendo mais conhecidas e reproduzidas nas periferias tanto brasileiras como de outros países da América Latina, com esta nova "harmonia" e reconhecimento global, ficam encobertos os lugares de onde teriam vindo cantores como Anitta ou Nick Jam, como se, a partir das observações que estabelecemos, as realidades sociais fossem obscurecidas pela difusão e a reprodução exclusiva da música. Isto é, não importa a história das pessoas que tocam ou de onde começou a surgir os estilos, mas sim o seu desenvolvimento e reconhecimento global, quanto mais gente a escuta. "Nestas concepções, direta ou indiretamente, a relação entre economia, cultura e desenvolvimento está presente, principalmente por que se refere ao dualismo das sociedades, destaca os elementos socioculturais". (DALLABRIDA, 2011, p.289)

Assim podemos perceber esta relação de cultura e desenvolvimento nas mesclas das músicas latino-americanas, como uma forma de criar um dualismo das sociedades, sejam elas qual forem, mas realizando isso em sociedades parecidas, como a colombiana e a brasileira, que acabam tendo uma troca, mesmo não sendo implicitamente visível no *clip* ou na letra da música dos cantores, só de estarem publicando uma produção cultural em conjunto, vão muito além de questões econômicas, ultrapassando fronteiras da integração cultural e social de países que se assemelham por estarem no mesmo território. Para que fique mais fácil de compreender, as duplas e produções conjuntas, é o principal

exemplo de relações sociais que se espelham em relações culturais, tendo um cunho desenvolvimentista, por buscar o aumento de vendas de produtos culturais, mas que por trás, tem uma forma de integração cultural, que se interliga a está intenção.

4 I APÓS *DESPACITO*: HOUVE ALGUMA MUDANÇA?

Contextualizamos até então a ascensão da música *Despacito* nos meios utilizados para escutar música na contemporaneidade e também, nas ruas e baladas brasileiras, se tornando está, uma das músicas mais tocadas, percebemos após sua difusão uma nova ordem musical nacional, com a aparição de cantores brasileiros lançando músicas em espanhol ou até mesmo marcando parcerias com grandes cantores do gênero reggaeton, fazendo-o se aproximar principalmente ao funk brasileiro, como mostraremos em alguns exemplo a seguir.

> No Brasil, diversos artistas vêm se rendendo a essa febre e acrescentando toques latinos em seus trabalhos, como é o caso de Anitta e de Claudia Leitte, entre outros nomes. As duas têm incorporado letras em espanhol e batidas latinas às suas canções, como em 'Paradinha' e também 'Baldin de Gelo', além das parcerias em 'Sim ou Não', da funkeira com Maluma, e em 'Corazon', da baiana com participação de Daddy Yankee. (MORAES, 2017)

Tronaram-se frequentes as músicas como *Paradinha* de Anitta, com a letra totalmente em espanhol, com um ritmo envolvente, que se assemelha ao reggaeton, mas com uma dança e estilo, que se aproxima do funk carioca, além da música *Downtown,* que marcou a relação dos dois gêneros com a cantora brasileira realizando uma dupla com o cantor J. Balvin.

A música, *Sim ou Não*, que a cantora também cantou com o colombiano Maluma, que talvez seja a marca dessa relação do funk carioca com o reggaeton, que além de se tornar conhecida pela população dos outros países da América Latina com as músicas mencionadas, também traz ao brasileiro, cantores que são muito conhecidos no resto do continente, mas que não o são no Brasil.

Por mais que algumas dessas músicas tenham sido compartilhadas pelo *Youtube* no ano de 2016, só se propagou aos gostos brasileiros após o ano de 2017, tendo sido intencionalmente uma forma de Anitta ser conhecida, assim como sua mais recente música com um grupo famoso de rap dos Estados Unidos, mas que sem perceber, acaba se tornando uma "via de duas mãos", com ela ganhando fama e os outros cantores (Maluma e J. Balvin), também. Nossa intenção não é analisar as datas nas quais as músicas foram compartilhadas, mas sim, o ano no qual as músicas em questão se tornaram conhecidas pelos brasileiros, quais são as mais tocadas e se estão entrando em seus gostos.

> Outro ponto que não pode passar despercebido na fusão entre a música brasileira e o reggaeton são as batidas do ritmo latino que vêm sendo incorporadas em outros cenários musicais, como o pop e até mesmo o sertanejo, em produções como Loka, de Simone e Simaria com (novamente) Anitta! (MEDINA, 2019)

Estilos muitas vezes misturados entre funk carioca, reggaeton e pop, que são principalmente trazidos pela cantora Anitta, como referência, por conta de ser conhecida internacionalmente, principalmente, após ter cantado na Copa de Mundo de futebol em 2014 no Brasil, aproveitando desta oportunidade para realizar parcerias não só latino-americanas, como apresentado, mas também com norte-americanos, como é o caso da música, *Vai malandra* com o rapper, Maejor Ali. Assim como a música de Wisin, *Que viva la vida*, que marca com a parceria de Michel Teló, a relação com o sertanejo e a prova de que não é só Anitta, que fez parcerias com outros cantores latino-americanos, após a Copa do Mundo de 2014.

> Mas não foi apenas Anitta e as sertanejas Simone & Simaria que incorporaram o reggaeton. Na verdade, a lista de brasileiros apostando no ritmo é grande. Em 2015, a cantora Claudia Leitte se aproximou do estilo ao gravar com um dos artistas que integram a vertente. Ao lado de Daddy Yankee, ela lançou Corazón. E, neste ano, a cantora voltou a investir na latinidade no hit Taquitá, que tem a sonoridade e até faz referência ao ritmo na letra: “olha como eu amo dançar/ o meu corpo não quer mais parar/ rebola, rebola, rebola/ alucino no seu reggaeton/ vou descendo com o dedo na boca/ tô louca, tô louca”. (IZEL, 2017)

Ao vermos os clipes de Anitta, ainda podemos ver o Brasil como uma superioridade por sobre o resto da América Latina, com eles sendo feito em favelas, as famosas favelas, estás que boa parte dos latino-americanos e outros povos, querem conhecer se viajam ao país, muitas vezes querem mais ir para as do Rio de Janeiro, mas se contentam em ir para as da cidade de São Paulo; digo tal questão com o exemplo, de ter ido ao Equador em julho de 2019 e escutado de uma amiga, que o lugar que gostaria de conhecer, seriam as favelas brasileiras.

Esta nova forma de integração entre os cantores, que não tem mais a ver com as visões políticas, como nos mostrou PAULA (2011), mas a interação de diferentes gêneros brasileiros principalmente com o reggaeton, se tornou uma marca após *Despacito*, que está evidente, além da percepção e uma gama pequena, mas mais relevante de músicas do estilo em baladas na cidade de São Paulo, se tornando um estilo do repertório para a dança regional junto com o funk, pop e sertanejo, ritmos que também são unificados nas músicas que viemos a mencionar.

> Entre o segundo trimestre de 2014 e o mesmo período de 2017, por exemplo, o reggaeton registrou um crescimento de 119% na participação dentro das reproduções totais do Spotify. Com 86%, o hip hop foi o segundo gênero que mais cresceu nos últimos três anos, enquanto pop (13%) e country (4%) não chegaram nem perto de tais números. (OLIVEIRA, 2017)

A música *Despacito* como um ponto histórico na entrada do reggaeton nos gostos dos brasileiros facilmente substituído por qualquer outro fenômeno histórico cultural nacional, mas o que não se pode negar, é a drástica mudança que houve não após o conhecimento dessa música, mas sim da Copa do Mundo de 2014, que além de começar a importar ao Brasil produtos que antes apenas encontrávamos no exterior, fez com que o país ficasse mais internacional, o que beneficiou o contato dos brasileiros com as novas sensações musicais da região, não só com as internacionais vindas da América do Norte, mas também, se voltando a região, pois se tornou o único país latino-americano do século XXI a sediar uma Copa do Mundo de futebol, o que reforçou os laços com países do mundo e América Latina, mas também nos fez aumentar o fato de nos sentirmos os donos ou os melhores da região, que afirma a pesquisa: The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa)[2]; diziam alguns entrevistados brasileiros, que não se sentiam parte do continente, mas que são os "líderes" da região. Talvez, algumas questões mencionadas ao longo deste artigo sejam por conta disso, pelo Brasil, além de ser uma "potência" econômica e política de forma histórica na América Latina, também se tornou uma referência cultural, mais ainda do que já era.

> "Como se nota, com um histórico grande de "rixas" e tentativas improdutivas de união, o Brasil também é visto por seus vizinhos como "um país imperialista", imagem também estimulada por sua proximidade comercial da Europa e EUA e acordos que vão muito além dos seus vizinhos sul-americanos. " (OLIVEIRA, p.5, 2018)

O Brasil é visto por muitos países como o país latino-americano com atitudes imperialistas, pela história, principalmente da que chamam, "A guerra do Paraguai", além de ser o país que tem mais relações exteriores, com países que são vistos como imperialistas da mesma forma, mas também, não podemos esquecer que as produções culturais brasileiras sempre foram as mais exportadas de todos os países da América Latina, como havíamos dito anteriormente neste trabalho. "El problema principal con que nos confronta la masificación de los consumos no es el de las interacciones entre grupos sociales distantes en medio de una trama comunicacional muy segmentada." (CANCLINI,1993, p. 20)

A massificação do consumo, principalmente das músicas e do estilo musical que este trabalho se atem, não tem como um problema as interações entre grupos sociais diferentes, mas sim, como uma relação entre eles, seria este o ponto em que os meios pelos quais caracterizamos, aquela camada não só de uma baixa classe social latino-americana reconhecesse, mas que "caiu" também no gosto de uma alta sociedade brasileira, que não se preocupa em se comunicar com as outras, mas que mantem sua posição privilegiada como centro das decisões culturais, como aquela que detém o poder central do que o resto da sociedade vai aceitar ou não culturalmente.

Por mais que infelizmente, não tenhamos muitos trabalhos acadêmicos ou livros

2 < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg>

sobre o assunto, podemos ter uma conclusão devido a informações retiradas de periódicos nacionais de grande relevância e também, do dia a dia observado como trabalho de campo, mesmo que não possam suprir totalmente nossa pesquisa, pôde ser minimamente suficiente para que pelo menos tenhamos uma conclusão meramente adequada para impulsionar os demais pesquisadores para a importância do estudo deste tema.

Para concluir, algumas discussões e a principal deste artigo, podemos dizer que a música *Despacito*, teria sido crucial para que pudesse haver uma concretização de uma mudança que se deu na Copa de Mundo de 2014 e foi se desenvolvendo até chegar nela com um processo de transformação do reggaeton de pouco valorizado pelos brasileiros, (seria dizer: foi um processo que começou na Copa do Mundo de 2014, foi se desenvolvendo em um processo até o ano de 2017, marcando-se pela música, *Despacito*), para um ritmo que caiu em seu repertório e está presente em alguns momentos do dia a dia na cidade de São Paulo, sendo uma música mais para dançar, mas que como observado, pode fazer parte do repertório musical nacional.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García, Culturas híbridas, poderes oblicuos. IN: — **Culturas híbridas estrategias para entrar y salir de la modernidad**, México, D.F., Editora Grijalbo, 1990.

CANCLINI, Néstor García, El consumo cultural y su estudio en México: una propuesta teórica. IN: — **El consumo cultural em México**, Conaculta, México, 1993.

DALLABRIDA, Valdir Roque, **Economia, cultura e desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema**. Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, 2011. Disponível em: < https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/432>, acessado dia 31/10/2019 às 14:24.

GALEANO, Eduardo, **Las venas abiertas de América Latina**, 14ª reimpr. Buenos Aires: Siglo Veintiuono Editores, 2014.

GUSHIKEN, Yuji, **Cartografias do reggaeton: Mainstream na América Latina, marginal no Brasil**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

HOSELITZ, Bert, O desenvolvimento econômico na América Latina. IN: BAZZANELLA, W., COSTA PINTO, L.A., org., **Processos e implicações do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969.

OLIVEIRA, Daniela Teles Sarmanho Enderson, **De *Macarena* ao *Despacito*: os percursos da música latina através do ciberespaço**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Vilhena, 2018.

ORTIZ, Renato, **Cultura e desenvolvimento**. Políticas culturais em Revista, 2008. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Renato-Ortiz.pdf, acessado dia 24/10/2019. (pp.122 – 128)

PAULA, Marcelo Ferraz de, **A América Latina na música popular brasileira: dois idiomas e um coro-canção**, Darandina, 2011.

PEREIRA, Simone Luci, **Consumo e escuta musical, identidades, alteridades. Reflexões em torno do circuito musical "latino" em São Paulo/Brasil**, Revista Latinoamericana de Comunicación, 2015.

ROSARIOS, Ottocar, A América Latina frente à China Vermelha. IN: **China Vermelha: líder na América Latina?** Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1969.

SANTIAGO, Sabrina Brandão, **Consumo cultural entre fluxos locais e globais: a cultura "latina" na cidade de São Paulo**, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

IZEL, Adriana, (2017), **Reggaeton à brasileira: Artistas apostam no ritmo latino e fazem sucesso**. Correio brasiliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/02/01/interna_diversao_arte,569713/reggaeton-a-brasileira-artistas-apostam-no-ritmo-latino-e-fazem-suces.shtml>. Acessado em 25/11/2019 às 14:54.

MORAES, Ana Tereza, (2017), **Reggaeton: O ritmo do momento veio ao Brasil para ficar**. Jornal Leia Já. Disponível em: https://www.leiaja.com/cultura/2017/08/26/reggaeton-o-ritmo-do-momento-veio-ao-brasil-para-ficar/, acessado dia: 25/11/2019 às 14:39.

MEDINA, Mariana, (2019), **Tempero latino: o sucesso do reggaeton no Brasil**, História da Música. Letras. Disponível em: < https://www.letras.mus.br/blog/reggaeton-no-brasil/>. Acessado dia: 25/11/2019 às 14:46.

OLIVEIRA, Luccas, (2017), **Reggaeton registrou crescimento global esmagador em relação ao pop nos últimos três anos.** O globo, Cultura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/reggaeton-registrou-crescimento-global-esmagador-em-relacao-ao-pop-nos-ultimos-tres-anos-21788873>. Acessado em 25/11/2019 às 15:02.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg, acessado dia 03/10/2017 às 12:19.

http://www.culturanascapitais.com.br/musica/, acessado dia 24/09/2019 às 21:46.

CAPÍTULO 11

ENTRE A CASA E A RUA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O ÓCIO EM TEMPOS DE COVID-19

Data de aceite: 21/05/2021

Rosana Eduardo da Silva Leal
Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco; Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR/UFS/CNPQ; Docente do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe; Brasil

Versão revista do trabalho apresentado no II Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, realizado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (Claec) em 2020.

RESUMO: O ano de 2020 foi marcado pela presença devastadora de um inimigo invisível, que circulou não só nos países pobres, mas também nas nações mais poderosas do planeta: a Covid-19. Novo vírus que paralisou a vida social e a economia mundial e que trouxe novas dinâmicas sociais em âmbito global. Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre a relação entre casa e rua em tempos de pandemia, analisando como o processo de isolamento social inviabilizou práticas de lazer fora de casa e estimulou experiências de ócio em âmbito doméstico, que vão de encontro à sociedade capitalista de consumo. Para tanto, buscamos o suporte teórico da pesquisa bibliográfica e documental de autores que se debruçaram sobre o mundo pandêmico e sobre a realidade brasileira durante a crise sanitária, por meio de livros, textos, artigos, matérias jornalísticas e entrevistas disponíveis na *web*. Além disso, buscamos pensar o lazer e o ócio no contexto brasileiro por meio das categorias casa e rua tratadas pelo antropólogo Roberto DaMatta. Diante do estudo, identificamos que o uso da rua como espaço de lazer tornou-se inviável pelo perigo de transmissão descontrolada do vírus, tornando-se seu uso restritivo, como medida de contenção e proteção social. Nesse sentido, o ócio foi recuperado como possibilidade de redescoberta individual e de adaptabilidade ao isolamento social, convidando os indivíduos a voltarem-se para si como experiência de bem-estar. Entretanto, se faz necessário salientar que no Brasil nem todos os cidadãos tiveram a possibilidade de vivenciar o ócio, sobretudo pelas próprias desigualdades sociais e laborais existentes, uma vez que no âmbito brasileiro a possibilidade de usufruto dessa experiência passou a ser vivida apenas por àqueles que puderam manter-se em casa.

PALAVRAS - CHAVE: Covid-19; casa; rua; ócio, Brasil.

BETWEEN THE HOUSE AND THE STREET: THEORETICAL REFLECTIONS ON LEISURE IN TIMES OF COVID-19

ABSTRACT: The year 2020 was marked by the devastating presence of an invisible enemy, which circulated not only in poor countries, but also in the most powerful nations on the planet: Covid-19. New virus that paralyzed social life and the world economy and brought new social

dynamics globally. In this sense, this article seeks to reflect on the relationship between home and street in times of pandemic, analyzing how the process of social isolation made leisure practices outside the home unfeasible and stimulated leisure experiences at home that go against the capitalist society of consumption. To do so, we sought theoretical support for bibliographic and documentary research by authors who looked at the pandemic world and the Brazilian reality during the health crisis, through book, texts, articles, journalistic articles and interviews available on the web. In addition, we seek to think about leisure in the Brazilian context through the home and street categories treated by anthropologist Roberto DaMatta. In view of the study, we identified that the use of the street as a leisure space became unviable due to the danger of uncontrolled transmission of the virus, making its use restrictive, as a measure of containment and social protection. In this sense, leisure was recovered as a possibility for individual rediscovery and adaptability to social isolation, inviting individuals to turn to themselves as an experience of well-being. However, it is necessary to emphasize that in Brazil not all citizens had the opportunity to experience leisure, especially due to their own social and labor inequalities, since in the Brazilian scope the possibility of enjoying this experience started to be experienced only by those who could stay at home.
KEYWORDS: Covid-19; home, street; leisure; Brazil.

1 I INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela presença devastadora de um inimigo invisível, que circulou não só nos países pobres, mas também nas nações mais poderosas do planeta. Trata-se de uma realidade que surge na China, epicentro da pandemia, e que lança uma nova lógica de saúde pública, geopolítica e cidadania global. É a Covid-19, novo vírus que paralisou a vida social e a economia global, cuja crise sanitária lembra, conforme salientou Schwarck (2020), o medo e a insegurança da gripe espanhola. Entretanto, a experiência com o novo vírus foi experimentada diferentemente pelos países, absorvendo macro e micro implicações.

Numa sociedade marcada pela busca do êxito, do produtivismo e do empreendedorismo, a pandemia trouxe novas dinâmicas sociais configuradas entre a casa e a rua. Nesse cenário, a cadeia produtiva do lazer foi um dos campos econômicos mais prejudicados, já que a forma de consumo fora de casa tornou-se perigosa e restrita, sobretudo pela possibilidade de transmissão e contágio do vírus em cinemas, aeroportos, shoppings, restaurantes, hotéis, parques, dentre outros espaços. Já ócio, outrora tão rechaçado pelo capitalismo, passou a ter mais espaço enquanto experiência de bem-estar e autoconhecimento durante o isolamento social.

Assim, para tratar de tal realidade, o presente artigo busca refletir sobre a relação entre casa e rua em tempos de pandemia, analisando como o processo de isolamento social inviabilizou práticas de lazer fora de casa e estimulou experiências de ócio que vão de encontro à sociedade capitalista de consumo. Para refletir sobre essa realidade, buscamos o suporte teórico da pesquisa bibliográfica e documental de autores que se

debruçaram sobre o tema, por meio de textos, artigos, matérias jornalísticas e entrevistas disponíveis na *web* durante a pandemia, tais como: Schwarcz, Badiou, Harvey, Žižek, Cueto, Santos, Goulart e Pereiro.

O texto foi escrito durante o isolamento social vivido pela autora, tendo por finalidade pensar o lazer e o ócio diante do coronavírus na realidade brasileira, por meio das categorias casa e rua tratadas pelo antropólogo Roberto DaMatta.

2 | TEMPOS DE COVID-19

Para a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, a pandemia do novo coronavírus marca a passagem do século 20 para o 21. "Acho que essa nossa pandemia marca o final do século 20, que foi o século da tecnologia. Nós tivemos um grande desenvolvimento tecnológico, mas agora a pandemia mostra esses limites" (SCHWARCZ, 2020, on-line).

A proliferação desenfreada do vírus demonstrou o lado nefasto da globalização que, por meio dos seus fluxos humanos, logo atingiu os mais diversos países, causando impactos globais nas mais diversas dimensões da vida em sociedade. Afinal, as rotas de conexão aérea no mundo apresentaram-se como potentes canais de transmissão do vírus, por meio da intensa circulação de pessoas. Conforme salienta Harvey (2020, p.16),

> [...] uma das desvantagens da crescente globalização consiste no fato de ser impossível deter uma rápida difusão internacional de novas doenças. Vivemos em um mundo altamente conectado, onde quase todos viajam. As redes humanas de difusão potencial são vastas e abertas.

Diante da crise sanitária vivida, o modelo econômico neoliberal dominante demonstrou suas fragilidades, não dando conta de estruturas e serviços de saúde passíveis de serem utilizadas pela boa parte da população mundial. Para o historiador da saúde, Marcos Cueto, a rápida e desenfreada expansão do novo coronavírus ilumina um lado nefasto do neoliberalismo, do qual se tem a redução da presença do Estado, de suas estruturas e de suas instituições em detrimento da consequente ampliação do setor privado de saúde. Segundo o referido historiador, diante dessa experiência pandêmica, será preciso também se debruçar sobre a história das políticas sanitárias, uma vez que as questões políticas influenciam de forma significativa o modo como as nações lidam com a pandemia.

> Esse episódio revela os grandes problemas da história e da sociedade contemporânea: saúde e enfermidade não são somente assunto de cientistas e sanitaristas e que há sempre uma dimensão política envolvida. Em termos históricos, esta pandemia revela como, nos últimos anos, governos autoritários populistas de direita atacaram com torpeza a ciência e a saúde pública, além de diminuírem os recursos da pesquisa científica e do sistema público de saúde. As repostas insuficientes a esta pandemia são o resultado de anos de respostas insuficientes aos problemas de saúde como um todo (CUETO, 2020, p. 02).

A Covid-19 produziu uma crise sanitária mundial, que descortinou o despreparo dos países e de seus respectivos sistemas de saúde pública em lidar com esse inimigo invisível. Tal crise demonstrou também que os processos de prevenção e cuidado não chegaram às populações mais vulneráveis (SCHWARCZ, 2020), uma vez que, "a insuficiência de políticas públicas para sistemas de saúde e seguridade social nos países desmantelados pelos mandatos de austeridade indicariam a urgência de revisar a profunda dessolidarização, jurídica e ética, que aplaca Estados e sujeitos" (GOULART, 2020, on-line).

Entretanto, mesmo diante deste contexto pandêmico, tem-se a presença de uma realidade positiva de colaboração científica em âmbito mundial que, mesmo diante de questões políticas que muitas vezes dificultam o diálogo entre nações, segue pautada em uma ciência aberta, embasada em trocas mundiais de informações sobre a doença, bem como de práticas de solidariedade entre instituições e institutos de pesquisas, cientistas, sanitaristas e médicos, por meio da disseminação de dados e experiências científicas e sanitárias.

Nesse cenário de crise sanitária, os grupos mais vulneráveis foram compostos por: idosos, populações carcerárias, povos indígenas, moradores de rua e populações periféricas. Por isso, "[...] garantir dimensões de gênero, raça e classe nas respostas sociais de gestão à crise, são exemplos de medidas mínimas que dizem respeito a como sujeitos e Estados podem se ressolidarizar e, assim, tecer novos mundos possíveis" (GOULART, 2020, on-line).

Para o meio ambiente diversos exemplos foram apresentados pela mídia, como a redução significativa da poluição do ar, dos mares e dos rios. A natureza construiu novos cenários com usuários que estavam distantes dos grandes centros pela presença incessante de veículos e pessoas. E que no início da pandemia vivenciaram uma liberdade desconhecida no cotidiano do contexto urbano globalizado.

Pereiro (2020) considera que a pandemia possibilitou a presença de um significativo discurso de base biopolítico e de biopoder, que busca ter controle sobre o mundo, os corpos e as mentes, resultantes de discursos de médicos, psicólogos e economicistas, bem como do Estado. Já para Castells (2020), o novo coronavírus foi a ameaça mais grave enfrentada após a 2ª Guerra mundial, demonstrando que a tecnologia não pode tudo. Conforme o referido autor, "a principal lição é que a saúde é nossa infraestrutura de vida e requer cooperação global" (CASTELLS, 2020, on-line). Por isso, defende a existência de um sistema de governança global, bem como de investimentos no setor de saúde, com financiamento em formação, pesquisas científicas, equipamentos e prevenção. Já Badiou (2020) chamou atenção sobre a relação entre globalização, coronavírus e capitalismo:

> [...] há simplesmente um dado fundamental do mundo contemporâneo: a ascensão do capitalismo de estado chinês à posição imperial, ou seja, uma presença intensa e universal no mercado mundial. Surgiram inúmeras redes de difusão, evidentemente antes de o governo chinês conseguir isolar

> completamente o ponto de origem, ou seja, uma província inteira com 40 milhões de habitantes – algo que acabou por conseguir fazer, mas muito tarde para impedir a epidemia de partir pelos caminhos – e os aviões, e os navios – da existência global (BADIOU, 2020, p.38).

O antropólogo espanhol, pesquisador e professor Xerardo Pereiro resgata o conceito antropológico de ritos de passagem tratado por Victor Turner para analisar as etapas de vivência coletiva com a Covid-19. Para Turner, essa ritualística é constituída pela dialética entre a estrutura e a antiestrutura e está imersa na vida em sociedade, notadamente nas instituições, contextos sociais e culturais. O "Processo Ritual é uma tentativa de compreender algo desse processo social total de interação e interdependência, bem como das disjunções, às vezes frutuosas, entre acontecimentos ordenados donde se origina o pensamento independente" (TURNER, 1974, p.06).

Turner compreende que o processo ritual é constituído por distintos momentos caracterizados por três fases. Tem-se o primeiro momento (de separação), o intermediário (período liminar em que se experimenta o sentido da communitas) e o terceiro momento (reagregação ou reincorporação). A intermediária constitui-se como momento pelo qual tem-se a ritualização das transições sociais e culturais dos indivíduos. Nesse sentido, a liminaridade e a communitas são constituídas por uma antiestrutura. A liminaridade é compreendida como um artefato de ação cultural, cuja pedagogia é perpassada por experiências de imersão em situações de resiliência, sendo constituída pela vivência da communitas (relacionamento não estruturado dos indivíduos liminares). Conforme Turner, a estrutura e a communitas perpassam todos os níveis de culturas, inclusive na sociedade moderna ocidental. Nesse sentido, a maximização da communitas pode provocar a maximização da estrutura. No contexto da pandemia, podemos entender tal dinâmica nas normas mais restritivas do governo diante da circulação da população em espaços públicos, buscando conter os indivíduos que se distanciam das orientações de isolamento social. Ou seja: a estrutura buscando conter a communitas.

Ao analisar a pandemia pela perspectiva de Turner, Pereiro (2020) considera que o primeiro momento foi constituído pela separação mental, física e social da realidade vivida cotidianamente. Tem-se também a identificação do problema e a criação de soluções pessoais, familiares e societais durante esta fase. Trata-se do período inicial de diálogo da sociedade com o novo cenário de pandemia e as possibilidades adaptativas com essa realidade sociocultural e sanitária ainda desconhecida.

Na segunda fase tem-se a vivência da liminaridade, por meio da experiência sacrificial de distanciamento, confinamento e isolamento social. É a fase liminar, conforme salienta Turner. Há também a suspensão de alguns papéis sociais, de práticas cotidianas, do distanciamento familiar, das redes de amizades e do uso do espaço público. Nesta etapa ocorre o fortalecimento da presença do Estado na vida das pessoas, que passa a intervir na privacidade e direitos civis da nação. Tem-se também o uso da tecnologia da informação

e comunicação como meio de interação social com o mundo exterior. Há neste momento ritualístico a presença de tensões emocionais, psíquicas, problemas de convivência social e pressões laborais provenientes do risco de contaminação diante do vírus. Há também uma redefinição identitária com dimensões psico-social-cultural.

A terceira fase, caracterizada pela reintegração, de pós-pandemia, tem como desafio a reconstrução dos laços sociais, o reforço do sentido de sociedade e comunidade, a busca pela convivência igualitária. Trata-se de uma fase em que se buscará uma nova forma de viver, considerando aspectos sanitários, humanitários e políticos com um novo *ethos* biomédico. Trata-se do mesmo encaminhamento dado por ŽiŽek (2020), quando evidencia que com a epidemia podem surgir outros direcionamentos para uma sociedade melhor, conforme aponta o autor:

> Mas talvez outro vírus ideológico, muito mais benéfico, se espalhe e nos contagie: o vírus do pensamento em termos de uma sociedade alternativa, uma sociedade para além do Estado-nação, uma sociedade que se atualiza sob a forma de solidariedade e cooperação global (ŽIŽEK, 2020, p.43)

Aos poucos serão buscados os sentidos dos espaços públicos, a recuperação dos ciclos festivos, bem como os encontros familiares e de grupos de amigos, conforme salienta Pereiro (2020).

3 | ENTRE A CASA E A RUA

Em um país desigual como o Brasil, o isolamento social tornou-se um privilégio para poucos. De acordo com Pereiro (2020), os lugares e formas de moradia, o tipo de trabalho, a classe social, bem como a constituição familiar são alguns dos muitos fatores que diferenciam a experiência de isolamento social vivida durante a pandemia. “Por um lado, ao contrário do que é veiculado pelos *media* e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam” (SANTOS, 2020, p.21).

Para pensar a pandemia no contexto brasileiro, resgatamos as categorias “casa e rua” tratadas por Roberto DaMatta (1997). Para o referido antropólogo, tais dimensões constituem “[...] uma oposição básica na gramática social brasileira” (DAMATTA, 1997, p. 16). Trata-se de um sistema classificatório que envolve códigos, valores e ideias, constituindo-se como um sistema de ação, que perpassa diversas lógicas de uma razão prática brasileira. As referidas categorias estruturam as relações sociais, permeando distintos graus de variações, combinações e segmentações. Por isso, podem absorver processos de englobamento em que a casa pode englobar a rua e vice-versa.

> Quando digo então que ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas

> acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, música e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA,1997, p. 14).

A rua traz a ética do mundo exterior, sendo o eixo da vida pública, dos macroprocessos, da economia capitalista, do campo institucional e de suas autoridades, do formalismo jurídico-legal, do moderno, das leis universais e da burocracia. É a dimensão em que se tem a impessoalidade, a lealdade ideológica, as classes sociais, o anonimato, a emoção disciplinada, a cidadania e a política. É o contexto em que se tem o discurso do Estado, que instaura hábitos sociais. "Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais" (DAMATTA, 1997, p.18).

No espaço social da casa ressalta-se a pessoa, as relações mais calorosas, a família, a dimensão caseira, a lealdade, a humanidade, as amizades, as tradições, os microprocessos, os costumes, as relações pessoais, as emoções, o compadrio, a religiosidade popular, o familiar e o doméstico. Entretanto, tais interpretações dualísticas não se fazem presentes no cotidiano do país de forma rígida e estanque. O autor chama a atenção de que o mais importante ao se pensar e estudar tais categorias é entender suas conexões, buscando observar de modo aberto e em movimento para entender suas relações e conjugações. "Afirmo, posto que isso é um ensinamento básico da antropologia social que pratico, que o estilo brasileiro se define a partir de um "&", um elo que permite batizar duas entidades e que, simultaneamente, inventa o seu próprio espaço" (DAMATTA, 1997, p. 24).

Ao se pensar na dimensão da casa no contexto do novo coronavírus, precisamos lembrar que as condições de moradia da sociedade brasileira variam conforme a classe social. Para os moradores dos subúrbios, o interior das residências é dividido com uma grande quantidade de pessoas do mesmo grupo familiar, que aumenta a vulnerabilidade dos seus membros, sobretudo dos idosos, já que o distanciamento corporal se torna inviável pelo reduzido tamanho dos cômodos. Há também os moradores de rua, cuja casa está no ambiente público.

O estabelecimento do isolamento social como forma de contingência fez com que as pessoas tivessem que trabalhar em casa ou mesmo suspender suas atividades laborais neste contexto. Assim, ficar em casa não significou estar de férias, uma vez que as rotinas familiares tiveram que ser adaptadas. Conforme salienta Goulart (2020), tem-se com a pandemia uma nova territorialidade do espaço laboral, que passa a incluir a casa, intensificando as obrigações cotidianas e domésticas, sobretudo para as mulheres.

A noção de cuidado passou a ser revista e experimentada diferentemente, exigindo maior atenção da sociedade, sobretudo como os grupos mais vulneráveis. A experiência do cuidado, que possui a dimensão de gênero e classe social bastante marcados, se tornou latente, exposta e revista. Isso porque, ao falarmos de gênero por exemplo, observamos

que o cuidar do outro esteve com maior frequência nas mãos das mulheres, como já acontecia antes do isolamento social. Além disso, diante do confinamento doméstico, as mulheres se tornaram o grupo mais suscetível à violência doméstica, conforme chamou atenção o referido autor. É na casa que o público feminino reúne atividades domésticas, cuidado com os filhos e atividades laborais. O que resulta em um conjunto de obrigações e responsabilidades desproporcionais ao papel masculino, que esteve historicamente pouco propenso em dividir as atividades diárias de um lar e de uma família.

Há uma outra lógica de produção na quarentena com a presença de simulacros da vida social, que passaram a se reproduzir e intensificar com a tecnologia. Esta transformou-se em uma aliada na aproximação virtual substitutiva do distanciamento físico e social de diversos grupos. Por outro lado, encampou um intenso fluxo de informações e estímulos tecnológicos, por meio de uma enxurrada de *lives*, vídeos, aulas e visitas virtuais, além de tantas outras possibilidades de utilização tecnológica.

A rua, que para a sociedade contemporânea passou a ser mais experimentada rotineiramente que a casa, tornou-se um risco para a convivência humana. A rua também passou a ser o espaço do exercício da cidadania com o florescimento de solidariedades emergentes. O senso de coletividade foi aguçado por meio de campanhas e ações colaborativas em todo o país. Pelo menos durante o início da crise sanitária, o pensar coletivo precisou suspender o individualismo do mundo capitalista para se pensar nos mais vulneráveis, conforme destaca Žižek (2020, p.44):

> A epidemia do coronavírus é uma espécie de 'técnica de cinco pontos para explorar um coração' destinada ao sistema capitalista global. É um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical.

A sociedade mundial passou a exercitar, conforme salienta Bauman (2013) retomando as reflexões de Bruno Latour, uma "arte de coabitação humana pacífica", que se constitui como uma nova experiência de convivência em tempos de globalização e modernidade líquida. Bauman (2013, p.88) complementa ainda que:

> Se a ideia da 'boa sociedade' é permanecer relevante no cenário da modernidade líquida, ela deve representar uma sociedade devota à noção de 'dar uma chance a todos', ou seja, remover, um a um, os obstáculos que impedem essas chances de se concretizar'.

Para muitas camadas da população brasileira, a rua constitui-se como espaço de sobrevivência diária ou moradia precária. Assim, muitos são impossibilitados de estar em casa em isolamento devido a necessidade básica de trazer o sustento familiar. Santos (2020) recorda e destaca alguns grupos sociais já vulneráveis antes da pandemia, que neste contexto de crise vivenciam ainda mais a precariedade de sua cidadania sem ter, muitas vezes, a chance de seguir as orientações de prevenção transmitidas pela OMS. São

eles: as mulheres; os trabalhadores informais; os trabalhadores de rua; a população de rua; os moradores das periferias pobres, os indivíduos situados em campos de internamento para refugiados, os deficientes e os idosos.

Por outro lado, a dimensão da rua também experimenta a redução da degradação ambiental. A natureza demonstrou sentir-se mais revigorada distante da presença humana. Foi assim visto em mares, rios, espaços públicos que foram revisitados por espécies não presentes no cotidiano barulhento e poluído das urbes. No mundo, alguns fatos já foram identificados, conforme salientou o escritor e jornalista brasileiro Ruy Castro em matéria intitulada "Longe do Centro do Universo", que foi publicada em 05/04/2020 na Folha de São Paulo:

> Em meio às estatísticas macabras do coronavírus, leem-se notícias que fazem pensar. Pela primeira vez em séculos, os golfinhos voltaram aos canais de Veneza. Alguém fotografou pavões nas ruas desertas de Madri. Os gatos de Roma passeiam fagueiros pela Via Veneto. Numa Nova York em silêncio, ouvem-se rouxinóis na Quinta Avenida. E, no Rio, veem-se raias no Arpoador e gaivotas explorando as areias do Leblon (CASTRO, 2020, on-line).

Se por um lado houve um aguçamento do sentido de coletividade em âmbito nacional e global, nem sempre tal percepção foi compartilhada por boa parte da população, que teimou em circular em espaços públicos em busca de práticas de lazer. As experiências fora de casa também evidenciaram a falta de compreensão coletiva em relação ao vírus, quando no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto de Galinhas (Pernambuco) a população insistiu em circular em parques, praças e praias, negligenciando as orientações da Organização Mundial da Saúde, bem como dos governos estaduais e municipais. É o que Turner (1974) classifica como a communitas produzindo uma antiestrutura diante das imposições das instituições.

Na matéria "Em Porto de Galinhas, turistas seguem na praia mesmo com pandemia", publicada pelo Diário de Pernambuco de 19/03/2020 podemos intender as reflexões de Turner (1974).

> Sob a justificativa de ser um ambiente aberto, a praia de Porto segue procurada. 'Na praia a gente entende que dá para se divertir. Dá para aproveitar, mas evitando aglomeração', disse o turista Erivaldo José da Rocha, 43, acompanhado da mulher, Jarlene da Rocha, 27, ambos de Cuiabá. O transporte de turistas nos buggies também parece normal. 'Para mim, tudo continua a mesma coisa. O passeio não caiu. Não tô com medo da doença. Vejo televisão direto e acho que aqui não vai afetar', disse Eliel Silva, 38 anos, há vinte trabalhando na praia (TEIXEIRA, 2020, on-line).

No dia em que a matéria jornalística foi realizada, o principal destino turístico pernambucano seguia com o comércio aberto, recebendo turistas em bares e restaurantes. A área da praia e da areia também seguiam ocupadas com um intenso fluxo de pessoas.

4 | ISOLAMENTO SOCIAL, LAZER E ÓCIO

O lazer teve um intenso desenvolvimento na sociedade contemporânea, por meio de uma ampla gama de produtos e serviços destinados ao setor. Constitui-se como atividade moderna, que está diretamente ligada ao trabalho, concebido como um tempo de reposição da energia, recuperação física e psicológica, bem como possibilidade de usufruto de parte do tempo livre fora do período laboral. Desde o advento da modernidade, o lazer teve como uma de suas finalidades estimular a recuperação dos trabalhadores para retomarem mais produtivos, sendo ainda uma distração vivenciada no tempo livre. Nesse sentido, está situado em uma perspectiva mais funcionalista na sociedade (MARTINS, 2018).

O lazer também integra o mercado capitalista de consumo, sendo ofertado a partir de uma gama de possibilidades. Foi, sem dúvida, um dos setores mais atingidos pela pandemia. Neste campo podemos evidenciar o turismo e sua cadeia produtiva, cujo usufruto ocorre na rua e não em casa. Conforme Harvey (2020, p.20), "este local de acumulação de capital está morto: as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e os restaurantes e bares fecharam em muitos lugares". Isso se deu devido a uma queda brusca no consumo fora de casa, impulsionando os serviços voltados para vendas online, entregas em domicílio e consumo doméstico. Assim, os setores de comercialização e consumo que não envolvem o âmbito da casa entraram em situação de crise e retração econômica.

Nesse sentido, o isolamento social trouxe a desaceleração da sociedade contemporânea, colocando boa parte da população em confinamento doméstico. Para alguns permanecer no lar tornou um grande desafio. Para outros possibilitou um olhar para dentro, para si e para a casa, que no cotidiano muitas vezes são pouco acessados pelos indivíduos.

> Estamos refletindo um pouco se essa rotina acelerada é de fato necessária, se todas as viagens de avião são necessárias, se todo mundo precisa sair de casa e voltar no mesmo horário. Se não podemos ser mais flexíveis, menos congestionados, com menos poluição (SCHWARCZ, 2020, on-line).

Durante a pandemia o âmbito da casa resgatou e possibilitou práticas, que no cotidiano eram desenvolvidas em outros distintos espaços. Estas passaram a ser realizadas em âmbito domiciliar em conjunto com a família e com as práticas domésticas. Algo presente de forma mais intensa em sociedades tradicionais em que a separação das dimensões da casa e da rua não se encontram tão delimitadas. Nesse sentido, tal realidade trouxe um processo de humanização dos tempos sociais, rotinas e temporalidades distintas, diferenciando-se conforme a nacionalidade, classe social, a raça e gênero (SCHWARCZ, 2020). O que, de certa forma, distanciou a sociedade da concepção capitalista do lazer, aproximando-se da perspectiva clássica de ócio.

O isolamento social convidou ao retorno da vida com menos consumo. Um

retorno aos muitos afazeres individuais e familiares, que no cotidiano estavam sobre a responsabilidade de outras pessoas ou profissionais domésticos. Nesse contexto, três categorias profissionais pouco valorizadas nos tempos atuais passaram a ser lembradas e reconhecidas pela presença ou ausência no cotidiano dos brasileiros: os trabalhadores domésticos, os professores e os profissionais da saúde.

Muitas atividades laborais precisaram ser remodeladas para *home office*, fazendo com que diversos profissionais precisassem adaptar seus afazeres profissionais em modo remoto, por meio da tecnologia. Os jornalistas, por exemplo, passaram a apresentar suas matérias em seus lares, humanizando-os diante do público e trazendo a dimensão da rua para a casa, expondo em certa medida sua intimidade doméstica.

Na contemporaneidade, o ócio se fez menos presente na vida dos indivíduos que o lazer (MARTINS, 2018). Entretanto, em tempos de pandemia, essa sociedade tão acelerada foi obrigada a desacelerar. Isso porque, o processo de isolamento social trouxe para parte dos indivíduos, a possibilidade de aprender coisas novas. Aprender a cozinhar, meditar, fazer artesanato, atividades artísticas e manuais. Realizar reparos na casa, fazer faxinas, cuidar dos membros da família sem a ajuda de funcionários domésticos.

Houve a ampliação de possibilidades de práticas no contexto da casa passíveis de serem experimentadas, envolvendo leitura, música, atividades físicas, filmes e séries, culinária, *lives* e cursos na *internet*. Algumas famílias puderam vivenciar experiências de estar com seus filhos sem a presença da escola e de funcionários da casa, tendo que propor diversas possibilidades de usufruto do tempo doméstico disponível. Passou a ser um exercício de busca pela autonomia domiciliar que muitos desconheciam, sobretudo os grupos pertencentes às classes sociais médias e altas.

A solidão, já presente na sociedade contemporânea, passou a ser experimentada de forma mais profunda. Na pandemia constituiu-se como possibilidade de reconexão do ser humano consigo mesmo, de emancipação individual e coletiva, bem como de desenvolvimento pessoal. O exercício do silêncio, do estar sozinho e do distanciamento social transformaram-se em experiências vividas em todas as partes do globo.

Assim, o ócio, já tão combatido pela lógica religiosa e capitalista, passou a ganhar espaço como possibilidade de experiência individual subjetiva durante a pandemia. Trata-se de um fenômeno humano complexo, vivenciado a partir da autonomia dos indivíduos, cuja sociedade capitalista desconstruiu e descaracterizou seu sentido clássico. Este passou a ser constituído historicamente como algo negativo, a partir do momento em que houve a valorização da ocupação produtiva ainda no final da Idade Média e sob a influência do protestantismo, sendo pensado desde a modernidade como ociosidade, a partir de uma leitura produtivista e funcional (MARTINS, 2018). Na visão grega, o ócio traz em seu bojo a apreensão subjetiva do mundo. Traz a busca pelo autoconhecimento. Não há a dependência do tempo nem do espaço. Trata-se de uma atitude contemplativa que tem um fim em si mesmo.

Nesse sentido, enquanto experiência, o ócio precisa de um estado de disponibilidade pessoal. Trata-se de uma oportunidade de realizar atividades com significado próprio para quem escolhe realizar. Remete ao livre arbítrio, ao livre pensamento e à contemplação estética. É uma fruição em si mesmo do tempo de quem o vivencia. No seu exercício não há conotação produtiva ou compensatória do trabalho. O que nos dias atuais torna-se uma experiência de resistência diante da hegemonia do lazer e suas dimensões mercantis.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fui possível observar que a vida moderna paulatinamente distanciou a sociedade da vida familiar e comunitária. Por isso, a realidade pandêmica trouxe um momento de introspecção coletiva sobre a necessidade de repensar o modelo da sociedade atual, sobretudo diante das mobilidades, economias e consumos cotidianos. Nessa experiência traumática e globalizada, o individualismo, a economia, o consumo e a centralidade do trabalho passaram a ser revistos, transformando-se em um convite a pensar sobre temas mais essenciais da vida coletiva, como a solidariedade, os direitos humanos e as relações éticas de alteridade (GOULART, 2020).

A rua como espaço de lazer tornou-se inviável, uma vez que para reduzir o processo de transmissão comunitária, o isolamento doméstico passou a ser a principal medida de contenção e proteção social. Assim, os indivíduos passaram a conhecer uma infinidade de possibilidades de estar consigo mesmo, com a família e em casa. Nesse âmbito, o ócio foi recuperado como uma possibilidade de redescoberta individual e de adaptabilidade ao confinamento. Tais experiências passaram a ser um meio de exercitar a criatividade fora do contexto do mundo competitivo do trabalho, colocando essa dimensão criativa à serviço do bem-estar individual. Ou seja, passou a ser uma possibilidade de humanização do cotidiano e do ambiente doméstico já carregados de obrigações, conflitos e violências.

Nesse sentido, o ócio como descanso, nada fazer, relaxamento e desenvolvimento pessoal passou a ser uma experiência vivida em âmbito domiciliar, mas apenas por àqueles que puderam permanecer em casa. Algo que nem todos os cidadãos tiveram a possibilidade de vivenciar, sobretudo pelas próprias desigualdades nas condições sociais e atividades laborais existentes no Brasil. Isso porque, conforme salienta Pereiro (2020), vivemos de forma desigual e diferente a experiência de isolamento social.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. Sobre a situação pandêmica. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.35-42.

BAUMAN, Z. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, 111 p.

CASTELLS, M. Castells debate pandemia, Público e Educação. Entrevista de Manuel Castells a Álex Rodríguez e Carina Farreras. *La Vanguardia*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/castells-debate-a-pandemia-o-publico-e-a educacao/?fbclid=IwAR0zYn1yiBxRulv1b0rn0qmkhSeQIyLhl78Wg3QNGHPP2JzicDb-cvivKrY>. Acesso em: 16.abr.2020.

CASTRO, R. Longe do Centro do Universo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 abr.2020. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2020/04/longe-do-centro-do-universo.shtml>. Acesso em: 10.abr.2020

CUETO, M. O que um historiador da saúde tem a dizer sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)? Entrevista de Marcos Cueto a Bruno Leal. In: Café História – História feita com cliques. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/umhistoriador-da-saude-fala-sobre-novo-coronavirus/. Publicado em: 30 mar. 2020. Acesso: 12.abr.2020.

DAMATTA, R. *A casa & a rua*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 151 p.

GOULART, M. Notas sobre uma leitura feminista da pandemia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 31 mar. 2020. Gênero. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/notas-sobre-uma-leitura-feminista-da-pandemia/> Acesso em: 05.abr.2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.13-23.

MARTINS, J.C.O. Ócio na contemporaneidade cansada. In: Dossiê Ócio, Lazer e Tempo Livre. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* SESC [S.l], n. 22018, p.35-44, ago.2018. ISSN. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/644_EVISTA+DO+CENTRO+DE+PESQUISA+E+FORMACAO+N02+ISSN+24482773>. Acesso em: 16.abr.2020

PEREIRO, X. A Reconstrucción Sociocultural de Galicia Pós-Coronavirus: ¿Despois da pandemia qué? *Praza*. Disponível em: <https://praza.gal/opinion/a-reconstrucion-sociocultural-de-galicia-pos-coronavirus-despois-da-pandemia-que>.Acesso em: 20.abr.2020.

SANTOS, B. S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições ALMEDINA, 2020. 32 p.

SCHWARCZ, L. Pandemia marca fim do século 20 e indica limites da tecnologia. Entrevista de Lilia Schwarcz a Camila Brandalise e Andressa Rovani. In: *Uol Universa*. Publicado em: 09 de abril de 2020. Disponível em: < https://umaincertaantropologia.org/2020/04/10/lilia-schwarcz-pandemia-marca-fim-do-seculo-20-e-indica-limites-da-tecnologia-uol-universa/>. Acesso em: 15.abr.2020.

TEIXERA, M. Em Porto de Galinhas, turistas seguem na praia mesmo com pandemia. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19.mar. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/03/em-porto-de-galinhas-turistas-seguem-na-praia-mesmo-com-pandemia.html>. Acesso em: 25.abr.2020.

TURNER, Victor W. *O Processo Ritual e a Anti-Estrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. 245 p.

ŽIŽEK, S. Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In: DAVIS, Mike. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p. 43-47.

CAPÍTULO 12

CALDAS NOVAS-GO: TRADIÇÃO E IDENTIDADE NA TRANSIÇÃO DO USO DAS ÁGUAS TERMAIS PARA CURA E SUA APROPRIAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS PARA O LAZER E ENTRETENIMENTO

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 19/04/2021

Sheila Cristina Endres Palmerston
Universidade Estadual de Goiás
Morrinhos-Goiás
http://lattes.cnpq.br/5085869140278894

Hamilton Afonso de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás
Morrinhos-Goiás
http://lattes.cnpq.br/1906395147663952

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer uma contextualização histórica da cidade de Caldas Novas-GO mostrando que, historicamente sempre teve sua origem e identidade por praticamente dois séculos associada à cura e saúde potencializada pelo uso das águas termais para fins terapêuticos e não de lazer e entretenimento como na atualidade. Embora tivesse toda uma vocação para o desenvolvimento de um turismo relacionado à saúde, este foi explorado de forma muito restrita e o turismo que começou a se desenvolver nos fins da década de 1960 voltou-se, exclusivamente, para o lazer e entretenimento com a disseminação de hotéis e clubes com piscinas termais, resorts e realização de grandes eventos como o Carnaval e shows sertanejos como Caldas Country e o Verão Sertanejo. A partir da exploração turística de lazer e entretenimento, a cidade de Caldas Novas tem sofrido grandes transformações e impactos culturais e socioambientais de grandes proporções e a identificação relacionados à cura e ao valor terapêutico das águas termais, que deu origem à cidade, relegados a um passado que os caldas-novenses não fazem muito questão de lembrar.

PALAVRAS - CHAVE: Caldas Novas; História; Saúde; Doenças; Turismo.

CALDAS NOVAS-GO: TRADITION AND IDENTITY IN THE TRANSITION FROM THE USE OF THERMAL WATERS FOR HEALING AND THEIR APPROPRIATION BY TOURISM ENTERPRISES FOR LEISURE AND ENTERTAINMENT

ABSTRACT: This article aims to make a historical contextualization of the city of Caldas Novas-GO showing that, historically it has always had its origin and identity for almost two centuries associated with healing and health enhanced by the use of thermal waters for therapeutic purposes and not for leisure and entertainment as it is today. Although it had a whole vocation for the development of tourism related to health, it was explored in a very restricted way and the tourism that began to develop in the late 1960s turned exclusively to leisure and entertainment with the dissemination hotels and clubs with thermal pools, resorts and holding large events like Carnival and country shows like Caldas Country and Verão Sertanejo. From the tourist exploration of leisure and entertainment, the city of Caldas Novas has undergone major transformations and cultural and socio-environmental impacts of great proportions and the identification related to the healing and therapeutic value of the thermal waters, which gave rise to the city, relegated to a

past that the caldas-novenses don't make much point of remembering.
KEYWORDS: Caldas Novas; History; Health; Diseases; Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

O município de Caldas Novas está localizado na região sudeste do Estado de Goiás. De acordo com dados do último Censo, a cidade tem área territorial de 1.608.439 km², tendo como municípios limítrofes: Morrinhos, Marzagão, Piracanjuba, Corumbaíba, Rio Quente, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Pires do Rio. As águas termais deste complexo abrangem uma vasta área, englobando as cidades de Caldas Novas e Rio Quente, distante 35 km uma da outra, e a Lagoa Pirapitinga, distante cerca de 170 km de sua capital Goiânia, e 350 km da capital federal, Brasília.

A cidade conta com o Aeroporto Nelson Ribeiro Guimarães que recebe voos regulares e fretados de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, além do Terminal Rodoviário Oscar Santos, com rotas de ônibus para os principais destinos nacionais. Suas principais vias de acesso rodoviário são a GO-213, que liga a cidade a Morrinhos e, a partir daí a BR-153, que proporciona o acesso as principais cidades do país.

Figura 1 - Localização de Caldas Novas.
Fonte: Google Earth

O município é parte integrante da bacia do Rio Paranaíba, e é limitado, fisicamente, pelos rios Piracanjuba, na porção noroeste, pelo Ribeirão do Bagre a sudoeste, pelo Rio do Peixe a nordeste e pelo Rio Corumbá, de leste a sul. Este último constitui o principal curso de água da região. O município também é drenado pelo Ribeirão Pirapitinga, afluente da margem direita do Rio Corumbá que corta a sua porção centro-norte e é a fonte de abastecimento de água da cidade de Caldas Novas, captada pelo sistema público do Departamento Municipal de água e Esgoto – DEMAE e pelo Ribeirão Caldas que atravessa praticamente toda a sua área urbana. Cumpre destacar que a maior área de recarga dos recursos hídricos termais da cidade se encontra no Parque Estadual de Serra de Caldas Novas, de onde nasce grande parte da bacia hidrográfica urbana.

A cidade, como dito, insere-se na bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, no interflúvio dos rios Corumbá e Piracanjuba, área onde se localizam os aquíferos termais do Paranoá e Araxá. Conforme estudos, segundo Andrade e Almeida (2012, p.101), os mecanismos responsáveis pelo aquecimento das águas termais estão associados a uma combinação de fraturas e antiformes regionais. Segundo Andrade e Almeida (2012, p. 101), a geologia dos aquíferos se caracteriza pela superposição tectônica do Grupo Paranoá pelo Grupo Araxá. Este primeiro, é subdividido em quatro unidades litoestratigráficas da base para o topo: Ortoquartzito, Quartzito Argiloso, Metaritmito e Pelito-carbonatada. O segundo grupo é representado por xistos variados em fácies xisto verde, com muscovita-quartzo-biotita xistos, muscovita-biotita xistos, biotita-granada-muscovita xistos e recobre metassedimentos do Grupo Paranoá.

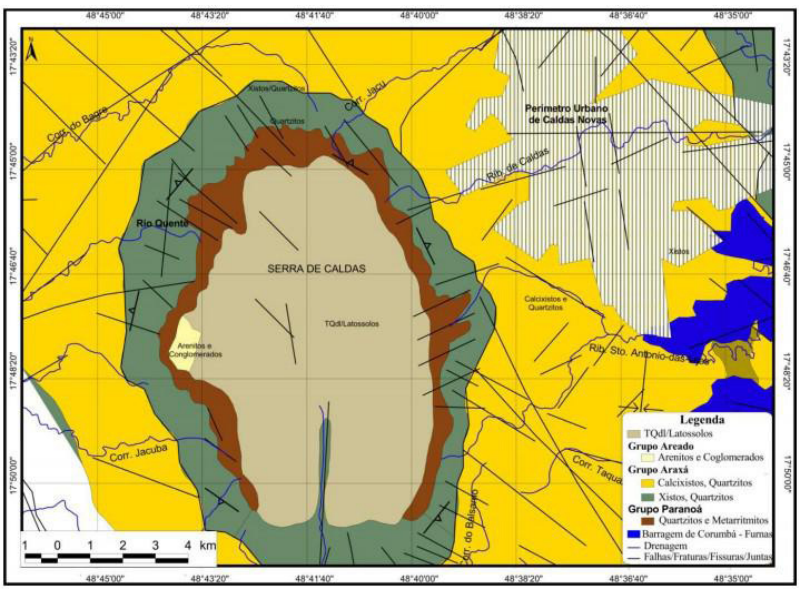


Figura 2 - Geologia da região de Caldas Novas.

Fonte: Andrade e Almeida, 2002, p. 102.

O Aquífero Paranoá Termal está ligado a águas presentes em porções profundas de rochas psamíticas do Grupo Paranoá. De acordo com Campos, Tröger, Haesbaert (2005, p. 8),

> O Sistema Aquífero Paranoá será considerado termal quando estiver associado a condições de fluxos descendentes em profundidades maiores que 450 metros, ou em qualquer profundidade, quando mantiver o fluxo ascendente a partir de fraturas abertas em grandes profundidades.

Ainda segundo os autores, sua recarda se dá, principalmente, a partir da infiltração de águas pluviais na região plana no platô da Serra de Caldas. Segundo Haesbaert e Costa (2000), a temperatura das águas dos poços desse sistema aquífero em Caldas Novas varia entre 50 ºC e 58 ºC, apresentando temperatura média de 55,5 ºC.

Já o Aquífero Araxá termal corresponde a zonas de misturas de águas de infiltração descendentes nos xistos, com águas de fluxo ascendente a partir dos quartzitos do Grupo Paranoá, próximas ao contato tectônico entre os grupos Araxá e Paranoá e, eventualmente, das zonas fraturadas mais abertas em profundidades menores. A recarga deste aquífero se dá, portanto, por fluxo ascendente a partir das águas aquecidas do Aquífero Paranoá termal sotoposto (Campos, Tröger, Haesbaert, 2005). Almeida (2011) descreve temperaturas no Sistema Aquífero Araxá variando entre 35ºC e 49ºC.

A temperatura das águas dos aquíferos termais deve-se a regimes de fluxos regionais (profundidades maiores que 1200m) em uma região de grau geotérmico de 25º a 30ºC/Km. Grandes fraturas que alcançam essa profundidade e ascendem, por meio de gradiente hidráulico, por fraturas de menor pressão (CAMPOS e ALMEIDA, 2012).

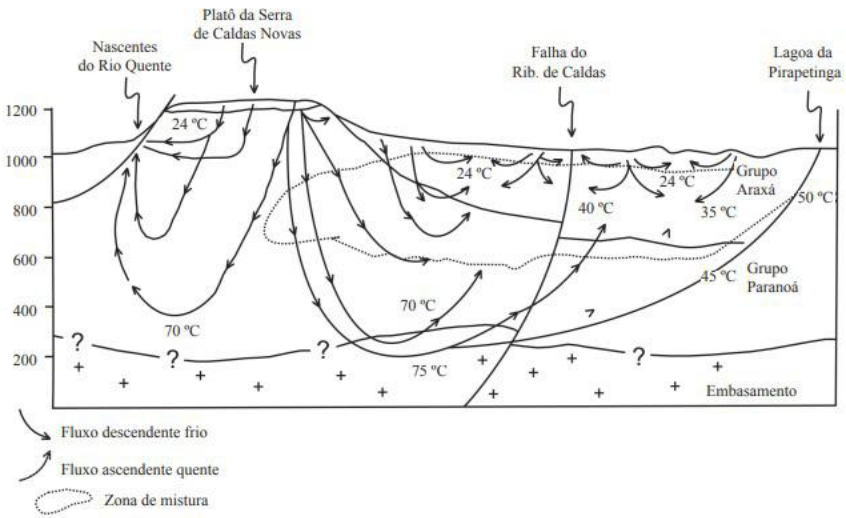


Figura 3 - Ilustração esquemática de variações de temperatura e trocas de calor potenciais entre os diferentes reservatórios/aquíferos.

Fonte: Campos e Almeida, 2012, p. 202.

Campos e Almeida (2012, p. 199) esclarecem que

> [...] as águas termais são extraídas principalmente por poços tubulares profundos que apresentam vazões médias de 20 m³/h, podendo alcançar 63 m³/h. Atualmente, existem 141 deles outorgados/autorizados (DNPM 2011), com 89 em operação, que apresentam profundidade entre 200 e 1.000 m. A temperatura das águas termais varia entre 35 e 49ºC, sendo oriunda do gradiente geotérmico do Sistema Aquífero Araxá, e entre 43 e 59ºC, no Sistema Aquífero Paranoá.

O turismo teve suas origens no advento da sociedade industrial capitalista, nos fins do século XVIII, mas, ao longo de mais de dois séculos, passou por rápidas transformações e expansão, acompanhando os ritmos ditados pelo referido sistema econômico, de forma globalizada. A sua expansão

> [...] é resultado de uma dinâmica e complexa rede de interações entre as condições de estruturação da globalidade, dos meios de acolhimento no espaço turístico e de um conjunto de fatores condicionantes das motivações dos potenciais turísticos, do *marketing* e dos geradores do imaginário do homem que o leva a ser um *homo turisticus* e não um viajante ou um homem viajado (ALMEIDA, 2003, p. 12).

O turismo pode ser considerado uma atividade que, ao mesmo tempo, é complexa e também eclética, com características generalizadas e específicas, com grande capacidade de alteração e transformação da paisagem de forma muito rápida e intensa. O turismo além de atividade econômica caracteriza-se, também, como fenômeno cultural ao promover a interação entre diferentes setores da economia e da sociedade. Caldas Novas tem, na atividade turística, a principal fonte de renda, geração de riquezas e empregos que acarreta em um deslocamento demográfico para atender, direta e indiretamente, aos serviços, empregos, espaços e equipamentos específicos que fazem com que a máquina da economia movimente a circulação de capitais.

Porém, segundo Almeida (2003), o turismo tem seus aspectos negativos devido ao seu rápido poder de expansão e transformação por movimentar diversos setores da economia, sobretudo da construção civil que promove a perturbação das paisagens e, também, atua como fonte de mais-valia para alguns e de maximização da exploração da força de trabalho para outros. Ademais, os resíduos causam a degradação do meio ambiente pela poluição. O turismo por mais ordinário que seja, é, atualmente, um acontecimento simultaneamente revelador e, ao mesmo tempo, misterioso porque tem o poder de imprimir valoração a um lugar, a um espaço e ao mesmo tempo, comercialização da cultura e a sobrecarga dos recursos ambientais explorados.

Por isso, não é possível negar a importância que o turismo possui na atualidade como segmento econômico de grande importância ao capitalista, pois “além de estabelecer a distinção entre o tempo do trabalho e o tempo do lazer e entretenimento, transforma os espaços urbanos e naturais, ao ponto de transformarem em mercadoria para serem

contempladas e consumidas" (OLIVEIRA, 2017, p. 139) Portanto, tem o poder de comercializar vivências, experiências, paisagens, cultura, lazer, diversão etc.

No entanto, o turismo apenas exerce esse grande poder transformador se o lugar tiver as condições para o seu desenvolvimento: uma sociedade urbana com economia de mercado que tende a subordinar o homem à máquina e "o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa entre dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas [...] o tempo é tudo, o homem não é mais nada, quando muito a personificação do tempo" (LUKÁCS, 2003, p. 202-205). No caso da região Centro-Oeste, especialmente, Caldas Novas-GO, teve que aguardar até a segunda metade do século XX, notadamente, após a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, para sentir, de forma abrupta, a conversão de uma cultura agrária de autoconsumo para uma cultura urbana e de mercado em Goiás, que são as condições para que o turismo se consolidasse como a principal atividade econômica da cidade.

2 | CALDAS NOVAS-GO: UMA CIDADE QUE NASCEU E HISTORICAMENTE COM SUA IDENTIDADE RELACIONADA À SAÚDE E A CURA

Caldas Novas-GO, por mais de dois séculos, ficou conhecida pela cura e valor terapêutico de suas águas termais. O uso terapêutico das águas termais somente se transmutou a partir da década de 1960, com o surgimento dos primeiros empreendimentos turísticos voltados para o lazer e entretenimento, como por exemplo, com a inauguração da Pousada do Rio Quente em 1962. Desde então, "começaram a veicular na imprensa propagandas e as políticas de incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos ligados, de forma mais veemente, às atividades turísticas de lazer e entretenimento" (OLIVEIRA; TOLEDO, 2014, p. 121).

Até a década de 1970, notícias veiculadas na imprensa, especialmente nos jornais, na literatura e até na música, estavam associadas à cura de enfermidades, sobretudo da hanseníase, e as fontes termais eram frequentadas por banhistas – pobres em sua maioria - que buscavam o alívio de dores e enfermidades nos banhos termais de Caldas Novas e Caldas Velhas (Pousada do Rio Quente). Caldas Novas teve sua origem associada ao uso frequente dos banhos termais para fins medicinais e isso perdurou por dois séculos, em um tempo em que o acesso à medicina em Goiás era muito restrito, com poucos hospitais e médicos e, em uma sociedade de mentalidade tipicamente agrária, saúde e doenças, estavam sempre relacionadas ao curandeirismo através do uso de plantas medicinais, rezas e benzições

> as figuras do médico e do farmacêutico eram desconhecidas. Envolviam os doentes necessitados, o benzedor, o raizeiro e a parteira prática. Para fins curativos, os produtos da fauna e da flora (do Cerrado) acrescidos de orações e benzeduras eram os meios que dispunham. (SALLES, 1999, p. 113).

Características que, até a década de 1970, faziam parte do imaginário e da mentalidade popular que, para os populares, o povoado e depois a cidade de Caldas Novas-GO era "conhecida pelos seus milagrosos banhos termais capazes de curar ou amenizar doenças de pele, artrites e sífilis que acometiam a população goiana que não tinham acesso a médicos e hospitais"(OLIVEIRA;TOLEDO, 2014, p. 110).

As primeiras notícias veiculadas do uso das fontes termais de Caldas Novas-GO para fins medicinais e terapêuticos datam de 1819, quando o viajante francês August de Saint-Hilaire visitou o pequeno povoado, então conhecido como águas santas de Santa Cruz, fez observações e deixou em seu relato de viagem suas impressões das fontes termais de Caldas Novas, Caldas Velhas e da Lagoa Pirapitinga. A principal motivação de sua viagem às fontes termais naquela época deveu-se à fama que as águas tinham na cura de enfermidades cutâneas, artrites e sífilis.

Naqueles tempos, as fontes já eram bastante frequentadas por banhistas e foi devido a essa fama alcançada pelas fontes termais de Caldas Novas e Caldas Velhas, que o viajante francês visitou as nascentes sob recomendação do então governador da Capitania de Goiás, Fernando Delgado Castilho (1809-1820), que frequentava as fontes para o tratamento de dores reumáticas. Anteriormente, outro governador de Goiás, Tristão da Cunha Meneses (1783-1800), também havia realizado viagens a Caldas Novas com o intuito de obter curas a partir do uso dos banhos e ingestão de águas termais. Segundo Saint-Hilaire (1975), Tristão da Cunha Meneses fez tratamento de sífilis, enquanto que, Fernando Delgado Castilho tratou de um reumatismo que paralisava o seu braço direito. Apesar de nenhuma eficácia comprovada cientificamente, na época de Saint-Hilaire, notou-se que em Caldas Velhas (Pousa do Rio Quente)

> havia uma dezena de enfermos banhando-se em Caldas Novas, todos de famílias pobres de Meia Ponte (Pirenópolis-GO), Santa Luzia (Luziânia-GO) e Bom Fim (Silvânia-GO). Às vezes, porém, costumam aparecer ali doentes de Mato Grosso e até mesmo do Rio de Janeiro. Algumas choças de folhas de palmeira servem de alojamento aos banhistas (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 114).

Martinho Coelho de Siqueira pode ser considerado o primeiro explorador a se estabelecer de forma definitiva na região, em 1777, ao adquirir uma carta de sesmaria e estabelecer-se à margem esquerda do Córrego de Caldas, onde edificou sua morada (atualmente Clube SESC). O prédio da antiga residência de Martinho Coelho subsistiu ao tempo e encontra-se em pé no interior das dependências do clube. Foi neste local que o naturalista francês Saint-Hilaire foi recebido por Antônio Coelho (filho de Martinho Coelho de Siqueira durante a sua curta estada em Caldas Novas, em fins de agosto de 1819.

O relato de Saint-Hilaire já demonstrava que a Europa, de princípios do século XIX, estava passando por profundas transformações em que a cultura do trabalho, dinheiro e do uso econômico do tempo, já havia se consolidado em muitas localidades do velho continente que já tinha, como princípio essencial, o progresso, como pré-condição para o

desenvolvimento econômico. No entanto, em Goiás, o ritmo da vida que se seguia era o da natureza, já na Europa, conforme relatos do viajante, o tempo já era "dinheiro e o capitalista com o desenvolvimento do turismo começou a perceber que o tempo reservado ao ócio também [**poderia**] ser negócio lucrativo" (OLIVEIRA, 2001, p. 41. **Grifo Nosso**).

Além de Saint-Hilaire, Caldas Novas também foi visitado por outro viajante, o austríaco Johann Emmanuel Phol, em 1820. Também ele notou a presença de banhistas nas fontes de Caldas Novas e Caldas Velhas, ranchos de palha de palmeira serviam de abrigo para os doentes e não havia nenhuma inspeção ou acompanhamento médico. Segundo Oliveira (2008), foi as supostas propriedades terapêuticas das águas termais que despertou a curiosidade destes viajantes europeus e o interesse de médicos e demais cientistas em desvendar, a partir de análises químicas e laboratoriais as supostas curas obtidas nos tratamentos de: morfeia, reumatismo, sífilis, morfeia (lepra) e chagas cancrosas que eram muito frequentes na população brasileira da época.

Ao longo do século XIX e XX, foram realizados vários estudos científicos com o objetivo de verificar e confirmar a eficácia terapêutica dos banhos termais. Em 1838, Segundo Monteiro (1942), foram realizados os primeiros estudos que foram coordenados pelo diretor da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, da suposta capacidade curativos das aguas termais da morfeia. Quem ficou responsável pelas análises foi o médico italiano residente em Goiás Vicente Moretti Foggia que permaneceu em Caldas Novas por mais de dois anos (1835-1838) fazendo observações de 76 enfermos que se achavam em tratamento: 60 em Caldas Novas, nove em Caldas Velhas e sete na Lagoa Pirapitinga. Pode deduzir que

> com o uso das águas termais sararam perfeitamente [...] um sifilítico, um dartroso, nove morféticos; que obtiveram consideráveis melhoras 17 enfermos morféticos; que o uso das águas foi infrutífero a sete; que finalmente faleceram quatro [...] dois morféticos estavam perfeitamente curados; quatro enfermos da mesma moléstia e um dartroso quase sãos; três morféticos com melhoras consideráveis; 22 morféticos, dois dartrosos e um sifilítico com melhoras sensíveis; 16 morféticos com poucas melhoras; finalmente, 23 no mesmo estado em que tinha ido, dois dos quais 19 morféticos e quatro sifilíticos, sendo que 12 deles ali se achavam havia pouco tempo (PIMENTEL, 1971, p.35).

Entre os anos de 1842 e 1843, outro médico, o francês Maurice Faivre também realizou análises das águas termais e seus efeitos na cura da morfeia. Realizou as primeiras análises químicas das águas e identificaram insignificantes resíduos de cloro, ácidos silícicos, carbônico, potássio, soda, magnésio, alumínio, boráx, oxido de ferro hidratado. Mas, devido a não disponibilidade de equipamentos de medição, não foi possível a aferição dessas substâncias nas águas termais. Faivre atribuiu à reputação das águas termais serem úteis na cura da morfeia que se deveu ao surgimento e a existência do povoado "contendo cerca de 200 pessoas apinhadas sem ordem ao redor das fontes termais [...] povoação que

1843 existia ao lado esquerdo do ribeirão das Lavras [**atual Córrego Caldas**]" (CORRÊA NETO, 1971, p. 67. **Grifo nosso**).

Orozimbo Corrêa Neto era um profundo conhecedor das águas termais e minerais fez análises em várias nascentes no Brasil, especialmente, em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Esteve em Caldas Novas em 1918 para examinar as fontes e observar os efeitos terapêuticos das águas termais nos doentes que buscavam tratamento na cidade. Conforme o seu relatório, em 1913, pelo decreto n.º 2761 de 15 de janeiro de 1913, foi autorizado recurso de 24 contos de réis ao governo de Goiás para fazer as análises das águas termais de Caldas Novas, Caldas Velhas e Caldas do Pirapitinga. O chefe da comissão foi o químico T.H. Lee que era chefe do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e chegaram a conclusão após análises que

> as águas de Caldas Novas eram radioativas [...] mas que após vinte quatro horas não demonstrava mais traços de radioatividade [...] mineralização inferior a qualquer a de água potável ficando responsável [...] contem uma quantidade considerável de azoto e outros gases" (CORRÊA NETO, 1971, p.59-61).

A alta radioatividade, conforme estudos, especialmente o azoto seriam os responsáveis por ajudar a

> eliminar as toxinas e estimular a secreção biliar e intestinação e ainda a circulação geral [**provocando dentre outros efeitos**] a diminuição das dores do reumatismo e ação inibidora da inflamação [...] e produzir os efeitos terapêuticos [...] dos banhos termais de imersão" (CORRÊA NETO, 1971, p.60-61. **Grifo nosso**).

Entre as curas, a mais notável relatada por Orozimbo Correa Neto (1971) foi o caso de Valeriano Rodrigues de Queiroz, originário de Monte Alegre-MG veio a Caldas Novas tratar-se e afirmou que deve "a sua vida às virtudes curativas das águas termais de Caldas" (CORREA NETO, 1971). Depois de trinta anos em que esteve doente com eczema generalizado na pele e reumatismo, sem nenhum fio de cabelo na cabeça e o corpo todo recoberto de escamas, depois de cinco anos, sem auxílio de nenhum medicamento, curou-se e adquiriu família e passou a viver em Caldas Novas.

No final da década de 1930, a escritora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, no prefácio de sua obra intitulada *Caldas Novas: estância hidrotermal de Goiás*, afirmou que o mais lhe motivou a ir a cidade de Caldas Novas foram amigos e parentes que não se cansavam de repetir: "vá a Caldas Novas! Já andava cansada de ouvir esta frase! Enquanto estava presa ao leito pelo reumatismo, todas as pessoas amigas que me visitavam aconselhava logo: Vá a Caldas Novas!..."(MONTEIRO, 1942, p. 05).

Nos discursos políticos, a tônica não era diferente. Na *Revista Informação Goyana*, o deputado federal Olegário Pinto, quando subia à tribuna da Câmara Federal para solicitar recursos para obras na cidade procurava fundamentar os seus discursos nas notícias

e relatórios de especialistas, já mencionados, da eficácia da cura das águas termais de diversas enfermidades, como, por exemplo, em uma sessão de 20 de setembro de 1919, na qual reivindicou do Governo Federal recursos de 150 contos de réis para a construção da estrada de rodagem que ligasse Caldas Novas a Ipameri, "a fim de transportarem os doentes que procuram Caldas Novas"(INFORMAÇÃO GOYANA, Ano III, Vol. III, n.º 3, p. 404). Ou seja, não deixou de ressaltar o poder curativo das águas termais e a construção da estrada, para ele, facilitaria o deslocamento de doentes que chegavam a Ipameri pela Estrada de ferro Goyaz e tinham que se deslocar em um percurso de 60 quilômetros por caminhos tortuosos até chegar às fontes termais.

Em 1960, logo após a inauguração de Brasília, o jornal *O Popular*, em sua edição de 22 de maio de 1960, o cronista Juruena Di Guimarães publicou uma crônica sugerindo que o então presidente Juscelino Kubitscheck desse maior atenção à cidade de Caldas Novas e que, se ele lesse sua crônica, pudesse meditar em relação ao que sugeria: "transformar a cidade dos Bento de Godoy em uma grande estação balneária de cura é o que espero". Em outra reportagem de *O Popular* de 26 de março, foram entrevistados os cientistas Mário Salles Bueno Penteado e Primo Del´Olio do Instituto Adolfo Lutz, que colheram amostras de águas das fontes termais para análises, Mário Salles reafirmou que as águas termais, por serem oligometálica e hipertermal, tinham eficiência no tratamento de várias doenças, especialmente o reumatismo e o artritismo, "essa dádiva natural [...] deve merecer toda a atenção do governo, para que a humanidade se beneficie com suas propriedades terapêuticas".

A imagem da cidade de Caldas Novas, associada à cura, também estará presente em um clássico da música sertaneja de Goiás: *Coração da Pátria*. Essa música foi lançada no ano de1964 pela dupla sertaneja goiana Silveira e Silverinha e foi um grande sucesso nas rádios de Goiás nas décadas de 1960 e 1970 e sempre vem sendo rememorada com gravações de outros cantores goianos e considerada como o hino de Goiás por mencionar as principais cidades do Estado daquela época e ao referir-se que "foi a Caldas Novas pela medicina[1]".

Ou seja, Caldas Novas como uma cidade identificada como lugar de lazer e entretenimento somente se consolidou bem recentemente com o desenvolvimento do turismo de massa com a disseminação de hotéis e clubes com piscinas termais, resorts e realização de grandes eventos como o Carnaval e os grandes shows sertanejos como Caldas Country e o Verão Sertanejo.

Embora tivesse toda uma vocação para o desenvolvimento de um turismo relacionado à saúde, este foi explorado de forma muito restrita, pois não se pode afirmar que houve um período áureo do termalismo em Caldas Novas ligados à saúde, como aconteceu em Águas de Lindóia e Águas de São Pedro em São Paulo ou em Araxá-MG.

1 Disponível no site: https://www.vagalume.com.br/silveira-e-silveirinha/coracao-da-patria.html - acessado em 23 de maio de 2020.

A maioria dos doentes frequentavam os banhos termais sem qualquer acompanhamento médico, exceto, talvez, daqueles que frequentavam o balneário municipal inaugurado em 1935, que continuou sendo o principal prédio com salas de banhos até fins da década de 1960. Até essa época, a situação de Caldas Novas pouco havia se modificado em relação ao uso das águas termais que continuavam sendo utilizadas mais para fins medicinais e terapêuticos do que para o lazer.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo em Goiás e Caldas Novas desenvolveu-se a partir do contexto histórico brasileiro de implementação dos projetos desenvolvimentistas promovidos a partir do governo do presidente Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960) e que tiveram continuidade no governo dos militares (1964-1985). Nesse contexto não havia nenhuma preocupação efetiva com os problemas ambientais. Muito pelo contrário, a natureza era considerada uma inimiga a ser vencida para dar lugar ao progresso e o desenvolvimento econômico, e prevalecia a ideia que era necessário a exploração ao máximo das potencialidades dos recursos naturais, ainda pouco observados do ponto de vista de uma racionalidade econômica, sem levar em consideração os limites ecológicos e as consequências dos impactos ambientais, culturais e sociais.

Depois de 1950, o turismo foi se tornando um negócio interessante e com perspectivas lucrativas no Brasil. Ele passou uma receber incentivos federais e estaduais e, consequentemente, começou a atrair investimentos de vários setores, vislumbrando um futuro promissor para o incremento da indústria do turismo em Goiás. Na década de 1970, foi estabelecida uma série de ações políticas que visavam à promoção do desenvolvimento do turismo em Goiás e que tinha, outros objetivos, a consolidação do turismo na cidade de Caldas Novas.

As políticas de incentivos fiscais e financiamentos subvencionados acabaram por promover o desenvolvimento do turismo hidrotermal que transformou a região das águas quentes em um dos principais centros de lazer e entretenimento do Brasil. Assim, a utilização das águas para fins medicinais e terapêuticos acabaram ficando esquecidas no passado. Nos fins da década de 1970, o motivo saúde foi deixando de ser o fator principal que motivava as pessoas a se dirigirem para Caldas Novas, mas sim, o lazer e entretenimento, que correspondia a 82% da atividade turística. “O motivo saúde era já na época, pouco significativo conforme os resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social (INDUR) em 1978” (OLIVEIRA, 2008, p. 220).

O turismo foi se consolidando como a principal mola propulsora da economia e do crescimento urbano da cidade de Caldas Novas. Consequentemente, ocorreu um intenso processo de urbanização que transformou a cidade de Caldas Novas no maior complexo turístico hoteleiro do Centro-Oeste que, por sua vez, trouxe consigo vários impactos

socioambientais.

O crescimento da atividade turística em Caldas Novas, após 1960, não fugiu da ótica da expansão do capitalismo, que levou ao agravamento da crise ambiental devido ao aceleramento da degradação dos recursos naturais explorados turisticamente, trazendo como consequências deletérias, principalmente, a impermeabilização do solo, a verticalização dos setores centrais, o afastamento da população preceptora do centro urbano, a alteração da flora originária, com a introdução de espécimes de plantas exóticas, a dissipação da fauna local, e a geração de poluição em larga escala, especialmente em épocas de alta temporada, em todos os aspectos (visual, sonora, resíduos sólidos, etc.) que, por sua vez, não recebe o devido tratamento sanitário pelo poder público. Todos estes problemas têm causado, além o rebaixamento do lençol freático, um grande risco de contaminação dos aquíferos termais, comprometendo a sustentabilidade da economia local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. *Estudo da aplicabilidade de técnicas de recarga artificial de aquíferos para a sustentabilidade das águas termais da Região de Caldas Novas* – GO. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Universidade de BrasíliaUnB. 2011. 147 p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In. ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). *Paradigmas do Turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – Disponível em: < https://guiaecologico.files.wordpress.com/2018/08/caldas_novas.pdf> Acessado em 13 fev 2020.

CAMPOS, J. E. G., ALMEIDA, L. Balanço térmico aplicado à recarga artificial dos aquíferos da região de Caldas Novas, estado de Goiás. *Revista Brasileira de Geociências*, volume 42(Suppl 1), 2012. Disponível em: < http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/viewFile/8010/7434> Acessado em: 10 fev 2020.

CORRÊA NETO, Orozimbo. As águas termais de Caldas Novas. In. ORIENTE, T. (Org.) *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 1.ª Edição, Goiânia: Ed. Oriente, 1971.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. (Org.) *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UCG, 1999.

HAESBAERT, F. F.; COSTA, J. F. G. Geologia e Hidrologia da Região de Caldas Novas: Adequação à Portaria 231 do DNPM. Relatório Técnico GEOCENTER/GEOCALDAS. Caldas Novas. 2000.

HAESBAERT, F.F. & COSTA, J.F.G. Relatório técnico de áreas de proteção dos aquíferos termais da região de Caldas Novas e Rio Quente. CPRM – *Geocaldas*. Caldas Novas, 2000.

HILAIRE-SAINT, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.

LEFF, H. *O saber ambiental*: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11.ª Ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

LUCKÁCS, George. *História e consciência de classe*: ensaios sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Caldas Novas – Estância Hidrotermal do Estado de Goyaz*. Goiânia: Seção Industrial da Imprensa Oficial, 1942.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Caldas Novas: de águas santas ao maior complexo turístico de Goiás. In. ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). *Paradigmas do Turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

_____. O turismo e a transformação socioeconômica de Caldas Novas. In. REIS, Flávio dos Santos (Org.). *Capitalismo, degradação ambiental e sustentabilidade*: diversidade e adversidades contemporâneas no Estado de Goiás. 1.ª Edição- Curitiba-PR: Apris, 2017.

_____. Uma abordagem histórica do turismo – Caldas Novas (GO): de espaço de cura a espaço de lazer e entretenimento. SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Histórias de Goiás*: memória e poder. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

_____. *Uma reflexão histórica do turismo: o caso Caldas Novas – 1970-1990*. Dissertação de Mestrado. Goiânia-GO:UEG, 2001.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de; TOLEDO, Gabriela Alves. Caldas Novas-GO: uma estação de cura no Planalto Central do Brasil. In. OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. (Org.) *Diferentes olhares sobre o turismo na região das Águas Quentes*. Goiânia: KELPS, 2014.

PIMENTEL, Azevedo. As águas de Caldas Novas. In. ORIENTE, T. (Org.) *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 1.ª Edição, Goiânia: Ed. Oriente, 1971.

A INFORMAÇÃO GOYANA. (2002) [Livro em CD-ROM]. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – AGEPEL.

O POPULAR. Fragmentos do jornal impresso e coletado no Arquivo Público do Estado de Goiás.

CAPÍTULO 13

A DEMOCRATIZAÇÃO DO MUSEU PARA O VISITANTE

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 06/05/2021

Ana Fabiola Correia da Costa
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Costa da Caparica - Portugal

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade desenvolver uma análise sobre o papel social do museu. No primeiro momento, abordamos discussões conceituais a respeito da relevância do visitante para o museu, uma vez que este foi assumindo um protagonismo quase que equivalente a conservação e exposição dos acervos. Posteriormente, evidenciamos alguns aspectos quanto ao perfil do visitante de museu, com o intuito de esclarecermos as particularidades sociais envolvidas na relação de aproximação entre o museu e o visitante. Ambas as contextualizações, se entrelaçam a intenção de compreendermos os avanços e retrocessos envolvidos nos caminhos percorridos para a promoção do acesso aos bens culturais, disponíveis no museu para os visitantes.
PALAVRAS - CHAVE: Museu; visitante; acesso.

THE MUSEUM DEMOCRATIZATION FOR VISITORS

ABSTRACT: This article aims to develop an analyses about the museum's social role. At first, it deals with conceptual discussion about visitors relevance to museum since it was assumed a main character almost as similar as the conservation and exhibition of the collections. At a later stage, it was evidenced some aspects about the museum visitors profile with the aim of clarifying the social particularities involved in the relation between museum and visitors. Both contextualizations interlace the intention of understanding the progress and throwback involved in the way taken to promote the access to cultural properties available at the museum to visitors.
KEYWORDS: Museum; visitors; access.

INTRODUÇÃO

A definição de museu elaborada pelo International Council of Museums – ICOM (2007)1, na qual, de maneira geral, aponta ser este uma instituição sem fins lucrativos, aberta para que o público tenha acesso ao patrimônio material e imaterial para o seu usufruto, denota com nitidez o papel educativo que a instituição possui, colocando o acervo à disposição para o desenvolvimento da sociedade. Para além disto, tal concepção carrega consigo a mudança de perspectiva da função museal, ocorrida em meados do século XX, onde "o museu se abre à interdisciplinaridade, demonstrando a interdependência entre diferentes áreas do saber, articulando meio natural e patrimônio cultural." (VALENTE, 2003, p. 42). Desta

1 Recuperado de https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/ . Acessado consultado em: 05/12/2020.

forma, na medida em que foi ampliada a percepção do patrimônio, novos contextos se apresentaram para a difusão da cultura, abrindo caminho para que este processo fosse ocorrendo de forma múltipla, ressaltando a relevância que o público passou a ter, como o apontado por Valente (2003, p. 43):

> A abordagem dos temas tem que contemplar o interesse do visitante sem, no entanto, fugir da essência do museu. Por esse motivo, o museu deverá manter-se atualizado em seus diversos setores; caso contrário, ficará defasado com relação ao visitante e não cumprirá seu papel social e educativo.

Somado aos aspectos apontados pela autora citada no trecho acima e em consonância com o conceito de museu do ICOM (2007), na legislação brasileira, o Art. 29, da Lei Nº 11.904/2009, versa que: "os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação".

O papel social agregado aos museus, fortalecido pelos instrumentos legais, coloca os acervos como um bem público e, como tal, estes devem ser disponibilizados aos visitantes para o seu usufruto, preferencialmente, através de ações que unam preceitos educativos com os anseios dos tempos atuais. Para Castells (2011), quanto aos percursos possíveis de serem trilhados pelas instituições museológicas, na atualidade, para atender as demandas da coletividade, estes:

> Poderiam tornar-se protocolos de comunicação entre diferentes identidades, comunicando a arte, a ciência e a experiência humana; e eles podem estabelecer-se como conectores de diferentes temporalidades, traduzindo-as a uma sincronia comum, mantendo, ao mesmo tempo, uma perspectiva histórica. Finalmente, eles podem conectar as dimensões globais e locais de identidade, espaço e sociedade local. (CASTELLS, 2011, p. 20)

Castells (2011) esclarece que, para que isso ocorra, é necessário que os museus consigam sistematizar "fluxos virtuais", considerando os aspectos virtual e global da comunicação e da cultura, harmonizando a tecnologia com as vivencias do ser humano, para a promoção de inovações "tecnológicas de protocolos de comunicação", com o intuito de que estes sejam "instituições educacionais e interativas, ancoradas em uma identidade histórica específica e ao mesmo tempo abertas a correntes multiculturais presentes e futuras" (CASTELLS, 2011, p. 20). Deste modo, é importante que seja favorecida a apropriação social do espaço, ressaltando o museu como um lugar de usufruto pautado nas modificações culturais, interligado com a salvaguarda dos acervos.

Neste contexto, nos deparamos com a utilidade que pode ser empregada a ampla comunicação através do acesso aos bens culturais. Uma vez que, em tempos denominados por Bauman (2007) de "modernidade líquida", onde "as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição

das rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo." (BAUMAN, 2007, p. 07), ficando clara a impossibilidade do estabelecimento de planos sólidos e longínquos, por parte do indivíduo. Diante disto, é mister discutirmos processos educativos que instrumentalizem o sujeito no desenvolvimento amplo das suas capacidades, possibilitando a este a resolução das demandas que forem surgindo no seu cotidiano.

No que diz respeito a educação dos jovens, Bauman (2013) esclarece que esta deve permear "a necessidade de desenvolver, aprender e praticar a arte de conviver com os estranhos e sua diferença em base permanente e cotidiana." (BAUMAN, 2013, p. 09). Nesta perspectiva, o delineamento de ações educativas voltadas para o campo cultural, surge como um caminho interessante a ser trilhado, na prática do conhecimento do patrimônio material e imaterial para consolidação do respeito as diferenças.

Para tanto, o entendimento de cultura utilizado, compactua com o explicitado por Castells (2011, p. 09) "no clássico sentido sociológico e antropológico de um sistema de valores e crenças que informam o comportamento das pessoas e que são articulados e expressos por meio de instituições sociais.". Tal perspectiva, atrelada a de patrimônio estão diretamente ligadas a constituição de uma instituição museal, que se vale deste arcabouço para o delineamento educativo atribuído aos museus.

> A educação museal pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante; como um trabalho de aculturação, ela apoia-se notadamente sobre a pedagogia, o desenvolvimento, o florescimento e a aprendizagem de novos saberes. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 38).

A valorização do aspecto cultural pode promover a assimilação de valores que possibilitem ao ser humano conhecer para preservar sua identidade e do grupo ao qual pertence. Porém, isso não significa o apreço ao sectarismo, muito pelo contrário. O conhecimento cultural passa pelo respeito à diferença, pois, por mais que tentemos nos isolar, no mundo globalizado isto não é possível, por conta da difusão cultural (Laraia, 2001). Tal perspectiva, contribui para o entendimento de que o museu vem se tornando um ambiente de extrema importância para a reflexão do comportamento humano (Bourdieu e Darbel, 2007), no amplo exercício da cidadania.

A prática da cidadania robusteceu o conceito de educação no ambiente museal, ajudando na estruturação de setores educativos alinhados com o desejo de ofertar ao público uma visitação que possibilite um processo educativo estimulador das potencialidades do indivíduo, ampliando o seu conhecimento sobre os contextos sociais que o cerca.

O MUSEU REMODELADO PARA OS VISITANTES

A perspectiva democrática do museu como instrumento a serviço da sociedade,

começa a ser modelada na primeira metade do século XX, com a criação da UNESCO (1945) e, principalmente, com a do ICOM (1946), uma vez que tais organizações assumem o papel de discutir e elaborar orientações para a preservação e divulgação do patrimônio cultural, dentro das diretrizes de cada uma. Porém, foi na segunda metade do século XX, como apontado por Valente (2003), que começaram a ocorrer eventos relevantes sobre o papel educativo dos museus, estimulados pela preocupação acenada pelo Brasil, Estados Unidos e países da Europa, quanto a verificação da falta de acesso do público aos museus.

> O "Seminário do Rio", em 1958, realizado pela UNESCO como parte do programa dedicado a discutir o papel educativo do museu, estimular e ampliar os programas educativos como a melhor forma de tornar conhecidas as suas coleções, é um exemplo daquela movimentação. É dessa mesma época a conclusão da renovação da Exposição Permanente do Museu Nacional, que servia de referência a outras instituições. A partir daí, o mundo dos museus é totalmente renovado. A Conferência de Grenoble, em 1971, a Mesa Redonda do Chile, de 1972, as Declarações de Quebec e Oxatepec, de 1984, foram iniciativas que, sob o auspício da UNESCO e do ICOM, refletiram o esforço de melhor atender o público visitante e conferiram novo relevo às questões relativas ao papel cultural e educacional dessa instituição." (VALENTE, 2003, pp. 41-42).

A nova concepção estruturada pelas discussões envolvendo o papel educativo dos museus, colocou os visitantes em um patamar tão relevante quanto ao dos acervos institucionais, uma vez que o entendimento de tornar o acervo acessível ao público passou a ser a diretriz das ações museais, somada as atividades inerentes a sua concepção. Neste contexto, os museus para Studart (2004, p. 35) "além das funções de preservar, conservar, expor e pesquisar, são fundamentalmente instituições a serviço da sociedade, buscam por meio de ações educativas tornar-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades.". Para tal contextualização, naturalmente, a "virada de chave" ocorrida na segunda metade do século XX, foi sendo estruturada por uma série de debates posteriores, tendo como exemplo a Declaração de Caracas (resultante do Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992, de 1992), que para além de pontuar questões voltadas para o patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos, tratou a comunicação em museus como tarefa essencial para as abordagens que cabem a tal instituição.

> A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais (Declaração de Caracas, 1999, pp. 250-251)

Para tanto, a referida Declaração, entre outros aspectos, considera:

> Que o museu como um meio de comunicação transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza; que esta linguagem não é verbal, mas ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas de todos os indivíduos; que como signos da linguagem museológica, os objectos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos; Que o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo; Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva. (Declaração de Caracas, 1999, pp. 251-252)

Neste contexto, recomenda:

> Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e com as mensagens culturais, através do uso de códigos comuns e acessíveis ao público, e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objecto em um contexto mais amplo de significações; Que o museu oriente seu discurso para o presente, enfocando o significado dos objectos na cultura e na sociedade contemporânea e não somente em como e por que se constituíram em produtos culturais no passado; neste sentido o processo interessa mais que o produto; Que o museu contribua para a capacitação permanente dos indivíduos e comunidades no uso dos meios tecnológicos, dos processos e dos instrumentos científicos, desmistificando-os em benefício do desenvolvimento individual e social. (Declaração de Caracas, 1999, pp. 253-254)

As considerações e recomendações estruturadas pela Declaração de Caracas, carregam consigo os caminhos para o planejamento e o desenvolvimento de ações museais para as sociedades dos séculos XX e XXI, na medida em que pontua a relevância de tornar acessível a compreensão dos códigos incorporados a um objeto musealizado, dentro de uma perspectiva social da valoração dos itens expostos em museus, como bens culturais que carregam em si histórias agregadas de uma determinada sociedade e que, na medida em que são promovidas discussões, podem gerar reflexões relevantes para a formação e o convívio de respeito multo entre os cidadãos de diferentes grupos sociais (Bauman, 2013). Neste contexto, o museu pode servir como ponte para o favorecimento da comunicação que resulta na ampliação da capacidade crítica do cidadão, como apontado nas diretrizes da Declaração Cidade do Salvador (2007, pp. 13-14):

> Compreender a cultura como bem de valor simbólico, direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável, sabendo que o respeito e a valorização da diversidade cultural são indispensáveis para a dignidade social e o desenvolvimento integral do ser humano; assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação das identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimentos, a promoção da dignidade humana e oportunidades de lazer; valorizar a vocação dos museus para a comunicação, investigação, documentação e preservação da herança cultural, bem como para o estímulo à criação contemporânea em condições de liberdade e igualdade social.

Sobre o favorecimento da comunicação, por via dos objetos, Ramos (2004), praticou no Museu do Ceará, à época em que foi Diretor, a promoção de ações educativas compreendendo as peças expostas no ambiente como "objetos geradores", seguindo a lógica Freiriana de alfabetização por "palavras geradoras". A ideia de Ramos (2004) foi a de valorizar a "bagagem" do visitante, entrelaçada com os itens expostos no ambiente museológico. Ressaltamos que a relação do museu com o objeto é algo intrínseco a sua concepção, pois, os acervos museológicos foram se constituindo do ato do colecionismo.

> De uma maneira geral, compreende-se o colecionismo como coletar, reunir e compor acervos ou arranjar peças consideradas de cunho memorialistas, com traços fetichistas, com propriedades históricas e artísticas, num determinado espaço e tempo. Na esfera pública, baseado em princípios educativos, a tendência é considerar o colecionador como um guardião do passado em que a guarda de objetos "antigos" torna-se um "local" imaginário e onde se processam imagens de direito humano de apropriação universal. (ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 30).

Tal apropriação relaciona-se a carga histórica e emotiva, ligadas a um objeto colecionado, que através do desenvolvimento de ações educativas, podem promover a conectividade que um visitante de museu tem com um objeto exposto. Nesta perspectiva, o museu como um ambiente comunicacional, lhe cabe o desafio de promover ações que estimulem a vinda do público para o ambiente expositivo, fomentando a formação de visitantes, consumidores e formadores das informações disponíveis em um espaço cultural.

Martins (2006), ao promover uma pesquisa sobre a relação entre o museu e a escola, tendo como lócus desta o Museu de Zoologia da USP, verificou a necessidade da estruturação de uma relação mais estreitas entre as citadas instituições, para que se efetivasse o desenvolvimento de uma apropriação mais longeva entre elas, ou seja, que não fosse algo pontual concentrado em apenas uma visita. Neste contexto, Martins (2006), utilizou como base as ideias de Hooper-Greenhil, no que diz respeito a educação, comunicação e interpretação não poderem ser desassociadas, uma vez que estas permitem potencializar a visão holística para a elaboração das ações museais, sendo a última uma questão relevante, pois:

> A interpretação, entendida como um processo necessário para a construção de sentido por parte do visitante em relação ao objeto exposto, é entendida e analisada sob os parâmetros da hermenêutica. Desta forma, a construção de sentido vai depender dos conhecimentos, crenças e valores prévios de cada visitante. (MARTINS, 2006, p. 32)

A autora supracitada, no que tange o processo de interpretação, ainda estabeleceu conexões com as ideias de Falk e Dierking, pontuando que ela se concretiza para o público museal, por via de três contextos, sendo estes: o pessoal, o sociocultural e o físico, refletindo diretamente no processo de aprendizagem. Martins (2006), explica que o contexto pessoal está relacionado as experiencias e aos interesses do visitante, ou seja, a sua leitura de mundo influencia diretamente na forma como este se conecta ou não ao objeto. Nesta perspectiva, o contexto sociocultural, dentro de um espaço museal, torna-se favorável quando existem ações de mediação realizadas pelos educadores de museus ou por professores que estimulem a troca de conhecimento entre os visitantes. Por fim, o contexto físico trata dos efeitos que a arquitetura do espaço pode provocar no acolhimento dos visitantes, uma vez que a disposição dos objetos pelo ambiente expositivo, a iluminação, a climatização e o som ambiente, podem impactar positivamente ou negativamente na experiência do visitante para com o museu.

A explanação promovida por Martins (2006), sobre as correntes de pensamento que se engajaram em definir parâmetros sobre o papel do museu e o da receptividade do visitante, apontam a relação intrínseca entre os dois contextos, fazendo do visitante o ponto essencial para o desenvolvimento e planejamento das ações dentro dos espaços museais.

ASPECTOS SOBRE OS VISITANTES DE MUSEUS

No momento em que ocorriam as discussões entre os pares que estavam planejando as novas diretrizes para os museus, ou seja, o museu voltado para o museu, com o intuito de ressignificar sua atuação e o seu papel para a sociedade, Bourdieu e Darbel (2007), voltaram os seus olhares para fora dos muros dos museus, ao aplicarem, nos anos de 1964 e 1965, questionários por amostragem em museus da Grécia, Espanha, Itália, Polônia, França e Holanda, para a verificação sobre o perfil dos visitantes dos espaços museais do campo das artes. O estudo realizado pelos autores, tornou-se de grande relevância por apontar aspectos sensíveis sobre o público, comprovando que os debates sobre o museu público e acessível para todos era urgente.

Bourdieu e Darbel (2007), verificaram que o hábito de visitar museus estava intimamente ligado ao acesso à educação, em uma relação proporcional aos níveis de escolaridade, ou seja, quanto mais elevado maior o interesse em visitar museus. Para os autores, a educação desenvolve nos sujeitos a “necessidade cultural”, que os propicia conhecimentos para decifrar os códigos associados aos objetos musealizados.

> A frequência de museus obedece a uma lógica bem conhecida da teoria da comunicação, já que, à maneira de um emissor de rádio ou televisão, o museu propõe um informação que pode se dirigir a qualquer sujeito possível sem implicar em um custo maior e só adquire sentido e valor para um sujeito capaz de decifrá-la e saboreá-la. (BOURDIEU e DARBEL, 2007, p. 113)

No contexto apontado pelos autores, o museu cumpria a sua missão pública, porém, dialogava com poucos, demonstrando o grande desafio que se apresentava para as instituições museológicas, quanto a equalizar tais discrepâncias para favorecer a apropriação dos códigos atribuídos aos bens culturais a todos os perfis de público. Desta forma, caberia as instituições elaborarem práticas que fornecessem:

> O código segundo o qual está codificada, por meio de um discurso (verbal ou gráfico), cujo código já seja controlado (parcial ou totalmente) pelo receptor, ou que revele continuamente o código de sua própria decifração, em conformidade com o modelo de comunicação pedagógica. (BOURDIEU e DARBEL, 2007, p. 141)

A solução sugerida pelos autores supracitados, se alinha com o que foi apresentado, quase trinta anos depois, na Declaração de Caracas. A questão temporal, pode ser justificada pela ampla discussão que estava ocorrendo em meados do século XX e nos anos que se seguiram, quanto ao papel educativo dos museus e, na medida que certas convicções foram se firmando, novos caminhos poderiam ser trilhados, nesta mudança de perspectiva das instituições museais. Anteriormente a esta fase, os museus eram concebidos como ambientes de distinção social onde poucos podiam desfrutar do conhecimento agregado as exposições.

> Os museus como entendemos atualmente são criações do final do século XVII e início do XVIII e seus públicos vêm se modificando com o passar do tempo. As coleções dos gabinetes de curiosidade, que em muitos casos deram origens a museus, eram alojados em salas de castelos e palácios e só eram visitados por convidados dos colecionadores, entre eles estudiosos, nobres e religiosos. Assim, a coleção não era pensada para ser vista por muitas pessoas, mas apenas por uma seleta camada da elite medieval e renascentista europeia. (STUDART, ALMEIDA e VALENTE, 2003, p.132)

Posteriormente, segundo Le Goof (2003), atrelado a um movimento de autoafirmação das Nações, balizado, também, por festividades, arquivos públicos e bibliotecas públicas, no século XVIII "começou finalmente a era dos museus públicos e nacionais" (LE GOOF, 2003, p. 459). Nesta fase, claramente podemos perceber que o acesso aos bens existentes no museu servia como instrumento educativo para consolidação e fortalecimento do sentimento nacionalista, não havia troca com o público, apenas, a transmissão da informação para um determinado fim. Neste contexto, na modificação do entendimento sobre a instituição museológica, que se deu em meados do século XX, coube romper com os estigmas de ser este um ambiente para privilegiados e com o fato de ser um emissor de informações seletas.

Posto o desafio, a democratização do espaço museal para o público, se mostrou o caminho a ser trilhado para fazer cumprir o papel social agregado a este ambiente. Para tanto, buscar informações sobre o perfil dos visitantes passou a ser uma prática necessária para verificar com quem o museu dialogava, assim como, os aspectos sociais envolvidos nesta relação (Bourdieu e Darbel, 2007), ou seja, entender o problema possibilita pensar e desenvolver soluções para minimizá-lo. Segundo Studart et al. (2003), órgãos e associações foram concebidas com o intuito de realizar estudos sobre o visitante de museus, "nos Estados Unidos, a Visitor Studies Association, fundada na década de 1980, realiza reuniões anuais. Na França, na década de 1990, foi fundado o Observatoire Permanent des Publics." (STUDART et al., 2003, p. 129). Tais iniciativas, somadas aos estudos que se seguiram até os dias atuais, favoreceram a compreensão dos interesses dos visitantes, o que os aproxima e os expele, o gênero, o nível educacional, o nível econômico, entre outros aspectos envolvidos em uma pesquisa de público.

Procurando perceber os contextos que envolvem o acesso dos jovens aos museus, Cazelli (2005) pesquisou em sua tese de doutorado as barreiras sociais e as conexões educacionais existentes em tal relação. Para tanto, selecionou como amostra estudantes da 8ª série do ensino fundamental (atualmente 9º ano - Lei Federal Nº 11.274) de escolas da rede pública e privada, da cidade do Rio de Janeiro. Com base nas teorias de Bourdieu e de Coleman, quanto aos capitais econômicos, culturais e sociais, na seguinte perspectiva:

> O conceito de capital social formulado por Bourdieu focaliza mais especificamente o papel das redes de relações sociais externas à família na mobilização e reprodução desse tipo de capital. Para Coleman, o que importa no capital social é menos o tamanho da rede e mais a qualidade de relações que nela se estabelecem, o que transforma a família em uma das redes chaves para a construção de capital social (CAZELLI, 2005, p. 46)

Cazelli (2005) demonstrou, por via dos dados obtidos, que as questões culturais e familiares são relevantes para estimular o acessos dos jovens aos museus, sendo a escola o campo que equaliza as diferenças, pois, por via destas, grande parte dos estudantes conseguem desfrutar do capital cultural disponíveis nos espaços expositivos. Neste sentido, a pesquisadora aponta a relevância de políticas atuantes em "aprimoramento dos acervos, da preservação de coleções e dos programas educacionais de museus. Este tipo de política, certamente potencializa a promoção de equidade cultural, uma vez que as instituições escolares facilitam a aproximação dos jovens com os museus." (CAZELLI, 2005, p. 206).

Em uma pesquisa quantitativa de perfil-opinião, realizado pelo Observatório de Museus e Centros Culturais – OMCC, entre anos de 2006-2007, com visitantes espontâneos, acima dos quinze anos, de treze museus da cidade de São Paulo, objetivou-se a obtenção de dados em quatro blocos que consideram as "circunstâncias e os antecedentes da visita; a opinião sobre os serviços oferecidos nos museus; hábitos de visitas a museus e

instituições afins; perfil socioeconômico do visitante." (OMCC, 2008, p.8). Quanto ao nível de escolaridade verificou-se que:

> Os visitantes dos museus têm escolaridade muito acima da média da população em geral. Dos respondentes, 79.9% têm ensino superior completo ou incompleto (33,3% incompleto, 32,4% completo e 14,2% pós-graduação). Na Região Metropolitana de São Paulo, apenas 17% da população acima de 15 anos de idade tem superior incompleto ou completo e no Estado de São Paulo o percentual é ainda menor: 15% (PNAD 2006) (OMCC, 2008, p.18)

Em relação a Cor/raça:

> 73% dos respondentes se declaram brancos, 16,2% pardos, 5,8% pretos, 3,8% amarelos e 1% indígenas. Essas frequências são semelhantes às obtidas na Pesquisa Perfil-Opinião 2005 no Rio de Janeiro, que foram, respectivamente: 67,4%, 23,2%, 7%, 1,5% e 0,9%, ou seja, há uma maioria de brancos que visitam museus (OMCC, 2008, p.19)

Quando comparados com os dados levantados pela pesquisa de público realizada pelo ICOM Brasil, no ano de 2020, que "contou com a participação de 4.210 respondentes de 25 estados e do Distrito Federal" (ICOM Brasil, 2020, p.7), verifica-se que os dados se conservam em patamares similares, uma vez que "52,3% possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado, 31,8% ensino superior completo, 11,5% ensino superior incompleto, 2,8% ensino médio completo, 1,0% ensino médio incompleto, 0,3% ensino fundamental completo e 0,2% ensino fundamental incompleto." (ICOM Brasil, 2020, p.12). No que diz respeito a cor/raça, "73,5% se declararam brancos, 14,5% pardos, 6,6% pretos, 2,9% amarelos, 1,8% outros e 0,7 indígenas." (ICOM Brasil, 2020, p.12).

Os dados apontados compactuam (grosso modo) com o que foi verificado por Bourdieu e Darbel (2007), no que diz respeito ao hábito de frequentar os museus está intimamente relacionado ao nível de escolaridade e a aptidão que esta propicia em formular a leitura dos códigos existentes em uma exposição museológica, surtindo efeito na inclusão e exclusão de determinados grupos. Porém, isto não significa a falta de esforços para tornar os museus acessíveis de 1964 até os dias atuais, pelo contrário, como já vimos, de meados do século XX em diante, ocorreram vários encontros e discussões com o intuito de aproximar o visitante dos museus. Como apontado por Cazelli (2005), este movimento não depende exclusivamente do museu para com o visitante, quando a citada autora pontuou em seu estudo o levantamento do quantitativo de cinemas, bibliotecas, teatros, centros culturais e museus na cidade do Rio de Janeiro, verificou que havia uma predominância destes locais na região central e zona sul da cidade, o que acabava reverberando em uma menor frequência a estes espaços por jovens de outras regiões da cidade, ampliando a discrepância quando comparado o mesmo contexto entre a capital com as cidades do interior.

> Em relação ao teatro, a situação é pior: nada menos do que 62% dos jovens brasileiros nunca assistiram a uma peça; entre os jovens do campo este índice chega a 83%. Dos 38% que já frequentaram o teatro pelo menos uma vez na vida, 70% têm ensino superior e 65% recebem mais de dez salários-mínimos, ou seja, mais anos de escolaridade e renda implica maior possibilidade de acesso. Há também desequilíbrio regional. Dos jovens que já frequentaram este equipamento cultural, 48% estão na região Sul, mesmo índice da região Sudeste, 36% na região Centro-Oeste, 25% na região Nordeste e 22% na região Norte. Chamam a atenção, os 69% que nunca visitaram um museu e, mais ainda, os 94% e os 92% que nunca assistiram a um espetáculo de balé e nunca foram a um concerto de música clássica, respectivamente. A pesquisa confirma a baixa acessibilidade dos jovens brasileiros a eventos da cultura clássica, ratificando que, além da desigualdade material, há uma desigualdade no acesso a bens simbólicos. (CAZELLI, 2005, pp. 34-35)

Para além das questões de diferenciação entre centros urbanos, cidades do interior e regiões do Brasil, Cazelli (2005) aponta que o suporte familiar, no que tange o acesso aos bens culturais, é um ponto relevante, pois famílias que demonstraram índices elevados de hábito de leitura, de diálogo com os filhos e de usufruto de momentos de lazer, independente da condição econômica, conseguiram desenvolver em seus filhos a perspectiva da junção do atendimento das necessidades básicas aliada as de apropriação dos bens culturais/sociais. Desta forma, podemos considerar que as ações museais, somadas ao contexto social e familiar, corroboram para que a instituição museal dialogue com aos mais diversificados tipos de público, se apresentando como um contexto desafiador, com muitos caminhos a serem percorridos. Para tanto, é relevante seguir pela seguinte perspectiva:

> Compreender o processo museológico como exercício de leitura do mundo que possibilita aos sujeitos sociais a capacidade de interpretar e transformar a realidade para a construção de uma cidadania democrática e cultural propiciando a participação ativa da comunidade no desenho das políticas museais; Garantir o direito à memória dos grupos e movimentos sociais e apoiar ações de apropriação social do patrimônio e de valorização dos diversos tipos de museus, tais como os museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus locais, museus de resistência e de direitos humanos, e outros (Declaração da cidade do Salvador, 2007, p. 14)

Diante do exposto, valorizar o local, o que está próximo do visitante, proporciona a este o desenvolvimento do sentimento de apropriação do que está no seu entorno, com isto ele pode se sentir mais preparado e aberto para lhe dar com os bens culturais disponíveis em ambientes diversos, assim como, com a cultura do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico realizado, revelou que o processo de modificação do papel social do museu, iniciado em meados do século XX, possibilitou atribuir para o visitante um relevante protagonismo, no que tange o planejamento das ações de acesso aos bens culturais. Deste modo, o museu assumiu a função de disseminador cultural, para que o

visitante tivesse a oportunidade de usufruir do patrimônio de modo crítico, para compreender os discursos contidos nos objetos musealizados, ou seja, a democratização do museu para o público. Toda esta preocupação em promover oportunidades de acesso, direcionando o acervo para a assimilação cultural, interligada com o interesse do visitante, naturalmente, foi uma avanço e pode ser compreendido como um aspecto positivo, porém, verificamos que tal caminho não foi suficiente, considerando os dados apontados referente ao perfil do público que tem o hábito de frequentar museus.

A motivação para uma visitação ao museu, não se dá exclusivamente por uma ação do museu para com o público, o inverso também se aplica, entretanto, neste caminho encontramos aspectos negativos, visto que, fatores diversos atuam nesta perspectiva, sendo o nível educacional um dos mais impactantes, uma vez que este interfere diretamente na interpretação dos códigos dispostos no espaço expositivo. Neste contexto, se faz necessário, como apontado por Cazelli (2005), a elaboração de políticas públicas que auxiliem o acesso e a interpretação dos códigos, podendo iniciar tal ação com a valorização dos bens culturais ligados ao cotidiano do público.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução: Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Sobre educação e jovens**. Tradução: Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: Os museus de arte na Europa.** Tradução: Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. Lei Nº 11.904/2009, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acessado em: 15/12/2020.

Brasil. Lei Federal Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acessado em: 18/12/2020.

CASTELLS, M. Museus na era da informação: Conectores culturais de tempo e espaço. *In*: **MUSAS-Revista Brasileira de Museus e Museologia**, 5, 8-21. 2011. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Musas5-web.compressed.pdf. Acesso em: 12/12/2020.

CAZELLI, S. **Ciências, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?.** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/tese_sibelecazelli.pdf. Acessado em: 20/03/2021.

Declaração da cidade do Salvador. **I Encontro Ibero-Americano de Museus. Salvador: Ibermuseus.** 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/DeclaracaoSalvador.pdf. Acessado em: 22/02/2021.

Declaração de Caracas. Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios. *In:* **Cadernos de Sociomuseologia**, 15, 243-265. 1999. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32. Acessado em: 15/11/2020.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução: Bruno B. Soares e Marília X. Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

ESPÍRITO SANTO, S. M. A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo “Oeste Paulista”. ***Transinformação,*** *23 (1)*, 29-37. 2001. *versão impressa* ISSN 0103-3786 *versão On-line* ISSN 2318-0889. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tinf/v23n1/a03v23n1.pdf. Acessado em: 02/12/2020.

ICOM Brasil – Conselho Internacional de Museus. **Dados para navegar em meio às incertezas: Parte II – Resultado de pesquisa com públicos de museus**. 2020 Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201119_Tomara_ICOM_Ciclo2_FINAL.pdf. Acessado em: 14/03/2021.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LE GOOF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, L. C. **A relação museu/escola: teoria e prática educacionais na visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/DissertacaoDissertacaoLucianaConrradoMartins.pdf. Acessado em: 12/11/2020.

OMCC - Observatório de Museus e Centros Culturais. **Pesquisa perfil Opinião 2006-2007. Análise descritiva preliminar dos dados agregados dos museus participantes da pesquisa em São Paulo**. São Paulo: OMCC, 2008. Disponível em: http://www.fiocruz.br/omcc/media/relatorio0607_sp.pdf. Acessado em 15/01/2021.

RAMOS, F. R. L. **A danação do objeto: o museu no ensino da história**. Chapecó: Argos, 2004.

STUDART, D. C. Educação em museus: produto ou processos. *In*: ***Musas-Revista brasileira de museus e museologia****, 1,* 34-40. 2004. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Musas1.pdf. Acessado em: 15/01/2021.

STUDART, D. C.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectiva. *In*: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (org.). *Educação e Museu*: **A construção do caráter educativo dos museus de Ciência. Rio de Janeiro: Access**, 2003. cap. 6, p. 129-154.

VALENTE, M. E. A conquista do caráter público do museu. *In*: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (org.). *Educação e Museu*: **A construção do caráter educativo dos museus de Ciência.** Rio de Janeiro: Access, 2003. cap. 1, p. 21-45.

CAPÍTULO 14

COLEÇÃO E MUSEALIDADE: O MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS/RS EM FOCO

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 02/04/2021

José Paulo Siefert Brahm
Universidade Federal de Pelotas
Bolsista CAPES – Código de financiamento 001
Pelotas - RS
https://orcid.org/0000-0002-1837-425X

Márcia Della Flora Cortes
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – RS
https://orcid.org/0000-0002-4408-9647

Diego Lemos Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - RS
https://orcid.org/0000-0002-2433-4828

Juliane Conceição Primon Serres
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – RS
https://orcid.org/0000-0003-4848-1539

João Fernando Igansi Nunes
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – RS
https://orcid.org/0000-0003-3463-5605

RESUMO: O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. A atribuição de valores e a recolha de objetos, premissa basilar dos museus, está vinculada à musealidade. Sob o prisma da musealidade, compreende-se que o sujeito, desde o princípio da humanização, separa parcelas do real para fins de significação, preservação e exibição; seria, em outros termos, o deslocamento de olhar sobre as coisas que nos cercam (a cultura material), conferindo novos estratos de sentido e significado, cujo objetivo final seria a preservação e difusão de memórias. Baseado nisso, nos debruçamos sobre os motivos que levam os sujeitos a separarem uma pequena parcela de objetos da realidade para fins de preservação e, do mesmo modo, dedicamo-nos a compreender a relação travada entre sujeito e objeto, tendo como fio condutor o conceito de musealidade. Com vistas a confrontar o espectro teórico ao campo aplicado, apresentaremos, como estudo de caso, o Museu Gruppelli, situado na zona rural, no que se denomina Colônia Municipal, da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Abordamos um breve histórico do referido Museu, tanto do nome que lhe caracteriza como das coleções que preserva. Apresentaremos, ainda, a biografia de dois objetos que fazem parte do acervo: o tacho e a carroça.
PALAVRAS - CHAVE: Coleção. Musealidade. Museu Gruppelli.

COLLECTION AND MUSEALITY: THE GRUPPELLI MUSEUM, PELOTAS/ RS IN FOCUS

ABSTRACT: The act of collecting objects is intrinsically linked to the formation of museums in the West. The attribution of values and the collection of objects, a basic premise of museums, is linked to museality. Under the prism of museality, it is understood that the subject, since the beginning of humanization, separates

parts of the real for the purposes of signification, preservation and exhibition; in other words, it would be the displacement of looking at the things that surround us (material culture), providing new strata of sense and meaning, whose ultimate objective would be the preservation and diffusion of memories. Based on this, we will look at the reasons that lead the subjects to separate a small portion of objects from reality for preservation purposes and, likewise, we dedicate ourselves on understanding the relationship between subject and object, having the concept of museality as a guiding thread. In order to confront the theoretical spectrum with the applied field, we will present a case study of Gruppelli Museum, located in the countryside, in Municipal Colony of Pelotas, Rio Grande do Sul. We cover a brief history of the Museum, about the name that characterizes it and about the collections that it preserves. We will also present the biography of two objects that are part of the collection: the pot and the wagon.
KEYWORDS: Collection. Museality. Gruppelli Museum.

1 | INTRODUÇÃO

O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. A atribuição de valores e a recolha de objetos, premissa basilar dos museus, está vinculada à musealidade. Segundo Bruno (2006), sob o prisma da musealidade, compreende-se que o sujeito, desde o princípio da humanização, separa parcelas do real para fins de significação, preservação e exibição; seria, em outros termos, o deslocamento de olhar sobre as coisas que nos cercam (a cultura material), conferindo novos estratos de sentido e significado e cujo objetivo final seria a preservação e difusão de memórias.

Essa percepção tem estrita relação com os processos de seleção e apropriação de referenciais de memórias, que, por serem imbuídos de intencionalidades, não estão desconectados das esferas de poder sobre os signos e os símbolos entrelaçados nos objetos.

Com base nessa premissa inicial, o presente artigo busca refletir sobre o princípio da musealidade, conceito tão especial ao campo de museus. Debruçamo-nos sobre os motivos que levam os sujeitos a selecionarem uma pequena parcela de objetos da realidade para fins de preservação e exibição e, do mesmo modo, dedicamo-nos a compreender a relação travada entre sujeito e objeto, tendo como norte o conceito de musealidade.

Com vistas a confrontar o espectro teórico ao campo aplicado, apresentaremos como estudo de caso o Museu Gruppelli, situado na zona rural, no que se denomina Colônia Municipal da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Abordamos um breve histórico do referido Museu, tanto do nome que lhe caracteriza, como das coleções que preserva. Apresentaremos ainda, a biografia de dois objetos que fazem parte do acervo: o tacho e a carroça. Veremos que ambos, ao fazerem parte dos museus, têm esmaecido seu valor utilitário para o qual foram inicialmente concebidos. É-lhes atribuída uma nova função, agora representacional e simbólica. São considerados patrimônio, “semióforos” (POMIAN, 1997), detentores de um “espírito e alma” (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013). A

partir da relação travada com os objetos, e tendo como impulso a musealidade, o público poderá evocar e fixar suas memórias, despertar emoções e afirmar e consolidar suas identidades. Ao mesmo tempo, a musealidade possibilita que os visitantes percebam os objetos muito além de suas camadas visíveis, faz com que percebam os objetos como importantes mediadores, na criação de pontes e conexões entre o visível e o invisível, trazendo o que estava longe para perto, o ausente para o presente, a morte para a vida, o que estava soterrado pelo esquecimento à luz das recordações.

2 | COLEÇÃO E MUSEALIDADE

O colecionismo está vinculado à formação dos museus no Ocidente. Para Bottallo (2015), esse ato de colecionar vigorou na antiguidade grega vinculada à esfera real, sacra, científica e educativa (BOTTALLO, 2015). No período da antiguidade, as coleções foram utilizadas como representação de ostentação e poder pelos romanos, em relação aos povos dominados (POMIAN, 1997). Segundo Pomian (1997, p. 78)

> na Idade Média as coleções acumularam-se nas igrejas e nos tesouros dos príncipes; compunham-se de relíquias, de objectos (sic) sagrados, de miriabilia, de dádivas, como também de obras de arte, cuja matéria era muitas vezes considerada mais preciosa que a execução. Dois grupos, o clero e os detentores do poder, monopolizavam os semióforos, controlavam o acesso da população a estes, e serviam-se deles para afirmar sua posição dominante.

Esse ato de colecionar se intensificou com as rotas das grandes navegações no período renascentista, nos séculos XV e XVI, que culminaram com a criação na Europa, dos antecessores dos museus, os antigos Gabinetes de Curiosidade ou Câmeras de Maravilhas. Para Helga Possas (2005), os Gabinetes de Curiosidade dos séculos XVI e XVII eram espaços em que seus proprietários buscavam reproduzir o mundo num único espaço (a ideia de microcosmo). Os objetos que faziam parte dos Gabinetes eram sinônimos de poder e de destaque social de seus possuidores. Quanto maior sua coleção, maior era seu status e poder. Os Gabinetes apresentavam ainda um caráter restrito de visitação, porém, podiam ser visitados facilmente mediante carta de apresentação, com exceção dos Gabinetes de caráter secreto que estavam sob a proteção de nobres e famílias de grande importância. Contudo, ao longo do século XVII, não bastava apenas possuir coleções, era preciso conhecê-las, utilizando-se de processos de investigação, classificação e ordenação por meio de técnicas e métodos científicos. “É nesse contexto que os museus adquirem força e visibilidade” (POSSAS, 2005, p. 158). O aumento de estudos e investigações das coisas exigia a necessidade de lugares mais apropriados para sua guarda. Nesse contexto, segundo a autora, foi no século XVIII e XIX que

> os museus assumiram o papel de instituições de pesquisa, existindo por si sós ou vinculados a centros como universidades e escolas superiores e, em grande parte, subsidiados por governos ou detentores de poder e riqueza.

> As coleções incorporam de vez um caráter científico, ou seja, destinadas a elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas. O desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX encontrou-se, portanto, vinculado ao surgimento e consolidação de inúmeros museus de história natural, com suas coleções especializadas e em constante expansão (POSSAS, 2005, p. 159).

Segundo Castro (2009), a abertura das coleções ao público ocorreu na Europa, no final século XVIII, em meio a tensões sociais e pressões políticas, que culminam com o movimento revolucionário, fator decisivo para a abertura ampla e irrestrita das grandes coleções, tornando-as públicas. "A Revolução Francesa, repercute e irradia-se por todo o continente, cujas consequências resultam em medidas que visam consolidar o poder recém-conquistado" (CASTRO, 2009, p. 25). Entre elas está a abertura do Louvre, em 1793, a qual traz mudanças na concepção de público ao abrir as portas para o povo francês (SOARES 2012, apud MAIRESSE, 2005 p. 6). É nesse período que surge a concepção atual de museus, os denominados museus modernos. Nesse período, conforme Possas (2005), os museus se firmam também como divulgadores do conhecimento científico. Não bastava ter ou conhecer as coleções, era preciso divulgá-las ao maior número de pessoas, sejam estudiosos ou leigos.

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2003), baseado em Clifford (1985) e Pomian (1997), "todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro'" (GONÇALVES, 2003, p. 22). Seguindo o mesmo raciocínio, Jelin (2002) afirma que contemporaneamente vivemos em uma era de colecionadores em que os diversos grupos humanos buscam guardar e registrar tudo, como suas fotos de infância, diários, revistas e arquivos oficiais e privados. Sob o ponto de vista dos estudos da memória, o antropólogo francês Jöel Candau (2014) considera este fenômeno como de intensa reivindicação memorial a partir do conceito de mnemotropismo. Segundo o autor, esse conceito corresponde à expressão política da memória, que seria reflexo direto da crise identitária e patrimonial imposta na contemporaneidade. Além disso:

> mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões de memória" (CANDAU, 2014, p. 107).

Candau (2014), refere-se, assim, à relação entre memória e patrimônio. Nesse sentido, os objetos (extensões da memória) serviriam para evocar e fixar memórias, que são ativadas aleatoriamente ou, em especial, nos lugares projetados para esse fim – a exemplo dos museus.

Mas indagamos: de onde surge a vontade do sujeito em guardar e colecionar objetos? Quais seriam as motivações do colecionismo contemporâneo? Essas perguntas, levantadas também por Mendonza (2005), geram muitas reflexões em torno de si. Segundo

a autora, guardamos objetos, mesmo sabendo que perderão seu valor de uso no futuro, como uma tentativa de manter vivos os testemunhos remanescentes de um passado que não mais voltará e queremos recordar. Desse modo, o ato de colecionar teria relação com a conservação física, mas, sobretudo, com a semântica dos objetos. A relevância da manifestação material contribui, por esse prisma, para despertar um passado que almejamos trazer para o presente; a objetividade dos objetos, a matéria, serve como dispositivo que cria pontes com a subjetividade – sempre de um ponto de vista relacional entre sujeito-objeto (tendo como fio condutor a percepção museal).

Em resumo, o sentido de colecionar objetos se dá por formas e motivos diversos, porém, as razões emocionais se sobressaem, pelo status que os objetos proporcionam, pelo conhecimento que podem gerar, ou mesmo, por puro *hobby*. Além disso, o ato de colecionar pode ser tanto de um indivíduo particular como de um grupo informal ou uma instituição (MENDONZA, 2005) e, dentro desse quadro, entra o papel dos museus como instituições de guarda, pesquisa e comunicação de objetos como cultura material.

A coleção se torna, para seus colecionadores, um processo de prazer, paixão e alegria, um objetivo de vida, ou mesmo, uma razão de viver. Em outros termos, o ato de colecionar é responsável por dar sentido à vida das pessoas, faz com que elas se sintam vivas. Torna-se um objetivo de vida para o colecionador conseguir para sua coleção o objeto sonhado, imaginado. Essa busca pode levar meses, anos, décadas, ou até mesmo uma vida inteira, porém, o colecionador é paciente e não desiste da oportunidade de ter em mãos a "obra-prima" de sua coleção. Grifamos que o ato de colecionar é libertador, ele nos "transporta" do mundo real para o nosso "mundo mágico". O colecionismo não é somente uma prática aprendida no social, ele está enraizado em nosso ser, em nosso DNA, em nossa alma, em nosso íntimo, uma vez que associamos aos objetos lembranças e momentos únicos vividos; por isso, estabelecemos laços afetivos com os mesmos.

Cumpre mencionar, aqui, que a formação das coleções e a "vontade de memória" (NORA, 1993) são compreendidas no campo dos museus pelo viés da musealidade. Para Bruno (2006), a musealidade seria a percepção contextual da cultura material, cujo objetivo final seria a preservação. A percepção acompanha a humanidade desde a pré-história, quando os grupos humanos selecionavam e retiravam fragmentos da realidade para proteção e guarda (BRUNO, 2006). Para a autora, a musealidade seria anterior ao próprio ato de colecionar e, consequentemente, anterior ao próprio museu-lugar.

> Assim, reconhecemos que as atividades de observar, selecionar e valorizar, expor e guardar distingue a sociedade humana há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus (BRUNO, 2006, p. 123).

Esse conceito é também sistematizado por Scheiner (2005), que estabelece que:

> A musealidade é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre esta relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), a percepção (conceito) de "musealidade" poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social (SCHEINER, 2005, p. 95, aspas no original).

Importante frisar, também, que essa percepção tem estrita relação com os processos de seleção e apropriação de referenciais de memórias, que, por serem imbuídos de intencionalidades, não estão desconectados das esferas de poder sobre os signos e os símbolos entrelaçados nos objetos.

3 | O MUSEU GRUPPELLI

O Museu Gruppelli, inaugurado no ano de 1998, surge a partir da iniciativa da comunidade local que buscava preservar suas histórias e memórias. O Museu está localizado na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, no que se denomina Colônia Municipal. Possui um acervo de 2.000 objetos que são divididos em várias tipologias (esporte, doméstico, impressos, trabalho rural e trabalho específico). Ele se apresenta como "um espaço de exposição e guarda de objetos que traduzem a 'vida na colônia', ou seja, as dinâmicas sociais de uma comunidade identificada pelas origens e trajetória imigrante" (FERREIRA; GASTAUD; RIBEIRO, 2013, p. 58).

Para Ricardo Gruppelli[1], a ideia da criação do Museu Gruppelli surgiu devido a muitas pessoas que vinham relembrar sua infância na colônia, como no caso de parentes, vizinhos e veranistas. A maioria dos objetos que fazem parte do Museu já se encontrava no prédio em que ele se situa hoje. Com o decorrer do tempo, foi aumentando o número de objetos no Museu, os quais foram cedidos pela própria família Gruppelli, também pelo interesse despertado na comunidade, que passou a doar e emprestar objetos.

> Como a colônia é de uma fundação bem antiga, o pessoal despertou, valorizou. O pessoal olhava uma peça no Museu, uma enxada velha lá: "sabe que eu tenho um enxadão lá que pode servir pro Museu"; então, despertou esse resgate. Muita gente recolheu coisas que estavam atiradas no galpão, acondicionou melhor para preservar: despertou a ideia de preservação. (GRUPPELLI, 2016, informação verbal) [2]

Por esse entendimento, ao coletarem objetos do real para fins de representação, aqueles atores-sociais buscavam, a partir dos objetos, a representação dos modos de vida de um local, cuja carga significativa e simbólica atravessaria a objetividade material dos mesmos. A nosso ver, o processo de seleção, valorização, preservação e difusão dos

1 Membro da família Gruppelli é um dos fundadores do Museu Gruppelli.

2 Entrevista de Paulo Ricardo Gruppelli, em 05 de junho de 2016. Pelotas/RS.

referenciais de memória passa pelo desenvolvimento do que convencionamos chamar de musealidade. Em outros termos, podemos dizer que a musealidade contribui ou ajuda para que o museu-lugar ganhe vida ou se efetive.

É importante mencionar que esses objetos, pelo menos do ponto de vista utilitário, eram pouco valorados por aqueles atores-sociais. Porém, o olhar lançado sobre os objetos por eles foi para além do valor utilitário. Com a intenção de preservá-los e difundi-los, por entenderem que esses objetos eram importantes registros mnemônicos e identitárias de suas histórias e da própria história da zona rural, eles foram selecionados para o museu. Nesse momento, muitos desses objetos que se encontravam em final de existência ganharam uma segunda chance, uma "segunda vida" (DEBARY, 2010), ou seja, uma vida patrimonial e museal.

Esses objetos encontram nos museus um novo futuro, uma nova casa, uma nova utilidade, incorporando novas histórias e funções. Claro, vale ainda ressaltar que muitos objetos não chegam ao fim de sua vida útil, são por nós ressignificados, revalorizados durante a vida. Isso acontece por terem participado de algum evento ou acontecimento "importante", ou desempenhado uma função social e cultural relevante para um grupo, fazendo com que sejam preservados. Em outras palavras, seja durante ou em fim de vida, são agora reconhecidos pelos sujeitos que observam e, por vezes, foram moldados pelos objetos. Logo, têm uma importância para além de sua materialidade, são considerados documentos da realidade.

4 | A PESQUISA NO MUSEU GRUPPELLI

Os objetos musealizados ao fazerem parte dos museus têm seu uso primário abreviado, para o qual foram inicialmente projetados, adquirem (ou são lhes atribuídos) novos estratos semânticos por intermédio dos processos de musealização. Em outros termos, os objetos, no contexto de museu, servem como representações, registros, documentos da realidade da qual foram deslocados – embora esse deslocamento não seja necessariamente físico, mas, essencialmente, simbólico ou semântico. Pensamento semelhante é afirmado por Assmann (2011), ao dizer que os objetos, ao adentrarem no campo de forças dos museus, têm seu valor de uso esmaecido e adquirem uma nova função, agora simbólica e representacional, "também as formas de vida, atitudes, ações e experiências estão sujeitas a uma metamorfose parecida, quando saem do contexto, de uma atualidade viva e se tornam recordações" (ASSMANN, 2011, p. 360).

Por essa lógica, citamos como exemplo o tacho de cobre que faz parte do Museu Gruppelli. Salvaguardado e exposto no espaço museal, ele não serve somente para apresentar um artefato projetado para fazer doces, mas, sim, como indicador de memórias, "extensões de memória" (CANDAU, 2014) de determinado grupo, como representação dos seus modos de vida, de sua culinária, dos modos de operação para fabricação de

doces caseiros (como, por exemplo, o uso de técnicas corporais), dentre outros elementos de representação (vínculo familiar, com o lugar, identificação com as tradições locais, memórias afetivas em especial relacionadas ao período da infância...).

O tacho (Ver figura 1) que, atualmente, faz parte do acervo do Museu Gruppelli foi adquirido em meados de 2017, por Paulo Ricardo Gruppelli, para substituir a materialidade do anterior. O tacho anterior foi levado pela força da água em enchente inédita que atingiu a região colonial de Pelotas, em março de 2016[3]. De acordo com Ricardo Gruppelli (2017), o novo tacho pertencia a um morador residente na colônia, e foi trocado por uma porca camaleônica (animal). Ainda, segundo Ricardo, os olhos da porca mudavam de cor de acordo com a luz, por isso a designação de camaleão.

Figura 1: Novo tacho em exposição
Fonte: José Paulo Brahm, 2018

Citamos, ainda, como exemplo o objeto mais importante do Museu segundo o público, a carroça. Em contexto museal, ela não serve mais somente para o transporte de pessoas e alimentos, mas, sobretudo, como importante representação dos modos de vida do morador da zona rural que a utilizou para trabalho e passeio, garantindo assim sua manutenção e sobrevivência no campo por gerações. A carroça é considerada, por muitos visitantes, um símbolo da zona rural porque pode ser associado a lembranças do trabalho na lavoura, fonte de subsistência de muitas famílias que plantavam e colhiam

3 No dia 26 de março de 2016, a comunidade do sétimo distrito de Pelotas foi acometida por uma enchente de proporções inéditas. Parte do acervo do Museu Gruppelli foi arrastado pela força da água, ficando perdido ou danificado de forma irreversível. Entre as principais perdas está o tacho de cobre e a cadeira marrom. Para saber mais, sugerimos ver artigo publicado sobre o assunto, que se encontra disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/11542/7383. Acesso em: 20 out. 2018.

utilizando esse veículo de transporte (tanto para ir até a lavoura como, também, para trazer os alimentos colhidos no campo), um símbolo de luta, persistência e resistência. Como dito anteriormente, ela foi indispensável para a manutenção e sobrevivência do sujeito no mundo rural. A carroça traz muito orgulho, amor e gratidão para as pessoas, em especial para os moradores da zona rural que tiveram um maior contato com ela.

Segundo Ricardo Gruppelli (2016), a carroça faz parte do acervo do Museu Gruppelli, cerca de 6 a 7 anos. Ela pertenceu à família Weber, da Colônia Municipal. Era um meio de transporte da colônia, puxada por duas parelhas de cavalos ou bois. Ela foi muito utilizada para o transporte de mercadorias (lenha, hortaliças, frutas, produtos artesanais, entre outros), da colônia à cidade de Pelotas. A carroça foi negociada pela família Weber em permuta por piso cerâmico que pertencia à família Gruppelli. Inicialmente, a ideia era que ela ficasse embaixo de uma choupana em frente ao Museu, porém, acabou sendo colocada no interior do espaço museal, lugar no qual permanece até hoje (Ver figura 2).

Figura 2: Carroça

Fonte: José Paulo Brahm, 2016

É interessante destacar que os objetos, assim como as pessoas também possuem uma história, uma trajetória de vida, uma biografia.

Miranda (2012, p. 76), baseado em Thierry Bonnot, complementa que:

> [...] as coisas, como as pessoas, possuem vidas sociais, que, no caso daquelas, começam como simples mercadoria, destinada a circulação, passando depois por sucessivas singularizações, que, esvaziando-as de sua

> funcionalidade, as transformam, primeiramente, em objetos de conservação, posteriormente em objetos de colecionamento e, em certos casos até, de patrimonialização.

Podemos dizer que os objetos de coleções são uma construção social. Eles não existem isoladamente, porém se complementam na relação com os sujeitos, como afirmam Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013). Por esse ângulo, é possível assegurar que os objetos moldam a trajetória de vida dos sujeitos, assim como nós os moldamos a partir da relação museal[4] travada entre ambos, ou seja, sujeito e objeto estão sempre em constante ato relacional. À medida que os objetos têm uma utilidade, mais ou menos intensa, acompanham os sujeitos e seus afetos. Assim, adquirem (ou são lhes atribuídos) contornos simbólicos porque estão presentes em fases da vida e, portanto, tornam-se mediadores, extensões de memória. Logo, compõem um conjunto de signos que pode ser interpretado e significado conforme as relações estabelecidas com os mesmos.

Pedro Andrade (2005, p. 210) completa esse pensamento dizendo que:

> Em resumo, para entender o valor dos objetos, sejam eles únicos ou em série, gozando de uma vida plena de utilizações e imbuída de aspectos sócios-simbólicos ou encontrando-se integrados numa colecção, é preciso insistir nesta convicção referida supra: os objectos apresentam, simultaneamente, uma biografia individual e uma genealogia colectiva. Numa tal perspectiva, assemelham-se profundamente aos objetos, embora ostentem outro nome. Ou seja, se os objectos se revelam como inscrições dos sujeitos, também os sujeitos apresentam-se enquanto traços dos objetos. Assim sendo, as colecções de objectos são ora colecções de sujeitos escritos ou objectivados, ora grupos de objectos que, por vezes constroem o seu próprio (e o nosso) trajecto de vida sócio - cultural, sem que os actores sociais sempre se dêem conta disso. Os objectos coleccionam-nos tanto quanto nos os colecionamos.[5]

É interessante destacar que os objetos não seriam mais intermediários das relações com os sujeitos, mas, sim, mediadores dessa relação. Podemos ancorar essa afirmação na teoria Ator-Rede do antropólogo francês Bruno Latour (2012). Para o referido autor, os objetos podem estar imersos em uma rede de significações, inter-relações, em que humanos e não-humanos estão conectados, reciprocamente, de maneira horizontal, sem topologias. Isso ocorre, segundo John Law (2001), porque os objetos têm o poder de agir sobre os sujeitos: "O não-humano tanto quanto o humano podem agir. Essa agência não pertence necessariamente às pessoas" (LAW, 2001, p. 01, tradução nossa)[6]. Nesse caso, os objetos, por meio da relação travada com os sujeitos, subsidiados pela musealidade, podem ajudar na construção de suas memórias e identidades tanto individuais como coletivas. Por outro lado, os próprios sujeitos ajudam na proteção e preservação dos objetos, considerados por si importantes na manutenção de suas histórias e identidades.

4 A percepção museal está introduzida aqui de maneira indireta.

5 O idioma da citação é o português. Entretanto, diferem-se algumas palavras do brasileiro porque é da nação de Portugal.

6 "*The non-human just as much as the human may act. That agency does not necessarily belong to people.*"

Por sua vez, quando inseridos dentro de uma linguagem expográfica, ao flertá-los, abrem-se campos para os expectadores (públicos) poderem enxergar, tendo como impulso a musealidade o sentido dos objetos para além de sua realidade aparente, trazendo o longe para perto, os mortos para os vivos, o ausente para o presente, o que estava apagado, lançado ao vácuo do esquecimento para a luz das lembranças e recordações.

Nesse universo simbólico, esses objetos são denominados pelo historiador Pomian (1997) como semióforos: uma ponte entre o visível e o invisível. Estimamos que os objetos, quando ressignificados e insertados em um cenário de representação, o Museu, servem como mediadores que conectam o visível, pela objetividade dos objetos, ao invisível, pela subjetividade da percepção.

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí, são considerados semióforos:

> [...] semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e a contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) (CHAUÍ, 2000, p. 9).

Dessa perspectiva, os museus e seus acervos funcionam como espaços que evocam, fixam memórias, que freiam a inevitável rota do esquecimento e do tempo, buscam "enganar" a morte. Por meio deles, as pessoas buscam "voltar no tempo" como uma forma de reconstruir fatos e acontecimentos passados por meio de suas recordações. São lugares em que as pessoas podem, ancoradas no presente, articular, significar e interpretar, a partir de seus interesses, o passado, com o olhar projetado para o futuro. São, assim, como dobras no espaço-tempo, em que o passado se conecta com o presente, em que lugares longínquos são dispostos diante dos olhos, em que os mortos se comunicam com os vivos – tendo como plataforma de embarque as coleções (que são impulsionadas ou ativadas pela musealidade).

Esses objetos adquirem (ou lhe são atribuídos), instrumentalizados pelos processos de musealização, o que poderíamos entender como o status de "aura" (BENJAMIN, 1955), assim como os locais em que esses estão inseridos e fazem parte (ASSMANN, 2011). Os objetos musealizados (*musealia*), então, devem ser vistos como possuidores de valores simbólicos, espirituais de diversas matizes, como afirma Mário Chagas (2002). Os objetos de museus são detentores de uma alma e espírito, conforme asseguraram Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013). Para estes autores, a alma e o espírito dos objetos é uma atribuição dos sujeitos.

Em outros termos, podemos dizer que os objetos são detentores de uma alma e um espírito que se complementam na relação entre os sujeitos, a partir da ativação de suas percepções museais (leia-se processo da musealidade).

> É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma **alma,** de um **espírito,** as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, **mortos e vivos**, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. Essa possibilidade nunca desapareceu completamente de nosso horizonte moderno (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 8, grifo nosso).

Nessa interação entre sujeito, objeto, lugar e memória, os autores Silveira e Lima Filho (2005) complementam:

> É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui **a alma nas coisas**, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39, grifo nosso).

Portanto, podemos dizer que o objeto "fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida" (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 40). Sendo assim, os objetos são referência e consequências da construção cultural, por materializar concepções culturais das mais diversas, que ajudarão a entender e compreender as dinâmicas sociais e culturais dos grupos, nos quais estão inseridos. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005).

Ou seja, a partir desse ângulo podemos observar que os objetos de museus complementam sua importância na relação museal travada com as pessoas. A partir dessa relação travada com os objetos, as pessoas os observam, tendo como impulso a percepção museal (início da musealidade) muito além de sua materialidade, muito além de sua função inicial conforme exposto acima. Os sujeitos, através de suas percepções museais, compreendem os objetos como importantes mediadores que ajudam na afloração e fixação de memórias, emoções e na afirmação de identidades. Podemos dizer que os objetos contribuem para moldar e consolidar o sujeito no presente, afirmando, ou reafirmando, suas memórias, bem como quem ele foi, é e será. Nessa perspectiva, é possível afirmar que os objetos moldam os sujeitos, assim como nós os moldamos a partir da relação museal travada entre ambos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro. Os objetos que coleccionavam sujeitos (estilo ou gênero de escrita): diálogos sociológicos. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 206-210, jan./jun. 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. São Paulo, Editora da Unicamp, p. 317-366, 2011.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutividade** técnica. 1955. Disponível em: http://baixacultura.org/biblioteca/artigos-ensaios-papers/1-1-a-obra-de-arte-na-era-de-sua-reprodutibilidade-tecnica/ . Acesso em: 22 de jul. 2015.

BOTTALLO, Marilúcia. Museus e o processo colecionista: acervos materiais e imateriais e o ambiente virtual. In: MERLO, Márcia (Org.). **Memórias e museus**. São Paulo. Estação das Letras e Cores, 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: **As várias faces do Patrimônio**, por LEPA. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Centro de Estudos de sociomuseologia. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 9, 1996.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines. **O Museu do sagrado ao segredo**. Rio de janeiro: Revam, 2009.

CANDAU, Jöel**. Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAGAS, Mario. de. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 35-67, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, SP: Fund P Abramo, 2000.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27-45. Ago.-nov. 2010.

FERREIRA, Maria Leticia; GASTAUD, Carla; RIBEIRO, Diego Lemos. Memória e emoção patrimonial: Objetos e vozes num museu rural. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, p. 57-74, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e Patrimônio Ensaios Contemporâneos**. 2003. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf. Acesso em: 01 ago. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas:** patrimônios, materialidades e ressonâncias. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

GRUPPELLI, Paulo Ricardo. **[Entrevista]**. 2016. Entrevista concedida a José Paulo Siefert Brahm, em 05 de jun de 2016, na cidade de Pelotas/RS.

GRUPPELLI, Paulo Ricardo. **[Entrevista]**. 2017. Entrevista concedida a José Paulo Siefert Brahm, em 10 de dez. de 2017, na cidade de Pelotas/RS.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España, Siglo Veintiuno editores, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social:** uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba, 2012, São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, John**. Ordering and obduracy**. Centre for Science Studies. Lancaster University, 2001. Disponível em: http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/law-ordering-and-obduracy.pdf. Acesso em: 26 dez. 2015.

MENDONZA, Celina. A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones¿ **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, p.217-228, jan.jun., 2005.

MIRANDA, Victorino Chermont de. O problema da nostalgia nas coleções de porcelanas históricas. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Coleção e colecionadores:** a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu histórico Nacional, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: VV. AA. **Enciclopédia Einaudi 1:** Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 151-162.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia – Museu:** Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SOARES, Bruno Brulon. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em **Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 n. 2, 2012. Disponível em:http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/216/200. Acesso em 09 jun. 2015.

CAPÍTULO 15

CRECHES COMUNITÁRIAS DE UBERLÂNDIA: UMA MARCA DA MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO SÉCULO XX

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 08/03/2021

Vinicius Silva
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - Minas Gerais
http://orcid.org/0000-0002-5449-2181

Outras versões deste artigo compuseram o conjunto de trabalhos do VII Encontro Maranhense de História da Educação, ocorrido no ano de 2014, na cidade de São Luís, bem como o do X Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, ocorrido em 2019, no município de Diamantina.

RESUMO: A Historiografia da Educação Infantil tem mostrado que, na Idade Moderna, houve uma mudança significativa no tratamento dispensado às crianças e às infâncias, as quais, aos poucos, tornaram-se um dos centros das pautas das sociedades. Dentre essas mudanças, está a institucionalização da educação desses sujeitos, a tal ponto de, segundo Ariès (1981), o *ser aluno* determinar o *ser criança*. No Brasil, essa (re)significação da criança é produtora e fruto da modernização do país e da democracia participativa. Para compreender esta relação, as creches comunitárias de Uberlândia foram escolhidas como objeto de estudo, em uma perspectiva cosmopolita, pois sua história, segundo Ferreira (2010), evidencia o quanto a participação popular contribuiu para a perspectiva escolar que vigora, no município e no país, neste contexto educativo.

PALAVRAS - CHAVE: História da Educação. Infância. Participação popular.

COMMUNITY NURSERIES IN UBERLÂNDIA: A MARK OF THE MODERNIZATION OF 20TH CENTURY SOCIETY

ABSTRACT: The Historiography of Early Childhood Education has shown that, in the Modern Age, there was a significant change in the treatment given to children and childhoods, which, gradually, became one of the centers of societies' agendas. Among these changes, is the institutionalization of the education of these subjects, to the point that, according to Ariès (1981), the *being a student* to determine the *being a child*. In Brazil, this (re)meaning of the child is a producer and fruit of the modernization of the country and participatory democracy. To understand this relationship, the community nurseries of Uberlândia were chosen as the object of study, from a cosmopolitan perspective, because its history, according to Ferreira (2010), shows how popular participation contributed to the school perspective that prevails, in the municipality and in the country, in this educational context.

KEYWORDS: History of Education. Childhood. Popular participation.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Ferreira (2010), a terminologia de *creches comunitárias* agrupa uma série de instituições que não existem mais

em termos de organização administrativo-pedagógica, e, também, algumas que perseveram nesses e em outros sentidos. Todas essas, em uma considerável percentagem, partilham de uma característica: têm ou tiveram, em algum momento, a referência do nome de algum bairro no nome da instituição; geralmente, o nome do bairro em que estava localizada. Todavia, embora essa referência indique um lugar, ela se dirige mais para uma questão de posse, isto é, o grifo ao nome do bairro não indica somente onde que as instituições educativas estavam/estão inseridas, mas, e principalmente, a quem estas instituições, a nível coletivo, pertencem. Essa assertiva se confirma com a historicidade das creches comunitárias, de modo geral, e das situadas em Uberlândia, de modo específico, pois a própria nomenclatura atribuída a tais instituições educativas carrega marcas de uma modernização da sociedade brasileira, como, por exemplo, a participação, decisiva e explícita, popular.

2 | INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

As creches, enquanto instituição, segundo nos mostram os recentes estudos da historiográficos de Kuhlmann Júnior (2005), Oliveira (2002), Farias (2005), dentre outros, apesar de terem suas práticas, ao longo do tempo e por conta das suas necessidades de criação, voltadas para o campo assistencialista, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da educação infantil como uma instituição educativa de direito da criança, de dever do Estado, e de opção da família, que é a perspectiva democrática que reina até o presente momento de elaboração deste texto.

Associando os estudos de Oliveira (2002) e de Kuhlmann Jr. (2005), torna-se evidente que o desenvolvimento das creches brasileiras não muito se difere do desenvolvimento destas instituições no contexto europeu: instituições que surgiram diante de necessidades dos adultos, frente a uma mudança político-econômico-social, muito mais no sentido de guardar e preparar as crianças que ali eram deixadas, muitas vezes abandonadas, do que qualquer outro sentido. Todavia, como vem sendo mostrado pela historiografia, é impreterível o rompimento com uma perspectiva anacrônica de análise, de tal modo que as creches sejam analisadas conforme o momento, temporal e espacial, em que foram erigidas.

Frutos de seu tempo, as creches surgiram de uma necessidade provocada pelo processo de acumulação capitalista, que foi o de provimento de cuidados acerca da sobrevivência das crianças pequenas, pois, como Ruiz (2011) detalha, os pais e as mães, ao se verem ocupados com uma rotina diária de trabalho, não tinham outra alternativa, senão deixarem seus filhos aos cuidados de outras pessoas, ou aos cuidados de si próprios, isto é, torná-los autocomplacentes. Diante disso, objetivando-se manter certo equilíbrio social, algumas instituições, das quais as creches se inserem, foram pensadas e fomentadas para serem ocupadas por crianças, ao passo que as ocupavam. Portanto, se, por um lado, a

criação de creches foi revertida para interesses econômicos, permitiu, por outro, novos aspectos de desenvolvimento nas crianças e nas infâncias, enquanto categorias sócio-históricas, bem como a massificação da consciência acerca do papel ativo das mulheres, já que foram elas que encabeçaram, em hegemonia, os movimentos para a criação de tais instituições.

Não obstante, ao analisar os marcos legislativos brasileiros referentes à Educação Infantil, como Molina e Lara (2008), Alves (2011) e Marafon (2011) apresentam, percebe-se que a presença feminina, direta ou indiretamente, atravessa todo o percurso de desenvolvimento da creche, até mesmo após esta se tornar uma instituição de cunho, explicitamente, educativo. Ao destacar esta atuação das mulheres, há que se apreendê-las como uma pluralidade de sujeitos, ao mesmo tempo em que podem ser agrupadas em coletivos, de acordo com determinados critérios. Baseando-se nos autores citados nos últimos quatro parágrafos, incluindo este, o principal critério de agrupamento desses sujeitos, crianças e mulheres, foi o fator econômico, que se justifica pela perspectiva social dos estudiosos, e pelo contexto histórico em questão. Então, há uma distinção entre o tratamento dispensado às mulheres e crianças pobres e o dispensado às mulheres e crianças de famílias abastadas, no que tange ao acesso, ou à falta dele, às instituições educacionais.

Segundo Kuhlmann Júnior (2005), quando, nas creches, havia o predomínio explícito do assistencialismo, as crianças pobres, paralelamente, predominavam, como sujeitos de atendimento direto de tais. Este dado se comprova com a característica inicial de que esses estabelecimentos foram destinados à assistência de famílias trabalhadoras, que, invariavelmente, eram famílias pobres, que não tinham condições de arcarem com grandes despesas. Entretanto, aos poucos, diferentemente do que os padrões tradicionais pretendiam, as mulheres de famílias abastadas não queriam ficar e nem serem predestinadas a se limitar ao contexto do lar, sendo, o mundo do trabalho, o principal meio para a superação desta limitação. Com o uso deste novo espaço, as mulheres abastadas adentraram na luta para a existência de creches para seus filhos, quando os tinham.

À medida em que este novo segmento foi atuando nos espaços profissionais e adquirindo lugares para guarda de seus filhos, o atendimento educacional de crianças em creches ganhou legitimidade, e, aos poucos, o assistencialismo de educação compensatória às crianças pobres foi sendo substituído pelo assistencialismo educativo, o qual foi se complexificando, a tal ponto de estes empreendimentos se tornarem instituições escolares. Atualmente, como verificado nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, datados de 1998, esta máxima alcança o sentido de educar cuidando, enquanto se cuida educando, isto é, há a vigência legislativa orientadora de uma indissociabilidade entre os atos de cuidar das e de educar as crianças e as infâncias.

Relacionado a e potencializador destes acontecimentos, está o processo de modernização das sociedades, o qual, no Brasil, é marcado pela convencionada

Proclamação da República, que, por sua vez, mais do que dita, foi paulatinamente sendo construída, *a priori* e *a posteriori* da fatídica data de 15 de novembro de 1989. No que tange ao campo educacional, os autointitulados Pioneiros da Escola Nova, juntamente com o Manifesto que dedicaram, em 1932, ao povo e ao governo, são exemplos emblemáticos deste processo modernizador, pois trouxeram, ao referido país, dentre outras questões, a concepção ativa de criança, fundamentados em conhecimentos científicos filosóficos, sociológicos e psicológicos, principalmente. Atrelada a esta concepção, estava a ideia de elevar as práticas educativas em processos de aprendizagem e ensino, que significa dizer que, metodologicamente, mais do que práticas de transmissão e assimilação de informações, a ação docente deveria primar-se pela aprendizagem de conhecimentos, a qual só seria possível por meio das ações do sujeito aprendiz com o seu objeto de conhecimento, mediados, quando necessário, pelo docente. Nesse sentido, a preocupação educacional, escolar, passou a ser o desenvolvimento intelectual, tanto do aprendiz, quanto da(o) docente, o que ocasionou no desenvolvimento da percepção de que as práticas alinhadas ao desenvolvimento intelectual eram práticas modernas, e, portanto, para o contexto, seriam as mais adequadas para o alcance mais pleno possível do projeto de nação que, então, estava em voga.

Seguindo este critério, as práticas das creches passaram a ser regidas pelo princípio pedagógico cognitivista, cuja mudança se deve, em grande parte, às reivindicações de diversas camadas da população, sobretudo as mais pobres, para a construção de espaços destinados não só à guarda de suas crianças, mas, também, que fossem espaços suficientes para superar as carências de tais sujeitos, ocasionadas, especialmente, pelo fator econômico.

O contexto político em que a atuação dos escolanovistas ganhou destaque, e a participação da população, mencionada no parágrafo anterior, fez-se presente, era o da Era Vargas, que se destaca pela efetiva atuação no âmbito trabalhista, que impulsionou a urbanização e a industrialização brasileira. Como já dito, com novos trabalhadores, estes passaram a requerer espaços destinados à guarda e ao cuidado de sobrevivência de seus filhos, já que o trabalho assalariado passou a ser a fonte de seu sustento. Diante dessa necessidade, para empresário e para funcionário, medidas paliativas foram tomadas, como, por exemplo, a (proposta de) criação de espaços, na própria fábrica/empresa, para este fim, desde que respeitado alguns critérios. Estes critérios, por sua vez, impactaram no papel social da mulher, a qual, mesmo trabalhando, não era desvinculada de suas ditas *tarefas naturais* do lar. Por isso, aqui, não é fortuito pensar que, neste momento, vigorava a Primeira Onda Feminista, que se marca, em suma, pela busca da instalação e efetivação da igualdade de direitos entre mulheres e homens, e, também, segundo Brasil (1997), pela perspectiva política de Vargas em conhecer e expressar a identidade nacional, a qual foi realizada com a consideração de todos os cidadãos-trabalhadores como sujeitos históricos.

Outro contexto político em que a atuação da população se fez presente, acerca

da institucionalização da educação das crianças, foi o da redemocratização do país, nos anos de 1980, após a vigência de um regime ditatorial militar. Neste segundo momento, não muito diferentemente do primeiro, porém mais intenso que esse, a população voltou a se organizar, em massa, buscando superar as lacunas carregadas desde a Era Vargas, que, no contexto educativo, refere-se à construção de espaços próprios para a guarda e sobrevivência de seus filhos, nos quais, inclusive, existissem práticas educativas específicas ao desenvolvimento motor e intelectual das crianças. Tal como aconteceu no primeiro contexto político citado, voltou-se a discutir o papel social da mulher, caracterizando a Segunda Onda do Feminismo, e, também, houve a redefinição de quem seriam os sujeitos históricos, os quais se ampliaram à totalidade dos indivíduos brasileiros, e não apenas aos trabalhadores.

Diante destes dois marcos situacionais políticos, torna-se perceptível o tanto que a atuação ativa das mulheres, enquanto coletivos econômicos, contribuiu para avanços, em termos quantitativos e qualitativos, na educação das crianças, assim como que essa educação se tornou uma problemática social, e não apenas um problema do governo. Aliás, como Ruiz (2011) e Molina (2011) frisaram, foi pela pressão social que a educação infantil passou a ser um problema do Estado, a ponto de este se tornar o gestor dela.

3 | CRECHES COMUNITÁRIAS DE UBERLÂNDIA

Na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, neste segundo recorte político apresentado, houve a construção, conforme Ferreira (2010), de várias creches comunitárias, o que, em outras palavras, significa pontuar que a construção arquitetônica das creches comunitárias é parte, fruto e reflexo da redemocratização política brasileira.

Reivindicadores, majoritariamente mulheres, exigiam, do poder público municipal uberlandense, para poderem trabalhar, espaços com condições mínimas para a guarda e sobrevivência de seus filhos. À época, na década de 1980, o candidato que mais se fez atento à essas reivindicações, Zaire Rezende, foi o vencedor das eleições para prefeito do mencionado município, surpreendendo as expectativas, já que o seu adversário era do mesmo partido do até então prefeito Vírgilo Galassi, que teve o seu governo marcado por engenhosas obras na referida cidade.

Antes da eleição, já havia, na cidade, algumas creches, as quais eram mantidas por associações de moradores do bairro e, também, por recursos provenientes de instituições religiosas, principalmente das de vertente católica. Zaire Rezende, de cunho mais socialista, acreditava que era melhor essas instituições comunitárias continuarem sob a tutela das associações de moradores, pois, para ele, era a população quem sabia das suas reais necessidades. Entretanto, sem serem municipalizadas, essas creches comunitárias passaram a receber auxílios financeiros da prefeitura, em uma quantia que, conforme Ferreira (2010) explicita, não era fixa e nem seguia um critério para distribuição.

Ao contrário do que se possa induzir a entender, articulando com todo o referencial teórico estudado sobre as creches, esses ganhos não foram simples doações do governo municipal à população; pelo contrário, foram parcos resultados de intensas lutas e mobilizações das populações de vários bairros, que, à época, eram bairros periféricos, como foi assinalado por Moura e Soares (2009). A população, diante da sua necessidade de ter-se uma entidade para acolher os seus filhos durante o período de trabalho, mobilizou-se e ergueu-a. Porém, seus recursos financeiros não eram suficientes para arcar com as despesas de funcionamento dela, e, então, pressionou o governo para assumir esta responsabilidade. Contudo, a gestão político-administrativa daquele período, que se autodenominava como participativa, acabou descentralizando as suas obrigações, diante da busca da efetivação máxima do primado da democracia participativa.

As aludidas creches comunitárias, por esta falta, historicamente construída e politicamente efetivada, de recursos financeiros, possuíam instalações físicas precárias, posto que, muitas delas, funcionavam em casas adaptadas. Essas adaptações, contudo, conforme pode ser verificado em fotos disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, bem como em fotografias pessoais de entrevistados, não foram suficientes para caracterizar a instituição como uma escola, se tivermos como base os modelos escolares que se difundiram pelo país na República nascente, ao passo que, concomitantemente, não permitem considerar a instituição como uma residência domiciliar. Por conseguinte, desde a sua estrutura mais externa, se retirássemos a pintura do nome da escola, os sujeitos que ali frequentam, estudando e trabalhando, e todo o seu mobiliário, o prédio se constituiria em uma incógnita para quem nunca teve o contato com ele. Por outro lado, fica evidente que o que caracteriza os estabelecimentos em questão não é a sua estrutura físico-arquitetônica, mas, sim, a sua estrutura humana, com seus corpos e suas práticas.

Como essas creches tiveram que substituir o local das atividades que aconteciam no lar, pode-se pensar que o uso de casas adaptadas foi intencional, para não promover uma intensa ruptura nos sujeitos que passariam, ali, a maior parte do seu dia. Todavia, como demonstrado pela historiografia consultada, há outros fatores, mais basilares que este, que permearam e contribuíram para esta realidade, como, por exemplo, a falta de recursos financeiros para a construção de espaços próprios para as atividades das creches. Além disso, se aquela fosse realmente a intenção de se utilizar de casas adaptadas, a mobilização reivindicatória para superação dessa falta não se justificaria em si, tornando-a inviável e importuna, já que a escolha inicial do espaço partiu da própria decisão da comunidade do bairro.

Diante dessas considerações, percebe-se que a mobilização para a construção de creches, especialmente no contexto em questão, não foi só uma luta para que os cidadãos pudessem trabalhar e garantir, consequentemente, o sustento e a segurança dos seus familiares; foi, sim, uma luta para que houvesse, também, espaços próprios para as crianças, nos quais elas pudessem se desenvolver de maneira semelhante ou tão maior do

que se ficassem em casa e/ou na rua. Desta forma, implicou-se, para estes novos espaços, gradativamente, a existência de atividades que estivessem para além do que as que os sujeitos aprendizes poderiam ter nos espaços que, atualmente, são denominados de não-escolares. E, assim, com essa especificação de direcionamento de público aprendiz dos espaços e das atividades a serem desenvolvidas nos mesmos, que as creches foram se especializando e escolarizando-se, ao menos em tese, como instituições, por excelência, de, para e com crianças.

Kuhlmann Júnior (2005) destaca que esta escolarização da educação infantil provocou, de uma parte, a submissão das crianças à uma disciplina escolar arbitrária, desqualificando a dimensão que mais se aproximava do doméstico, a assistencialista, relegando as práticas de cuidado, como alimentação e higiene, a uma posição bem inferior àquilo que se considerava como compromisso com o conhecimento. Essa preconização pelo conhecimento científico, em detrimento do assistencialismo, pode ser entendida, retomando Ruiz (2011), como uma tentativa de romper com todos os pontos negativos das creches, estabelecendo, portanto, uma polarização entre práticas escolares e práticas assistencialistas. Assim, o processo de escolarização da educação infantil reflete o espírito moderno do sentimento de infância, pois, com base no estudo de Ariès (1981) e de Narodowski (2001), a ideia de *ser aluno* não é consequência do *ser criança*, mas, sim, é parte determinante da construção desta infância, na medida em que a escola se tornou o espaço privilegiado para a aprendizagem do que é e como ser criança.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se reflete sobre este sentimento de infância, considerando a infância e a criança como um construto sociocultural e histórico, associando com a efetiva e decisiva participação popular na construção e no mantimento das creches comunitárias de Uberlândia, percebe-se que essa (re)significação da criança é produtora e fruto da modernização do país e da democracia participativa.

A população, como partícipe desta institucionalização da educação infantil, e da investigação realizada sobre as creches comunitárias, evidencia o quanto que a composição social influenciou e influencia na construção histórico-escolar, e vice-versa, caracterizando-a, consequentemente, como sujeito na História da Educação. No percurso histórico dessas instituições escolares, a recorrência por se reforçar o nome do bairro na mesma é um destaque que se torna compreensível e justificável, se a analisarmos diante do quadro municipal e nacional. A luta política travada pelas mães, especialmente, e pela comunidade, em nome da(s) associação(ões) do bairro, em busca da existência e da permanência de uma instituição específica para as crianças, de modo a não ser somente um lugar de guarda dos seus filhos, mas um local que propiciasse o seu desenvolvimento tão ou mais semelhante do que o que se teria em seu lar, bem como por outras creches

comunitárias uberlandenses sucumbirem-se no descaso do poder público municipal e da própria comunidade, indica que a referência ao nome do bairro expressa a quem cada instituição pertence, inserindo-a em um patamar de prestígio e de diferenciação das áreas urbanas de Uberlândia.

A ideia de Campos (2009), de que conhecer História é conhecer a si mesmo, parece alcançar a sua máxima no contexto, aqui analisado, das creches comunitárias, uma vez que as histórias dessas evidenciam o quanto que a participação popular contribuiu para a perspectiva educativa escolar que vigora, no município e no país, na Educação Infantil. Essas histórias, por conta do caráter que possuem, apesar de não se materializem em algum documento, seja qual for a natureza, indicam que as práticas deste contexto educativo devem ser comprometidas com o contexto das crianças, da instituição, do bairro, da cidade e da nação em que ela está inserida e dos quais ela faz parte, isto é, devem ser práticas cunhadas de uma perspectiva cosmopolita.

Dito desta maneira, se a modernização da sociedade possui, como uma de suas características, o tratamento centralizado nas crianças, bem como o envolvimento da população na maioria das decisões sociais, dotando-a de uma responsabilidade política, é possível de afirmar-se que as creches comunitárias de Uberlândia são uma marca de tal modernização. E, em grande parte, é pela população que os limites dessa modernização poderão ser analisados, bem como o porquê que as instituições educativas de, para e com a infância continuam a existir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, R. D.; MAHI, M. L. **História da Educação III.** Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2009. 142 p.

FARIAS, M. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33-49.

ALVES, B. M. F. Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Revista Aleph** – Infâncias, ano V, n. 16, nov. 2011. 19 p.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

FERREIRA, V. S. **Creches comunitárias e Democracia Participativa**: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

KUHLMANN JÚNIOR, M. A Educação Infantil no Século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da Educação no Brasil**. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 182-194.

MARAFON, D. Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância. **HISTEDBR**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ZjxYEbbk.doc. Acesso em: 02 fev. 2021. 22 p.

MOLINA, A. A.; LARA, A. M. B. Infância e políticas educacionais no Brasil na década de 1990. **EDUCERE**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/142_63.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021. p. 3981-3995.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, 2009.

NARODOWSKI, M. **Um corpo para a instituição escolar** – Infância e poder, conformação da pedagogia moderna. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

OLIVEIRA, Z. R. A educação infantil europeia no século XX. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73-87.

RUIZ, J. S. O surgimento da creche: uma construção social e histórica. **Anais do V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo** – Marxismo, Educação e Emancipação Humana. Florianópolis, 2011. 12p. Trabalho apresentado no V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana.

CAPÍTULO 16

MOVIMENTO DECOLONIAL, FORMAÇÃO DOCENTE E HUMANIDADES: TESSITURAS POSSÍVEIS

Data de aceite: 21/05/2021
Data da submissão: 04/03/2021

Katia Gonçalves Castor
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes
Vitória – Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/4525902332048373

Jalber Boa Camilo
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes
Vitória – Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/0422043461167439

Marcela Fraga Gonçalves Campos
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes
Vitória – Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/9743746011110857

Juliana Nunes Novaes
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes
Vitória – Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/7941483933281888

RESUMO: Este artigo aborda três domínios que interessam à educação: a formação docente, o movimento decolonial e o ensino de humanidades e suas possíveis tessituras, e tem o objetivo de problematizar a existência da colonialidade que se nos apresenta em diferentes níveis e dimensões**:** o social, o cultural, o ambiental e o político **–** e que atravessa o campo da educação em geral e a formação docente em específico. Assim, realizamos um diálogo com vários autores na intenção de explorar outras racionalidades não dominantes para o ensino de humanidades e formação de professores, na tentativa de trilhar possíveis caminhos para o processo de decolonização do pensamento e das ações, a partir de um movimento insurgente contra esse imperativo controle exercido pela colonialidade em nossas vidas.

PALAVRAS - CHAVE: Formação docente; Movimento decolonial; Ensino de humanidades.

DECOLONIAL MOVEMENT, TEACHER EDUCATION AND HUMANITIES: POSSIBLE TESSITURES

ABSTRACT: This article addresses three domains of interest to education: teacher training, the decolonial movement and the teaching of the humanities and their possible fabrications, and aims to problematize the existence of coloniality that presents itself at different levels and dimensions: the social, the cultural, the environmental and the political - and which crosses the field of education in general and teacher training in specific. Thus, we conducted a dialogue with several authors with the intention of exploring other non-dominant rationalities for the teaching of humanities and teacher training, in an attempt to trace possible paths for the process of decolonization of thought and actions, from an insurgent movement against this imperative control exercised by coloniality in our lives.

KEYWORDS: Teacher training; Decolonial movement; Humanities Teaching.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo pretende refletir a partir de três domínios que interessam à educação: a formação docente, o movimento decolonial e o ensino de humanidades e suas possíveis tessituras. A defesa do possível entrelaçamento sugere que o movimento decolonial, por compreender que o mundo-sistema[1] entrou em colapso, marcado pela permanência da colonialidade nos diferentes níveis e dimensões do social, do cultural, do ambiental e do político, necessariamente atravessa o campo da educação em geral e a formação docente em específico.

A primeira chave de interpretação que esta conexão sugere nos permite identificar, investigar e problematizar a racionalidade herdada da sociedade moderna tanto a partir da dimensão da formação docente, quanto do movimento decolonial, e assim explorar outras racionalidades não dominantes para o ensino de humanidades[2].

O trabalho se estrutura em três partes: a primeira apresenta o movimento decolonial, seus principais teóricos e conceitos e a concepção da pedagogia decolonial a partir de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, o segundo capítulo apresenta a perspectiva de formação docente inspirada em Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos e o último a contribuição do movimento decolonial para o ensino de humanidades.

2 | O GIRO DECOLONIAL: AS POSSIBILIDADES DE FISSURA

Ao pensar na palavra giro, a primeira ideia que nos vem à cabeça é a ação de mover-se, presumindo, portanto, não estar parado ou fixo em determinado tempo ou espaço. É exatamente esse o convite que lhe fazemos caro leitor, o de colocar-se em movimento de pensar outras lógicas possíveis de se viver, isto é, criação de outros modos de vida. Será isso possível?

Para realizarmos este percurso, partiremos da perspectiva do movimento decolonial, apresentando os principais teóricos e conceitos, para posteriormente colocarmo-nos em giro, buscando as possibilidades de estabelecer fissuras e pensar o modelo de vida que vivemos atualmente. Contribuíram com este diálogo os pensamentos dos educadores populares Paulo Freire (1921-1997) e Orlando Fals Borda (1925-2008), pois suas vastas obras inspiraram a pedagogia decolonial.

O movimento decolonial se consolida no final dos anos 1990, com o objetivo de pensar e produzir conhecimento sob uma nova perspectiva, rompendo com a visão eurocêntrica que predomina na América Latina há cerca de 500 anos. Dentre os principais intelectuais podemos citar Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gomez, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Arthuro Escobar,

1 Conceito da teoria elaborado por Immanuel Wallerstein.

2 O ensino em humanidades neste contexto refere-se ao Programa de Mestrado Profissional de Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória. Nele ofertamos a disciplina Tópicos Especiais em Ensino de Humanidades II – Fundamentos do Movimento Decolonial na América Latina, em 2018/2, o que motivou esta escrita.

Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos. Portanto, o movimento decolonial trata-se de um movimento de resistência, com clara definição epistemológica, teórica e política, que de acordo com Ballestrin (2013) problematiza a exploração que se configura na América Latina, nos níveis da vida pessoal e coletiva, a partir do conceito de colonialidade em seus três aspectos – poder, saber e ser.

Assim, a discussão travada pelo movimento decolonial tem como base a colonialidade do poder e os problemas e questões por ela gerados. O conceito de colonialidade[3], criado por Anibal Quijano, consiste em elemento originado com a estruturação da América Latina, sendo constitutivo e específico do poder capitalista e se estrutura a partir da ideia de raça, imposta pelos colonizadores aos colonizados, visando estabelecer diferenças com base em suposto fundamento biológico, subjugando-os à situação de inferioridade, disseminada como relação natural.

Além da ideia de raça, enquanto instrumento de classificação social da população, inferiorizando e dominando os colonizados, a colonialidade está pautada na articulação entre controle e exploração do trabalho, de recursos e de produtos e sua relação com o capital e o mercado mundial (QUIJANO, 2005). Já Mignolo (2005) descreve a colonialidade como aspecto constitutivo do mundo moderno, e este toma a colonialidade enquanto exercício de poder.

A colonialidade tem seu conceito ampliado à medida que entrelaça outros âmbitos para além do poder, o que Ballestrin (2013) indica ser sua necessidade de imperativo controle sobre a economia, a autoridade, a natureza e os recursos naturais, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento.

Deste modo, o movimento decolonial ao identificar, investigar e problematizar as questões relacionadas à colonialidade do poder percebe a necessidade de ir além do aspecto econômico, e, traz à tona outro aspecto da colonialidade – a dimensão do saber - que se trata do viés epistêmico e epistemológico ligado ao processo de construção de conhecimento não só na América latina, mas em todo mundo moderno, que prioriza o saber eurocêntrico, isto é, o saber originado e disseminado pela Europa ocidental, como verdade incontestável.

Logo, a colonialidade do saber, alinhada ao padrão capitalista, se organiza em torno da negação dos conhecimentos, história e cultura originados na América Latina, numa ação efetiva para o silenciamento das vozes dos colonizados, com vistas a moldar a forma de ser/sentir destes, evidenciando, assim, o terceiro aspecto da colonialidade – a dimensão do ser (QUIJANO, 2009). Desse modo propaga-se o ideário da Europa como o berço e modelo da civilização a ser seguido, estabelecendo o status de criadora e detentora de todo conhecimento racional e, principalmente, científico.

3 Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao colonialismo.[...] O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2019, p.73)

Mediante o contexto apresentado, voltamos à proposta inicial de pensarmos outras lógicas possíveis de se viver, isto é, de pensarmos a criação de outros modos de vida, escapando do que está posto. Então, propomos nos colocar em "giro decolonial", isto é, "em movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105), visando romper com mais esse elemento constituído e constituinte da modernidade/colonialidade, enfrentando o racismo, o machismo, as desigualdades, e outras formas de opressão que nos cerceiam, e, desse modo, nos aproximaremos dos conceitos e da concepção da pedagogia decolonial.

3 | A PEDAGOGIA DECOLONIAL: CONCEPÇÕES E APOSTAS

A pedagogia decolonial, é a pedagogia inserida no contexto de lutas decoloniais que visa à formação humana que se contraponha às opressões impostas pela modernidade/colonialidade (MOTA NETO, 2017), para impulsionar um modo de pensar diferente, se constituindo não só um movimento de resistência, mas

> [...] no sólo de defensa y reacción, sino también y de manera más importante, de ofensiva, insurgencia y (re) existencia circunscripta en/por una construcción continua, creación y mantenimiento de una forma "otra", un "modo otro", de estar en y con el mundo. Cuando digo "modo otro", me refiero a maneras distintas de ser, pensar, conocer, sentir, percibir, hacer y vivir en relación que desafían la hegemonia y universalidad del capitalismo, la modernidade eurocéntrica y la lógica civilizatoria occidental, incluyendo su antropocentrismo y cimentos binarios. [...] el "modo otro" es aquello que existe en las fronteras, bordes, fisuras y grietas del orden moderno/colonial, es aquello que continúa siendo (re)modelado, (re) constituido y (re)moldeado tanto en contra como a pesar de la colonialidad (WALSH, 2014, p. 20).[4]

A concepção de pedagogia decolonial, de acordo com Walsh (2014), se aproxima da proposta de Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, originada nos anos de 1960. Nesse mesmo sentido, Mota Neto (2017) aponta que os conceitos, concepções e propostas metodológicas da educação popular também se articulam à pedagogia decolonial.

Assim, a partir do diálogo entre essas duas concepções pedagógicas, buscaremos elementos fundamentais que articulam a relação entre o pedagógico e o decolonial, tomando como referência as contribuições de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, dois intelectuais de extrema importância, não só para a educação latino-americana, mas para a educação mundial.

Uma questão crucial para esses dois intelectuais é o educador enquanto sujeito que

4 [...] não apenas defesa e reação, mas também e mais importante, ofensiva, insurgência e (re)existência circunscrita em / por uma construção contínua, criação e manutenção de uma "outra" forma, um "outro modo", de estar no mundo e com ele. Quando eu digo "outro modo", quero dizer maneiras diferente de ser, pensar, conhecer, sentir, perceber, fazer e viver em um relacionamento que desafia a hegemonia e universalidade do capitalismo, modernidade Eurocêntrica e a lógica civilizacional ocidental, incluindo seu antropocentrismo e fundações binários. [...] o "outro modo" é o que existe nas fronteiras, nas bordas, fissuras e rachaduras da ordem moderna/colonial, aquilo que continua sendo (re)modelado, (re)constituída e (re)moldada tanto contra quanto apesar da colonialidade.

deve assumir seu compromisso de educar de maneira dialógica, democrática e crítica, por meio de estratégias teóricas e práticas que permitam aos oprimidos tomarem consciência das opressões às quais são submetidos e dessa forma lutarem pela transformação da realidade.

Nesse sentido, o educador deve se desvencilhar da postura arrogante de detentor de saberes que fortalecem a educação bancária, e com humildade e amorosidade (FREIRE, 2016) assumir um papel de engajamento político, até mesmo subversivo segundo propõe Fals Borda (2008) e progressista segundo Freire (2016), transgredindo os modos de dominação e opressão visando à transformação da sociedade junto aos educandos das camadas populares.

Contudo, é necessário atentar-se para o fato de que o educador não pode atuar de forma isolada, mas envolver os educandos e contemplar seus contextos de vida para que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo. Nesse contexto, Mota Neto (2017) traz a concepção de *hipótese de contexto* defendida por Fals Borda que significa considerar os contextos geográficos, culturais e históricos como fundamento essencial na construção de uma ciência latino-americana. Já Freire (1996), através do questionamento acerca da educação como mera transmissão de conhecimento, aponta que o processo de ensino-aprendizagem deve transpor a invasão cultural (FREIRE, 1985) a qual as camadas populares foram e são submetidas.

Assim, os dois autores nos apresentam alternativas para valorização dos saberes populares: o *diálogo de saberes* (FALS BORDA, 2010) e a *síntese cultural* (FREIRE, 2016), além de evidenciarem a importância da pesquisa[5] para a efetivação do protagonismo das camadas populares no processo educativo, que se daria por meio do dialogismo e do processo de conscientização dos oprimidos. Mas como esse protagonismo pode ser exercido pelos oprimidos? Os dois autores buscam na resistência e continuidade das memórias coletivas, que preservam e fazem perdurar os conhecimentos populares, a possibilidade de construção da ciência popular, como aquela que parte da visão e saberes dos oprimidos e se contrapõe às "verdades" e conhecimentos científicos totalizantes oriundos do eurocentrismo. Ambos acreditam e defendem a produção de saberes sob a perspectiva não só do povo latino-americano, mas dos povos do Sul, isto é, o ato de sulear como indica Freire (2014) no sentido da busca pela autonomia na construção de conhecimento por esses povos.

Outro aspecto importante sobre o processo de elaboração das ideias, teorias e práticas de ambos intelectuais é o fato de que apostam em outras epistemologias, e se colocam abertos a dialogar com diversas correntes filosóficas como o marxismo, a teologia da libertação, a pós-modernidade de oposição e o multiculturalismo, além dessas, Fals Borda também se apropria da teoria pós-colonial e os estudos culturais.

5 Segundo Mota Neto (2017), a pesquisa para Fals Borda configura-se como investigação-ação participativa e para Freire configura-se pesquisa do universo temático.

Esse múltiplo caminho epistemológico não significa "[...] o abandono dos marcos de referência anteriores, mas uma atualização e ampliação do seu discurso teórico" (MOTA NETO, 2017, p. 12), mas reflete a intencionalidade de superar as dicotomias instauradas pela modernidade/colonialidade, tendo em vista que os autores engajados em movimentos de luta decolonial, almejam a estruturação de sociedade mais justa e igualitária, livre de opressões, racismos, machismos e tantos outros preconceitos existentes. No entanto, de acordo com Mota Neto (2017) os autores afirmam que a construção dessa nova sociedade deve ser forjada no cotidiano da e pelas classes populares, por meio dos valores ancestrais latino-americanos.

A partir dessas relevantes contribuições trazidas por Paulo Freire e Orlando Fals Borda é que podemos promover o nosso giro decolonial na educação, visando o fortalecimento de uma pedagogia decolonial, num movimento por outros modos de educação que nos impulsionam a pensar outros modos de vida. Portanto, estejamos atentos ao valioso e relevante papel do educador nesse processo de resistência aos modos de ser, estar, saber e sentir impostos pela colonialidade/modernidade, papel esse que pode ser potencializando pela formação docente, aspecto que iremos refletir a seguir.

4 | FORMAÇÃO DOCENTE: POR VIAS EPISTEMOLÓGICAS REBELDES

A formação docente com víeis epistêmico rebelde opta pela tendência de uma educação complexa, na perspectiva do filósofo Edgar Morin. Este filósofo nos permite a abertura de vias potentes para percorrer por racionalidades mais inventivas e por narrativas decoloniais, atravessadas dos interesses dos não autorizados historicamente e pelo compromisso ético, estético e político de criar, difundir e problematizar os conhecimentos das pessoas, no caso os professores que fazem da formação espaços e tempos de aprendizagem vividos e sentidos.

A partir desta premissa, a perspectiva da formação complexa que nos interessa busca inspiração no movimento decolonial, portanto, se contrapondo dos interesses do conhecimento positivista, que inviabilizam dimensões não afeitas às suas categorizações, e que, com isso, objetiva o sujeito, destituindo sua humanidade, pois que esta se coloca na perspectiva conservadora, comportamentalista e instrumental.

Como realça Ballestrin (2013), a perspectiva decolonial fornece "[...] novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção do conhecimento" (BALLESTRIN, 2013, p. 110).

Compreender o ser humano é entendê-lo dentro de sua unidade e de sua diversidade. Para a educação esse é o desafio que se coloca na pauta e no cotidiano das práticas pedagógicas dos professores.

Historicamente tendemos a arranjar sistemas, aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico, colocando os maiores acima dos menores, à maneira

de uma pirâmide. Na natureza, não há 'acima' ou 'abaixo', assim como não há hierarquias. Há somente redes conectadas dentro de redes.

Todo sistema se retroalimenta de suas partes singulares. A perspectiva que o movimento decolonial e as rebeldias epistêmicas assumidas nas práticas educativas da escola colocam em discussão como essas práticas podem contribuir para fissurar o conhecimento fragmentado e a hierarquização das disciplinas e de suas áreas, levando aos especialismos estéreis.

Tivemos múltiplas separações do ocidente, caracterizadas pela visão religioso-judaico-cristão: Deus/Humano/Natureza, a qual versa que o homem teria primazia sobre a natureza e que o mundo seria um mecanismo desespiritualizado. Esta ruptura ontológica está evidenciada na separação entre corpo e mente, razão e mundo formulada na obra de Descartes.

A fissura ontológica entre razão e mundo permite a construção de um conhecimento universal des-subjetivado (objetivo) que não está presente em outras culturas. A construção eurocêntrica cria seu ponto de vista a partir de sua experiência, à sua medida. Ou seja, existe um método para eliminar o erro e chegar a uma verdade, existe um caminho para conduzir à certeza, prevalecendo à metáfora da construção do conhecimento. A noção de sujeito racional, que conhece o outro fora dele no caso a natureza. O conhecimento matemático é o modelo exemplar e mais sofisticado, pois, se encontra distanciado do "senso comum" por fim prevalece a eliminação da diversidade qualitativa privilegiando a experiência quantitativa.

Aníbal Quinjano (2009) nos permite inferir que a experiência de trabalho docente suscita o *desencadeamento epistêmico* a partir da desobediência epistêmica. Este desencadeamento somente será possível a partir da experiência docente na prática educativa como lócus de produção de conhecimento com e não para os sujeitos e na caça às possibilidades de entrever como e onde acontecem as rebeldias epistêmicas.

5 | UM POSSÍVEL FIO A PERCORRER

Para romper com uma lógica colonizadora, instrumental e fragmentada herdada da racionalidade iluminista é imperioso problematizar as promessas modernas do progresso a qualquer preço, para a valorização do pensamento que supera os limites da ciência moderna que compartimentou os saberes, e então ampliar o diálogo com outras racionalidades em um mergulho na fenomenologia a partir da abordagem complexa do conhecimento.

A formação docente é uma experiência de encontros com uma multiplicidade de saberes, mas igualmente de discursos que primeiro nos separou da natureza. Frutificou daí uma racionalidade cognitiva instrumental que nos impediu de enxergar as múltiplas vozes das múltiplas culturas, ou de outras lógicas não visibilizadas, por exemplo, onde o movimento decolonial, criou fissuras nos fundamentos dos conceitos ocidentais.

Portanto, a aposta é promover espaços-tempos formativos que busquem irromper com a colonialidade e seu padrão articulado de poder e representações binárias e hierárquicas de construção de sentido. Como afirma Quijano (2009), a colonialidade opera em cada dimensão da sociedade, através e pelas dimensões materiais e subjetivas do cotidiano e em grande escala global.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista. Mignolo (2017) defende que "a modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o lado mais escuro, a colonialidade" (MIGNOLO, 2017, p. 1).

6 | POR OUTRAS NARRATIVAS PARA A FORMAÇÃO DECOLONIAL

Brandão (2005) dirá que:

> [...] a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender. No ensino formal a educação se sujeita à pedagogia e cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. (BRANDÃO, 2005, p. 26).

A educação perdeu sua dimensão de bem de uso para o de bem de troca, segundo Brandão (2005). Ela vale como bem de mercado, ela é de cunho instrumental, dita pelos gestores e especialista nos seus gabinetes, onde situam *os emissários dos intermediários dos interesses políticos postos sobre a educação* (BRANDÃO, 2015).

Esta educação vale para instrumentalizar e controlar as pessoas, as classes sociais, os infames da história, os desafortunados, pela difusão das ideias e dos interesses de quem controla o seu exercício.

Contudo, se a educação é invenção assim como todo conhecimento humano, ela pode ser reinventada na e para a prática social. Verificamos como os sistemas das verdades instituídas produzem as exclusões e exercem poder através da sobreposição dos discursos dominantes. A questão central que colocamos é qual conhecimento deve ser ensinado? O que queremos ensinar e queremos aprender? Quem decide o que queremos ensinar e o que devemos aprender? As teorias se diferenciam pelas diferentes ênfases que daremos a essas questões.

Segundo as estudiosas da educação Regina Leite Garcia e Nilda Alves são quatro os processos hegemônicos que organizam a escola. A pedagogização do conhecimento, a grupalização, a hierarquização e a centralização. Alguém decide o que entra ou não na escola, e, infelizmente, não é o professor, muitas vezes.

Essas escolhas muitas vezes têm um aspecto moral, as quais mantêm a dinâmica autoritária nas mãos de poucos privilegiados, mas que servem para a manutenção da

sujeição e da ordem social de muitos.

Para além desta hierarquização e seleção, a escola produz a fragmentação dos saberes, retirados dos seus contextos. Esses saberes necessitavam de ser normatizados e sistematizados, o que denominamos de disciplina nos dois sentidos que se complementam, o da parte especifica de determinado conhecimento e do controle dos corpos e mentes dos alunos.

Para que toda esta engrenagem funcione será necessário agrupar os indivíduos em tempos e espaços bem determinados, assim garantirá a ordem necessária para a aprendizagem. Contudo, é do centro para a periferia que partirá esta organização e funcionamento, tanto da escola, como na sociedade.

Para uma formação decolonial é preciso recuperar o espaço do saber no próprio cotidiano da escola, que é espaço, não o único, de formação, num claro compromisso com os sujeitos envolvidos neste processo. Não há produção de conhecimento sem sujeitos e prática social. Esta dinâmica se dá nas relações sociais. Diferentes relações sociais produzem diferentes epistemologias.

Santos (2009) dirá que a partir da intervenção da epistemologia dominante assentada numa dupla diferença, a diferença cultural do mundo moderno ocidental e diferença política do colonialismo e do capitalismo se impuseram nas culturas não ocidentais e não cristãs. Essa dupla intervenção suprime todos os conhecimentos e práticas sociais não afeitas a esta epistemologia, o que ele denomina de epistemicídio.

O projeto colonizador, portanto, desperdiça muita experiência social e reduz a diversidade das práticas culturais e políticas do mundo. Contudo, há contradição nesta relação. Pois que as experiências não legitimadas ou invisibilizadas apropriadas por grupos oprimidos resistem através de sua luta. A esta diversidade epistemológica do mundo Santos (2009) chamará de Epistemologias do Sul[6], enquanto Morin (2005) afirma que "[...] o tesouro da humanidade está na diversidade criadora, mas a fonte da sua criatividade está na sua unidade geradora." (MORIN, 2005, p. 66).

Morin (2005) complexifica a noção de ser humano, ou seja, "[...] liga e articula o que foi separado, ventilado e compartimentado por e nas disciplinas." (MORIN, 2005, p. 288). Sugere ainda uma revolução paradigmática "[...] a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino." (MORIN, 2002, p. 20).

Para o autor passaria por compreender que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e vice versa, que possamos examinar os fenômenos multidimensionais ao invés de isolá-los, que possamos perceber as múltiplas realidades existentes em qualquer sistema, ou seja, que é necessária a substituição do pensamento disjunto por um pensamento *complexus*, que tece junto.

6 Campos de desafios epistemológicos que buscam reparar os danos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.

Uma formação com inspiração em Morin (2002) preconiza que esta formação se dará de modo hologramático[7], ou seja, formamos com e entre a escola, com e entre a sociedade e com entre os alunos, em espaços formais e não formais, em tempos de crise e bonança.

De modo que a formação se inspire no princípio do circuito retroativo, em processos autorreguladores, que rompe com a ideia de causalidade linear. Ainda a formação se dará de modo recursivo, ou de autoprodução. Somos sujeitos que constitui a sociedade que vivemos e a sociedade que vivemos nos constitui, e consequentemente, os "[...] indivíduos humanos produzem a sociedade nas interações e pelas interações, mas a sociedade, à medida que emerge, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura." (MORIN, 2002, p. 95).

A formação é vivida de modo complementar e antagônico, chave da experiência autoecoorganizativa da vida, se regenera, é autônoma e dependente da cultura, ao mesmo tempo. Como na fórmula de Heráclito "viver de morte, morrer de vida". Esta mesma fórmula que se exclui reciprocamente é indissociável na realidade da formação. Seria o princípio da dialógica, ou ordem/desordem/organização. A dialógica preconiza a inseparabilidade de noções contraditórias dos fenômenos complexos. Viver e aprender faz parte do mesmo processo, pois que conhecimento é vida!

7 I GIRO DECOLONIAL E O ENSINO DE HUMANIDADES: SENTIRPENSAR OUTROS TERRITÓRIOS POSSÍVEIS

Sentipensar com o território permite pensar desde o coração e a mente[8], neste sentido, retomar o passado como ponto de partida mirando um horizonte, é compreender no campo das relações, entre todos que compartilham um mundo que nos é comum, reabilitar a singularidade e a diferença, em afirmar que o mundo não se reduz à Europa (MBEMBE, 2018).

A fim de romper categorias coloniais, etnocêntricas ainda presentes, a desobediência epistêmica se torna possível, por meio de uma geopolítica e política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, de sujeitos que foram racializados, que tiveram sua óbvia humanidade negada (MIGNOLO, 2008, p.290). E, no contexto da América Latina, povos em movimento e resistência (LANDER, 2016, p. 245), lutam contra formas de dominação dos territórios, saberes e conhecimentos em suas pluralidades culturais.

Diante disso, o contexto do Movimento Decolonial em suas nuances, possibilita coexistir outras racionalidades não dominantes, potencializando territórios possíveis, tecidos em redes solidárias, que buscam considerar a complexidade das relações do ser enquanto parte da natureza, os afetos e as constituições sociais em suas diferentes formas

7 Inspirado no holograma, em que cada ponto contém a quase totalidade da informação do objeto que ele representa.
8 ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p. (Colección Pensamiento vivo).

de estar juntos, num sentido de multiplicidade e parentalidade.

> A imanência entre homem e natureza provém de uma relação de parentesco comum em que todos são pessoas [...] Assim como na cosmologia ameríndia, na yorubá também não há transcendência entre cultura e natureza, mas uma imanência ativa que é preservada, dentre várias estratégias, pela preservação de uma cosmologia da multiplicidade e parentalidade: muitos seres diversos que compõem uma grande família (SOUZA, 2020, p. 03).

Outra questão pertinente nos implica a refletir: de que forma o ensino de humanidades, pode contribuir com a ruptura epistemológica da colonialidade, que atravessa o campo da educação e formação docente, por meio de saberes considerados universais e racionalidades dominantes ainda presentes:

> Para tal, somos desafiados a realizar uma mudança epistemológica no campo da formação de professores (as) no Brasil, que vá além das velhas dicotomias entre o escolar e o não escolar, o político e o cultural, o instituído e o instituinte, ainda presentes em vários currículos e práticas de formação de professores (GOMES, 2011, p. 57).

No caminhar sobre os diálogos acerca da formação docente, movimento decolonial e o ensino de humanidades, compreendemos que, os elementos originários destes dispositivos de relações de poder, partem de uma ordem vigente, a imposição do imaginário de superioridade europeu na perspectiva do epistemicídio (SANTOS, 2010), de forma hierarquizada, em detrimento de grupos excluídos, silenciados, invisibilizados.

> [...] A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] Numa sociedade em que se impera a supremacia branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. [...] A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, 2014, p. 83).

E, desta forma, as possibilidades de reflexão acerca de compreender de que forma a colonialidade se torna estrutura fundante das opressões, a fim de categorizar homens e mulheres negros enquanto mercadorias, objetos, moedas desde o primeiro capitalismo (MBEMBE, 2018), um projeto de poder no qual também propôs reduzir a memória, história, diferentes formas de estar juntos dos povos originários, como espécies à margem da história universal, sujeitos de sobrevivências anacrônicas de uma fase distante do até então idealizado e imposto nas colônias (CLASTRES, 2017).

Neste sentido, se torna inerente observar, quais são os desafios dos movimentos sociais nas lutas emancipatórias e pela democracia (GOMES, 2017) e, de que forma estes contextos de lutas, buscam superar estruturas sociais marcadas, por meio de políticas educacionais formas de ressignificar e ampliar horizontes diante da pluralidade das

produções de conhecimento, a fim de romper com a normalização pelo qual o poder se manifesta de forma hegemônica no campo da identidade excluindo a diferença (SILVA, 2014).

No tempo presente, diante dos desafios que perpassam o ensino de humanidades, tais reflexões possibilitam compreender, de que forma o potentado colonial e suas invenções do colonizado (MBEMBE, 2018) mantém uma estrutura social a partir de ordem vigente, marcando corpos, culturas dissidentes e negação das singularidades do outro, formas ainda presentes no pensar hegemônico, eurocêntrico e excludente coexistentes nas ciências humanas, que permeiam produções científicas e, ainda atravessam, a formação de professores.

Neste contexto, se torna necessária uma retomada de consciência e dos territórios em disputa (ARROYO, 2011), no que se refere produções de currículos, práticas educativas fragmentadas, dissociadas de nossa própria existência e relações recíprocas com o mundo.

Ainda permanecem as dificuldades em reconhecer no espaço institucional da educação, regulada pelo mercado e racionalidade científica-instrumental, os diferentes saberes produzidos, os saberes populares, vindos também de grupos sociais não hegemônicos, conhecimentos e saberes que se tornam ausências (GOMES, 2017).

Da mesma forma que é contraditório aceitar que, grupos privilegiados sustentem lógicas incoerentes, desumanas de expropriações dos povos e territórios tradicionais, no campo e na cidade, por meio de discursos do capitalismo dito sustentável, é inaceitável ser conivente com práticas e discursos hegemônicos das produções e saberes no ensino de humanidades. Acerca da questão ideológica, nunca o professor progressista precisou estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade na educação (FREIRE, 1996).

Por qual motivo todos esses mecanismos, para manter relações desiguais de poder, ainda são tão presentes, inclusive, como eixos norteadores nas produções acadêmicas das ciências humanas e no ensino de humanidades? Tão importante quanto compreender as estruturas fundantes das opressões e todas as implicações que estabeleceram relações desiguais de poder, de forma digna e rebelde, precisamos questionar e trazer provocações sobre o que fazer diante da visibilidade de conhecimentos dominantes que se assentam na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer (SANTOS, 2010).

Com a sabedoria ancestral do Velho Antônio, uma figura importante do Movimento Zapatista, podemos aprender a não colocar para andar as palavras que não caminham (GENNARI, 2002), assim como a palavra render-se, que não existe em algumas línguas dos povos originários, não podemos também nos render diante da busca de outros mundos possíveis ressignificando espaços ainda negados e silenciados de conhecimentos e suas pluralidades, rompendo barreiras que objetivam negar a humanidade de determinados sujeitos em afirmação de outros que se afirmam enquanto universais (SANTOS, 2010), por

meio de práticas e discursos de violações de direitos, inferiorização, imposto por uma parte dominante num período que deixaram suas marcas e feridas abertas no tempo presente.

O ensino de humanidades, neste aspecto, tem o compromisso de romper todas essas lógicas lineares, marcadas, excludentes e insustentáveis que se materializam por meio de práticas e discursos nas áreas de formação de professores e pesquisas que dissociam a complexidade da existência, através da imposição das monoculturas da mente (SHIVA, 2003), ainda que em solos férteis, que trazem em si saberes ancestrais, sociedades em suas diferentes formas de estar juntos, culturas e organizações sociais.

A prática formadora em sua natureza ética e a radicalidade da esperança (FREIRE, 1996), devem caminhar juntas com o olhar atento da educação enquanto direito social, duramente conquistado, e seu potencial humanizador, reflexivo, capaz de transformar realidades.

Cabe a todas e todos neste aspecto, com rebeldia e dignidade, tornar insurgentes os espaços de produções de conhecimento, potencializando as singularidades nos espaços de formação docente no ensino de humanidades, rompendo com hierarquias, formas binárias ou reduzidas a uma força reativa que tem por objetivo manter relações desiguais e excludentes nas produções de saberes, um lugar no qual as diferenças coexistam de forma colaborativa e potente. Afinal, por meio da memória, de cada história, nós, pequenas constelações de gente, criamos diferentes possibilidades para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019).

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; GARCIA, Rregina Leite (orgs.). **O sentido da escola**. DP&A. Rio de Janeiro. 1999.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai/ago, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luisa Marino de Freitas (orgs.). **Povos indígenas e educação.** 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense. São Paulo. 2005.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: UBU editora, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia/ Arturo Escobar. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p. (Colección Pensamiento vivo).

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63 ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2017.

GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador***:* saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94. Jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc /v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf> . Acesso em 23 jan. 2021.

MIGNOLO, Walter. D. A colonialidade de cabo arabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma reformar o pensamento. Ed. Bertran Brasil, Rio de Janeiro. 2002.

MORIN, Edgar. **A humanidade da humanidade**. Sulina. Porto Alegre, 2005.

MOTA NETO, João Colares. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. In: 38ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais.**.., São Luís. Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência. 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT06_129.pdf> . Acesso em 24 fev. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Perspectivas latino-americanas CLACSO, 2005, p. 107-127.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, S.A. Janeiro 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente***:* perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-43.

CAPÍTULO 17

RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOULA NO BAIRRO CAMPINHO EM BACURI-MA: TRAÇANDO UMA HITORIOGRAFIA

Data de aceite: 21/05/2021
Data da submissão: 28/04/2021

Verônica Maria de Moraes Alexandre Santana
Instituto de Ensino Superior Franciscano-IESF
Bacuri – MA
http://lattes.cnpq.br/5721615651551279

RESUMO: O presente artigo busca fazer uma análise historiográfica acerca da cultura do Tambor de Crioula – manifestação cultural de origem africana com raízes no bairro Campinho no município de Bacuri–MA, procurando identificá-la enquanto cultura local vivenciada e passada de geração a geração. O referido estudo será realizado por meio de visitas, observações e entrevistas, objetivando não somente descrever a dança, mas, também evidenciar elementos esclarecedores sobre o contexto social no qual a mesma se insere, conhecendo seus produtores, afrodescendentes e, que pertencem a setores das classes menos favorecidas. Propõe ainda, analisar as dificuldades vivenciadas quanto à sua preservação e sugerir práticas que possam revitalizá-lo de modo a garantir sua continuidade oportunizando às gerações futuras o seu conhecimento e sua prática.
PALAVRAS - CHAVE: Tambor de crioula. Manifestação cultural. Revitalização.

RESISTANCE AND PRESERVATION OF THE CRYULA DRUM IN THE NEIGHBORHOOD CAMPINHO IN BACURI-MA: PLACING A HITORIOGRAPHY

ABSTRACT: This article seeks to make a historiographical analysis about the culture of Tambor de Crioula - cultural manifestation of African origin with roots in the Campinho neighborhood in the municipality of Bacuri – MA, seeking to identify it as a local culture experienced and passed from generation to generation. This study will be carried out through visits, observations and interviews, aiming not only to describe the dance, but also to highlight elements that clarify the social context in which it is inserted, knowing its producers, people of African descent and who belong to sectors of less favored classes. It also proposes to analyze the difficulties experienced regarding its preservation and suggest practices that can revitalize it in order to guarantee its continuity, providing future generations with their knowledge and practice.
KEYWORDS: Creole Drum. Cultural Manifestation. Revitalization.

1 | INTRODUÇÃO

O Tambor de Crioula no Município de Bacuri, e em especial no bairro Campinho, tem se mostrado uma manifestação cultural presente apenas entre aqueles moradores mais antigos, cujas raízes eles levarão consigo se não forem transmitidas às novas e futuras gerações. Nesse contexto, faz-se necessário fazer uma

análise dessa manifestação cultural através de levantamentos e estudos historiográficos, para assim propor a sua revitalização e valorização pelas novas gerações bacurienses com o intuito de manter viva essa tradição cultural.

Diante do exposto, chegou-se ao seguinte problema: "como fazer o resgate da manifestação cultural Tambor de Crioula de modo a revitalizá-la enquanto prática cultural"?

A princípio, muitos obstáculos tornaram-se aparentes, haja vista ser uma dança de origem africana, sem época fixa de apresentação e que se incorpora à prática do catolicismo tradicional e da religiosidade afro-maranhense. Assim sendo, o estudo dessa manifestação visa não somente descrever a dança em suas particularidades, mas também evidenciar elementos esclarecedores sobre o contexto social no qual a mesma se insere. Pois, seus produtores são predominantemente afrodescendentes que pertencem a setores das classes menos favorecidas, além de possuir uma idade já um tanto avançada.

Portanto, com o intuito de desenvolver um estudo e apresentar propostas que possam amenizar a problemática evidenciada, é que se propõe a revitalização do Tambor de Crioula enquanto manifestação cultural praticada no Bairro Campinho no Município de Bacuri/MA.

A referida pesquisa pode ser identificada como exploratória combinada com descritiva, explicativa e aplicada. Exploratória por objetivar uma maior familiarização com o objeto de estudo permitindo maior compreensão, entendimento e precisão. Descritiva por visar a uma melhor descrição do ambiente físico em que vive o grupo de Tambor de Crioula no bairro Campinho. Explicativa porque busca uma conexão de ideias e fatores identificados para compreender as causas e efeitos da atual situação do grupo Tambor de Crioula do referido bairro e aplicada por se tratar de um problema concreto que precisa da elaboração de uma proposta para a resolução das adversidades encontradas. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica face à necessidade de se recorrer às publicações escrita sobre a temática para o embasamento e elaboração do marco teórico com o intuito de confrontar as informações com a realidade encontrada no campo, que é o bairro Campinho, local de morada daqueles que praticam a dança do Tambor de Crioula. De campo, considerando que o objeto investigado é algo concreto que se manifesta em uma comunidade e que necessita de um estudo e pesquisa *in loco*. Enquanto procedimento, a pesquisa realizar-se-á por meio de observação direta intensiva que inclui a observação não-participante e realização de entrevistas despadronizadas, a fim de deixar os entrevistados livres para falar sobre o objeto de estudo e suas vivências. Os sujeitos envolvidos no processo é o grupo de Tambor de Crioula da Comunidade Campinho.

Sendo o Tambor de Crioula o objeto central de reflexão, seu estudo constitui-se em oportunidade de intensificados contados com o referido grupo para obtenção de informações e de conhecimento acerca de suas características, aspirações e expressões de resistência e de luta na busca de sua preservação enquanto manifestação cultural local.

Deste modo, propõe-se inicialmente historicizar o Tambor de Crioula enquanto

cultura a ser vivenciada de geração em geração através de leitura de textos que subsidiem a temática em questão, propondo uma visão geral das manifestações lúdicas dos negros na estrutura colonial brasileira; em seguida, será feita uma análise do histórico do Tambor de Crioula no município de Bacuri/MA, mais precisamente no Bairro Campinho, descrevendo como é realizada a dança nessa localidade. Na sequência, será elaborado um diagnóstico das dificuldades vivenciadas por aqueles que praticam a referida manifestação cultural, e, por fim, sugerem-se práticas de preservação do Tambor de Crioula, com vistas à sua revitalização.

2 | GENEALOGIA DO TAMBOR DE CRIOULA

O regime de trabalho escravocrata implantado no período colonial brasileiro e baseado na mão-de-obra africana configura uma complexa estrutura de dominação cujos mecanismos básicos tinham a finalidade de reprimir de todas as maneiras e em todos os níveis as manifestações culturais dos dominados. Nessa questão, pressupondo-se o ser humano como agente social e produtor de cultura, evoca-se a emergência de suas histórias, delineadas no movimento do tempo em interação com o movimento no espaço. Esse movimento por sua vez, é mediado por diferentes linguagens, cujas expressões denotam traços de conhecimentos, valores de um povo, de uma etnia ou de um determinado grupo social.

Neste ínterim, o pensamento de Carlos Rodrigues Brandão, resume pontualmente o que foi destacado anteriormente:

> Com pontos de contatos e atrito entre a esfera política e a propriamente religiosa, os rituais de nossa cultura popular são produções que existem, na maior parte dos casos desde o tempo do domínio colonial. Às vezes perseguidos, outras vezes tolerados e até estimulados pelos donos do poder, da sociedade e do Estado, os rituais que conseguiram sobreviver até os dias de hoje, são quase sempre formas empobrecidas e isoladas de festividades de uma complexidade surpreendente (BRAN DÃO, 1977: 16.)

Portanto, vivendo sob o jugo do trabalho forçado e torturado, bem poucas chances tinha o negro escravo de praticar os seus rituais de origem. A partir daí surge o que Eduardo Hoonaert denomina de “cultos clandestinos” e sobre os quais escreveu:

> O maior ambiente alternativo naquele tempo era a própria noite... Pode-se dizer que o dia pertencia aos brancos e à noite aos escravos. De noite os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos que se recolhiam nas casas grandes com medo dos escravos. Estes aproveitavam da escuridão para exprimir uma vida social que não podia enquadrar-se nos moldes do sistema colonial e significava a sua identidade como pessoa e como o povo. (HOONAERT, 1977: 395).

Por outro lado, este autor destacava a efetiva manipulação dos símbolos católicos oficiais usados pelos escravos, que assim, e através destes, conseguiam uma maior e relativa liberdade para a realização de seus cultos, os quais "deviam significar a integração na sociedade escravocrata, mas passaram a significar a defesa contra esta sociedade", acrescentando, o referido autor faz a seguinte caracterização:

> Enquanto o sistema colonial procurou instalar uma incomunicação entre senhor e escravo, tirando a palavra do escravo, os cultos procuraram revitalizar este diálogo, nunca inteiramente interrompido, por meio da expressão corporal, que era o meio de comunicação que o sistema deixava ao escravo. (HOONAERT 1977: 396/397).

Operando assim com o sincretismo singular, a partir da sutil identificação com modelos católicos, os negros puderam manter um forte esquema de resistência, contando inclusive com a participação dos integrantes do clero na reivindicação de uma de suas mais importantes necessidades: o laser - conquista chamada após longos anos de "luta", também chamada de "raízes institucionais das sobrevivências africanas". A partir das relações trabalhistas, entre senhores e escravos, tendo os primeiros se decidido pela liberação de um espaço na estrutura do cativeiro a fim de que os negros pudessem dançar e cantar para desse modo não morrerem de tristeza e, sobretudo, apresentasse mais produtividade e procriassem mais, desponta o "Tambor de Crioula", dança afro-brasileira encontrada em todo o estado do Maranhão e, portanto, praticada por afrodescendentes. É conhecido também como ritual da procriação. Dela participa homens e mulheres, e, embora severamente proibida pelos senhores na época colonial, por se confundir com feitiçaria e/ou bruxaria, além de se constituir uma dança com conotações de caráter lascivo, imoral e obsceno, mesmo assim, muitos fazendeiros fingiam que não viam, pois, tinham grande interesse em aumentar o número de escravos.

O tambor de crioula, dança que claramente retém em si traços de origem africana, é realizada sob a alegação de vários motivos: diversão, pagamento de promessa para São Benedito, o "Santo Pretinho" como é carinhosamente chamado nas rodas de Tambor de Crioula, e, também em comemorações diversas, bem como na época dos festejos junino, praticada tanto na zona rural quanto na zona urbana. O processo de aprendizagem é espontâneo e informal. Realiza-se principalmente através da convivência entre pessoas que pertencem ou se identificam com o grupo social que cultiva a dança e a consideram como um exercício de luta. Nesse sentido, Leonardo Martins, um dos principais dirigentes de grupos de tambor de crioula de São Luís faz uma interessante colocação.

> O tambor de crioula é uma dança que foi inventada pelos pretos escravos que cantavam e dançavam para se divertir. É uma dança de preto e só é boa quando tem preto, pois preto toca e canta melhor e é a classe mais forte que existe no mundo. (MARTINS APUD FERRETTI, 1979).

Logo, o tambor de crioula faz parte da cultura dos afrodescendentes. É uma arte que é deles, traz a sua identidade, pondo sentido na brincadeira enquanto manifestação cultural de grande significância para o grupo que dela participa e orgulha-se. Pois, é uma dança que causa admiração pela resistência da classe que a produz, e, apesar da desigualdade de forças presentes, sobretudo no simbolismo da dança, sua linguagem traduz dentre outros temas: a liberdade, a força cultural, o ritmo, a alegria e a criação de um espaço próprio em meio a tantas imposições.

Quanto a sua organização, e no que diz respeito às suas vestes e adornos, pode-se dizer que a indumentária do tambor de crioula se caracteriza por cores vivas. As características inerentes à vestimenta da mulher são saias rodadas coloridas, anáguas longas ponteadas com rendas, blusas rendadas e decotadas, enfeitam-se com flores, colares, pulseiras, brincos, anéis e torsos coloridos na cabeça. Os homens geralmente vestem calças escuras, camisas de manga curta ou comprida de chitão estampado ou em quadros, sobreposta com a camisa de malha branca e chapéu na cabeça.

Na dança do Tambor de crioula destaca-se a presença de vibrantes formas de expressão corporal, apresentadas principalmente pelas mulheres que ressaltam em movimentos coordenados e harmônicos cada parte do corpo como cabeça, ombros, braços, cinturas, quadris, pernas e pés. O tambor de crioula é dançado geralmente ao ar livre, sua coreografia livre e variada é desenvolvida no interior de um círculo formado pelas dançantes (baiantes ou coreiras), tocadores e cantadores dispostos um ao lado do outro. Dentro da roda entra uma dançante de cada vez, enquanto as outras ficam trocando os passos miúdos para o lado direito e esquerdo ou fazendo pequenas evoluções esperando a PUNGA que se constitui no ponto mais alto da coreografia do tambor de crioula, se caracterizando como convite para entrar na roda. Cada coreira (dançante) define sua forma individual de dançar, contudo, observa-se uma unidade coreográfica no conjunto como um todo. Normalmente não existe quebra de ritmo e todas as dançantes seguem o mesmo compasso dos tocadores. Em torno da roda, pelo lado de fora, ficam os amigos, parentes, apreciadores da dança, e, também a assistência que auxilia toda a apresentação.

A música que acompanha a dança é tocada por três tambores de madeira com couro preso por cravelhas que são amarrados com uma correia de couro para dar maior sustentação. Os tambores são colocados ao redor de uma fogueira para serem aquecidos e possibilitar a correta afinação do couro.

Os instrumentos são colocados um ao lado do outro na mesma linha obedecendo a seguinte ordem de conjunto da direita para a esquerda: **tambor grande, meião e crivador**. Os dois últimos ficam assentados em um pedaço de madeira, enquanto o grande é apoiado no chão e enlaçado à cintura do instrumentista por uma corda.

O conjunto de instrumentos que acompanha o tambor de crioula chama-se PARELHA. Levando-se em conta a ordem musical de entrada dos instrumentos, normalmente evidenciado pelos instrumentalistas no início de uma rodada, tem-se a seguinte relação:

1º meião - chamado de tambor mestre por iniciar o toque dando a característica do andamento da toada a ser cantada; **2º crivador** - possui dois toques: simples e repenicado; **3º tambor grande** - a área percutida é maior do que nos outros tambores, possibilitando o uso de efeitos tímbricos diferenciados: o agudo e grave abafado. Exige maior condição de improviso, pois é diretamente relacionado com as diversas situações pressentidas no conjunto instrumental e na coreografia.

Em alguns momentos do tambor de crioula percebe-se a presença de "palmas" que significam a participação coletiva e espontânea daqueles que não estão tocando ou cantando. Quanto ao canto realizado no tambor de crioula, distingue-se as toadas caracterizadas em sua maioria por "quadras" ou por "dísticos", onde normalmente o segundo verso rima com o quarto não havendo rima entre o primeiro e o terceiro. Os ciclos do toque das toadas nas danças, repetem-se através da noite. Por essa razão, alguns consideram o tambor de crioula monótono. No entanto, é "particularmente desta forma repetitiva de ser que facilita a interação musical e social dos seus participantes. Essa interação é a força do tambor de crioula", como afirma Patrícia Sandler (1995: 29).

3 I O TAMBOR DE CRIOULA EM BACURI

Neste município a dança do tambor de crioula constitui hoje em dia uma das manifestações culturais mais comuns, realizadas principalmente por descendentes de ex-escravos. Dentre outras particularidades, ressalta-se que esta dança se encontra profundamente ligada aos pagamentos de promessas e as festas em homenagem aos padroeiros de bairro da cidade.

Ao final do século passado o litoral norte do Maranhão devido ao mar como único caminho e ao solo apropriado para o plantio da cana-de-açúcar tornou-se atrativo para a implantação de diversos engenhos de produção de açúcar e aguardente sob o regime de produção escravista fornecido pelo tráfico de escravos vindos de vários outros engenhos que prosperaram na região. Consequentemente o número de escravo cresceu e com eles vieram as suas culturas e suas tradições. O tambor de crioula em Bacuri nasceu no povoado Bitíua, um dos engenhos que se tornou autossuficiente nesse período. Em 1889, após a libertação dos escravos, os negros começaram a se dispersar, construíram seus ranchos e suas roças. O lugarejo que antes era mata começava a transformar-se em um pequeno povoado, que crescia com a chegada de comerciantes.

Na década de vinte com o êxodo dos escravos originou-se o que hoje é a sede do município, localizado na cabeceira do Rio Tomacatingas, que deságua na margem direita do rio Turiaçu, situado na Mesorregião Norte Maranhense e na Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, região conhecida como Floresta dos Guarás. Limita-se ao norte com o município de Apicum-Açu e Oceano Atlântico, ao sul e ao leste com o município de Serrano do Maranhão e ao Oeste com o município de Turiaçu. Em 16 de novembro de1961

o município é criado segundo a Lei 2.154, sendo desmembrado do município de Cururupu e instalado em 01 de janeiro de 1962. Possui uma área de 682 km² e uma população de 18 mil habitantes, é composto por vários povoados que foram surgindo desde o início do século.

Do povoado vertedouro muitos negros vieram para a sede do município, formando assim o bairro Campinho, uma comunidade de 1.426 habitantes - (fonte: FNS do município), negros em sua maioria, filho de escravos que até hoje passam a sua cultura e as suas tradições. Os grupos de tambor de crioula lá existem, lá estão as raízes desta dança de origem africana, cultuada pelos seus antigos brincantes, idosos de faixa etária que variam entre 60 e 70 anos, esbanjando vitalidade e alegria em suas rodas de tambor de crioula nas quais amanhecem o dia em clima de festa e satisfação.

Segundo depoimentos dos brincantes mais antigos, quem começou o tambor de crioula em Bacuri foi a Senhora Josefa Mafra para pagar uma promessa a São Benedito, isso ainda na década de 20. Daí em diante, o tambor de crioula tornou-se festa popular, aplaudido e apreciado por todos os bacurienses.

O auge do tambor de crioula em Bacuri aconteceu mesmo no final dos anos 60 e início dos anos 70, quando houve o incentivo da brincadeira principalmente nas Festas Juninas, a partir daí é acesa a chama dos grupos de tambor de crioula no município, que deixa de acontecer apenas como pagamento de promessas, passando também a fazer parte do calendário das festas da cidade, e, especialmente acontecendo também aos sábados no terreiro de algumas pessoas que apreciavam a dança. Tudo era festejado com o tambor de crioula, a chegada de uma pessoa importante, de um parente, nas datas comemorativas, qualquer ocasião era uma desculpa para uma noitada de tambor de crioula que sempre reunia mais de cem pessoas entre brancos e negros, todos davam valor e aplaudiam essa grande manifestação da cultura popular.

4 | A RESISTÊNCIA MILENAR DA MANIFESTAÇÃO CULTURAL

A partir de 1977, inicia-se a fase de decadência dessa manifestação, ocasionada principalmente pela chegada da energia elétrica no município. Com a saída de Bacuri da escuridão e a chegada dos meios de comunicação, a exemplo da televisão invadindo as casas das famílias bacurienses, servindo principalmente como atrativo especialmente para os jovens e trazendo-lhes o conhecimento de outras culturas, outros ritmos e outras danças, levando o tambor de crioula novamente a cair no esquecimento. Na sequência, mais uma inovação com o surgimento das aparelhagens de radiola. As festas passaram a acontecer com estes aparelhos, reunindo multidões sem distinção de classe social cor e/ou etnia, relegando o tambor de crioula que volta a acontecer somente nas Festas Juninas ou como pagamento de promessas dos devotos de São Benedito.

Nesse contexto, o tambor de crioula perde sua relevância e seu espaço na estrutura

social, ficando esquecido pela comunidade e presente apenas na vida daqueles que o tem como herança cultural. Há um preconceito principalmente da camada mais jovem, especialmente entre os jovens da comunidade que demonstram ter vergonha da sua cultura, das suas raízes e da sua história, enfim, vergonha do tambor de crioula, chamando-a de "dança de preto ou de velho", preferido incorporar-se nas danças e nos ritmos atuais por estarem na moda. Como consequência desse fato, vê-se uma cultura, uma tradição popular esquecida, morrendo, haja vista, que muitos grupos já se desintegraram tendo como principal razão a morte de seus participantes, por já terem suas idades avançadas.

No entanto, é visível a resistência daqueles que cultivam e cultuam essa tradição, que lutam pela conservação de suas raízes, que pensam na posteridade, com o desejo que as futuras gerações também possam conhecer essa milenar manifestação.

5 I PRESERVAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOULA EM BACURI

O tambor de crioula em Bacuri é uma dança organizada por negros afrodescendentes, moradores do bairro Campinho e acontece em homenagem a São Benedito, outros padroeiros e outras entidades. Não constituindo assim manifestação especificamente religiosa, pois, também é considerada como brincadeira podendo ser realizada em qualquer época do ano. Essa manifestação cultural hora esquecida e desvalorizada pela sociedade bacuriense, vivenciada apenas por seus antigos e fiéis brincantes que insistem em cultivá-la e cultuá-la, necessita de ações que proporcionem a sua revitalização.

Nessa perspectiva, sugerem-se práticas que conduzam o tambor de crioula de volta ao seio da sociedade bacuriense com a valorização e o respeito que lhe é devido. De acordo com Florestan Fernandes, "cultura compreende todos os elementos que constituem soluções usuais e costumeiras admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade transmitida de geração em geração" (1975: 15).

Portanto, no intuito de que esta manifestação possa ser preservada e as gerações vindouras possam conhecê-la e até mesmo vivenciá-la, faz- se necessário o incentivo à criação de novos grupos de tambor de crioula, tendo as escolas como estimuladora dessa prática, através da realização de projetos que envolvam os jovens, e os ajudem a despertar suas consciências históricas e a memória de suas ancestralidades, para que assim se proponham a aprender e valorizar a arte do tambor de crioula, e, novos grupos possam surgir a partir dos ensinamentos dos mestres, aqueles que são os pais dessa dança. E embora jovens de espírito e disposição, já estão com a idade avançada e precisam passar seus ensinamentos e suas experiências, contribuindo na tarefa de preservação dessa manifestação que tem tanta história para contar e que as futuras gerações tenham a oportunidade de conhecer e vivenciar tais histórias, construindo a imortalidade da dança do tambor de crioula em conformidade com o pensamento de Carlos de Lima da Comissão Maranhense de Folclore:

> Tambor de crioula, imperecível, ressurgindo das cinzas a cada oportunidade, belo, contagiante e imortal. Dança do povo, lenitivo dos escravos, tambor de negros, voz da África, permanecerás para sempre como testemunho e protesto das injustiças, livre, solto, arrebatador, canto da Terra e da alma maranhense. (LIMA, 1995: BOLETIM 03).

6 | CONCLUSÃO

O Presente artigo buscou fazer uma análise histórica do tema que versa sobre a historiografia do tambor de crioula em Bacuri e algumas questões existenciais que marcam sua trajetória. Sendo assim, o tambor de crioula no seu surgimento foi marginalizado pela sociedade dominante, sendo até mesmo proibido no espaço urbano. Porém, pouco a pouco conseguiu o seu espaço e se tornou uma manifestação cultural de grande relevância na sociedade até um dado momento.

No entanto, vivenciou momentos de esquecimentos, presente apenas em algumas raras situações, aplaudido unicamente por seus integrantes, ficando à margem do contexto social que o produziu e o valorizou em sua época de ascensão. Por conseguinte, uma manifestação cultural, a essência de um povo que a produziu não pode morrer, perdendo sua significância no atual cenário. Logo, é necessário que o seu conhecimento seja passado para as novas gerações através de uma proposta de preservação que verdadeiramente possa fazer a revitalização dessa manifestação conceituada como sendo um dos mais belos espetáculos culturais, e que, portanto, precisa ser preservado.

Portanto, o Tambor de Crioula é, sobretudo uma dança de origem africana traduzida ao estilo maranhense e bacuriense, tornando-se uma prática ritual em diversos momentos. E como ritual, e observado em seu meio, é um belo espetáculo e que carece e precisa ser valorizado como manifestação cultural e preservado em sua originalidade, não permitindo a sua descaracterização.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Um pouco de ordem nesse debate – Movimentos.** Rio de Janeiro: Ed. Autores Associados, 1977, 116 páginas.

CARVALHO, Ozimo de. Et al. **Retratos da cultura**. 1977, 115 páginas.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978, 180p.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Tambor de crioula: ritual e espetáculo**. São Luís: SIOGE, 1979, 156 páginas.

HOONAERT, Eduardo. **História geral da igreja na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1977, 409 páginas.

LIMA, Carlos de. **Tambor de crioula – memória**. São Luís: SIOGE- Comissão Maranhense de folclore. Boletim 03/agosto 1995.

SANDLER, Patrícia. **Musicalidade no tambor de crioula**. São Luís: SIOGE- Comissão Maranhense de Folclore, 03/agosto 1995.

CAPÍTULO 18

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS POR MEIO DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 07/05/2021

Álvaro Luiz da Silva Santos
Centro Universitário Estácio do Recife
Bacharelado em Psicologia e Relações Internacionais
Recife – Pernambuco
http://lattes.cnpq.br/2714178664351353
https://orcid.org/0000-0003-2093-8488

Thalita Franciely de Melo Silva
Universidade Estadual da Paraíba
Professora Substituta do Departamento de Relações Internacionais
João Pessoa – Paraíba
http://lattes.cnpq.br/9994749977673796
https://orcid.org/0000-0002-9865-5229

Publicado pela primeira vez na Revista de Estudos Internacionais (REI).

RESUMO: O presente artigo aborda a integração local de refugiados no estado de Pernambuco, a partir da inclusão no mercado de trabalho. O estado tem evidenciado um aumento considerável de refugiados em virtude do eixo da interiorização da Operação Acolhida, criada pelo Governo Federal em resposta à crise humanitária na Venezuela, que fez com os migrantes e refugiados se deslocassem voluntariamente com objetivo de inclusão socioeconômica. A metodologia desse artigo é básica, exploratória, de abordagem qualitativa e realizada por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com órgãos e instituições locais. O estudo contribui para reflexão da sociedade para a necessidade de criação de políticas públicas a fim de garantir a integração local duradoura por meio da inserção laboral, garantindo assim, a autossuficiência do refugiado e de sua família.

PALAVRAS - CHAVE: Migração forçada. Operação Acolhida. Emprego. Pernambuco.

THE PROCESS OF LOCAL INTEGRATION OF REFUGEES THROUGH LABOR MARKET INSERTION: A STUDY FROM THE EXPERIENCE OF THE STATE OF PERNAMBUCO

ABSTRACT: This article discusses the local integration of refugees in the state of Pernambuco, from their inclusion into the labor market. The state has shown a considerable increase in the number of refugees due to the internalization axis of the Operation Welcome, created by the Federal Government in response to the humanitarian crisis in Venezuela, which caused migrants and refugees to voluntarily move with the purpose of having socioeconomic inclusion. The methodology of this article is basic, exploratory, has a qualitative approach, and was carried out by means of bibliographic research and semi-structured interviews with local agencies and institutions. The study contributes to the society's reflection on the need to create public policies in order to ensure a lasting local integration [of the refugees] through labor insertion, thus ensuring the self-sufficiency of the

refugees and their families.
KEYWORDS: Forced migration. Operation Welcome. Employment. Pernambuco.

1 | INTRODUÇÃO

O deslocamento forçado é um dos desafios mais complexos no cenário internacional. Isso se deve ao fato de que não só o indivíduo tem sido afetado – uma vez que é obrigado a deixar seu local de origem – mas os Estados de origem e de destino que são levados a criar políticas públicas para o acolhimento e inserção destas pessoas na sociedade.

O refugiado, conforme a Convenção Relativa para o Estatuto do Refugiado de 1951 ampliada pelo Protocolo Adicional de 1967, é aquele que foge de seu país de origem devido ao temor bem fundado de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação a um determinado grupo social ou opinião política e é incapaz ou não quer buscar proteção do Estado de origem. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur, 2020), até o final de 2019, 79.5 milhões de pessoas se deslocaram forçadamente, no qual 264 mil tiveram como destino o Brasil. Desses, 43 mil foram reconhecidos como refugiados pelo Governo Federal em 2019 (Conare, 2019a, 2020a; Cáritas, 2020c).

O número elevado é fruto, também, da crise humanitária na Venezuela que fez com que vários indivíduos buscassem refúgio em outros países, sendo o Brasil o quinto destino escolhido. Para garantir o atendimento humanitário, o Governo Federal criou, em 2018, a Operação Acolhida, que dentre os seus eixos, destaca-se o Programa de Interiorização que fez com que os refugiados se deslocassem voluntariamente de Roraima para outros estados do país com objetivo de inclusão socioeconômica.

O estado de Pernambuco tem recebido venezuelanos nos últimos anos, o que exigiu que as autoridades governamentais desenvolvessem políticas públicas mais efetivas para o acolhimento destas pessoas. Como mecanismo de integração local, o trabalho é essencial para que os refugiados possam socializar e ter sua subsistência.

O presente artigo aborda a integração local de refugiados no estado de Pernambuco a partir da inclusão no mercado de trabalho. A escolha do tema surge a partir da necessidade de compreender as ações que estão sendo desenvolvidas no estado supracitado a fim de evidenciar as políticas públicas que foram desenvolvidas para atender os refugiados, principalmente, os venezuelanos.

Quanto à metodologia, embora se apresente algum dado estatístico, trata-se de um estudo qualitativo, no qual busca-se compreender, descrever e explicar de modo sensível como o refugiado se posiciona hoje no mercado de trabalho em Pernambuco a partir das políticas de acolhimento existentes. Além disso, essa pesquisa é de caráter exploratório e de procedimento bibliográfico, uma vez que foram utilizadas livros, teses, doutrinas, leis e convenções internacionais. De modo complementar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o governo local, empresas e instituições não governamentais que se

ocupam da questão dos refugiados (Prodanov; Freitas, 2013).

Dessa forma, o presente artigo encontra-se estruturado em quatro seções: a primeiro trata da figura dos refugiados nas relações internacionais, com ênfase no pós Segunda Guerra Mundial, momento no qual tornou-se sujeito jurídico legal; a segunda aborda a proteção do refugiados no Brasil, com enfoque na criação da Lei do Refúgio nº 9.474/2017 e nas solicitações de refúgio presentes no CONARE; a terceira trata dos aspectos da integração local, com destaque para a inserção laboral como uma solução duradoura do ACNUR; E por fim, apresenta-se os atores envolvidos e as políticas públicas desenvolvidas pelo estado de Pernambuco para facilitar a inclusão do refugiado no mercado de trabalho.

2 | O REFUGIADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As migrações internacionais se constitui, atualmente, como parte importante na agenda dos Estados em virtude do impacto significativo acarretado no país de origem e destino. Para a Organização Internacional para as Migrações (2009), significa o movimento de pessoas que deixam a residência habitual para se restabelecerem de maneira fixa ou temporariamente em outro país, implicando na transposição de fronteiras internacionais.

As pessoas podem migrar de maneira voluntária ou forçada. A primeira ocorre quando não há um elemento de coação que faz com que o indivíduo se desloque, como em casos de mobilidade de estudo ou trabalho. Já a segunda, caracteriza-se pela existência de elementos que ameacem a vida ou a sobrevivência do indivíduo, seja por origem de causas naturais ou humanas, como em situações de desastres, guerras, fome e perseguição (Oim, 2009). À exemplo de migração forçada, têm-se os refugiados – objeto de análise dessa pesquisa – que só adquiriram *status legal* no cenário internacional no século XX, quando os Estados perceberam que tratava-se de um problema comum após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A percepção dessa problemática foi gradual, especialmente entre os séculos XIX e XX – período da dissolução dos antigos impérios da Europa Oriental e da região dos Bálcãs e com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) –, quando o número de refugiados aumentou consideravelmente. Estima-se que apenas nos territórios russos, cerca de 1 a 2 milhões de pessoas deixaram suas terras devido as consequências da primeira guerra, e se dirigiram para diversos países da Europa, Ásia Central e o Oriente (Jaeger, 2001).

Com a queda do Império Otomano e a guerra civil Rússia, os refugiados não tinham proteção ou assistência oficial por parte dos governos, contando apenas com a ajuda humanitária de instituições beneficentes. Por conta disso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha convocaram uma conferência, em 16 de fevereiro de 1921, para nomear um Alto Comissário que definiria o Estatuto dos Refugiados. Em 1 de setembro de 1921, o Dr. Fridtjof Nansen aceitou estar à frente da comissão, tendo permanecido até o ano de 1924 (Jaeger, 2001).

Segundo Silva (2014), durante o período de vigência da Liga das Nações (LDN) – 1919 à 1946 – várias instituições foram criadas para a execução de tarefas do Alto Comissariado para Refugiados, tais como: o Escritório Internacional de Nansen para Refugiados (1931-1938), o Escritório do Alto Comissariado para Refugiados da Alemanha (1933-1938), o Escritório do Alto Comissário da Liga das Nações para Refugiados (1939-1946) e o Comitê Intergovernamental para Refugiados (1938-1947).

Estas instituições contribuíram para um reconhecimento legal da necessidade de proteção aos refugiados no âmbito da LDN. Dentre outras atividades, destaca-se o reordenamento desse deslocamento que teve como consequência o processo de repatriação (direito pessoal de um refugiado em regressar ao país da sua nacionalidade em condições específicas) (Oim, 2009).

Outro marco importante foi a criação do Comitê Intergovernamental sobre Refugiados (IGCR, *Intergovernmental Committee on Refugees*), em 1938, que objetivava incentivar que os Estados assumissem obrigações legais, como boas condições de trabalho, documentos legais e assistência social, sendo encerrado posteriormente, devido a perda de aporte financeiro por parte da comunidade internacional (Silva, 2014).

Cabe salientar que, nenhuma das instituições citadas anteriormente conseguiu estabelecer o refugiado como um sujeito jurídico legal, o que ocorreu somente com as transformações institucionais no pós Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) (Andrade, 2006). Em resposta a essa problemática, em 15 de dezembro de 1946, a ONU criou a Organização Internacional para Refugiados (OIR) com intuito, inicialmente, de reassentar milhares de pessoas, por meio de assistências governamentais como apoio individual e emprego (Goodwin-Gill, 2014). A OIR ficou ativa até 1949, quando foi substituída pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 1949, iniciando suas atividades no início de 1951.

O Estatuto do ACNUR, aprovado em 14 de dezembro de 1950, ressalta que assegurará a proteção de todos os refugiados que estiverem sob seu mandato, promovendo a conclusão e ratificação de convenções internacionais, firmando acordos e apoiando Governos para reduzir o número dos que requerem proteção, sendo posto que haja uma relação estreita, e que esses informem o número de refugiados atendidos em seus territórios como as leis e regulamentações que lhes dizem respeito. Ademais, busca-se uma aproximação com as instituições privadas e as não governamentais que se ocupam e podem contribuir com as questões de bem-estar dos refugiados.

O ACNUR teve um papel fundamental na criação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (Convenção de 1951) – principal instrumento de proteção internacional. Os Estados reconheceram a problemática dos refugiados como uma obrigação humanitária e social e compreendiam que sua resolução evitaria possíveis tensões na comunidade internacional. O Art. 1º, n.º 2 da convenção acima mencionada afirma que os refugiados seriam aqueles que:

> [...] em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Um dos princípios mais importante da Convenção de 1951 é o non-*refoulement* (não devolução) presente nos Art. 32 e 33, que afirma que "nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada [...]". Esse princípio é tido como absoluto e sem exceção, o que acabou se firmando como uma regra do direito internacional e é a base para a proteção dos direitos dos refugiados (Goodwin-Gill, 2014).

A Convenção de 1951 permitiu definir quem poderia ser considerado um refugiado e ainda esclareceu as obrigações a serem assumidas pelos Estados. No entanto, dois entraves na proteção aos refugiados ainda eram visíveis: a limitação geográfica, no qual o contexto em que os refugiados foram inseridos se referiam apenas às transformações sociais da Europa; e a limitação temporal, que validava somente para eventos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951. Nesse contexto, foi elaborado um Protocolo Adicional sobre o Estatuto dos Refugiados da Convenção de 1951, em 1967, que possibilitou a ampliação do alcance da definição retirando as limitações acima descritas.

Vale destacar que a realidade latino-americana demandou que esses instrumentos fossem ampliados a fim de atender as especificidades regionais do refúgio. Entre as décadas de 60 a 80, o deslocamento forçado na região foi fruto, especialmente, das ditaduras presentes em vários Estados (Silva, 2014). Nesse cenário, a Organização dos Estados Americanos (OEA) não conseguiu dar uma resposta adequada para as crises que se instalavam na região.

Essa conjuntura propiciou a criação da Declaração de Cartagena, em 1984, fruto de um encontro de governos de dez países latino-americanos em Cartagena de Índias, na Colômbia (Barreto; Leão, 2010). Essa declaração ampliou a definição de refugiado para além da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, conforme conclusão 3, n. 3:

> [...] considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

A importância da Declaração ainda se deu, segundo Leomil *et al.* (2019), pela confirmação da natureza pacífica, apolítica e humanitária, o reforço do princípio de non-*refoulement*, a garantia da confiabilidade dos instrumentos internacionais e a convergência e complementaridade das leis de direitos humanos, refletidos pela capacidade e vontade de

todo um subcontinente com coordenação, cooperação e resposta que satisfaça os princípios comuns da proteção humanitária. Ademais, destacou a importância da colaboração da comunidade internacional através da responsabilidade regional, lidando por tanto com uma problemática de natureza aberta e inclusiva.

As potencialidades de amparo para aqueles que perderam a proteção dos seus países foram consideravelmente alargadas, o que permitiu um tratamento mais adequado para as problemáticas como as que ocorreram na América Latina (Tarantini, 2006). Apesar do caráter não vinculante da Declaração de Cartagena de 1984, sua definição ampliada para o refugiado foi incluída no ordenamento jurídico de diversos países da América Latina, inclusive do Brasil pela Lei nº 9.474/97, permitindo o alinhamento às políticas internacionais.

3 | O REFÚGIO NO BRASIL

O Brasil aderiu, em 1960, a Convenção de 1951, mantendo a reserva geográfica no qual apenas os refugiados europeus poderiam ser aceitos. Além disso, também desconsiderou o Art. 15 que se referia ao direito de associação a sindicatos e instituições sem fins lucrativas, assim como o Art. 17 referente ao direito de emprego remunerado e qualquer benefício ou garantia legal no âmbito do trabalho. O reconhecimento desses artigos só aconteceu, em 1972, quando o Brasil aderiu ao Protocolo Adicional de 1967, embora ainda tenha permanecido com a manutenção da reserva geográfica (Jubilut, 2007).

O ACNUR se instalou no Brasil, em 1977, no Rio de Janeiro em função da ruptura da democracia na América Latina. Seu trabalho se limitou às atividades de reassentamento (transferência de refugiados de um país anfitrião para outro Estado que concordou em admiti-los) daqueles que não vinham da Europa. Andrade e Marcolini (2002) ressaltam que o Brasil também passava pela ditadura militar e dessa forma, evitava-se o recebimento de pessoas que poderiam se opor ao regime.

Os refugiados que chegavam ao país tiveram apoio de instituições de direitos humanos, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz (Barreto *et al.,* 2010). As duas primeiras realizavam atividades de acolhimento aos refugiados, criando mecanismos de proteção para essas pessoas, enquanto a última legalizava os trabalhos humanitários feitos pela Igreja Católica, especialmente, com projetos sociais para refugiados.

A reserva geográfica só foi extinta, em 1989, pelo Decreto nº 98.602, momento em que foi incorporada a Declaração de Cartagena de 1984 sem qualquer ressalva, onde passou a permitir o recebimento de refugiados independente de sua origem e estipulando uma dinâmica processual para a solicitação e concessão do refúgio (Tarantini, 2016).

Com o início do processo de redemocratização no Brasil, o Ministério da Justiça publicou uma portaria interministerial nº 394 em 1991, que ampliava os direitos de proteção dos refugiados e definia as normas de admissão sob a proteção do ACNUR. Essa portaria,

conforme Art. 3º, permitiu inclusive o direito ao trabalho, que havia sido negado anteriormente com a restrição dos Art. 15º e 17º da Convenção de 1951. Por essas restrições, o número de refugiados no Brasil ainda era reduzido (Barreto *et al.,* 2010).

O Brasil precisava que os mecanismos de proteção da Convenção de 1951 ampliada pelo Protocolo Adicional de 1967 fossem internalizados. Dessa forma, ocorreu uma articulação entre os Ministérios das Relações Exteriores, Trabalho, Saúde e Educação, junto ao ACNUR (representando as Nações Unidas) e as Cáritas (representando a sociedade civil), que resultou na criação da Lei do Refúgio n. 9.474, de 22 de julho de 1997.

Essa Lei é uma das mais completas para proteção dos refugiados no mundo, pois englobou todas as predisposições da Convenção de 1951, do Protocolo Adicional de 1967 e da Declaração de Cartagena de 1984. O Título I, Art. 1º traz que refugiado é aquele que:

> I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
>
> II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
>
> III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

As demais contribuições trazem as predefinições do refugiado no Brasil, os trâmites para a solicitação de refúgio, os redirecionamentos da aplicação ou não do *status* de refugiado (incluindo sua perda), os direitos e obrigações, as soluções duráveis do ACNUR, a relação da lei com demais instrumentos legais de proteção, entre outros.

Ficou estabelecido, na Lei n. 9.474/1997, que a União é o órgão responsável pelo acolhimento e proteção dos refugiados, excluindo Estados e Municípios dessa atribuição, embora nada impeça que estes também atuem neste sentido (Andrade, 2006). O pedido formal de refúgio deve ser realizado em um posto da Polícia Federal que regulariza temporariamente sua permanência no Brasil (Acnur, 2010). Assim que é feito, a solicitação de refúgio, conforme a Lei nº 9.474/97, é emitido o protocolo para emissão do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), que permite o gozo dos direitos no Brasil que são preservados pela Lei da Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

O Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, complementa a Lei nº 13.445/17 especificando e assegurando: a expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social provisória para exercício de atividades remuneradas no país; a abertura de conta bancária em instituição financeira nacional; a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); o acesso às garantias e aos mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social decorrentes da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados; e o acesso aos serviços

públicos relativos à educação, saúde, previdência e assistência social (Brasil, 2018a).

Dados do CONARE (2020b) informam que, em 2019, havia 43 mil pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil. Quanto à nacionalidade, até maio de 2019, a maioria era da Síria (36,2%); seguido da República Democrática do Congo (15,1%); Angola (8,5%); Colômbia (7,2%) e Venezuela (3,1%); os demais 29,9% se dividem em outras 75 nacionalidades e apátridas. Ainda de acordo com o CONARE (2020a), entre 2017 e 2019 foram 198.051 solicitações de refúgio no Brasil, 155.763 continuam ativas aguardando decisão final. Sendo as maiores solicitações, 134.363, de venezuelanos (91.180 ativas).

Em junho de 2018, o Brasil reconheceu pela primeira vez a definição ampliada de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984, isto é, a grave e generalizada violação de direitos humanos devido à crise socioeconômica e política da Venezuela. Esse reconhecimento possibilitou que houvesse uma simplificação no julgamento das solicitações, o que permitiu uma análise mais rápida dos pedidos (Conare, 2019a).

Desde o momento em que o refúgio é solicitado, é preciso que haja a integração da pessoa no lugar em que ela pretende se restabelecer. A autossuficiência não é possível sem um papel ativo da sociedade que acolha e atenda às necessidades de uma população diversa. O trabalho é essencial para integração local, pois além de permitir a reestruturação, resgata as competências desenvolvidas em sua vida, dá autonomia e liberdade, aprimora a linguagem, preserva e atribui novos contextos à sua identidade, além de contribuir para manutenção da economia do país que o tem recebido (Costa, 2006; Tarantini, 2016).

4 | O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS

A Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 traz o princípio da integração local firmada como um direito internacional. Sua importância é pautada na ideia de que o refugiado deve ser inserido na sociedade, se tornando um membro ativo por meio da assimilação e da naturalização. O Art. 34º desta Convenção traz que: “os Estados Contratantes facilitarão, na medida do possível, a *assimilação* e a naturalização dos refugiados. Esforçar-se-ão notadamente para acelerar o processo de naturalização e reduzir, na medida do possível, as taxas e despesas desse processo”.

O termo assimilação foi rechaçado pela comunidade internacional, uma vez que sua utilização levaria à uma compreensão errônea da inserção do refugiado no país de destino. Dessa forma, o ACNUR passou a promover o uso do termo *integração local*, compreendendo que consiste no processo de adaptação, às mudanças de valores, normas e comportamentos entre o refugiado e a comunidade local.

Foi estipulado pelo ACNUR três soluções duráveis, que estão presentes na Lei n. 9.474/97, Título VII, a saber: repatriação voluntária, reassentamento e integração local. A repatriação voluntária é caracterizada pelo direito pessoal de um refugiado em regressar ao país da sua nacionalidade em determinadas condições específicas. Enquanto que, o

reassentamento se refere à transferência de refugiados de um país anfitrião para outro Estado que concordou em admiti-los e assim, conceder-lhes assentamento permanente.

Já a integração local diz respeito ao processo de acolhimento do refugiado no país de destino, que envolve dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. A OIM (2009, p. 34) define integração como o "processo através do qual o imigrante é aceite na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo".

A Declaração de Cartagena de 1984 reforça que os Estados devem internalizar as predisposições da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, recomendando no Tópico II: "o fortalecimento de programas de proteção e assistência aos refugiados, sobretudo nos aspectos de saúde, educação, trabalho e segurança; que se estabeleçam programas e projetos com vista à autossuficiência dos refugiados"; e que os Governos da região empreguem esforços para erradicar as causas que provocam o problema dos refugiados.

Por ser um processo complexo, é preciso que haja equilíbrio e cooperação entre todos os atores para que se torne um processo eficaz e duradouro. Para o refugiado, busca-se a adaptação sem que tenha que renunciar a própria cultura, e para o país acolhedor, é preciso que a sociedade, instituições e o governo facilitem e ofereçam às condições mínimas necessárias para o reestabelecimento (Baeninger; Moreira, 2010).

No processo de integração local é fundamental que o refugiado tenha o direito ao trabalho garantido pelo país de acolhimento. A Convenção de 1951 estabelece no Art. 17, "o tratamento mais favorável dado, nas mesmas circunstâncias, aos nacionais de um país estrangeiro no que concerne ao exercício de uma atividade profissional assalariada". Já o Art. 24º, garante ao refugiado o mesmo tratamento dado aos cidadãos nacionais sobre os direitos ao trabalho e de previdência social.

O direito ao trabalho é interdependente e indivisível a muitos outros direitos, como à plena saúde física e mental. Além disso, estudos recentes destacam os benefícios quando a integração local, por meio deste direito, é bem desenvolvida. Fielden (2008) aborda que os refugiados contribuem economicamente e de forma orçamentária com o país acolhedor no desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas.

A respeito disso, o *Asylum Access* (2014) destacou alguns fatores econômicos a favor do direito ao trabalho para os refugiados, entre eles: 1) a possibilidade de refugiados autônomos criarem empregos por serem autossuficientes; 2) depressão de salários, quando moradores locais trabalham por valores menores a fim de competir com refugiados; 3) aumento do comércio fronteiriço, com a importação de mercadorias estrangeiras para satisfazer as demandas dos refugiados; e 4) perda de receita fiscal, com direitos trabalhistas negados não é possível pagar impostos para contribuir com o serviço púbico.

Por outro lado, embora a Convenção de 1951 estabeleça obrigações aos países acolhedores quanto ao direito ao trabalho aos refugiados, na prática, poucos países se preocuparam com essa temática (Acnur, 2006). Segundo Tarantini (2016, p. 26), o ACNUR relata que de 214 países consultados sobre as legislações internas que permitem o trabalho,

apenas 37% estariam de acordo aos padrões internacionais de direito ao trabalho.

O *Asylum Access* (2014) afirma que as maiores barreiras para garantia do direito ao trabalho para os refugiados são: a falta de uma lei interna comprometida com o acesso ao trabalho; a falta de conhecimento da língua local; a cultura do país acolhedor; a discriminação de forma geral, como a xenofobia; a falta de processos e legislações internas específicas para o refugiado; a negação da justiça, o que impossibilita recorrer a crimes de maus tratos e exploração; barreiras burocráticas, como altas taxas e papelada complexa que impedem a legalização do refugiado; a falta de acesso à educação e capacitação; e a falta de informação sobre as oportunidades de emprego e dos direitos trabalhistas.

Quando o trabalho não é viabilizado como um direito, os refugiados ficam mais propensos a conflitos com a comunidade local, causando tensões e frustrações nesse processo de retomada de vida (Acnur, 2006). Em algumas comunidades no Brasil, a participação de refugiados em programas sociais como o Bolsa Família e outras políticas sociais, são motivos para reações hostis pela população local (Baeninger; Moreira, 2010).

Fielden (2008) também ressalta, que há fatores reais perceptivos que fazem com que Governos e moradores locais tenham receios em receber refugiados. A problemática que envolve o uso de recursos naturais, a competição por terras e empregos, a pressão dos serviços públicos como escolas, estradas e hospitais, fazem com que a integração ocorra de forma não monitorada, algumas vezes, sem ajuda institucional e material.

Baeninger e Moreira (2010) apontam que a falta de emprego, moradia e a discriminação são os principais obstáculos para integração. As condições de trabalho e os salários oferecidos geralmente são insatisfatórios, os levando para informalidade. Além disso, cita-se as dificuldades para serem atendidos em serviços públicos como de saúde e moradia, bem como a discriminação pela população local que os confundem como fugitivos da justiça, o que o torna ainda mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

No Brasil, o ACNUR, o Governo Federal e a Cáritas têm buscado apoio e parcerias para o ingresso do refugiado no mercado de trabalho. Juntos, propiciam a facilitação do ensino da língua portuguesa, o treinamento profissional, cuidados médicos e dentários, entre outros. Somente no país, existem cerca de 100 organizações locais envolvidos que dão assistência e suporte aos refugiados da América da Latina (Baeninger; Moreira, 2010).

Uma pesquisa realizada pelo ACNUR e pelas Cátedras Sérgio Vieira de Mello (2019d), evidenciou que dos 487 refugiados entrevistados: 57,5% afirmou estarem trabalhando; 19,5%, procuravam emprego (taxa maior que a média nacional brasileira); 8,62% eram estudantes, 5,75% desocupados (sem trabalhar ou procurar emprego); 5,34% cuidavam de afazeres domésticos; 0,62% aposentados ou pensionistas; e 2,67% empreendedores, renda de amigos ou de familiares, e outros.

Nesse cenário, Costa (2006), faz algumas recomendações para aperfeiçoamento das políticas de trabalho no Brasil, dentre os quais, destaca-se o incremento e constância dessas ações entre o Governo e as instituições. Desse modo, fatores que viabilizam a

inclusão no mercado de trabalho proporcionam o bom desenvolvimento da integração local. Nos últimos anos, o fenômeno da migração forçada atingiu novas dinamicidades, como por exemplo, a crise na Venezuela que contribuiu para o aumento das solicitações de refúgio em todo o Brasil, tendo o estado de Pernambuco sido afetado por essas mudanças.

5 I O REFUGIADO NO MERCADO DE TRABALHO DE PERNAMBUCO

O Brasil, em 2018, por meio do Decreto nº 9.285 de 15 de fevereiro de 2018, reconheceu as graves violação dos direitos humanos na Venezuela, simplificando as solicitações de refúgio e implementando planos de ações para acolhimento dessas pessoas (Brasil, 2018b). Em nota técnica, emitida no processo nº 08018.001832/2018-0 do CONARE, foi abordado a existência do alto número de incidentes violentos, bem como o número de vítimas na Venezuela (Brasil, 2019).

Com a chegada de venezuelanos no Brasil, foi implementada em 2019, a Operação Acolhida, regimentada pelo Decreto nº 9.970/2019 em resposta à crise humanitária. O Comitê Federal de Assistência Emergencial buscou a interiorização dos refugiados no país pela Força-Tarefa Logística Humanitária (FTLOG), por meio de parcerias com companhias aéreas, e com demais órgãos e instâncias como a ONU, a sociedade civil, instituições religiosas, iniciativa privada, Estados e Municípios, para assistência, acompanhamento e acolhimento dos solicitantes de refúgio (Brasil, 2020a).

Com o processo de interiorização, muitos venezuelanos foram encaminhados para o estado de Pernambuco, dando início a um processo relativamente novo no estado, que demandou estratégias e políticas públicas especificas do governo para o atendimento desse público. Os históricos locais apontam que os primeiros refugiados teriam chegado ao estado em 3 de julho de 2018, quando 114 pessoas chegaram ao Recife. Entre 2018 e 2019, o total de migrantes que entraram em Pernambuco foi de 343 pessoas, fator que contribuiu para o aumento das solicitações de refúgio no Estado (Pernambuco, 2020b).

Um dos processos importantes no estado foi a criação do Comitê dos Direitos das Pessoas em situação de Refúgio, Migração e Apátrida (COMIGRAR- PE), que é um espaço de diálogo, com a integração de diversos órgãos e instituições locais para criação de estratégias de acolhimento dos refugiados. Seu principal objetivo é fortalecer o trabalho em rede das entidades públicas e privadas para a promoção e defesa dos direitos das pessoas em situação de refúgio, migração e apátrida (Recife, 2020).

Entre os anos de 2004 a 2016, o número de pessoas que solicitaram refúgio no estado de Pernambuco foi de 61, e entre 2017 à 2019, foram de 221 solicitações (Conare, 2020a). Até o final de 2019, 64 solicitações haviam sido finalizadas concedendo *status* de refugiado a 9 pessoas (14,1%) e negando a outras 3 (4,7%). As demais decisões foram de casos encerrados por diversos motivos regimentados, no qual metade das decisões proferidas foram para venezuelanos com 32 solicitações finalizadas (50,0%), seguidos de

21 cubanos (32,8%) e as demais para outras 6 nacionalidades (Conare, 2020b).

Segundo Wilma Sousa, supervisora técnica da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) do Governo do Estado de Pernambuco, em resposta à entrevista concedida por e-mail no dia 18 de novembro de 2020, o Governo do Estado atendeu 365 refugiados, todos venezuelanos, entre os anos de 2015 à 2019. Desses, 68 foram acolhidos na cidade de Recife (aos cuidados da Cáritas Recife), 158 foram para Igarassu (aos cuidados das Aldeias Infantis SOS) e os outros 139 para Carpina (aos cuidados da Instituição Ação Missionária para Áreas Inóspitas - AMAI), todos acompanhados pelo Governo do Estado e outras instituições públicas alinhadas a Operação Acolhida (Pernambuco, 2020b).

A Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) do Governo do estado tem a finalidade de providenciar a regularização dos documentos dos refugiados e oferecer suporte no processo de integração local. Desse modo, fica responsável pelo atendimento nas questões de saúde, inclusão de crianças nas escolas e pelas estratégias de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho (Pernambuco, 2020a).

O fomento de políticas públicas se intensificou no final de 2019, pela identificação da demanda espontânea dos migrantes e refugiados venezuelanos da etnia *Warao*, presentes nas ruas da cidade de Recife em situações de vulnerabilidade social. Estes migrantes se deslocaram para outras cidades como: Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Garanhuns e Surubim, ao qual tem acompanhado os processos de mudanças juntamente com a FUNAI NE e as Secretarias de Assistência Social de cada município (Pernambuco, 2020b).

Os últimos dados do Governo do Estado referente à empregabilidade apontam que entre 2018 a 2019, o percentual de refugiados venezuelanos, que conseguiram entrar no mercado de trabalho, foi de 30% (Pernambuco, 2020a). As agências de trabalho locais, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação (SETEQ) informaram por meio de contato telefônico, que não existe uma política específica para contratação de refugiados, bem como não há distinção nos cadastros dos candidatos na hora da seleção.

A Prefeitura de Recife, por meio de Rosângela Fontes (Gerente da Proteção Social Básica) e Andrea Pedrosa (Assistente Social da Equipe Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF Migração), em resposta à entrevista concedida por e-mail realizada no dia 31 de agosto de 2020, reforçou que a dinâmica de refugiados no estado é particularmente nova na cidade, e que o Serviço de Proteção Básica da Assistência Social articulou a participação das políticas setoriais para o atendimento das diferentes demandas.

As articulações possibilitaram o atendimento, em 2018, de 102 refugiados venezuelanos urbanas; e em 2019, de 23 refugiados venezuelanos urbanas e 112 da etnia *Waraos*, totalizando 237 refugiados no período. Pelo Serviço de Proteção Básica da Assistência Social, foram atendidos diretamente 205 pessoas, sendo 67 (32,6%) adultos homens e mulheres e 25 (12,2%) crianças e adolescentes de origem urbana; e 61 (29,7%) crianças e adolescentes, 47 (23,0%) adultos homens e mulheres e 05 (2,5%) idosos da

etnia *Waraos* (Recife, 2020).

Para inclusão dos refugiados no mercado de trabalho, a prefeitura junto à Agência do Trabalho do Município, fez ações de cadastramento no banco de dados da instituição, incluindo aproximadamente 60 inscrições no sistema público do trabalho. Dessas, cinco teriam conseguido emprego facilitado pelo Programa do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS) do município (Recife, 2020). Esse programa foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e busca a autonomia de todas as famílias (não só refugiados) usuárias da Política de Assistência Social, por meio do trabalho (Brasil, 2020b).

Outras políticas para integração vêm sendo desenvolvidas por meio de articulações com as redes de serviços da prefeitura e outras instituições, fortalecendo uma política de acolhimento e promovendo outros direitos fundamentais (Recife, 2020). Os refugiados que são acolhidos pela Cáritas no Recife têm a ajuda do Governo do Estado, da Prefeitura do Recife, e de outras instituições locais (Cáritas, 2020a). Segundo Davi Ramirez (Educador Social) da Cáritas, em resposta à entrevista concedida por e-mail no dia 06 de novembro de 2020, a instituição iniciou atividades para acolhimento dos refugiados em 2018, com o Programa PANA Cáritas Brasileira, que consiste em promover e replicar as experiências da cidade de Recife, promovendo a defesa dos direitos a partir da sensibilização da sociedade civil e dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas (Cáritas, 2020a).

Quanto à inserção no mercado de trabalho, o projeto Rede de Amor e Solidariedade (RAFA) promove ações voluntárias da sociedade civil brasileira na busca pela inserção laboral dos refugiados, a partir de criação de bancos de dados de talentos Venezuelanos. O objetivo é a inclusão laboral e a busca de parceiros e empresas que façam contratações, estimulando o caráter social e humanitário em Pernambuco (Cáritas, 2020a).

Outro projeto em destaque é o *Creciendo*, que faz o acompanhamento dos refugiados para formação e capacitação profissional. A partir da Economia Popular Solidária, que se caracteriza por relações de colaboração solidária, no qual os refugiados podem comprar e vender produtos entre si, busca-se a implementação de fundos rotativos que contribuem em rede para a autossuficiência (Cáritas, 2020a). Além disso, no dia 19 de novembro de 2020, foi lançado a Plataforma *Creciendo* que tem como objetivo promover e viabilizar o trabalho da rede de artesãos e empreendedores venezuelanos.

Cabe mencionar, ainda, a Casa dos Direitos, inaugurada em 10 de dezembro de 2018, pelo Instituto Humanitas UNICAP (IHU) e pela Cáritas. É um espaço voltado para dar apoio aos refugiados, propiciando acolhimento, atendimento jurídico e psicossocial e capacitações profissionais. A finalidade é fomentar oportunidades para que os refugiados tenham acesso ao trabalho, estimulando a inserção produtiva. Em 2018, a instituição atendeu 37 famílias, sendo 50 homens e 52 mulheres, constituindo 07 (6,9%) pessoas com até 1 ano de idade; 11 (10,8%) de 2 a 6 anos; 07 (6,9%) de 7 a 12 anos; 09 (8,8%) de 13 a 17 anos; 66 (64,7%) de 18 a 59 anos e 2 (1,9%) pessoas cima de 60 anos (Cáritas, 2020b).

Em termos de empregabilidade, 17 estariam trabalhando na informalidade como:

vendedor, diarista, pintor, pedreiro, cuidador de idosos e PCDs e ajudantes gerais; e 16 conseguiram trabalho formal, atuando na construção civil, empregada doméstica, mecânico, comércio e ajudantes. Em 2019, a instituição recebeu mais 31 famílias com 80 pessoas, totalizando 182 pessoas acolhidas desde sua inauguração (Cáritas, 2020b).

Programas específicos de capacitação também tem sido oferecido pela instituição por meio da UNICAP, que incluem: Legislações brasileira e Direito Internacional, Língua Portuguesa, Desenho Industrial, Comunicação e Mobilização. Ademais, possuem parcerias com outras instituições como o CIEE-PE, que oferecem cursos profissionalizantes, objetivando integrar as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foram atendidos em 2019, 09 venezuelanos que concluíram o ciclo de capacitação, expandido, posteriormente, para o atendimento de mais 102 pessoas (Ciee-PE, 2019; Cáritas, 2020b)

Em Igarassu, a instituição Aldeias Infantis SOS atua na região desde 2006, iniciando suas atividades dentro da comunidade local e posteriormente em um condomínio próprio com terreno doado pela prefeitura. Dados de Pernambuco (2020b) informam que 158 venezuelanos foram redirecionados para instituição entre 2018 e 2019, englobando atividades de proteção, acolhimento, educação, saúde e direitos humanos (Aldeias, 2020a).

Como processo de acolhimento e inserção no mercado de trabalho, os refugiados recebem apoio através de doações e parcerias locais. Primeiro dentro da própria instituição, onde são assistidos e preparados para o trabalho através de qualificação profissional; e no segundo momento, quando já empregados, inicia-se o processo de transição para autossubsistência, além das estruturas institucionais em que podem se integrar à sociedade com moradia própria ou alugadas e demais utensílios e moveis domésticos que também são frutos de doação pela comunidade e empresas da região (Aldeias, 2020b).

Em Carpina, os primeiros 31 refugiados chegaram em 19 de abril de 2019 e foram acolhidos pela Ação Missionária para Áreas Inóspitas – AMAI, que é uma liderança missionária religiosa cristã que desenvolve trabalhos sociais para acolhimento e proteção desse público em situações de vulnerabilidade social. Em 2020, totalizaram 139 refugiados recebidos pela instituição (Amai, 2020a; Pernambuco, 2020b). Em contato por telefone, o pastor Jonenildo Virgolino, presidente da AMAI, informou que a instituição tem realizado trabalhos sociais de acolhimento e educação através do "Proyecto NAI (*Niños amigos de los inmigrantes*)". Também foi informado que a AMAI está em processo de mudança física e administrativa para o sertão pernambucano, onde possui campo de atuação na zona rural das cidades de Bodocó e Araripina, o que pode indicar uma maior interiorização dos refugiados no estado de Pernambuco (Amai, 2020b).

Como visto, o Estado de Pernambuco tem desenvolvido políticas públicas a fim de garantir a proteção aos refugiados venezuelanos. Apesar dos desafios recentes, esse estado tem conseguido atender, em parceria com organizações não governamentais, empresas e sociedade civil, os grupos de venezuelanos que tem sido destinado pela Operação Acolhida. O direito ao trabalho é fundamental para que a integração local seja

efetiva, de modo a propiciar meio de subsistência a este indivíduo e a sua família.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi descrever como as políticas de acolhimento vem sendo desenvolvidas para integração local do refugiado no mercado de trabalho em Pernambucano. Partiu-se, incialmente, do processo histórico nas Relações Internacionais e seus desdobramentos no Brasil, o que permitiu uma melhor compreensão da dinamicidade do processo de refúgio e o papel dos diversos atores envolvidos com a temática.

O entendimento de quem poderia ser considerado refugiado sofreu várias mudanças com o tempo e a localidade. Diversas instituições contribuíram para o entendimento da necessidade de proteção dos refugiados. Entretanto, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o refugiado se tornou um sujeito jurídico legal, com a criação do ACNUR, da Convenção de 1951 e do Protocolo Adicional de 1967.

Esses marcos, somados à Declaração de Cartagena de 1984, contribuíram no Brasil para a criação da Lei do Refúgio nº 9.474/1997 e a formalização do CONARE. Como processo de solução duradoura para problemática dos refugiados, é importante destacar que a integração local é fundamental no processo de inserção do refugiado na sociedade acolhedora. O trabalho é um dos meios mais importantes nesse processo, pois permite o seu restabelecimento, conferindo proteção, liberdade e autonomia que antes lhe foi negada.

O Estado de Pernambuco tem recebido um número cada vez maior de refugiados e as instituições locais junto ao Governo do Estado, tem buscado desenvolver ações que amenizem essa problemática por meio de parcerias com a União, ONGs, instituições privadas e a sociedade civil. No entanto, os índices de inserção do refugiado no mercado de trabalho formal pernambucano não atingem uma grande parcela de refugiados que deram entrada no estado nos últimos anos.

A inclusão dos refugiados no mercado de trabalho é de suma importância para uma boa integração local que atenda aos requisitos de proteção internacional. Embora cursos profissionalizantes e outras políticas de acolhimento sejam ofertadas, os planos de ações e políticas específicas para a integração pelo trabalho ainda estão em desenvolvimento pelo governo local.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.** 1950**.** Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/a-estat.html#pp32> Acesso em: 03 set. 2020.

_____. **Convenção de Genebra para os refugiados**. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Acesso em: 03 set. 2020.

_____. **Protocolo sobre o estatuto dos refugiados**: 1967. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf> Acesso em: 03 set. 2020.

_____. **Declaração de Cartagena sobre os Refugiados de 1984**. 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf> Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **UNHCR:** "Local Integration and Self-Reliance" U.N. Doc. EC/55/SC/CRP.15, June 2, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/rsq/issue/25/1> Acesso em: 03 out. 2020.

_____. **Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil.** 2010. Disponível em: <https://acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Direitos-e-deveres-dos-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-no-Brasil_ACNUR-2010.pdf> Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Global Trends: Forced Displacement in 2018.** 2019a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf> Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **Global Trends: Forced Displacement in 2019.** 2020a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf> Acesso em: 20 set. 2020.

ALDEIAS. **Aldeias Infantis SOS – Onde Estamos, Pernambuco**. Aldeias Infantis SOS Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/onde-estamos/no-brasil/pernambuco> Acesso em: 20 de nov. de 2020.

_____. **Relatório de Atividades de 2019**. Aldeias Infantis SOS Brasil, 2020b. Disponível em: <http://sosbrasil.org.br/mailing/pdf/Relatorio-atividades-2019.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2020.

AMAI, Ação Missionária para Áreas Inóspitas. Acolhimento de Refugiados. Blog Institucional. **AMAI,** Carpina, PE, 2020a. Disponível em: <https://portalamai.wordpress.com/acolhimentoderefugiados/>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

_____. **Jonenildo Virgolino Lopes em resposta à Álvaro Luiz da Silva Santos por telefone**. 2020b. Recife, 20 nov. 2020.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. **A política de proteção a refugiados da organização das Nações Unidas – Sua gênese no período pós-guerra (1946-1952).** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. 328p. (Tese de Doutorado). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2006.

ANDRADE, José Henrique Fischel de; MARCOLINI, A. **Brazil's refugee act:** model refugee law for Latin América, Forced Migration Review, 12, p. 37-38, janeiro de 2002a. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/development-induced-displacement.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

ASYLUM ACCESS. **Global Refugee Work Rights Report:** Taking the Movement from Theory to Practice, Asylum Access, set. 2014. Disponível em: <https://asylumaccess.org/wp-content/uploads/2014/09/FINAL_Global-Refugee-Work-Rights-Report-2014_Interactive.pdf > Acesso em: 03 out. 2020.

BAENINGER, Rosana; MOREIRA, Julia Bertino. A integração local de refugiados no Brasil. **Forced Migration Review**. Brasil, n. 35, jul. 2010.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. et al. **Refúgio no Brasil:** a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. **Forced Migration Review**. Brasil, n. 35, jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, DF, maio 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 15 de set. 2020.

_____. **Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018**. Brasília, DF, fev. 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9277.htm> Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018.** Brasília, DF, fev. 2018b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9285.htm> Acesso em: 07 nov. 2020.

_____. **Processo nº 08018.001832/2018-01, Nota Técnica: Estudo de País de Origem - Venezuela**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf> Acesso em: 07 nov. 2020.

_____. **Operação Acolhida:** Base legal. Governo Brasileiro, Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/> Acesso em: 10 de out. de 2020.

_____. **Acessuas Trabalho**. Ministério da Cidadania, Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/acessuas-trabalho> Acesso em: 10 de out. de 2020.

CÁRITAS. **David Ramirez em resposta à solicitação de Álvaro Luiz da Silva Santos por e-mail**. Recife, 06 nov. 2020a.

_____. **Programa PANA:** Resposta à Crise Humanitária Brasil – Venezuela. Recife, 06 nov. 2020b. 23 slides.

_____. **Números em Refúgio no Brasil.** Cáritas RJ. 2020c. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-refugio-no-brasil.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CIEE-PE. Primeiro grupo de venezuelanos termina cursos de qualificação. **CIEE-PE.** Recife, PE, fev, 2019. Disponível em: <http://www.ciee-pe.org.br/noticias/Noticia.aspx?cod= 75170524> Acesso em: 10 de out. de 2020.

CONARE. **Refúgio em números 4ª Edição**. 2019a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-emnu%CC%81mero s_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

_____.**Tabela com o número de refugiados no Brasil até maio de 2019.** 2019b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refugiadosativos_ 24_05_19_2RESIDENTE.xlsx > Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas e inativas até 31 de maio de 2020.** 2020a. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/DadosSolicitaesdeRefgioTotal_at_maio_2020.xlsx> Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio**. 2020b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 17 set. 2020.

COSTA, Rosa. **Rights of Refugees in the Context of Integration:** Legal Standards and Recommendations, Legal and Protection Policy Research Series. POLAS/2006/02, UNHCR, Division of International Protection Services, June 2006. Disponível em: <http://www.unhcr.org/44bb90882.pdf> Acesso em 27 set. 2020.

FIELDEN, Alexandra. **New Issues in Refugee Research - Local Integration**: an under-reported solution to protracted refugee situations. Research Paper No. 158. June 2008. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/486cc99f2/local-integration-under-reported-solution-protracted-refugee-situations.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

GOODWIN-GILL, Guy S. **The International Law of Refugee Protection.** The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies. Disponível em: < https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199652433.001.0001/oxfordhb-9780199652433-e-021>. Acesso em: 21 ago. 2020.

JAEGER, Gilbert. **On the history of the international protection of refugees**. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1560775500119285>. Acesso em: 23 ago 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.** São Paulo: Método, 2007. 240p.

LEOMIL, Luiz Felipy dos Santos Costa; SALLES, Denise Mercedes N. N. Lopes.; SILVA, Vanessa Mendonça da. **Os Refugiados e o "Espírito" de Cartagena na América Latina:** Brasil x Equador. Canoas, v. 7, n. 1, maio/2019. Disponível em: < https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/4622>. Acesso em: 11 set. 2020.

OIM. **Glossário sobre Migração. Direito Internacional da Migração**. Organização Internacional para as Migrações, nº 22, 2009. Disponível em: < https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Cibele Flávia Santos Lopes em resposta à solicitação de Álvaro Luiz da Silva Santos**. Recife, 5 out. 2020. [Pelo Portal da Transparência, nº 202076836]

PERNAMBUCO, Governo do Estado de**. Wilma Maria Alves Soares de Sousa em resposta à solicitação de Álvaro Luiz da Silva Santos por e-mail**. Recife, 18 nov. 2020b.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RECIFE, Prefeitura Municipal de. **Rosângela Fontes e Andrea Pedrosa em resposta à solicitação de Álvaro Luiz da Silva Santos por e-mail.** Recife, 31 ago. 2020.

SILVA, Thalita Franciely de Melo. **Cooperação para a integração dos refugiados Colombianos no Chile**: o caso dos Chilombianos. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2014. 128p. (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraiba, 2014.

TARANTINI, Vanessa Celano. **A integração local dos refugiados no Brasil e dos Direitos Humanos:** O papel das empresas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. 130p. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

CAPÍTULO 19

PAISAGEM CULTURAL E TERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO: O CASO DA VILA CASONI, LONDRINA (PR)

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 13/03/2021

Caroline Santos de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina
Londrina – Paraná
http://lattes.cnpq.br/1433312446808364

O presente trabalho foi inicialmente apresentado no III SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS EM CULTURA – SEMLACult, sendo publicado nos anais do evento, disponível em: https://tupa.claec.org/index.php/semlacult/3/paper/view/2521.

RESUMO: O presente estudo tem como propósito enunciar uma discussão acerca do processo de territorialização dos indivíduos em meio ao espaço por meio das representações culturais que a paisagem urbana detém. Como objeto de estudo, tem-se a delimitação inicial do loteamento que originou o bairro Vila Casoni, no município de Londrina (PR), visto que compreende uma área de interesse histórico, afetivo e patrimonial da cidade. Partindo de um estudo qualitativo, de abordagem fenomenológica, a presente pesquisa apoiou-se na metodologia "história oral", utilizando-se de indivíduos chave e usuários do bairro como fonte primária de reconhecimento da paisagem cultural, de forma a compreender as incrustações culturais e as marcas das territorialidades dos corpos em meio à *urbe*. Resultados de pesquisa evidenciaram a compreensão do espaço histórico – Vila Casoni – enquanto um lugar de singularidades, delimitando de forma clara suas características materiais e simbólicas, e retratando o processo de enraizamento na área geográfica.
PALAVRAS - CHAVE: Territorialidade; paisagem; cultura.

CULTURAL LANDSCAPE AND TERRITORIALIZATION: VILA CASONI LONDRINA (PR)'S CASE

ABSTRACT: The purpose of this study is to enunciate a discussion about the process of territorialization of individuals in space through the cultural representations that the urban landscape has. As an object of study, there is the initial design of Vila Casoni's allotment delimitation, located in Londrina (PR), since it's an area of historical, affective and patrimonial interest in the city. Starting from a qualitative study, with a phenomenological approach, this research was based on the "oral history" methodology, using key-individuals and neighborhood users as a primary source to recognize the cultural landscape, in order to understand the cultural incrustations and the territoriality marks of the individuals in the city. Research results showed an understanding of the historical place – Vila Casoni – as a place of singularities, clearly delimiting its material and symbolic characteristics, and portraying the process of "rooting" in the geographical area.
KEYWORDS: Territoriality; landscape; culture.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Harvey (2011), o corpo (indivíduo) corresponde à uma entidade porosa que compreende as dinâmicas internas e externas, ou seja, "uma entidade [...] dissolvida num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos" (p. 137). Não obstante, o território e, consequentemente, a paisagem revelam as marcas da cultura, isto é, retratam a reflexão das identidades e ideologia dos corpos, conformando a denominada paisagem cultural e resultando na "área geográfica em seu último significado" (SAUER, 1925, p. 57). Harvey (2011), retrata tal perspectiva ao afirmar que o indivíduo, enquanto entidade porosa, internaliza tudo aquilo existente à sua volta, assim como o espaço também introjeta tudo aquilo que lhe exposto, com isso, a paisagem se torna porosa às culturas e ideologias dos grupos sociais.

Sabe-se que a territorialidade corresponde a um processo social que, segundo Saquet (2011), é constituído de temporalidade históricas, uma superposição de coexistências, visto que o próprio território, enquanto entidade porosa e retrato de ideologias culturais, também apresenta um movimento contínuo multidimensional. Desta forma, o processo de territorialização do corpo está intimamente vinculado à construção do sentido de lugar, das paisagens culturais, da apropriação do espaço geográfico de forma concreta ou simbólica com práticas (i)materiais no espaço-tempo, assumindo ritmos, cotidianos, processos sociais, históricos e afetivos. Posto isso, localiza-se a territorialidade como um processo condicionado e condicionador do enraizamento do corpo, pois, de acordo com Simone Weil o

> ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. (WEIL, 2001, p. 43 apud GUERRA, 2019, p. 204).

Entende-se, desta maneira, que a paisagem cultural proporciona e resulta no processo de territorialização, visto que tanto retrata o fluxo multidimensionais do espaço-tempo, dos processos socioculturais, como também permite o sentido de pertença em meio à área geográfica, viabilizando o enraizamento do corpo. Como objetivo, o presente estudo traz à tona a delimitação histórica do bairro Vila Casoni, na cidade de Londrina (PR), o qual corresponde à um dos primeiros bairros constituídos fora da primeira malha urbana proposta à cidade, possuindo singularidades espaciais que se perpetuam até a contemporaneidade.

2 | METODOLOGIA

A metodologia se estruturou em dois eixos centrais: revisão bibliográfica acerca da formação histórica, bem como suas confluências no processo de enraizamento, e em

um levantamento de campo apoiado na abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando-se da técnica "história oral". Desta forma, a compreensão da paisagem cultural da Vila Casoni partiu da esfera fenomenológica, valorizando as percepções individuais e coletivas dos usuários-chave entrevistados, ressaltando como os corpos se reconhecem em meio ao espaço, e o experienciam de forma intuitiva. Com isso, permeia-se os processos cotidianos e históricos intimamente vinculados ao enraizamento e, consequentemente, à territorialização do corpo. Segundo Bourdieu (2006), é por meio da metodologia "história oral" em que as "história de vida" são transpassadas, tornando-se fontes diretamente vinculadas ao espaço, visto que, para o autor, todas as experiências vividas são de alguma forma ou de outra, vivências espaciais; são movimentos que se constituem e constroem a paisagem, e que corresponde à validação do "eu", do "outro", das identidades e das culturas sociais.

Realizaram-se 20 visitações em residências e comércios abarcadas pelo perímetro que deu origem ao bairro, contudo efetivaram-se apenas oito entrevistas, das quais três se nutriram de permissão para gravação e, consequentemente, transcrição do diálogo; e cinco com anotações e apontamentos gerais. É possível observar uma certa relutância dos usuários do para com as solicitações de entrevistas, visto que os moradores e comerciantes visualizam aquele compreendido enquanto "de fora" como um "estranho" adentrando às realidades que estes construíram, reafirmando o caráter de territorialidade constituído no bairro.

3 I DESENVOLVIMENTO

A Vila Casoni (Figura 1), corresponde a um dos primeiros bairros a surgir às margens da planta inicial – advinda da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), em 1929 – da cidade de Londrina (PR). Segundo Cesário et al. (1987), a Vila fora efetivada em 1938, com a subdivisão de duas glebas de posse da Família Casoni (lote 39 e 39-A). O loteamento tornara-se palco para o estabelecimento de uma população às margens daquilo considerado enquanto cidade (planta inicial), visto que, de acordo com Fresca (2002), em 1936 teve-se o primeiro registro referente à população de menor poder aquisitivo sendo obrigada a se fixar às margens do eixo central, o qual correspondia às posses da CTNP.

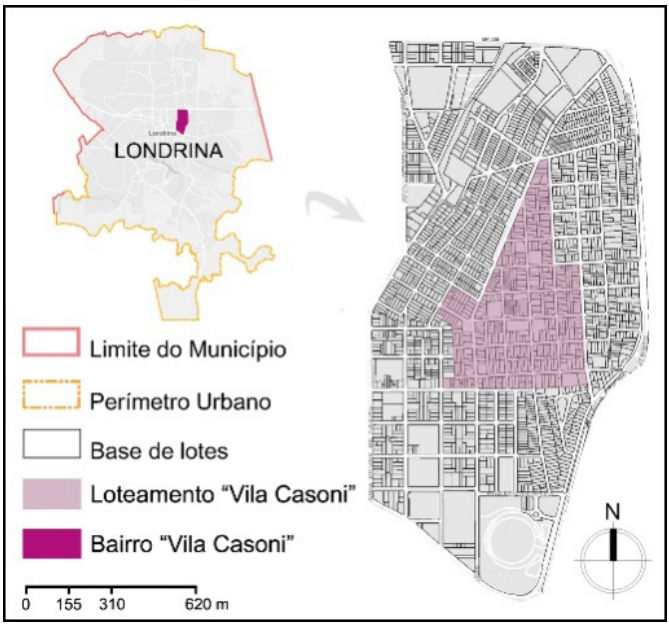


Figura 1. Localização de Bairro e Loteamento "Vila Casoni".
Fonte: SIGLON. Org.: Autora.

Conforme Cesário (et al., 1987), as casas e estabelecimentos construídos representavam uma cultura vernacular que se consolidara em Londrina (PR); com construções em madeira que muitas vezes eram edificadas tanto no alinhamento da rua – proporcionando uma composição formal de cidade figurativa com ruas-corredor – quanto recuadas ao lote, viabilizando uma troca entre o espaço público e privado, a qual era incentivada pela presença de varandas frontais e ornamentações rendilhadas em madeira, próximas à cobertura de telhas cerâmicas de duas ou mais águas, atraindo os usuários às trocas afetivas e apropriação dos lugares e paisagens assim conformadas.

Não obstante, de acordo com Yamaki (et al., 2001), com a crescente população, a Vila Casoni passara por um processo de adensamento, proporcionando um aumento do número de unidades habitacionais por lote, constituindo pequenas "vilas" no interior de cada data, intensificando o processo de troca entre os usuários, construindo fluxos multidimensionais, que, em conjunto com a presença de muros baixos, permeavam os sentidos de territorialidade, visto que a permeabilidade da paisagem cultural aumentava as trocas afetividades, políticas e sociais, de forma a condicionar maiores enraizamentos dos corpos.

Observa-se, na Vila Casoni, a presença na paisagem de uma tradição cultural de atividades público-privado conformadas na forma construída, isto é, signos e significâncias de forte imagem àqueles que usufruem do espaço e reconhecem aquilo que se consolida

enquanto Vila Casoni (CESÁRIO et al., 1987). Estas características foram identificadas, no contexto da delimitação histórica do bairro, em onze níveis de signos que constituem a paisagem urbana e permeiam o processo de territorialização dos usuários, os quais foram traduzidos e filtrados a partir das entrevistas qualitativas (Gráfico 1).

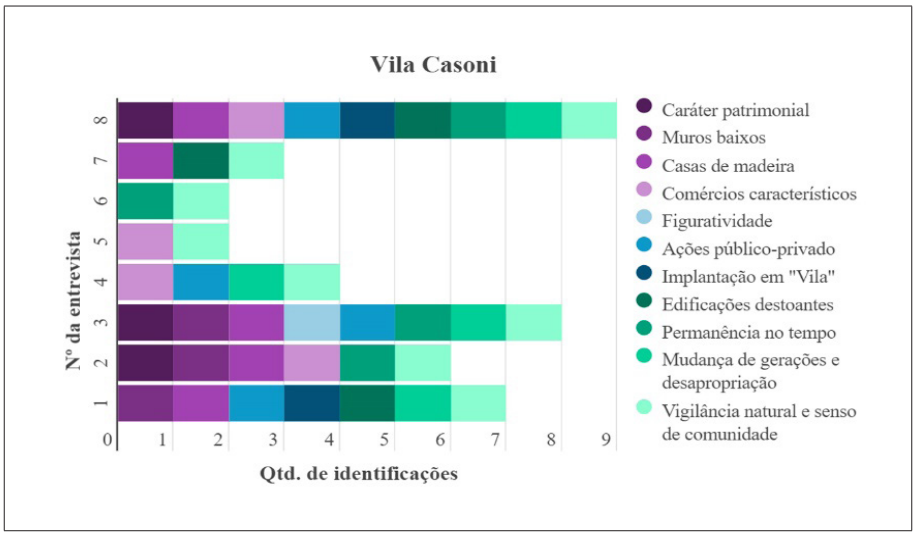


Gráfico 1. Síntese dos signos na paisagem da Vila Casoni a partir das entrevistas.
Fonte: Trabalho de Campo (2020). Org.: Autora.

A partir da síntese gráfica, observa-se que os residentes e comerciantes entrevistados não apenas identificam características materiais presente, mas também simbólicas, caracterizando o bairro como um patrimônio à cidade de Londrina (PR), como também reconhecendo as mudanças que estão ocorrendo na Vila, como por exemplo a mudança de residentes, seja por falecimento dos antigos moradores ou pela chegada de outros públicos, que descaracterizam a paisagem cultural, quebrando os signos construídos e consolidados, condicionando sentidos de aversão entre os usuários e o “de fora”. Não obstantes, observa-se que a paisagem cultural do bairro corresponde à uma singularidade tão marcante – visto que possuem uma tipologia clara (Figura 2) – que os entrevistados apontaram com clareza edifícios que, para eles, correspondem à uma quebra do “espírito” do bairro.

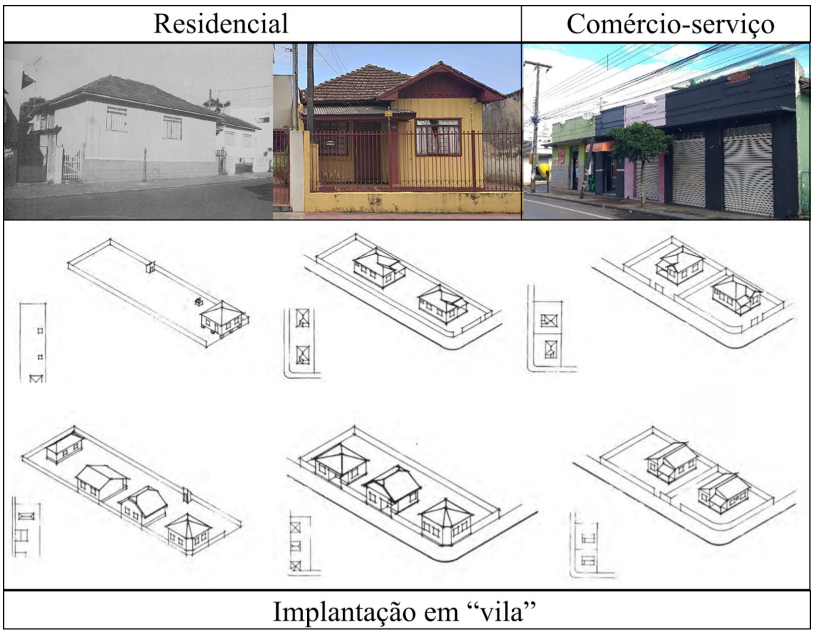


Figura 2. Tipologias: Vila Casoni

Fonte: Cesário et al. (1987); Zani (2013); Trabalho de Campo (2020). Org.: Autora.

4 | CONCLUSÃO

Observa-se que por meio do levantamento de campo e das entrevistas decorridas, tornou-se palpável uma validação da paisagem cultural consolidada em um bairro de demasiada importância histórico-afetivo para Londrina (PR) e, por conseguinte, uma compreensão dos motivos do perímetro histórico possuir um processo de territorialidade consolidado. A Vila Casoni representa o marco de uma população menos abastada que se apropriou de um espaço, construiu fluxos entre público e privado, consolidando uma cultura singular (i)material à área geográfica, na qual as redes afetivas e seu caráter patrimonial constituem um desejo por defesa e preservação desse território.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

CESÁRIO, A. C. et al. **Onde o bairro é a casa.** Londrina: COCITEC; IPAC; UEL, 1987.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 241-264, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6728>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GUERRA, K. B. História de vida e o direito ao enraizamento. In: MAIA, A. C. N. (Org.). **História oral e direito à cidade***:* Paisagens urbanas, narrativas e memória social. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 199-219.

HARVEY, David. Dos Corpos e das Pessoas Políticas no Espaço Global. In: _____. **Espaços de Esperança**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 132-178.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAUER, C. O. ***A Morfologia da Paisagem***. Tradução de: Gabrielle Corrêa Braga. Revisão de: Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1925.

YAMAKI, Humberto et al. Reabilitação Urbana Vila Casoni: Vilas como Transformações Aditivas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas***, Londrina*, v. 22, n. 1, p. 75-82, set. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3887/3124>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ZANI, A. C. **Arquitetura em madeira**. 1ª Ed. Londrina: Eduel, 2013.

CAPÍTULO 20

POPULAÇÃO IDOSA E INDÍGENA NO PROCESSO MODERNO: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

Data de aceite: 21/05/2021
Data da submissão: 10/03/2021

Aline Rocha Amaral
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão – PR
http://lattes.cnpq.br/5544821034822345

Raine Clavisso Pereira
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão – PR
http://lattes.cnpq.br/6482699662635921

Fábio Rodrigues da Costa
Unespar – Universidade Estadual Do Paraná
Elderly And Indigenous Population In The Modern Process: Traditions And Adaptability
Campo Mourão - PR
http://lattes.cnpq.br/9325969628367881

RESUMO: Sabemos que a população idosa e a população indígena são dois grupos sociais muito importantes para a estrutura da nossa sociedade, sendo que um dos fatores fundamentais que neles encontramos, são as tradições que mantém vivas as histórias. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo realizar um diálogo interdisciplinar entre os conceitos de tradição e modernidade, inserindo os sujeitos idosos e indígenas como objeto de estudo e como exemplos da permanência de tradição nesse processo da modernidade. Para tanto, as pesquisadoras uniram esses sujeitos, sendo que são objetos de suas áreas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR, pois são dois grupos populacionais de extrema importância social e cultural devido às suas tradições, vivências e sabedoria, e assim, utilizamos de revisão bibliográfica para os diálogos em conjunto aos conceitos de "liquidez" e "solidez". Por fim, constatamos que os idosos e os indígenas são populações que tentam preservar e repassar as suas tradições às futuras gerações em uma sociedade moderna, no entanto, por vezes, acabam deixando os seus costumes involuntariamente, porém, também encontram-se abertos a se adaptarem às mudanças que lhes sejam benéficas.

PALAVRAS - CHAVE: Idosos. Indígenas. Modernidade.

ELDERLY AND INDIGENOUS POPULATION IN THE MODERN PROCESS: TRADITIONS AND ADAPTABILITY

ABSTRACT: It is known that the elderly population and the indigenous population are two social groups very important fot the structure of our society, being that one of the fundamental factors found on them are the tradictions that keep alive the histories. In this way, this present work has the aim to make an interdisciplinary dialogue between the concepts of tradictions and modernity, putting the enderly person and indigenous like and objective of study and like examples of continuityin this process of modernity. To this end, the reserches linked this subjects, being that are objects of their study areas from

the program of post-graduation interdisciplinary society and development from UNESPAR, Campus of Campo Mourão- PR, because they are two populational groups extreme social and cultural importance due to theys traditions jointle to the concepts of “liquidity” and “solidity”. Finally, we determined that elderly and indigenous are population that try to preserve and repost this traditions to the future generations in a modern society, however, sometimes, finish letting their traditions unintentionally, on the other hand, they find themselves open to adapt to changes that are benefit to them.
KEYWORDS: Elderly. Indigenous. Modernity.

1 | INTRODUÇÃO

Sabemos que a população idosa e a população indígena são dois grupos sociais muito importantes para a estrutura de nossa sociedade e são neles que encontramos as tradições que mantém nossas histórias vivas.

No entanto, com a modernidade e os acessos às novas tecnologias, observamos que as culturas tradicionais estão ficando em segundo plano na sociedade atual.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo realizar um diálogo interdisciplinar entre os conceitos da tradição e modernidade, demonstrando conceitualmente e como objeto de estudo os sujeitos idosos e indígenas, sendo-lhes exemplos de permanência da tradição e adaptação nesse processo da modernidade.

Para Amaro (2004, p.48), uma das primeiras formulações do conceito de desenvolvimento foi associado ao conceito de modernização, definido como o processo de substituição das estruturas tradicionais do subdesenvolvimento.

Diante desse panorama, evidencia-se a importância dessa análise quanto à transição do tradicional para o mundo moderno.

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, as pesquisadoras decidiram unir os sujeitos objetos de suas áreas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR, sendo os sujeitos idosos e a população indígena, dois grupos populacionais de extrema importância para a sociedade devido às suas tradições, ensinamentos e contribuições culturais e sociais.

Utilizamos então de revisão bibliográfica sobre a temática do processo da tradição para a modernidade, e da solidez para a liquidez, onde destacamos os autores Anthony Guiddens e Zygmunt Bauman, que possuem amplo debate na temática.

Por fim, relacionamos os conceitos aos sujeitos idosos e indígenas como engajamento da tradição para a modernidade.

3 | TRADIÇÃO E SOLIDEZ PELO OLHAR DE GIDDENS E BAUMAN

Inicialmente, importante destacarmos de forma sucinta os significados dos conceitos de tradição e solidez pelo olhar dos autores Giddens e Bauman, para que posteriormente adentremos nos conceitos da modernidade e liquidez.

Giddens (2002, p. 50) expõe que "[...] a tradição cria uma sensação de firmeza das coisas que normalmente mistura elementos cognitivos e morais. O mundo é como é porque é como deve ser. [...]".

Já Bauman, utiliza-se o termo "sólido" e exemplifica-o como sendo "[...] um resultado direto do tipo de liga que une os seus átomos e dos arranjos estruturais destes'. 'Liga', por sua vez, é um termo que indica a estabilidade dos sólidos – a resistência que eles 'opõem à separação dos átomos'." (BAUMAN, 2001, p.7-8)

Nesse raciocínio, Bauman demonstra o derretimento dos sólidos e da tradição para a emancipação da modernidade ou da liquidez, vide:

> [...] Se o 'espírito' era 'moderno', ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da 'mão morta' de sua própria história – e isso só poderia ser feito derretendo os sólidos (isto é, por definição, dissolvendo o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo). Essa intenção clamava, por sua vez, pela 'profanação do sagrado': pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da 'tradição' – isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à 'liquefação'. (BAUMAN, 2001, p.9).

Percebe-se que, existe uma discussão entre os conceitos da tradição e solidez versus os conceitos da modernidade e liquidez, pois, segundo Giddens (2002, p. 27), alguns aspectos das instituições modernas afetam as pessoas que vivem em ambientes mais tradicionais, ou seja, fora das partes mais 'desenvolvidas' do mundo.

Nesse cenário, a modernidade estaria rompendo com o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações maiores e impessoais, de forma que o indivíduo se sente privado, solitário e com ausência de apoio e da segurança oferecidos em um ambiente mais tradicional. (GIDDENS, 2002, p. 38). Com isso, ocorre uma transformação social do que era tradicional para o moderno, o que gera uma insegurança nas relações, ou seja, "[...] a conexão entre local e global está ligada a um intenso conjunto de transformações na natureza da vida cotidiana." (GIDDENS, 2002, p. 27).

Havia, portanto, uma visão capitalista de que as tradições e culturas eram consideradas como um atraso ao desenvolvimento e que para o avanço ocorrer, seria necessário o rompimento com as tradições e solidez existentes.

4 | MODERNIDADE E LIQUIDEZ PELOS CONCEITOS DE GIDDENS E BAUMAN

Na sequência do que antes era tradicional para processo da modernidade, Giddens (2002, p.12) comenta que na alta modernidade, a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum, deixando nítido que a modernidade tem o papel de influenciar em todas as áreas da natureza.

Interrelacionando com o processo da modernidade, Bauman (2001, p. 7-8) expõe que fluidez ou liquidez é a característica dos líquidos, sendo a principal metáfora para o estágio presente da era moderna, eis que os líquidos não mantém a sua forma com facilidade.

Conforme o homem foi se aprimorando, também foi evoluindo a sociedade a sua volta, passando por um processo histórico até chegar na chamada "modernidade". Portanto o atual contexto social em que vivemos é marcado por constantes mudanças, definido por Zygmunt Bauman (2001) como "Modernidade Líquida". A modernidade significa muitas coisas, e sua chegada e avanço podem ser aferidos utilizando-se muitos marcadores diferentes (BAUMAN, 2001, p. 16).

Nesse sentido, "[...] A modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas. Várias consequências tendem a se seguir" (GIDDENS, 2002, p. 79), e sendo assim, uma das consequências da modernidade é a globalização que esmaga culturas, ocasionando ainda um processo de desenvolvimento desigual. (GIDDENS, 1991, p. 189-190).

Sobre o desenvolvimento desigual, Giddens (2002, p. 209) expõe que:

> [...] Na modernidade tardia, o acesso aos meios de auto-realização torna-se em si mesmo um dos focos dominantes da divisão de classes e da distribuição das desigualdades em geral. O capitalismo, umas das principais forças por trás da expansão da modernidade, é um sistema de classes que tende a gerar grandes desigualdades materiais [...].

Portanto, a modernidade cria uma ruptura com eras precedentes mas também com outras culturas. (GIDDENS, 1991, p. 190). O "derretimento dos sólidos", traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, de forma que devido à essa "liquidez" observa-se mudanças de paradigmas no qual influenciam diretamente na sociedade, agindo no comportamento das pessoas, no seu modo de pensar, em como se vestir e até mesmo na definição de alguns conceitos. (BAUMAN, 2001, p. 13)

Então, essa transformação social, do que era tradicional e sólido para o moderno e líquido, causou inicialmente uma grande insegurança nas relações que eram sólidas e nas suas tradições.

5 | IDOSOS E INDÍGENAS: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

Os idosos e indígenas são populações que tentam manter as suas tradições na sociedade moderna, preservando e passando de geração a geração seus costumes, rituais e ensinamentos. Assim, ocorre que estão envoltos no processo social de transição para a modernidade, sendo que conforme expõe Amaro (2004, p.48), por muito tempo o subdesenvolvimento, a tradição e as culturas eram vistas como um atraso ao "desenvolvimento", conforme dispõe:

> Nesse sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc.

Inicialmente, sobre a população idosa, "[...] a tradição e a continuidade das gerações estão inerentemente ligadas entre si. Diferenças geracionais são essencialmente um modo de lidar com o tempo [...]". (GIDDENS, 2002, p.136).

Com isso se torna um desafio para o idoso a convivência com pessoas de novas gerações, principalmente os jovens, pois essa convivência muitas vezes causa atrito devido às mudanças na estrutura familiar, mudanças de gênero, sexualidade, maneira de falar e de se vestir. Em paralelo, as pessoas idosas articulam saberes e agem acerca dos aspectos relacionados ao envelhecimento. Nesse sentido, os idosos tem na sua experiência de vida respostas e vivências que os permitem usufruir de um conhecimento empírico, agregando assim na construção da sociedade.

Ocorre que a modernidade também proporciona aos idosos uma vida mais ativa e tranquila, como uma melhor mobilidade urbana, utensílios domésticos que ajudam nas atividades do dia-dia, acesso a saúde de qualidade e programas de inclusão digital que são oferecidos aos idosos com o intuito de inserção social dessa nova rede de comunicação, promovendo assim a socialização, a percepção cognitiva e também o melhoramento neuropsicomotor dos idosos, ajudando-os a prevenir ou retardar doenças neurológicas.

Enfim a constituição da modernidade do idoso se dá pela continuidade da sua vida, de certa forma adaptando-se à liquidez descrita por Bauman.

Ademais, Giddens (2002, p.136-137) explica que o significado de geração antigamente difere do sentido atual, vide:

> [...] Uma geração é uma coorte ou ordem distinta de parentesco que coloca a vida do indivíduo dentro de uma seqüencia de transições coletivas. Nos tempos modernos, contudo, o conceito de "geração" cada vez mais só faz sentido contra o pano de fundo do tempo padronizado. Falamos, em outras palavras, da "geração dos 50", da "geração dos 60" e assim por diante. A sucessão temporal nesse sentido retém muito pouco da ressonância dos processos coletivos de transição característicos de eras anteriores. Em contextos tradicionais, o "ciclo da vida" carrega fortes conotações de

> renovação, pois cada geração em grande parte redescobre e revive modos de vida de seus predecessores. A renovação perde muito de seu significado nas situações da alta modernidade onde as práticas são repetidas apenas se forem reflexivamente justificáveis.

Percebe-se que "[...] O mundo moderno é um 'mundo em disparada': não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores. (GIDDENS, 2002, p.22)"

Quanto à população indígena, esses povos são dotados de tradições, sendo que procuram sempre a preservação de suas culturas e identidades. Ocorre que no decorrer da história foram muito oprimidos, tanto que Furtado (1984, p.20), expõe que no período colonial os portugueses eram a minoria diante da presença indígena, porém o peso europeu na formação cultural indígena foi avassaladora, sendo a privação da própria língua um exemplo disso, eis que assim perdiam a sua identidade cultural.

Mesmo diante de tantas perseguições e opressões, os povos indígenas são povos de resistência em sociedade, de forma que lutam por seus direitos e pela manutenção de suas culturas e tradições, conforme exemplifica Giddens com os ritos de passagem em culturas tradicionais:

> [...] Transições nas vidas dos indivíduos sempre demandaram a reorganização psíquica, algo que era frequentemente ritualizado nas culturas tradicionais na forma de ***ritos de passagem***. Mas em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada – como quando um indivíduo saía da adolescência para a vida adulta. [...] (GIDDENS, 2002, p.37)

No entanto, com o processo da modernidade, a população indígena cheia de tradições e cultura se viu no meio das variadas mudanças sociais, pois "em vários aspectos fundamentais, as instituições modernas apresentam certas *descontinuidades* com as culturas e modos de vida pré-modernos. [...]" (GIDDENS, 2002, p.22). Dessa forma, a modernidade trouxe certa barreira à continuidade da tradição cultural indígena e também da preservação de suas áreas territoriais que são devastadas, levando os indígenas a usufruírem dos meios modernos.

Porém, a urbanização "[...] torna a presença do povo mais visível, e também mais difícil de escamotear a criatividade cultural deste." (FURTADO, 1984, p.24). Pois, com a interação social e utilização dos meios modernos, tais como educação e tecnologia, os povos indígenas também utilizam os seus aprendizados na defesa dos seus direitos.

Portanto, vemos que os sujeitos idosos e os indígenas com as suas tradições de geração em geração e tradição cultural, estão resistindo às perdas de suas raízes em razão do envolvimento com a modernidade tardia ou pós-tradicional, porém apesar dos contras da modernidade, há também os prós na qualidade de vida, na visibilidade cultural e na defesa dos seus direitos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos como resultado que os sujeitos idosos e indígenas são exemplos de tradição no mundo moderno, mas também de constante adaptação às mudanças sociais e tecnológicas.

Consideramos que havia uma visão por parte dos capitalistas de que as tradições e as culturas eram consideradas como um atraso ao desenvolvimento. Diante disso, entendia-se que a única saída para o avanço ocorrer, seria o rompimento com as tradições e solidez existentes.

Ocorre que essa transformação social, do que era tradicional e sólido para o moderno e líquido, causou inicialmente uma grande insegurança nas relações que eram sólidas e uma descontinuidade nas tradições.

Assim, quanto à população idosa, destacamos que vivem um dilema entre a preservação de suas tradições e a adaptação com a modernidade e seus avanços tecnológicos. E quanto à população indígena, destacamos que estes grupos sofreram e sofrem opressões quanto às suas tradições culturais no processo de transição para o mundo moderno e líquido.

Porém, devemos destacar o processo de suas adaptações, sendo que os idosos participam ativamente da modernidade, pois essa os proporciona melhor qualidade de vida. Ademais, a modernidade também dispõe de mudanças positivas quanto à visibilidade da presença social e cultural dos povos indígenas, principalmente na garantia de todos os seus direitos.

Portanto, a modernidade leva esses sujeitos a se adaptarem e se apropriarem de novas experiências e de novos saberes, podendo ocorrer tanto de forma voluntária, quanto involuntariamente, mas nem sempre ocorrerá a perda de suas tradições.

Concluímos que a população idosa e indígena, com as suas tradições de geração em geração e tradição cultural, resiste às perdas de suas raízes, e apesar dos contras da modernidade, há também os prós, verificados na qualidade de vida, na visibilidade cultural, na defesa dos seus direitos e na adaptação à novas experiências, que poderão ser agregadas às tradições.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria à prática e da prática à teoria. Lisboa, 2004. p. 35-70.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1991. p. 189-193.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

CAPÍTULO 21

ENTRE O RIO E A MATA: O ESPAÇO TERRITORIAL COMO REFERENTE IDENTITÁRIO E CULTURAL EM UM POVOADO DA AMAZÔNIA TOCANTINA SÍMBOLO DE PODER FEMININO

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Mix de Leão Moia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA – Altamira - Pará
http://lattes.cnpq.br/2962944203757482

Francisco Wagner Urbano
Universidade Estadual do Pará- UEPA
Belém – Pará
http://lattes.cnpq.br/6003312736105942

RESUMO: O presente artigo aborda na comunidade quilombola do Mola a relação entre identidade e cultura a partir do espaço territorial. Discute a identidade cultural como uma construção concreta e simbólica, material e imaginária dos grupos sociais com o território. Para tal, o registro acontece a partir dos procedimentos metodológicos da História Oral. Dessa forma, faz-se uma relação entre cultura e identidade a partir de teóricos como Bhabha (1998), Hall (2003, 2009), Cuche (2002), Haesbaert (1999, 2004) e Cruz (2008). Pode-se dizer que o espaço físico-natural, social e simbólico em consonância com a consciência sócio espacial de pertencimento é determinante para a construção da identidade territorial na comunidade.
PALAVRAS - CHAVE: Cultura, Identidade territorial, Mola.

BETWEEN RIO AND MATA: TERRITORIAL SPACE AS AN IDENTITY AND CULTURAL REFERENT IN A TOCANTINE AMAZONIAN PEOPLE SYMBOL OF FEMALE POWER

ABSTRACT: This article discusses in the Mola quilombola community the relationship between identity and culture from the territorial space. It discusses cultural identity as a concrete and symbolic, material and imaginary construction of social groups with the territory. For this, the registration takes place from the methodological procedures of Oral History. That way, a relationship between culture and identity is made from theorists such as Bhabha (1998), Hall (2003, 2009), Cuche (2002), Haesbaert (1999, 2004) and Cruz (2008). It can be said that the physical-natural, social and symbolic space in line with the socio-spatial awareness of belonging is decisive for the construction of territorial identity in the community.
KEYWORDS: Culture, Territorial Identity, Mola.

INTRODUÇÃO

A região da Amazônia Tocantina ou do Tocantins é uma das unidades de integração do estado do Pará, norte do Brasil, mesorregião nordeste do estado, Amazônia, Brasil. No processo de colonização da Amazônia a utilização de mão de obra escrava foi intensa nessa região, especialmente por volta do Século XIX, transformando-se assim em foco de inúmeras formas de resistência ao sistema

escravagista imposto a época. Assim, muitos negros escravizados fugiram para o interior da floresta e no interior desta organizaram novos quilombos, como ocorreu especialmente no município de Cametá, nordeste paraense.

Nessa microrregião muitos quilombos foram formados tendo nesses lugares símbolos de poder feminino presentes ainda hoje nesses locais, pois nesses espaços mulheres exercem diferentes papéis sociais na luta pela sobrevivência e no andamento de práticas culturais evidenciadas no interior da floresta.

Assim, o presente artigo tem como objetivo abordar na comunidade quilombola do Mola, povoado pertencente a Amazônia Tocantina em Cametá-Pará, a partir de relatos evidenciados por mulheres quilombolas, a relação entre identidade e cultura a partir do espaço territorial.

DESENVOLVIMENTO

No Grão-Pará, as fugas para o interior da floresta foram frequentes e se instauraram desde os tempos em que a escravidão ainda não era tão expressiva, fatores que fazem afirmar que, onde houve escravidão, houve resistência. Segundo Salles (1971), em pleno século XVIII, quando a crônica da escravidão ainda não havia revelado a existência de numerosa escravidão no Pará já há notícias de quilombos. Em vista disso, "[...] organizada a fuga, os quilombos cresceram rapidamente; pois, eram o principal foco de atração dos negros escapados das cidades e das fazendas" (SALLES,1971, p.205). Ainda sobre o assunto, Sampaio (s/d) afirma que as fugas e a formação de quilombos e mocambos foram muito mais frequentes do que se poderia fazer crer uma historiografia em silêncio.

Dessa forma, no que concerne a organização geográfica espacial desses mocambos ou quilombos, estes obedeceram a um padrão espaço-temporal denominado "rio-várzea-floresta" (CRUZ, 2008). Assim o desenho espacial, mais especificamente da comunidade quilombola do Mola, região de Cametá, nordeste paraense, obedeceu a lógica rio-floresta já com o intuito de propor maior segurança aos moradores, pois estando localizado no interior da floresta as autoridades coloniais da época dificilmente tomariam conhecimento da localização exata do quilombo.

Além do posicionamento estratégico, de ser mata adentro, a presença do rio fez-se extremamente importante, pois, possibilitou as trocas comerciais, fazendo emergir um sistema que combinasse o "extrativismo, a pesca e agricultura articulada por meio dos regatões com as vilas" (CRUZ, 2008, p.45).

Esse modelo de organização espaço-temporal se desenvolveu a partir de uma intensa dependência da natureza, tendo na presença do rio um vetor de relações e sociabilidades. Sobre a importância do rio no espaço amazônico Loureiro afirma:

> Os rios da Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ***ethos*** e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo (LOUREIRO, 1995, p.121)

Cruz (2008) tem razão ao dizer que em muitos espaços amazônicos o rio ainda continua tendo uma importância fundamental para a vida das populações que lá vivem, sendo o referencial central de organização espacial, modos de vida , além de matriz de temporalidades (ritmo social) e do imaginário (lendas, mitos e crenças), A temporalidade e a espacialidade continuam marcadamente simbolizadas pelo rio, como uma vida divinizada pelas interações materiais, simbólicas e imaginárias diferenciadas com ele.

Diante disso e levando em consideração que a localização geográfica e espacial da comunidade do Mola está localizada às margens do rio Itapocu, afluente do rio Tocantins e mata adentro, em outras palavras no interior da floresta, questiona-se: Existe no local uma relação direta, simbólica e material com o lugar? O espaço local é visto como referencia identitária, ou em outras palavras, há uma relação socioespacial de pertencimento com o território local?

Para dialogarmos com tais questões, inicialmente faz-se necessário conhecermos um pouco mais a respeito da comunidade quilombola do Mola, para em seguida adentramos nos conceitos referentes a cultura e identidade territorial. Sob o princípio de uma pesquisa qualitativa e adotando a memória oral, através dos relatos e histórias de vida, como fonte, coletou-se os dados na comunidade a partir de questionários não estruturados com o intento de que as respostas surgissem naturalmente e o objetivo deste trabalho fosse alcançado. Para a coleta de dados foram escolhidas duas moradoras da comunidade, com idade superior a 60 anos, independente de escolaridade e sexo, as quais são vistas como as guardiãs da memória e de saberes.

Elegeu-se a história oral como fonte, devido esta tornar-se necessária na reconstituição dos saberes e lutas vividas no âmbito de uma cultura onde há predomínio da oralidade. Além do mais, Portelli (1997) ressalta que a História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individual e, ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma.

Nesse sentido, no modo de viver da comunidade quilombola do Mola, modos de vida, crenças e ritos com suas menções simbólicas vão sendo repassados oralmente e assimilados pelos moradores, os quais vivem, repassam e renovam tais conhecimentos através de práticas culturais evidenciadas no interior das florestas.

A comunidade quilombola do Mola pertence ao município de Cametá. Esta é uma

microrregião localizada no nordeste paraense, à margem esquerda do rio Tocantins. Mais especificamente no distrito de Juaba, à margem esquerda do igarapé Itapocu, afluente do rio Tocantins, está situada a comunidade.

O acesso à comunidade do Mola para quem opta por ir pelo rio, só é possível através de pequenos barcos, devido ao igarapé Itapocu ser estreito e possuir muitas curvas. O acesso só é possível de maré alta em pequenas embarcações, sendo o igarapé completamente inacessível para embarcações de porte médio.

A formação do quilombo do Mola, de acordo com Pinto (2010) deu-se na segunda metade do século XVIII, sendo constituindo por mais de trezentos negros e sob a liderança de uma mulher forte e guerreira, que tinha o dom de rezas e curas chamada Maria Felipa Aranha. Durante muito tempo os negros viveram no quilombo protegidos de qualquer ameaça. Contudo, com a construção de um fortim em Alcobaça, região onde atualmente está localizada a cidade de Tucuruí-PA, as autoridades daquela época tomaram conhecimento do quilombo, conforme mostra a professora Benedita Celeste Pinto (2010, p. 93) uma nota que saiu no jornal *A Província do Pará*:

> Ilmo. Sr. Redator, tendo V. S. tomando em consideração os nossos reclamos sobre o quilombo do Itapocu e por intermédio de quem outros jornais se tem ocupado do mesmo assunto, pelo que muito facilitamos, esperando que o governo tome em consideração o estado grave que de dia para aumenta; levamos a sua presença uma relação dos que existem fugidos somente desta comarca, que de momento lembramos para V. S. ter a bondade de mandar publicar, prometo-lhe ir mandando relação dos mais que formos informados (...) – Cametá, 28 de Julho de 1887.

Ainda segundo Pinto (2010) apesar das autoridades daquela época tomaarem conhecimento do quilombo do Mola, estas nunca tomaram iniciativas de invadi-lo e destruí-lo. Com o processo de abolição, a maioria dos negros migraram para a localidade de Juaba, uma povoação que ainda estava se formando (hoje Juaba é vila).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A comunidade quilombola do Mola está situada mata adentro, tendo um posicionamento geográfico espacial estratégico, o que faz que atualmente esta seja caracterizado distante do centro urbano, contudo, os moradores do Mola nunca tiveram isolados, mas em contato com outros grupos humanos, outras culturas. Esses aspectos são importantes porque desconstroem a ideia de que a cultura do lugar, por estar localizado no interior da floresta seja fixa, homogênea e acabada.

> Olha a vovó Madá contava pra nós que os pai dela falavam, naquele tempo que aqui vivia os negro, que eles ficavam sabendo bem das coisa que acontecia por fora pelos marreteiro que vinham aqui comprar e vender as coisa deles, fazer o regatão, né. Eles falavam das coisa que acontecia por aí, por que o

> pessoal que morava aqui naõ podiam tá indo assim muito na cidade pra num se aparecer demais porque podiam ser reconhecido e pego de volta, mas esse pessoal que fazia regatão vinho aqui porque a vovó Madá nos contava e olha ela morreu com 94 anos. (Durvalina Borges, 63 anos, Mola, Cametá-PA)

A ideia de uma cultura homogênea, a que Glissant (2005) chama de cultura *atávica*, entendida como "aquela constituída de *raiz única* e que mata a sua volta" (GLISSANT, 2005, p. 71), cede espaço para as culturas que o mesmo autor chama de *compósitas* ou *rizomas*, sendo esta "a raiz que vai ao encontro de outras raízes" (GLISSANT, 2005, p. 72).

Esses aspectos fazem com que a cultura de um modo geral esteja sujeita a um constante processo de reelaboração e ressignificação, atestando sua dinamicidade e sua capacidade de mutação, permitindo dessa forma, sua vitalidade e permanência no seio das comunidades humanas, já que nos finais do século XX vivenciamos o desaparecimento dos mitos de sustentação de purezas culturais, sobretudo com a distinção que se faz de diversidade e diferença cultural, é que se compreende que nenhuma cultura é completa em si mesma, nenhuma já atingiu sua total plenitude.

Uma cultura que se vê estabelecida como pura e homogênea, com uma identidade fixa e acabada estaria predestinada ao desaparecimento, sobretudo no momento que vivenciamos, caracterizado pelo que se tem chamado de globalização da economia e mundialização da cultura. Sobre a ideia de heterogeneidade da cultural, Bhabha ressalta:

> É o tropo de nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do além[...] O além não é nem um horizonte nem um abandono do passado[...] Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos do meio do século, mas neste ***fim de siècle***, encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, exclusão e inclusão (BHABHA, 1998, p. 19)

É importante destacar que a construção da identidade cultural de um povo é resultante de um processo histórico e dinâmico, de um conjunto de criações que se fundem diante das diferentes necessidades e interesses, costumes e valores assimilados e transmitidos em um tempo e espaço, bem como das contribuições que se somam continuamente nos processos de trocas e acumulações históricas, sociais e culturais.

Nesse sentido, a identidade é e sempre está em "processo de transformação e mudança" (HALL, 2004, p.108). A construção da identidade como enfatiza Hall (2004) tem haver não tanto com as questões "quem nós somos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar" e "como nós temos sido representados", o que faz com que o sujeito fale sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica, o que não significa negar que a identidade tenha um passado, mas "reconhecer que ao reivindicá-la a reconstruímos e que além disso o passado sofre uma constante transformação"(WOODWARD, 2009, p. 28).

Cruz (2008) enfatiza que a construção da identidade envolve tradições (raízes,

heranças passadas) e traduções (rotas, opções, projetos futuros). As tradições consistiriam naquilo que é profundo, permanente, único e singular, aquilo que é próprio da cultura do local, incluindo suas "histórias memórias e saberes sedimentados num conjunto de práticas e representações assentados no cotidiano do espaço vivido" (CRUZ, 2008, p.56). Por outro lado, as traduções residem naquilo que é substituível e circunstancial, "trata-se da afirmação de estratégias que elementos de oposição e negociação no presente imediato" (CRUZ, 2008, p.57).

> Este Mola há muitos ano atrás era um quilombo muito grande, aqui vivia muita gente. Mas o tempo passou e as coisa ficaro difícil e o pessoal tivero que ir embora. Daí nós comecemo a pensar, se os negro no tempo do quilombo se organizavo e fazio as coisa acontecer, porque nós não podia fazer o mesmo? Intão nós fizemo valer nosso direito, fumo pra cidade e da cidade fumo parar em Belém. Teve luta, mas o resultado taí: uma escola boa e a energia, coisa que ninguém nunca imaginou que um dia ia ter. (Durvalina Borges, 63 anos, Mola, Cametá-PA)

Podemos verificar que a consciência sócioespacial de pertencimento, enquanto quilombola, e a afirmação de um discurso identitário que valoriza a condição é recente, é usado como algo *estratégico* e *posicional* (HALL, 2009) num contexto de lutas sociais na busca pela afirmação material e simbólica das "singularidades culturais própria de cada lugar através dos diferentes modos de vida, dos ritmos vividos cotidianamente que implicam em experiências, vivências e identificação com o espaço" (CRUZ, 2008, p.57).

Essa identificação com o espaço é importante para o sentimento de pertencimento e, consequentemente, para a construção da identidade, já que em se tratando do espaço amazônico, a identidade emerge segundo Cruz (2008) como resultante do conflito das diferenças do significado social e cultural da experiência espaço-temporal expressa nos diferentes modos de viver para os diferentes sujeitos sociais. Assim sendo, como os moradores da comunidade quilombola do Mola veem o espaço territorial local?

> Olha eu me criei aqui nesse lugar. Isso aqui tem um valor muito grande, eu nun vendo, num dou e num faço negócio nenhum. Essa terra é minha vida porque se eu estou vivo, foi porque dela nós tiremo nosso sustento. É por isso que eu num saio daqui e num faço negócio nenhum. Este Mola é o meu lugar e aqui tá minha história e da minha família. (Durvalina Borges, 63 anos, Mola, Cametá-PA)

Ainda sobre o significado do espaço territorial local:

> Este lugar aqui que eu moro é muito importante pra mim, fui aqui que eu criei meus filho e vivi muita coisa boa. Depois que o meu marido morreu, meu filho queria me levar daqui, mas quem disse que eu vou, hum eu vou na cidade só pra receber e olhe lá, num me acostumo. Viver longe daqui é difícil, aqui tá minha vida, daqui eu num saio. Eu já falei que só vou embora desse lugar quando Deus me chamar, tirando disso não. (Isabel Trindade Correia, 83 anos, Mola, Cametá-PA)

Tomando por base os relatos evidenciados, observa-se um sentimento de pertencimento muito grande no que diz respeito ao espaço territorial. Esses aspectos nos dão subsídios para aferimos que a identidade, atrelada ao território, é uma *identidade territorial* (HAESBAERT, 1999), pois é construída a partir da relação concreta e simbólica com o território. Além do mais, "as identidades territoriais são identidades forjadas no e pelo processo de territorialização" (HAESBAERT, 1999, p.28), aqui entendida e desenvolvida como "as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações de espaciais do poder, que se estende do mais concreto ao mais simbólico" (HAESBAERT, 2004, p.339). Sobre a identidade territorial prossegue Haesbaert:

> Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] de uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.
>
> (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Para se ter a presença da identidade territorial é preciso levar em consideração "o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento" (CRUZ, 2008, p.59). O espaço de referência identitária refere-se ao recorte espaço- temporal onde se realiza a experiência social e cultural. Cruz (2008) chama atenção que neste tipo de espaço é que são forjadas as práticas e representações espaciais que constroem o sentimento e significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação ao território, o que pode ser observado no relato da moradora Durvalina Borges ao afirmar que o Mola é a sua história, bem como no Isabel Correia ao dizer que só sairá da localidade quando Deus a chamar.

Os sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos em relação à comunidade remete a consciência socioespacial de pertencimento, por sinal "algo que não é natural, mas histórico, relacional e constrativo (CRUZ, 2008, p. 60) posto que a noção de pertencimento e de identidade é construída na e pela *exaltação da diferença* (CUCHE, 2002), já que é na relação com o "outro" que dá as formas de acabamento, pois como observa Hall (2003), nenhuma identidade se encerra na completude de significados, antes os sentidos que representam a identidade do sujeito se completam no outro.

CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo, procurou-se mostrar que a identidade e a cultura na comunidade quilombola do Mola, situada na região de Cametá, mesorregião nordeste do Pará, as marcas de identificação cultural estão assentadas no território. Este, por sua vez,

segundo Cruz (2008) visto tanto como o espaço vivido, referente espacial no sentido concreto e simbólico, espaço social onde se desenrolam as tramas e os dramas que constituem o modo de vida dos moradores locais, com seus saberes, fazeres e sociabilidades, assim como o lugar do imaginário, das crenças, mitos e lendas ligados aos encantos da floresta, elementos por sinal fundamentais na cultura da comunidade.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte. UFMG, 1998.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Gorete da Costa. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

CUCHE, Dênis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª. edição. Bauru: EDUSC, 2002.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHI, Z. CORREA, R. L. (Orgs) **Manifestações culturais no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Berttrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Thomas Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópoles: Vozes, 2009.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**. nº 15 (Ética e História Oral) São Paulo: EDUC, 1997.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime de escravidão**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas; Universidade Federal do Pará, 1971.

SAMPAIO, P. M. Africanos e índios na Amazônia: experiências de precarização de liberdade. Boletim de Associação Espanhola Americanista. **América: poder, conflictó y política**, s/d, p. 1-16.

WOODWARD, Katerine. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópoles: Vozes, 2009.

CAPÍTULO 22

FORMAÇÃO DOCENTE E SEXUALIDADE: AÇÃO EXTENSIONISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA SABERES INDISPENSÁVEIS PARA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 19/04/2021

Gislene Lisboa de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás. Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede
Anápolis - GO
http://lattes.cnpq.br/1360660511282034

Valéria Soares de Lima
Universidade Estadual de Goiás
Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede
Anápolis - GO
http://lattes.cnpq.br/7429447535515782

Lilian Cristina dos Santos
Universidade Estadual de Goiás
Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede
Anápolis - GO.
http://lattes.cnpq.br/5452844684703468

Gabriel Soares Sena
Universidade Estadual de Goiás
Bolsista UAB do Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede
Anápolis - GO
http://lattes.cnpq.br/5194570966759081

RESUMO: A educação na Universidade Estadual de Goiás (UEG) pauta-se em um ensino de qualidade e gratuito e, em uma concepção de aprendizagem estruturada a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na educação presencial e a distância. Neste contexto, a extensão é um dos pilares para o êxito acadêmico na formação inicial docente. O Projeto de extensão Formação Docente e Sexualidade é uma atividade que transversou as questões relacionadas a diversidade existente no contexto escolar e na atuação docente em sala de aula em relação ao corpo, sexualidade e gênero e, contribuiu para a discussão, necessária, neste campo. A extensão foi ministrada em dois polos de apoio presencial: Alexânia-GO e Pirenópolis-GO e, contou com 124 cursistas, distribuídos entre acadêmicos do curso de Pedagogia, na modalidade a distância, ofertado pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR) na UEG e professores das secretarias municipais de educação dos referidos municípios. A investigação estruturou-se dentro de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo para verificar como os saberes em relação ao corpo, sexualidade e gênero foram construídos pelos cursistas e professores da rede municipal de ensino das duas cidades citadas. Buscou-se analisar quais conhecimentos, desenvolvidos por meio de projetos de extensão são necessários para superar ou minimizar os conflitos a discriminação inerentes a estas temáticas, dentro do contexto escolar. Os resultados mostraram que dos 124 participantes, 98% não se sentem preparados para falar sobre nenhum assunto como: sexualidade, raça e gênero, orientação sexual, dentre outros; somente, 2% disseram já ter participado de formação na área, mas que, neste projeto, aprenderam mais com os debates e, por isso discutirão com seus alunos, pelo menos um dos assuntos abordados no projeto extensionista.
PALAVRAS - CHAVE: Extensão. Formação

Docente. Modalidade EaD. Sexualidade. Gênero.

TEACHING TRAINING AND SEXUALITY: EXTENSIONIST ACTION IN THE DISTANCE COURSE OF DISTANCE KNOWLEDGE AVAILABLE FOR INITIAL AND CONTINUING TEACHING TRAINING

ABSTRACT: Education at the State University of Goiás (UEG) is based on quality and free education and on a conception of structured learning based on the inseparability between teaching, research and extension, in face-to-face and distance education. In this context, extension is one of the pillars for academic success in initial teacher training. The Teacher Training and Sexuality extension project is an activity that cuts across issues related to the existing diversity in the school context and in the teaching performance in the classroom in relation to the body, sexuality and gender, and contributed to the necessary discussion in this field. The extension was given in two on-site support centers: Alexânia-GO and Pirenópolis-GO, and had 124 students, distributed among students of the Pedagogy course, in the distance mode, offered by the Center for Teaching and Learning in Network (CEAR) at UEG and teachers from the municipal education secretariats of the aforementioned municipalities. The investigation was structured within a qualitative approach, with bibliographic and field research to verify how the knowledge in relation to the body, sexuality and gender were constructed by the course participants and teachers from the municipal education network of the two cities mentioned. We sought to analyze what knowledge, developed through extension projects, is necessary to overcome or minimize conflicts and discrimination inherent to these themes, within the school context. The results showed that of the 124 participants, 98% do not feel prepared to talk about any subject such as: sexuality, race and gender, sexual orientation, among others; only 2% said they had already participated in training in the area, but that, in this project, they learned more from the debates and, for this reason, they will discuss with their students, at least one of the subjects covered in the extension project.
KEYWORDS: Extension. Teacher Education. EaD modality. Sexuality. Gender.

1 | INTRODUÇÃO

A Licenciatura em Pedagogia a Distância, tem sido o curso mais requisitado na modalidade a distância. De acordo com o Censo do Ensino Superior, no ano de 2017, o número de alunos que ingressaram neste curso foi 710.855 mil alunos (INEP 2018). Esses dados são respaldados nos municípios goianos em todos os vestibulares dos cursos de licenciatura ofertados na Educação a Distância (EaD).

O curso de Pedagogia foi planejado e construído mediante discussão com os atores dos cursos presencias e com a Pró-reitoria de Graduação da Universidade (PrG), isto é, contempla o debate em torno do desenvolvimento curricular da instituição, e sua matriz se difere, de forma particular, dos cursos presenciais, devido as especificidades da modalidade.

Libâneo (2001), em seus estudos, mostra que do ponto de vista social a pedagogia, “é um campo de conhecimentos sobre problemática educativa na sua totalidade e

historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa" (LIBÂNEO, 2001a, p.22). Pensando em uma formação que se aproxime desta concepção, o curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, ofertado na UEG, tem como objetivo a formação docente para atuação na Educação Básica, Educação Infantil e os Anos Inicias (1º ao 5º ano), mas transversa a discussão sobre a gestão escolar e atuação do pedagogo em espaços não escolares, por isso da sua proposta multidisciplinar.

A concepção de ensino e aprendizagem é preparada e desenvolvida por meio do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e nos encontros presenciais nos Polos de Apoio em cada município. Considerando que, para uma *práxis* docente é necessário a relação ínfima entre teoria e prática (SAVIANI, 2012), o curso de Pedagogia optou por privilegiar, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019, por "um ensino de qualidade, público e gratuito, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social" (PDI/UEG, 2010, p. 14).

O curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pela UEG, na modalidade a distância, conta com 3.980 (três mil e novecentos e oitenta) discentes, distribuídos em 16 (dezesseis) polos de apoio presencial. A formação docente pauta-se, neste contexto online, pela autogestão do conhecimento de forma autônoma e gradual por meio das diversas oportunidades oferecidas pela instituição.

Diante deste contexto, surgiu a necessidade de iniciar uma proposta de extensão que contribuísse, não só com a formação profissional, mas em uma formação holística (pessoal) dos futuros pedagogos, matriculados no curso ofertado pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR) da UEG e, também, com a discussão em torno da diversidade que encontrarão durante sua atuação em sala de aula e em outros espaços sociais de ensino.

A estruturação e implementação do Projeto de Extensão "Formação docente e sexualidade" se deu no momento da renovação do reconhecimento da Educação a Distância (EaD) na Universidade Estadual de Goiás (UEG), em março de 2014. Com a proposta articulada e aprovada pelos avaliadores do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP), as demandas por ofertas foram acolhidas e convergiu com uma primeira implantação em 2017, em 10 municípios, passando para 16, entes federados, na segunda oferta, em 2018.

Esta ação extensionista, buscou aproximar os acadêmicos/as, do curso de Pedagogia, da realidade do contexto de sala de aula, quanto as questões sobre diversidade, incluindo temáticas voltadas para sexualidade, corpo, gênero e educação, além de estreitar a relação entre teoria e prática, tão emergente e necessária na formação docente inicial.

O principal objetivo do projeto foi contribuir na formação dos acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e dos professores da Educação Básica dos municípios de Pirenópolis e Alexânia e outras regiões, no Estado de Goiás, afim de realizar debates e reflexões críticas sobre a atuação docente e sua convergência com as temáticas propostas

dentro de uma perspectiva de educação sexual emancipatória e não-discriminatória.

2 | FORMAÇÃO DOCENTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A formação docente para Nóvoa (2007, p. 3) representa uma articulação "da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida", que estrutura o tripé, teoria-prática-práxis (SAVIANI, 2012). Considerando os avanços científicos e tecnológicos e as transformações sociais daí decorrentes, a atuação docente na atualidade, não pode estar restrita a uma formação aligeirada e formalizada para uma "realidade idealizada que nunca se concretizou" (BARROS, 2004, p.66).

Nessa perspectiva, a atenção voltada à formação inicial, dos acadêmicos na modalidade EaD e, mesmo a continuada, de profissionais que se encontram em diversos municípios e são atuantes se faz necessária, uma vez que é importante assegurar aos profissionais da educação um desenvolvimento teórico e prático que abarque a heterogeneidade encontrada por eles/elas no cotidiano escolar ou em outros espaços sociais.

Diante disso, faz-se urgente uma formação para a diversidade que abranja o respeito as diferenças, limitando as "questões de poder, fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos" em relação a outros (CANDAU, 2008, p. 23), para que as futuras gerações possam buscar no diálogo as repostas para as singularidades e especificidades de cada sujeito, minimizando as questões relacionadas ao preconceito, aos estigmas, os estereótipos, dentre outros, que instituem diversos tipos de violências.

Nesse sentido, a política extensionista na UEG se estrutura como um "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade". (PDI/UEG, 2010, p. 49), integrando os futuros docentes das comunidades atendidas (MACHADO, 2019).

Assim, o projeto garante a sistematização dos saberes acadêmicos necessários para uma prática transformadora (FREIRE, 1997) por meio da troca de conhecimentos entre a população e a comunidade acadêmica, instrumentalizando-os para o exercício da cidadania em meio a diversidade existente no campo acadêmico, na atuação dentro e fora do contexto escolar e nos espaços de discussão existentes, na sociedade civil.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia em EaD da Universidade estabelece e adota, por meio da atuação do professor formador, geralmente um docente efetivo da instituição, tutores presenciais e a distância uma cultura colaborativa para que em todo o processo formativo o "educador seja educado", para ensinar, modificar a realidade social, impetrar conhecimentos emancipatórios e acima de tudo transformar sua realidade" (LIMA, 2014, p. 31). Assim, esse professor formador é o responsável por desenvolver estas ações de

extensão junto aos discentes.

Dessa forma, o projeto garante a sistematização dos saberes acadêmicos necessários para uma prática transformadora (FREIRE, 1997) por meio da troca de conhecimentos entre a população e a comunidade acadêmica, instrumentalizando-os para o exercício da cidadania em meio a diversidade existente no campo acadêmico, na atuação dentro e fora do contexto escolar e nos espaços de discussão existentes, na sociedade civil.

3 I METODOLOGIA

Este artigo foi estruturado por uma investigação qualitativa, porque busca integrar pesquisador e a comunidade analisada por meio de um projeto extensionista. Neste campo a pesquisa qualitativa segundo Minayo (2000, p. 21) "responde a questões muito particulares. Pois, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e autuardes" que vão além de dados estatísticos, coloca em xeque e afeta as percepções dos envolvidos no projeto.

Se utilizou da pesquisa bibliográfica também, porque a "partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites", compôs sua estrutura conceitual e epistemológica (FONSECA, 2002, p.32). As pesquisas dentro desta abordagem investigam e se propõe analisar as diversas posições acerca de um problema (GIL, 2010, p. 44).

Utilizou-se da pesquisa de campo para comparar o que foi discutido, as reflexões sobre as temáticas, realizada por meio das atividades propostas, principalmente, os fóruns de discussão, estruturados na sala virtual do projeto no ambiente virtual de ensino e aprendizagem do projeto e de um questionário avaliativo em cada etapa respondida pelos cursistas, além das fichas de inscrição que possibilitou o levantamento de diversos dados dos participantes. A pesquisa de campo se caracteriza pela coleta de dados junto aos participantes da pesquisa por meio de diversos instrumentos (questionários, observação, entrevistas, dentre outros), cita-se, neste trabalho os dados recolhidos do ambiente virtual (FONSECA, 2002).

O referido projeto foi estruturado no ambiente virtual de ensino e aprendizagem - Plataforma Moodle, em 03 (três) módulos, com oficinas e palestras presenciais, envolvendo as temáticas acima citadas que são discutidas virtualmente para que se apropriem do saber formal e sistematizado sobre cada assunto. Contou com a participação de 124 cursistas, sendo 7% homens e 93% de mulheres, entre acadêmicos/as do curso de pedagogia e professores da rede municipal. Ressalta-se que na ficha de inscrição ninguém se declarou com orientação sexual diferente da estrutura social binária conhecida (masculino e feminino).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa de campo observou-se pelo discurso dos entrevistados a dificuldade em se falar sobre a temática, mesmo aos participantes inseridos no curso de licenciatura em Pedagogia, envolvidos no projeto. A partir desta constatação, a preocupação aumentou quanto as demandas apresentadas no contexto educacional em relação a gênero, corpo e sexualidade. Esse fato viabilizou a implementação do projeto para trabalhar exatamente esta lacuna que, ainda, existe nos cursos superiores e, por sua carga, preenchida com disciplinas específicas, não conseguem, muitas vezes, ir além do que é proposto na matriz curricular.

Nesse contexto, acredita-se que as ações extensionistas podem "promover transformações internas e externas do ser social, por uma ontologia materialista tornada histórica, expressa no trabalho educativo e pedagógico" (MACHADO, 2019, P. 20). E pode quebrar a hegemonia de uma sociedade que tem como parâmetro o homem/mulher branco/a, "heterossexual e de classe média que se considera o centro de uma cultura homogênea" (LOURO, 2013, p. 44).

Na educação a distância o processo de implementação de um projeto de extensão é bem mais complexo, pelas peculiaridades da modalidade (não presencialidade; tempo e espaço diferenciado). O desafio foi colocado aos discentes do curso junto com a comunidade de professores municipais que aceitaram participar do projeto e, ao final, conseguiram com êxito finalizar a primeira oferta do projeto, que ocorreu no final de novembro de 2019.

4.1 Estrutura do Projeto de Extensão no Ambiente Virtual do Cear

A estruturação do projeto de extensão no ambiente virtual foi realizada a partir de sua aprovação pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantes da UEG e encontra-se hospedado no Moodle de Capacitação do CEAR da Instituição.

Nele se matricularam 124 cursistas, sendo 70 do curso de Licenciatura em Pedagogia dos Polos de Pirenópolis e de Alexânia, ambos municípios do estado de Goiás, atendidos pelo convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, 54 professores das redes municipais de ensino de ambos entes federados (Pirenópolis – 25 professores e Alexânia 29 professores).

Os cursistas destacados na entrevista realizada após a finalização do curso têm nomes fictícios de pedras preciosas, escolhidas pelos próprios participantes que enxergam dessa maneira. Conforme figura 1; têm-se incialmente, o box com as principais informações sobre o curso, inclusive, nomes dos colaboradores, fóruns de: avisos e notícias, apresentações e dúvidas e o roteiro do projeto com a aprovação da Pró-reitoria de Pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Goiás.

Nesse box, fez-se a exposição do curso e como ele seria desenvolvido ao longo do

ano de 2019, inclusive, com momentos presenciais juntamente com outras disciplinas para aproveitar o deslocamento deles ao polo, em que seriam desenvolvidas: oficinas, palestras, dinâmicas de grupo e outros. Tais atividades seriam elaboradas pela coordenadora do projeto junto com seus colaboradores e colegas pesquisadores na área.

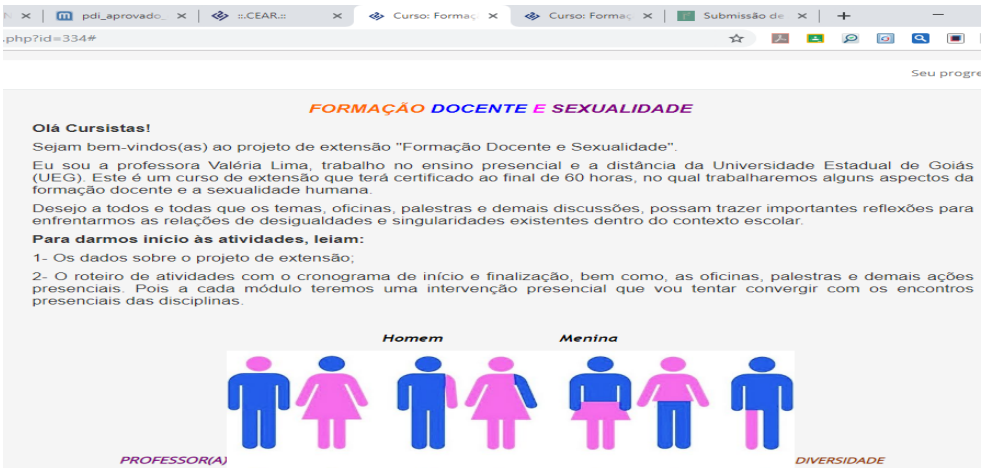


Figura 01 – Apresentação do projeto e colaboradores

Fonte: elaborada pelos autores, conforme pesquisa realizada, 2019.

Após a apresentação do projeto, iniciou-se o desdobramento das sessões com os módulos, em que foram explicados quais conteúdos e atividades são realizadas no ambiente virtual de ensino e aprendizagem, para ampliar as possibilidades de aprendizagem e discussão dos assuntos.

No primeiro módulo o debate ocorreu em torno da *"Diversidade e Formação Docente",* conforme Figura 2. Nesta discussão sobre diversidade, o conceito do qual apropriou-se foi o desenvolvido e organizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, em seu caderno sobre Pluralidade Cultural.

O caderno ressalta a constituição da sociedade brasileira e a diversidade existente por seus "aspectos históricos e geográficos" e a "contribuição da escola para [...] promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano" (BRASIL, 1997, p. 129) e como espaço para se discutir e descobrir maneiras de se cumprir o princípio constitucional de igualdade.

Para uma aprendizagem significativa, trabalhou-se com o artigo do Altmann (2103) "*Diversidade Sexual e Formação Docente"*, um vídeo produzido pelo Ministério da Educação "*A diversidade no contexto escolar",* e um fórum de debates com a seguinte questão:

> Enquanto docentes estamos preparados para lidar com a diversidade? Altmann (2013) em seu artigo descreve que o tema diversidade sexual e formação docente devem convergir para uma realidade plural. Pois, a partir do momento em que o educador se sente preparado, minimamente, para lidar com a diversidade. Daí abre aspas...Podemos falar em todos os âmbitos (sexual, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, gravidez precoce, raça e gênero, orientação sexual, dentre outros), evitaremos muitos preconceitos que podem invadir o contexto escolar e demais espaços sociais. Dessa forma, enquanto docente você está preparado para lidar com este contexto plural e diverso? (AVEA/CEAR, 2019).

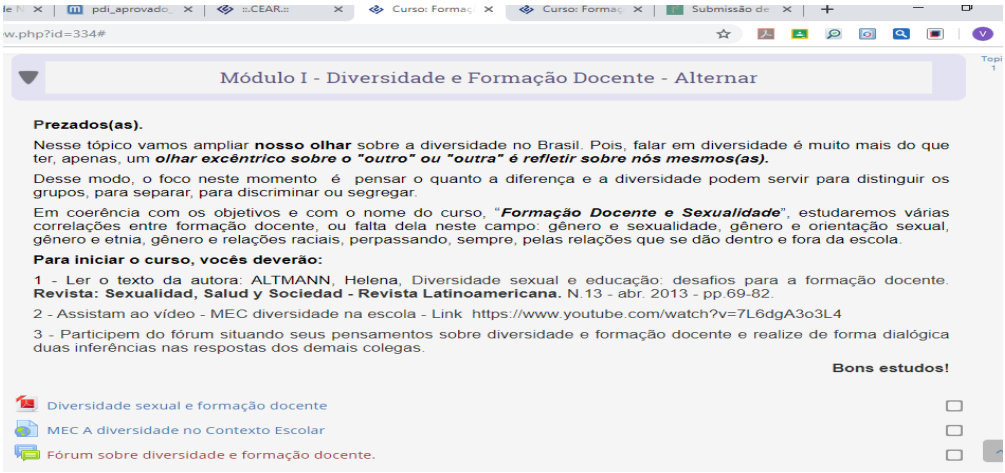


Figura 02 – Módulo I: Diversidade e Formação Docente

Fonte: elaborada pelos autores, conforme pesquisa realizada, 2019.

No fórum, ferramenta utilizada para iniciar o assunto, as discussões foram acirradas quanto as concepções dos cursistas em relação as diversidades encontradas dentro do contexto escolar, e em outros espaços sociais. Confirmada a diversidade brasileira descrita pelo próprio PCN, "A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade" (GURGEL, 2011, p. 1).

Contudo, dos 124 participantes, 98% não se sentem preparados para falar sobre nenhum assunto como os citados anteriormente: sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, gravidez precoce, raça e gênero, orientação sexual, dentre outros, somente, 2% disseram já ter participado de formação na área, mas que, neste projeto, estava aprendendo mais com os debates e, por isso discutiria, com seus alunos, pelo menos um dos assuntos, gravidez precoce. No entanto, concordam que é importante se habilitarem para trabalhar com as questões relacionadas a diversidade, pois de acordo com as cursistas, Safira e Rubelita:

> Trabalhar a diversidade na sala de aula é uma necessidade urgente para construir uma sociedade mais humana e empática, baseada no respeito ao próximo. Ensinar os alunos a respeitar as diferenças é fundamental (FÓRUM DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO, 2019).

> Temos que nos aperfeiçoar para trabalhar com esta temática. mas, é muito complicado, não sei daria conta de fazer isto. (FÓRUM DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO, 2019).

Os cursistas entrevistados entenderam que só por meio dos espaços, como projeto de extensão, capacitação continuada e outros, poderão contribuir com uma formação global dos seus alunos, pois segundo as cursistas, Diamante e Topázio:

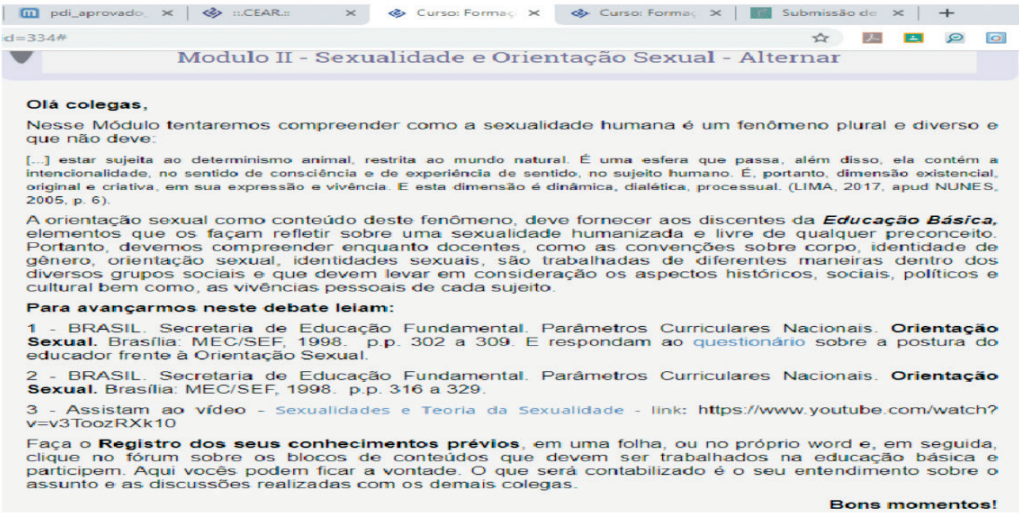
> Atualmente, a sociedade vem se transformando, e temas como esse devem ser debatidos, refletidos, mostrados nas escolas e meios de comunicação para que todos compreendam a necessidade e importância de respeitar o outro como ele é, independente, de cor, raça, sexo e crença religiosa. (FÓRUM DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO, 2019).

> É muito complicado, mas devemos nos aperfeiçoar no assunto, pois os pais muitas vezes ensinam tudo errado para seus filhos (FÓRUM DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO, 2019).

No segundo módulo, avançou-se no sentido de entender um pouco mais quanto as questões relacionadas a sexualidade e orientação sexual. Utilizou-se para isso, novamente os Parâmetros Curriculares Nacional (1997), para falar sobre as duas temáticas, no eixo *Orientação Sexual* e o vídeo *Sexualidades e Teoria da Sexualidade*.

Nesta etapa, o recurso utilizado para fixação do conteúdo foi um *questionário online* em que os cursistas teriam que responder algumas perguntas e propor uma ação para um estudo de caso, com uma situação envolvendo orientação sexual dentro do contexto escolar, isto é, como eles resolveriam a problemática apresentada a eles por meio deste instrumento (estudo de caso).

Neste estudo de caso, foi colocada uma situação em que, duas crianças, de 04 e 05 anos de idade, são encontradas no banheiro tocando as partes íntimas um do outro. Qual deveria ser a postura do docente responsável por estas crianças? Apenas, 5% dos cursistas responderam que trabalharia a questão com histórias dentro de sala de aula. Os demais, 95% disseram que, não saberia o que fazer.



Modulo II - Sexualidade e Orientação Sexual - Alternar

Olá colegas,

Nesse Módulo tentaremos compreender como a sexualidade humana é um fenômeno plural e diverso e que não deve:

[...] estar sujeita ao determinismo animal, restrita ao mundo natural. É uma esfera que passa, além disso, ela contém a intencionalidade, no sentido de consciência e de experiência de sentido, no sujeito humano. É, portanto, dimensão existencial, original e criativa, em sua expressão e vivência. E esta dimensão é dinâmica, dialética, processual. (LIMA, 2017, apud NUNES, 2005, p. 6).

A orientação sexual como conteúdo deste fenômeno, deve fornecer aos discentes da ***Educação Básica,*** elementos que os façam refletir sobre uma sexualidade humanizada e livre de qualquer preconceito. Portanto, devemos compreender enquanto docentes, como as convenções sobre corpo, identidade de gênero, orientação sexual, identidades sexuais, são trabalhadas de diferentes maneiras dentro dos diversos grupos sociais e que devem levar em consideração os aspectos históricos, sociais, políticos e cultural bem como, as vivências pessoais de cada sujeito.

Para avançarmos neste debate leiam:

1 - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Orientação Sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1998. p.p. 302 a 309. E respondam ao questionário sobre a postura do educador frente à Orientação Sexual.

2 - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Orientação Sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1998. p.p. 316 a 329.

3 - Assistam ao vídeo - Sexualidades e Teoria da Sexualidade - link: https://www.youtube.com/watch?v=v3ToozRXk10

Faça o **Registro dos seus conhecimentos prévios**, em uma folha, ou no próprio word e, em seguida, clique no fórum sobre os blocos de conteúdos que devem ser trabalhados na educação básica e participem. Aqui vocês podem ficar a vontade. O que será contabilizado é o seu entendimento sobre o assunto e as discussões realizadas com os demais colegas.

Bons momentos!

Figura 03 – Módulo II: Sexualidade e Orientação Sexual

Fonte: elaborada pelos autores, conforme pesquisa realizada, 2019.

As respostas nas questões objetivas e subjetivas do *questionário online*, foram realizadas sem nenhuma intercorrência, pois haviam explicações descritas no Parâmetros Curriculares Nacional (1997), no caderno "*orientação sexual*" e nos boxes com os conteúdos relacionados a temática. Mas, no estudo de caso, em que foi apresentado a seguinte situação: "Maria e Joãozinho, ambos com idades entre 8 e 10 anos, foram surpreendidos pela colega de classe Lúcia se beijando atrás da sala de aula".

Nesse caso, qual deveria ser a primeira atitude do docente que atua junto as crianças?" Os participantes tiveram que propor uma solução para o episódio apresentado, contudo 85% não conseguiram resolver o problema sozinho, disseram que procurariam ajuda na: "coordenação da escola, direção ou com outro colega" e 18% com outros profissionais da área de saúde como: psicólogos e assistentes sociais, mas não apresentaram, minimamente, uma maneira, para resolver o conflito apresentado a eles por meio do estudo de caso.

Os futuros docentes e os que estiveram no projeto de extensão, por uma formação continuada necessitam entender que é na escola que este debate começa a ser desenvolvido pois a escola aparece como "o equipamento social que, por sua obrigatoriedade, faz parte do cotidiano da quase totalidade dos indivíduos de todas as classes sociais.

Nessa totalidade, encontra-se a diversidade e, para atendê-la "é preciso estabelecer uma educação para a diversidade para os direitos humanos" (KASSAR, 2016, p. 1226). Nessa perspectiva, tem-se a comprovação de que os projetos de extensão, dentro dos cursos de graduação a distância podem fazer toda diferença, quanto a ampliar, nas diversas

áreas, determinados conhecimentos, para que os futuros profissionais da educação tenham condições de compreender e trabalhar de forma dialógica e ética, as singularidades e particularidades enfrentadas por eles pós-formação, na realidade diária, nos diversos segmentos escolares.

d=334

Módulo III - Gênero dentro do Contexto Escolar - Alternar

Prezados(as).

A questão de gênero tem produzido muitos debates dentro do contexto acadêmico, principalmente, na pós-graduação, uma vez que, após a revolução feminista de 1960 muitos grupos sociais se aliaram a luta contra a desigualdade neste campo.

Nestes termos surgiram movimentos como o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Trangêneros (LGBT) que se desdobraram em outras categorias como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais (LGBTI), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexuais e Pansexuais (LGBTQIP), dentre outros, em que estes almejavam oportunizar e ampliar o debate sobre a diversidade das culturas baseadas nas **orientações sexuais** e na **identidade sexual de gênero.**

Aqui fiquem atentos(as) aos três blocos de conteúdos designados pelos Parâmetros Curriculares:

- **Corpo: matriz da sexualidade;**
- **Relações de Gênero;**
- **Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissiveis/Aids.**

Mas o que é orientação sexual e identidade de gênero?

Bem, a"identidade de gênero está ligada ao gênero com o qual a pessoa se reconhece como homem ou mulher, independente das suas genitálias ou de qualquer outra característica anatômica", e a orientação sexual indica por quais gêneros uma pessoa se sente atraída, seja fisicamente, seja romanticamente, ou seja, emocionalmente (LIMA, 2017, apud, DIAS, 2014, p. 42).

Na atualidade, por exemplo, já temos legalmente garantido a utilização do nome social, isto é, uma pessoa que nasce anatomicamente homem e com o nome de João e não se sente pertencente a este gênero, poderá reivindicar a utilização de outro nome como por exemplo: Maria. Ver Decreto nº 8.727/2017 DOU/DF. link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-

Figura 04 - Módulo III: Gênero dentro do Contexto Escolar

Fonte: elaborada pelos autores, conforme pesquisa realizada, 2019.

Na última etapa das atividades realizadas no AVEA, discutiu-se sobre: "*Gênero dentro do Contexto Escolar"*; utilizou-se um texto sobre: "*gênero e diversidade sexual na escola",* de Henriques Ricardo et. al (2007). Um vídeo do MEC, "*Relação de Gênero na Escola",* e um fórum de discussão para tratar dos aspectos conceituais e atitudinais, dos cursistas em relação ao assunto. Como atividade principal desse modulo foi solicitado a construção de um glossário. Como leitura complementar apresentou-se o Decreto N. 8.727/2017 – sobre o direito de utilização do nome social, das pessoas que resolvem mudar de sexo ou não, para que os cursistas tivessem acesso a um instrumento legal que garante aos sujeitos a mudança do nome quando estes não se veem dentro de uma classificação binaria.

Na construção do glossário, encontrou-se algumas palavras que, para os participantes, não fazia parte de seus vocabulários, como: bissexual, estereótipos de gênero, gay, dentre outras, conforme descrito no fórum de dúvidas. Esta atividade foi importante para confrontá-los/las com a realidade existente na sociedade atual e convergiu com a primeira oficina realizada nos polos, de acordo com a programação do projeto, em que eles/elas se deram conta que é muito complexo todas as temáticas discutidas e que,

enquanto docentes, devem estar preparados para combater qualquer tipo de preconceito e discriminação.

É importante que, todos/as os/as acadêmicos/as se conscientizem sobre a importância da inclusão e do acolhimento a diversidade, pois é por meio da educação e da conscientização que é possível diminuir as desigualdades sociais e combater as diversas formas de violência que tem surgido em função da "ignorância" agravada pelo tipo de sociedade que tem se estruturado dentro do aporte da intolerância causando a morte de muitas pessoas que, por suas concepções, não aceitam as diferenças.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho optou-se por colocar as discussões e atividades realizadas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). No entanto, o projeto contou, em cada módulo, com palestras, oficinas efetivadas, presencialmente, em cada polo, além de discussões com pesquisadores na área, via Google Meet. Assim, o que ficou evidente é o quanto os projetos de extensão são importantes para os debates e ações em torno de determinados assuntos que muitas vezes "escapam" durante o processo de formação. E percebe-se a dificuldade dos docentes que atuam na Educação Básica de falar, expressar-se, até mesmo no ambiente virtual, sobre temáticas que envolvem sexualidade, corpo e gênero.

Dessa forma, o Projeto de Extensão: Sexualidade e Formação docente atingiu, em parte sua finalidade. Em parte, porque o tempo em que foi executado, considera-se curto para a dimensão da discussão que envolve as temáticas abordadas e que precisam ultrapassar esta ação, seja no formato de disciplinas ou de outros projetos e ações. Entretanto, evidenciou-se que a ação extensionista, conseguiu estimular os futuros Licenciados em Pedagogia e os docentes dos municípios para a necessidade de debates que os favoreçam a lidar com as particularidades apresentadas dentro do contexto escolar.

Na educação a distância esta é uma prática escassa que deve ser discutida entre colegiados de cursos e professores que atuam em cada disciplina nas licenciaturas, em especial na Pedagogia. Por isso, acredita-se que pelas participações e debates realizados nos fóruns e em outras atividades, este projeto tem provocado nos participantes, como os acadêmicos do Curso de Pedagogia e nos professores das redes municipais de ensino a necessidade de reflexão e diálogo sobre determinadas temáticas, para que possam incluir e não o contrário.

Ressalta-se que é na escola, na figura de professores e alunos, que as singularidades e diversidades se apresentam por meio das diferentes culturas, etnias, religiões e famílias ali inseridas. Esta convivência limita-os e ao mesmo tempo instiga-os para a elaboração de uma percepção mais acurada quanto as heterogeneidades apresentadas, pois dependem do outro e do seu consentimento para ultrapassar o limite "de quem, efetivamente, cada

um é" (PCN, 1997, p. 123).

Portanto, instrumentalizar os futuros docentes ou os profissionais que já estão atuando e fornecendo informações precisas que, em várias situações, são deturbadas pelo senso comum, é uma "necessidade imperiosa [...] e um investimento importante que precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores" (PCN, 1997, p. 124). Nesta demanda, os projetos de extensão, se implementados dentro dos cursos a distância, podem fazer todo diferencial na formação inicial e continuada dos professores.

Diante da finalização do projeto, pelos resultados apresentados, os autores, entendem que faz-se premente dar continuidade ao mesmo, inserindo-o em todos os cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico ofertados no CEAR - UEG, em uma segunda implementação, uma vez que as temáticas propostas no projeto são essenciais em um processo educativo emancipatório, cunhando possibilidades para a construção de uma sociedade mais crítica e conhecedora de suas sexualidades, possibilitando assim, o respeito as diversidades enquanto direito social.

REFERÊNCIAS

ALTAMN, Helena. Diversidade sexual e educação: Desafios para a formação docente. *Revista* **Latinoamerica: Sexualidad, Saludy y Soceidade.** N. 13, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* **Pluralidade Cultural.** Brasília: MEC/SEF, 19987.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* **Orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1987.

BARROS, Kárita de O.S. **As intencionalidades e os desdobramentos do CAPP no trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação***:* desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio. F. (Orgs). Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CENTRO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM REDE. Universidade Estadual de Goiás. Moodle de capacitação e formação continuada. **Curso: formação docente e sexualidade.** Disponível: https://www.capacitacao.cear.ueg.br/course/view.php?id=334, acesso em: 30/08/2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

GURGEL, Ângela M. Rodrigues. **Diversidade Cultural***.* Disponível em: http://www.recantodasletras.com.br, Acesso em: 01/08/2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Revista: Educ. Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1223-1240, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos***:* inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001a. Editora da UFPR.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Valeria Soares de. **A formação dos professores em educação física pelo PARFOR/FEF/UFG em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA):** limites e possibilidades. Monografia de Conclusão de Curso, Goiânia, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de S. **Pesquisa social***:* teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

MACHADO, Andréa Kochhann. **Formação docente e extensão universitária:** tessituras entre concepções, sentidos e construções. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Em Educação Curso de Doutorado. Brasília/DF, 2019.

NÓVOA, António. O Regresso dos professores. **Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida**, Lisboa, Parque das Nações – Pavilhão Atlântico – Sala Nónio 27 e 28 de setembro de 2007.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica***:* primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - 2010 a 2019. Anápolis, 2010.

CAPÍTULO 23

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA COM A POESIA

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 27/03/2021

Gustavo Avelino da Silva
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/6345354177488430

Ana Cristina Fernandes Pereira Wolff
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/3727904418153079

Carina Gomes da Silva
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/6360542891137430

RESUMO: Centro de irradiação de conhecimentos, a universidade oferece formação integral para o exercício da cidadania. Nesse sentido, atua em projetos extensionistas que dinamizam a vida cultural e a inserção social, a exemplo do Poesia Emoldurada, cuja experiência é relatada neste trabalho. Realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Apucarana, o Projeto busca divulgar poemas autorais ou consagrados, a partir de meio físico e virtual, incentivando tanto a leitura quanto a escrita desse gênero. Assim, seus objetivos são: valorizar e divulgar a poesia; incentivar novos talentos literários; desenvolver o senso crítico, a sensibilidade e a criatividade; promover um espaço de articulação e integração entre alunos, servidores e comunidade externa; formar um público efetivo de poesia. Os resultados indicam a gradativa formação desse público e a revelação de talentos literários, propiciando-lhes visibilidade.

PALAVRAS - CHAVE: Poema. Escrita. Leitura.

UNIVERSITY EXTENSION: AN EXPERIENCE WITH POETRY

ABSTRACT: Center for the irradiation of knowledge, the University offers integral training for the exercise of citizenship. In this sense, it works on extensionist projects that streamline cultural life and social insertion, like Poesia Emoldurada Project, whose experience is reported in this work. Conducted at the Federal University of Technology – Paraná, campus Apucarana, the Project seeks to disseminate authorial or renowned poems, from physical and virtual means, encouraging both the reading and writing of this genre. Thus, the objectives are: to value and disseminate poetry; encourage new literary talents; develop critical sense, sensitivity and creativity; promote a space for articulation and integration between the internal and the external community; to form an effective poetry audience. The results indicate the gradual formation of this audience and the revelation of literary talents, providing them with visibility.

KEYWORDS: Poem. Writing. Reading.

1 | INTRODUÇÃO

Em consonância com os objetivos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, o Câmpus Apucarana atua em ações

que dinamizam a vida cultural acadêmica e a inserção social. Nesse sentido, o Projeto Poesia Emoldurada, cuja experiência e resultados parciais alcançados até março de 2021 são aqui relatados, pretende incentivar tanto a produção quanto a leitura e a apreciação de poesia, um gênero cujo público já foi bem mais expressivo.

Poesia é criação. Trata-se de uma obra artística cujo material primordial são as palavras. Ela combina o que se diz ao como se diz, de modo a, "por força do poder mágico das palavras, revelar, com beleza, as coisas e as ideias" (CORTEZ E RODRIGUES, 2003, p. 88). Pode-se dizer que a poesia é transcendência do real: "o objetivo do poeta não é descobrir novas emoções, mas utilizar as corriqueiras e, trabalhando-as no elevado nível poético, exprimir sentimentos que não se encontram em absoluto nas emoções como tais" (ELIOT, 1989, p. 47). Segundo Pound (2006, p. 40), a poesia é "a mais condensada forma de expressão verbal". Trata-se de um gênero aberto, que possibilita inúmeras leituras e experiências de sentido. Tal abertura, explica Umberto Eco, não se deve ao fato de que uma

> obra [literária] seja um mero pretexto para todas as exercitações da sensibilidade subjetiva que faz convergir sobre ela os humores do momento, mas porque é típico da obra de arte o pôr-se como nascente inexaurida de experiências que, colocando-a em foco, dela fazem emergir aspectos sempre novos. (ECO, 1991, p. 68)

O contato com o texto literário (como a poesia) remete à "experiência de descoberta", em que se revela "o que há de belo, de hediondo e de trivial" no mundo (CORTEZ E RODRIGUES, 2003, p. 88). A criação e a leitura poética são orientadas mais por uma emoção peculiar que pela procura de uma realidade física. A partir de um fato, a poesia sempre aciona estados, sentimentos, vivências, sutilezas, pois, como lembra Bosi (1983, p. 78), o "poeta é um doador de sentido".

Candido (1972) explica que a literatura supre a necessidade de fantasia do homem, ao mesmo tempo em que contribui para sua formação integral (CANDIDO, 1972). Pode-se inferir, que, ao trabalhar com diferentes experiências, sensibilidades, visões e interpretações do mundo, ela amplia os horizontes dos sujeitos rumo à alteridade, aos afetos, ao conhecimento.

Para Barthes, "a literatura é o fulgor do real" [...]; faz girar os saberes (BARTHES, 1980, p. 18). Trata-se de uma criação artística que "encena a linguagem", que tem o real como objeto de desejo, mas que anseia pelo impossível" (BARTHES,1980, p. 19), subvertendo a própria linguagem. A literatura, portanto, engendra novas possibilidades, novas leituras do mundo e do próprio "Eu"; ajuda a enxergar o outro, compreender a subjetividade, desnudar as relações humanas e posicionar-se socialmente. A literatura, enfim, educa e humaniza (CANDIDO, 1972). Desse modo, incentivar a leitura poética é divulgar cultura e arte, propiciar momentos de prazer e fruição estética, bem como investir na formação integral do indivíduo.

Além do que se sabe sobre as manifestações artísticas e sua relevância na vida humana, pesquisas têm comprovado o impacto da poesia no cérebro. Pesquisadores do Instituto Max Planck, na Alemanha, relatam uma experiência em que, a partir de estímulos neurológicos, comprova-se que a poesia proporciona um grande prazer. O trabalho demonstrou que partes do cérebro costumeiramente desativadas foram despertadas quando houve contato com a poesia. Revelou que ela estimula a memória, facilita a introspecção e relaxa. Os neurocientistas do Instituto descobriram que "a poesia cria um estado que chamaram de 'pré-relaxamento'; ou seja, que provoca uma reação de prazer gradativo a cada estrofe escutada" (SUÁREZ, s.d., s. p.). Igualmente, pesquisa conduzida na Universidade de Exeter, Devon, Inglaterra, procura conciliar arte e ciência, a partir de análises psicológicas, biológicas e anatômicas dos sentidos da arte (LER..., 2013). Resultados preliminares corroboram a conclusão anterior: a poesia estimula áreas do cérebro relacionadas a memória e sentimentos.

Ao trabalhar com regiões do cérebro voltadas à memória, ao relaxamento e à afetividade, conforme descobertas científicas recentes, a poesia torna-se também forte aliada em defesa da saúde mental, do equilíbrio e da sensação de prazer e bem-estar. Num momento em que a sociedade tem sido tomada por várias síndromes e transtornos mentais, por inúmeras incertezas, por uma pandemia com impactos globais, por difusão intensa de mensagens e informações (muitas vezes falsas ou distorcidas), toda iniciativa que colabore para a saúde mental e o bem-estar das pessoas é digna de mérito.

Assim, é necessário o trabalho de valorização e divulgação do gênero poético, como propõe este Projeto: levar a poesia a alunos e servidores da UTFPR, como também à comunidade externa. Além de divulgar poemas já consagrados, a ideia é incentivar o público a escrever poesia. Desse modo, os objetivos definidos são: valorizar e divulgar a poesia; valorizar talentos literários da UTFPR e da comunidade externa; desenvolver o senso crítico, a sensibilidade e a criatividade; promover um espaço de articulação e integração entre alunos, servidores e comunidade externa; formar um público efetivo de poesia.

2 | SOBRE O PROJETO: METODOLOGIA

A ideia inicial do Poesia Emoldurada foi receber textos poéticos (autorais e consagrados) e expô-los em quadro moldura com vidro, em locais estratégicos do Câmpus Apucarana da UTFPR. Para tanto, as primeiras ações foram a confecção do quadro (79,4 cm X 104,1 cm) e a composição da banca para avaliação dos poemas recebidos por e-mail. A partir de então, os poemas recebidos, autorais ou consagrados, enviados ao endereço do Projeto, foram submetidos à apreciação dos avaliadores. Após, foram impressos para exposição em espaços da Universidade. Periodicamente, os textos foram substituídos no quadro, divulgando poetas consagrados e poetas da comunidade interna. Esse modelo de

recebimento e divulgação ocorreu ao longo do ano de 2019 e no início de 2020.

A partir de março de 2020, a exposição física dos poemas foi suspensa em virtude da pandemia de Covid-19. Com essa interrupção, tornou-se urgente a adoção de novas formas de divulgação e publicação das poesias, a fim de alcançar outros autores e leitores, ampliar a participação da comunidade externa e dar visibilidade ao Projeto. A solução foi a publicação virtual dos textos a partir de páginas nas redes sociais.

Assim, houve a renovação dos alunos voluntários envolvidos na atividade e, na sequência, a concepção virtual do Projeto, com a criação de páginas no *Facebook* e no *Instagram* para divulgação do Poesia Emoldurada e publicação dos poemas recebidos. Concomitantemente, de forma mais rápida e acessível, o envio dos poemas passou a ser feito por meio de formulário do *Google*, com posterior avaliação pelos professores.

Quando houver segurança sanitária e as aulas presencias forem retomadas, o quadro voltará a ser exposto nos espaços da Universidade. Além disso, será levado para outros locais, como escolas do município, associações e instituições, a fim de divulgar a iniciativa, ampliar o público e incentivar a leitura e a escrita de poesia. O trabalho com as páginas do Projeto nas redes continuará ativamente para divulgação cultural, incentivo à apreciação estética desse objeto artístico e integração da Universidade à comunidade.

Aos alunos envolvidos no projeto cabe a administração das mídias digitais, com alimentação das páginas e avaliação de visualizações, comentários e estratégias de interação.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o recebimento e a avaliação dos textos, até março de 2020, o principal local de exposição física das poesias foi o Restaurante Universitário, no Câmpus, com público frequente. No final de 2019, por meio do Departamento de Extensão – Depex da UTFPR-Apucarana, a equipe do Projeto conseguiu a confecção de mais dois quadros para exibição física dos poemas, no Câmpus ou fora dele.

Na Figura 1 é apresentado foto com um poema emoldurado, o qual foi escrito por uma aluna e exposto em 2019.

Figura 1– Poema “Olhos de Mel”, de I. Trevizano

Fonte: Acervo do Projeto (2019)

Já na Figura 2, evidencia-se uma poesia publicada nas páginas virtuais do Projeto. O autor, nesse caso, é um músico e poeta de Apucarana, reconhecido e com livros publicados. Note-se que, no quadro, mantém-se um padrão de fonte e impressão em tinta preta, sem imagens ou cores, para garantir a atenção ao texto poético e a identidade visual. Já nas redes sociais, dadas as características dessas mídias, há mais liberdade para publicação, com inserção de trabalho artístico que inclui composição de fundo, cores e traços, além do texto na descrição.

Figura 2 – Poema “Estetoscópio”, de Caio Silva

Fonte: Facebook (2020)

Entre os meses de setembro de 2020 e março de 2021, excluído o intervalo de férias entre janeiro e fevereiro, o Projeto publicou 40 poesias no *Facebook* e 39 no *Instagram*. Nas plataformas são postadas, em média, até três poesias por semana, em dias e horários específicos, com o intuito de criar e alimentar o fluxo nas páginas, bem como atender aos objetivos do Projeto e às expectativas do público e dos autores.

Paulatinamente, tanto o fluxo de submissões quanto as visualizações e interações do público nas páginas sociais têm aumentado. Nas Figuras 3 e 4 são apresentados os dados de alcance e engajamento dos perfis nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, respectivamente.

Figura 3 – Alcance e engajamento – Facebook

Fonte: Facebook (2021)

Figura 4 – Alcance e engajamento – Instagram

Fonte: Instagram (2021)

A partir da Figura 3 é possível observar como o alcance do Projeto no *Facebook* foi expressivo no período de 30 dias (25 de fevereiro a 24 de março de 2021), com aumento de 90%. Isso é fruto tanto das publicações quanto do trabalho que os alunos voluntários têm desenvolvido na divulgação da página em grupos de poesias, a fim de atingir novos leitores/seguidores e incentivar autores anônimos a divulgar a sua arte nas redes sociais. Assim, instiga espectadores a escrever poesias e encaminhar textos já escritos e não publicados, além de divulgar poemas de autores consagrados. Já na Figura 4, também no período de 25 de fevereiro a 24 de março, observa-se significativo aumento (163,1%) nas interações com o conteúdo do Projeto no *Instagram*.

Com o uso das redes sociais, portanto, gradativamente o Poesia Emoldurada ganha visibilidade, com aumento no número de poemas submetidos, bem como ampliação de acesso aos poemas publicados e à circulação dos textos. Aos poucos, tem-se observado tanto a formação de um público apreciador de poesia quanto o incentivo à escrita autoral.

A expectativa é que o Projeto contribua de modo mais efetivo para a divulgação da arte e a experiência estético-cultural, com a exposição de poesias e o incentivo à escrita e à leitura do gênero poético. Por meio da circulação de poesia no ambiente universitário e fora dele, presencial e virtualmente, a ação extensionista investe em leitura, educação, saúde mental, direitos humanos, afetividade, alteridade, humanização e cidadania. Por sua natureza, o ambiente acadêmico deve oferecer as mais variadas vivências artístico-culturais e experiências de leitura aos discentes e à comunidade externa, inclusive o contato com a poesia. O texto poético fala do humano ao humano, de que decorre sua imprescindibilidade.

Os alunos envolvidos na organização do Projeto são beneficiados não apenas pelo exposto, mas também são incentivados a ler, selecionar e indicar poesias consagradas; refletir sobre os textos; auxiliar na construção de páginas atrativas ao público; pensar a interação virtual com tal público; auxiliar na resolução de problemas pontuais que eventualmente surjam; sugerir ações para o Poesia Emoldurada. Agregar novos conhecimentos àqueles específicos de sua área de formação é, enfim, um fator de crescimento profissional e construção da cidadania no sentido amplo do termo.

4 | CONCLUSÃO

Aos poucos, o Poesia Emoldurada tem alcançado novos leitores e divulgado poesias de autores iniciantes, ainda desconhecidos, e também de poetas reconhecidos. O trabalho com as redes sociais tem se mostrado eficiente no sentido de atingir um número maior de submissões e de leitores.

Ao incentivar arte e leitura, o projeto aproxima a Universidade e a comunidade. Mais que isso, ao proporcionar experiências estéticas várias, contribui para a formação integral dos indivíduos, para a sensibilização e a humanização. Ao mesmo tempo, possibilita aos

alunos nele envolvidos uma vivência bem diversa dos conteúdos vistos em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento de outras habilidades igualmente importantes para a vida social e o mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, especialmente ao Departamento Acadêmico de Humanidades – Dahum e ao Departamento de Extensão – Depex, Câmpus Apucarana, o apoio ao desenvolvimento do Projeto Poesia Emoldurada. Igualmente, aos autores e leitores, razão do Projeto.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e cultura**. São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CORTEZ, Clarice Z.; RODRIGUES, Milton H. Operadores de leitura da poesia. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (org.). **Teoria Literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIOT, T. S. Tradição e talento individual. In: **Ensaios**. Tradução de Ivan Junqueira. São Paulo: Art Editora, 1989.

LER poesia estimula a memória afetiva, aponta estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro. 11 out. 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/ler-poesia-estimula-memoria-afetiva-aponta-estudo-10337183. Acesso em: 16 ago. 2019.

POUND, Ezra. **ABC da Literatura**. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Caio. **Estetoscópio**. Apucarana, 23 jun. 2020. Facebook: Poesia Emoldurada. Disponível em: https://www.facebook.com/107575054034073/photos/a.197529171705327/219384836186427/. Acesso em: 13 out. 2020.

SUÁREZ, Jennifer D. Saiba o que acontece em seu cérebro quando você lê poesia. **Pensar contemporâneo**, 2017. Disponível em: https://www.pensarcontemporaneo.com/ler-poesia1/. Acesso em: 03 abr. 2018.

CAPÍTULO 24

A AMEAÇA DO ANIMALESCO ANTE A HUMANIDADE: UMA LEITURA DE CEM ANOS DE SOLIDÃO SOB A LUZ DA FILOSOFIA DE ADORNO E HORKHEIMER

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 04/03/2021

Lorena Gonçalves Oliveira
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
http://lattes.cnpq.br/6673508873481114

RESUMO: Importa realizar a leitura do excerto do romance Cem Anos de Solidão do colombiano Gabriel García Marquez, em que as personagens encontram-se em conflito em face da iminência de gerarem filhos animalescos, sob a luz da filosofia de Adorno e Horkheimer, uma vez que enseja a reflexão sobre a natureza da existência humana, ao passo que a humanidade parece sustentar-se no antagonismo ante aquilo que é o animal, aspecto bem apreciado quando nota-se que a cultura ocidental criou na figura da metamorfose uma espécie de castigo, posto que a sustentação do que é ser humano se dá a partir da negação das formas não racionais de vida. Para mais, a análise se estende para o campo em que a mesma dinâmica de dicotomia, entre o racional e a pulsão, passa a se aplicar na subjugação de mulheres à posição de ser inferior, também refletida na obra literária quando uma das personagens passa a utilizar uma vestimenta que prima pela castidade, de modo a evitar a gestação de filhos metamorfoseados. O presente trabalho objetiva explicitar como os questionamentos filosóficos estão estampados no escrito do autor latino-americano, bem como o que tais problemáticas e respostas revelam sobre a cultura da população. Para tanto, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica. A pesquisa identificou na filosofia aspectos coerentes com aqueles abordados na literatura.

PALAVRAS - CHAVE: Cem Anos de Solidão; filosofia; literatura; metamorfose; natureza humana.

ANIMALISTIC THREAT BEFORE HUMANITY: A READING OF A HUNDRED YEARS OF SOLITUDE BENEATH THE LIGHT OF ADORNO AND HORKHEIMER PHILOSOPHY

ABSTRACT: With purpose in reading excerpt of the romance A Hundred Years Of Solitude of the Colombian Gabriel García Marquez, which the characters are found in conflict facing the imminence of breeding animalistic children beneath the light of Adorno and Horkheimer philosophy once it gives way to reflect about a nature of human existence that humanity seems to support itself in antagonism before what is considered animal. This is an aspect well appreciated when noticed that the western culture created in the metamorphosis figure as a type of punishment because the support of what it is to be a human being is given by the denial of non rational forms of life. Formore the analysis extends itself to a ground which the same dichotomy dynamic between rational and pulsion turns itself to be applied in subjudgement of women in position to be inferior and also reflected in literary work when one of the characters begin to use clothes to protect her chastity in a way to avoid pregnancy of metamorphosed children.

The aim of this study is to explicit how the philosophical questions are present on the Latin-American book of the author as well as what the problematic and answers reveal about the culture of the population. Therefore it was used a methodology of bibliographic revision. The research identified in the philosophy coherent aspects with those approached in literature.
KEYWORDS: A Hundred Years of Solitude; philosophy; literature; metamorphosis; human nature.

1 I INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

É no segundo capítulo do romance Cem Anos de Solidão que Gabriel García Marquez explicita a latente preocupação humana em tornar-se animal. Para além da apreciação literária da obra, que em consonância com as demais pertencentes ao conjunto do autor, trouxe o primeiro prêmio Nobel de literatura para o povo latino-americano, a aventura experienciada ao entrar em contato com as palavras do colombiano traz consigo os inegáveis meandres filosóficos que permeiam a narrativa, sobretudo, na fantasia apavorante pela qual os Buendía são acometidos pela iminência de gerarem filhos animalescos. O excerto da história reflete não apenas o brilhantismo de seu autor, mas questionamentos metafísicos tão antigos quanto a solidão em Macondo, razão pela qual interessa estudar de maneira aprofundada o que há nessa urgência do pavor contido no devir que vivencia o homem, quando no todo ou em partes, vem a ser um animal, sobre a própria natureza humana.

Insta salientar a importância de reanalisar tais fatores concernentes à filosofia inerente à literatura amparada também sob o viés histórico-cultural do povo latino-americano, fortemente marcado pelas consequências pós-coloniais refletidas, dentre outras agruras, na cultura que em determinados aspectos mostra-se misógina, a exemplo da repressão vivida por Úrsula em seus primeiros meses de matrimônio durante a história. O estudo mostra-se relevante, portanto, ao argumento da necessidade em investigar respostas culturais aos problemas filosóficos, mas também legitimar a vasta produção literária dos conterrâneos que possuem intrinsecamente discussões sobre problemas sociais expressivos e provocações delicadas sobre as nuances da natureza do homem, que coexistem de forma contemporânea.

2 I OBJETIVOS

O objetivo da experiência de pesquisa foi em sentido amplo aprofundar os estudos filosóficos analíticos da literatura produzida na América Latina, bem como desvendar as questões mais essencialmente humanas que povoam o romance de Gabriel García Marquez. Para mais, em sentido estrito, explicitar sob à luz da filosofia de Adorno e Horkheimer, o

que em Cem Anos de Solidão estampa os deslindes da relação estabelecida entre a cultura ocidental e a dicotomia entre a humanidade e o animalesco, e além disso, demonstrar como as dinâmicas estabelecidas pelas soluções culturais para as questões pertinentes ao tema podem, por meio de simbologias, desvelar problemáticas sociais marcadamente latino-americanas, ao passo que a obra analisada fora escrita sobre e para o povo latino.

3 | METODOLOGIA

Em razão disso, pode-se concluir que a experiência na pesquisa filosófica analítica da literatura se mostra fundamental para a compreensão histórica dos questionamentos filosóficos postos culturalmente pelo povo da América Latina. Por conseguinte, sob tal perspectiva foi realizada a adoção da metodologia hipotético-dedutiva, calcada na prática de revisão bibliográfica de fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, livros, artigos, ensaios e afins.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pois bem, a relação amorosa construída no romance entre as personagens Úrsula e José Arcádio é transpassada pelo entrave moral incestuoso, posto que eram primos. Ocorre que, embora desde a tenra infância ambos manifestassem o desejo de unirem-se em matrimônio, postulava contra o intuito a família, temerosa de que pudessem porventura gerarem iguanas como frutos de seu casamento. Tal preocupação fundava-se sobretudo em um precedente vivido pelos antecessores, uma vez que outrora, um familiar antigo, fruto do mesmo entrave pecaminoso, havia vindo ao mundo com uma cauda cartilaginosa na forma de saca-rolha e com uma escovinha de pelos na ponta, em outras palavras, um rabo de porco que o acompanhou durante seus quarenta e dois anos de vida, destino que poderia o casal enfrentar em face do incesto (MARQUEZ, 1967).

Nesta senda, insta destaque ao fato de que segundo Adorno e Horkheimer (1985), a história da antropologia ocidental solidificou o conceito de homem justamente na oposição ao animal, a dignidade do ser humano se amparou na contraposição ao animalesco. Nesse sentido, enquanto a vida animal se edifica em pulsões, ausente qualquer ideia que as transcenda, o homem exsurge sob a égide racional, o conhecimento traduzido na linguagem é aquilo que marca a cisão entre as duas formas de existência. Nota-se tal latência nas palavras da própria personagem do romance analisado: “não me importa ter leitõezinhos, desde que consigam falar” (MARQUEZ, 1967, p. 27). Diante disso, Adorno e Horkheimer (1985), discorrem ainda sobre a ideia de que a possibilidade, ainda que remota, de tornar animalesco aquilo que é ou deveria ser humano, mostra-se inevitavelmente temerosa ao homem, sobretudo porque carrega em si uma simbologia de castigo:

> A transformação das pessoas em animais como castigo é um tema constante dos contos infantis de todas as nações. Estar encantado no corpo de um animal equivale a uma condenação. Para as crianças e os diferentes povos, a ideia de semelhantes metamorfoses é imediatamente compreensível e familiar. Também a crença na transmigração das almas, nas mais antigas culturas, considera a figura animal como um castigo e um tormento. A muda ferocidade no olhar do tigre dá testemunho do mesmo horror que as pessoas receavam nessa transformação. Todo animal recorda uma desgraça infinita ocorrida em tempos primitivos.

Pode-se notar da análise do excerto do romance em face da filosofia exposta que intrínseco ao problema do incesto e as possíveis derivações biológicas daí decorrentes transborda uma questão primária concernente no que é ser humano. O imaginário social expresso no segundo capítulo de Cem Anos de Solidão transcreve o medo primário do homem que se vê ameaçado pela possibilidade de tornar-se um animal, posto que nessa situação absurda se encontraria desamparado da única cisão simbólica que o dignifica como diferente do animalesco. Nesse caminho, a ameaça de se ver metamorfoseado é também uma provocação que atinge uma pergunta essencialmente humana, qual seja, a natureza da sua própria existência, que apenas se sustenta como autêntica quando comparada a outra forma de vida que não transcende ideias.

Para mais, a narrativa de Marquez (1967) segue ao passo que Úrsula e José Arcádio se casam, entretanto, a esposa aterrorizada pela possibilidade de gestar animais, passou a vestir todas as noites uma vestimenta de lona de veleiro, fechada por correias entrecruzadas, uma espécie de cinto de castidade em virtude de seu temor em ser violada pelo próprio marido enquanto dormia, e por consequência, engravidar de filhos animalescos como a sua família havia alertado. Nota-se que para além da questão metafísica que ronda a história em uma leitura primeva, uma vez estabelecidas as preocupações humanas acerca da natureza de sua realidade enquanto ser, uma segunda camada filosófica exsurge quando a responsabilidade por esse descaminho recai sobre a mulher, que de todas as formas, resiste ao ato sexual que lhe é cobrado em virtude do casamento.

Sobre a temática, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), pode se considerar que a mesma figura animalesca representada para estabelecer a definição do ser humano, fora aplicada em face da mulher pela civilização ocidental, que a relegou para uma posição de inferioridade digna daqueles seres que não são dotados de razão, de modo que a cultura se encarregou de domesticar as pulsões femininas, subjugar às margens da submissão as mulheres por meios diversos e onipresentes, a exemplo da igreja, filosofia, burguesia. Portanto, do mesmo modo que a humanidade se debruça no animalesco para se sustentar, a mulher em seu estado de submissão traduz para o vencedor a sua vitória. Destarte, pode-se concluir que é sobre o não-ser materializado em determinado objeto, que o ser se ampara e se planifica, em uma dialética em que inevitavelmente figuram um ser inferior, e outro superior.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pois bem, interessa à academia latino-americana dispensar atenção aos reflexos filosófico-culturais estampados nas obras literárias produzidas por autores locais reconhecidos. Isso porque, a análise que se faz traduz questionamentos profundos e primevos em relação aos aspectos metafísicos que transpassam a materialidade humana, mas também, carregam consigo determinações culturais específicas traduzidas em contextos patriarcais e misóginos por natureza, que inevitavelmente se espelham nas realidades vivenciadas por essas mulheres latinas que, em suas próprias histórias, personificam as personagens literárias e filosóficas supracitadas. Portanto, para que qualquer aplicabilidade social possa ser consumada de dentro para fora da academia, indispensável a revisão bibliográfica local como um ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER M., **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 224 p.

MARQUEZ, G. **Cem anos de solidão**. 113ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. 446 p.

CAPÍTULO 25

NUTRIARTES: UM PROJETO DE EXTENSÃO

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 06/05/2021

Glaucia Carielo Lima
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/4935539551969313

Ana Luiza Araujo Rocha
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/8854989118438310

Luis Gustavo Alves Monteiro
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/0938231460696357

Nathália Nascimento Fernandes Franco
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/7256227615743566

Mellissa Yumi Ferreira Kawamoto
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/5402051876977117

Pedro Eduardo Ochoa Michelon
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/0633566078200077

Juliana Pulsena Cunha
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição
Goiânia- Goiás
http://lattes.cnpq.br/7810557298003254

RESUMO: O conceito de cultura é amplo, mas alguns autores a definem quanto às diversas atividades ligadas às artes em todas as suas expressões. Para alguns, pode ser definida como música, pintura, teatro, cinema e dança, sendo, assim, relacionado com atividades artísticas, que promovam o entretenimento. Desse modo, o enfoque do projeto "Nutriartes" é cultural, no qual, se concretiza através de eventos e ações culturais, utilizando-se de elementos artísticos que possam contribuir para a recreação e a integração de pessoas, principalmente, dentro da Universidade. O objetivo do projeto é promover aos universitários, colaboradores e comunidade externa, momentos de descontração ao longo do semestre, a fim de trazer mais atenção para momentos além da rotina acadêmica, envolvendo todos os participantes em ações coletivas. Diante disso, o projeto promove uma nova percepção que o ambiente universitário pode oferecer, mais lúdico, interativo e humanizado. A metodologia utilizada para a realização dos eventos, acontece através de equipamentos e habilidades desenvolvidas pelos próprios alunos e professores. Os eventos ocorrem na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás ao longo dos dias letivos. Todas as atividades realizadas foram feitas de forma coletiva e geraram uma imersão dos alunos no mundo

das artes, promovendo momentos agradáveis e de autocuidado na rotina dos envolvidos, resultando em uma formação mais humanizada e não só tecnicista dos futuros nutricionistas.
PALAVRAS - CHAVE: Antropologia Cultural; Universidades; Integração Comunitária.

NUTRIARTES: AN EXTENSION PROJECT

ABSTRACT: The concept of culture is broad, but some authors define it as the various activities related to the arts in all their expressions. For some, it can be defined as music, painting, theater, cinema and dance, thus being related to artistic activities that promote entertainment. “Nutriartes” has envolved in cultural events, using artistic elements that can contribute to the recreation and integration of people within the University. The objective of the project is to promote moments of relaxation throughout the semester, in order to bring more attention beyond the academic routine, involving all participants in collective actions, especially university students, employees and the external community. Therefore, the project has promoted a new perception on university environment, more humanized, playful and interactive. The events were carry out through equipment and skills developed by the students and teachers themselves. The events have taken place at the Faculty of Nutrition of the Federal University of Goiás throughout the school days. All the activities were carry out collectively and has promoved an immersion of the students in the world of the arts. The presentations have promoted pleasant and self care moments, resulting in a more humanized and not only technical training of future nutritionists.
KEYWORDS: Anthropology, Cultural; Universities; Community Integration.

1 I INTRODUÇÃO

Embora tenha um conceito amplo, a cultura é definida por alguns autores como as diversas atividades ligadas às artes em todas as suas expressões. Para alguns, pode ser definida como música, pintura, teatro, cinema e dança, sendo algo relacionado com atividades artísticas e/ou de entretenimento (GUERRA,2012). A arte, por sua vez, é uma linguagem representacional dos sentidos, que transmite significados que não poderiam ser acessados através de nenhum outro tipo de linguagem, como, por exemplo, as linguagens discursiva ou científica (BARBOSA, 1999; TROJAN, 1996). Portanto, é por meio das artes que se torna possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo, ao analisar a realidade, desenvolver a criatividade de maneira que possamos mudar aquela realidade analisada (BARBOSA, 1999).

No ambiente acadêmico, geralmente, somos preparados apenas para o raciocínio científico. Porém, a integração da arte ao cotidiano pode configurar uma linha de fuga ao tecnicismo, à lógica instrumental das ciências, trazendo aberturas para dimensões do humano, diferentes daquelas apreendidas pelas tecnociências (SATO; AYRES, 2015). Isto se torna de extrema importância na formação dos futuros profissionais da saúde, uma vez

que, aspectos associados à saúde, ao sofrimento ou, mesmo, à finalidade da vida – que passam, muitas vezes, despercebidos – podem ser colocados sob novos olhares (SATO; AYRES, 2015). .

Embora estejamos inseridos em uma Universidade que oferece diversas formas de vivência cultural, como exposições em museus, teatros, apresentações de diferentes linguagens culturais, detectamos a ausência de um projeto cultural dentro da Faculdade de Nutrição. Assim, nasceu o primeiro projeto cultural da FANUT-UFG, denominado Nutriartes. O objetivo deste projeto é oferecer aos estudantes atividades culturais que tragam experiências além da rotina acadêmica de estudos e aulas. Desta forma, promovendo aos internos e a comunidade externa, ações de incentivo à arte, como: mostras culturais (com apresentações de talentos e exposição de obras artísticas), sessões de cinema (filmes ao final das tardes) e outras atividades, que contribuem também para a redução do estresse, da ansiedade, além de proporcionar a integração entre todos os membros.

2 | METODOLOGIA

O Nutriartes foi idealizado no início de 2019 e consolidou-se no mês de maio. A primeira ação do projeto ocorreu no evento Curta Campus da UFG, quando, ao ar livre, propôs atividades lúdicas para o público infantil, visando promover o resgate de brincadeiras infantis e a interação da sociedade com o corpo estudantil universitário. Neste mesmo evento foi oferecida uma oficina de dança do ventre para o público presente.

Ao longo do ano de 2019, foram realizadas diversas participações dos integrantes do projeto em conjunto com o projeto de extensão da mesma unidade, denominado “Saúde mental é saúde integral”. Estas foram apresentações musicais em momentos de reflexão sobre o autocuidado. Estas ações conjuntas foram realizadas, não só com a comunidade acadêmica, como com a comunidade externa. Uma delas foi realizada com pessoas em situação de rua. Nesta ocasião, além de levar as apresentações musicais para este público, uma rosa foi ofertada para cada um deles, quando um membro da equipe apreciou a pessoa neste momento, dizendo-lhe palavras de conforto e carinho.

No mês de junho, ocorreu pela primeira vez a ação “Cinenutriartes”, aberto aos alunos e a comunidade em geral. A ação constituiu-se de uma sessão de filme projetado no auditório da faculdade, com o oferecimento também de pipoca e emissão de certificado, com o intuito de ofertar um espaço de descontração em meio às atividades acadêmicas. Uma segunda seção foi realizada, nos mesmos moldes, em agosto do mesmo ano.

No mês de setembro houve uma participação dos integrantes do projeto no IV ENPSSAN (Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), trazendo entretenimento por meio de apresentações artísticas durante o congresso, como coreografias e apresentações musicais. O Nutriartes também participou da abertura de outros eventos da faculdade durante o ano de 2019, com apresentações musicais.

Em outubro foi realizada a “1ª mostra cultural da Faculdade de Nutrição”, sob a organização do Nutriartes. Os integrantes organizaram um evento aberto a toda comunidade onde houve exposições e apresentações de músicas e danças.

As atividades foram direcionadas a toda a comunidade, visando possibilitar uma imersão artística na rotina dos participantes. Neste momento, em razão da pandemia, o projeto adaptou-se e passou a atuar por meio das mídias digitais, com postagens sobre música, teatro, dança, livros, entre outros, na plataforma “Instagram”, em seu perfil próprio e no da Faculdade de Nutrição-UFG.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A arte é uma forma de expressão, de sentimentos, de ideias, é conhecimento e comunicação. Com isto posto, o projeto teve resultados favoráveis quanto a finalidade de incentivar os alunos e a coletividade para a participação em atividades culturais, lúdicas e artísticas. Além disso, o projeto buscou compartilhar um espaço de descontração, onde os acadêmicos pudessem mover a atenção para além da densa rotina de estudos. Alguns relatos dos alunos envolvidos demonstraram que as ações do projeto trouxeram alívio nos quadros de estresse e ansiedade dos estudantes nesses encontros. Vale ressaltar, ainda, que o Nutriartes colaborou para despertar o interesse dos alunos em compartilhar a sua arte. Em um desses momentos de apresentação, na 1ª mostra cultural, tivemos a participação de outros alunos que, mesmo não sendo integrantes do projeto, se apresentaram de forma voluntária e mostraram o seu talento.

Durante as atividades, os integrantes reuniram-se para planejar e preparar as ações no âmbito presencial e utilizaram ferramentas virtuais para a sua divulgação. Estes momentos proporcionam troca de conhecimento, talentos e a integração entre os participantes e a comunidade. De fato, a cultura tem esta característica de invocar a integração: todos se interessam e todos podem aproveitar (TROJAN, 1996). Além disso, por meio da apreciação e decodificação de trabalhos artísticos, é possível desenvolvermos os processos básicos para a criatividade, como fluência, flexibilidade, elaboração e originalidade (BARBOSA, 1999), o que beneficia os estudantes em sua formação e também os demais envolvidos.

Diante do atual cenário da pandemia, foi necessário se reinventar. A ferramenta que servia como apoio, se tornou o principal meio de comunicação e interação entre os membros internos e externos. A utilização da mídia social permitiu dar continuidade ao projeto de forma remota, trazendo ao público atividades de lazer que poderiam ser feitas em casa, como receitas culinárias, dicas de filmes, de livros, de teatro virtual, lives e vídeos dos participantes se apresentando. Desse modo, mesmo com o distanciamento social, o projeto conseguiu manter seu principal objetivo de forma positiva, que se mostrou ainda mais necessário, oferecendo entretenimento para a comunidade, com a intenção de atenuar o impacto psicossocial causado pelas adversidades da atualidade.

Figura 1: Participantes na 1ª mostra cultural na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás.

Figura 2: Participantes no Curta o Campus da Universidade Federal de Goiás.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações realizadas pelo projeto “Nutriartes” incentivam os alunos a uma maior imersão no mundo das artes, onde é possível a integração da comunidade, a humanização do espaço e a mostra de talentos entre os acadêmicos e a comunidade externa. A arte também rompe a barreira de preconceitos e deixa livre a expressão de ideias e a troca de saberes e de diferentes identidades culturais. Certamente, esta vivência contribui para uma formação mais humanizada e não só tecnicista dos futuros nutricionistas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M**. Arte, Educação e Cultura.** Livro de domínio público. 1999. Disponível em:<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf > Acesso em: 01 maio 2021

GUERRA, L. D.; SILVA, J.B. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In: BRASILEIRO, M.D.S.; MEDINA, J.C.C.; CORIOLANO, L.N. **Turismo, cultura e desenvolvimento [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 195-233.

SATO, M.; AYRES, J.R.C.M. Art and humanization of health practices in a primary care unit. **Interface**, Botucatu, v. 19, n. 55, p. 1027-38, 2015.

TROJAN, R M. A arte e a humanização do homem: afinal de contas, para que serve a arte?. **Educar em Revista**, n. 12, p. 87-96, dez. 1996. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.159.

CAPÍTULO 26

OFICINA DE BERIMBAU: CULTURA E AFRICANIDADES

Data de aceite: 21/05/2021
Data de submissão: 22/04/2021

Jackson dos Reis Novais
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC
Campus Paulo Freire/ Teixeira de Freitas-BA
http://lattes.cnpq.br/2657378001212460

RESUMO: O projeto pedagógico realizado no Centro Educacional Machado de Assis teve como principais objetivos entender a capoeira como patrimônio cultural brasileiro e valorizar a cultura afro-brasileira. O ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras é garantido pela Lei 10.639/2003, ampliada posteriormente pela lei 11.645 de 2008, desta forma, não se trata de uma opção, mas de uma obrigação. O ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras e da História e cultura indígena na educação básica são fundamentais para construir uma educação multicultural. Gomes (2012) evidencia a necessidade de construir uma educação anti-racista a partir da mudança de paradigma, sendo fundamental o processo de descolonização dos currículos. Para tanto, a discussão desta proposta de reconhecimento identitário dos legados afrodescendente perpassa por discutir no cerne didático-pedagógico os conhecimentos civilizatórios ancestrais. Sendo assim, esta comunicação objetiva trazer como fundamento de análise um projeto de conhecimentos em atos-afros no jogo educativo da capoeira.
PALAVRAS - CHAVE: Relações étnico-raciais; educação; capoeira.

BERIMBAU WORKSHOP: CULTURE AND AFRICANITIES

ABSTRACT: The pedagogical project carried out at the Machado de Assis Educational Center had as main objectives to understand capoeira as a Brazilian cultural heritage and to value Afro-Brazilian culture. The teaching of African history and Afro-Brazilian cultures is guaranteed by Law 10,639 / 2003, which was later expanded by Law 11,645 of 2008, in this way, this is not an option, but an obligation. The teaching of African history and Afro-Brazilian cultures and of indigenous history and culture in basic education are fundamental to building a multicultural education. Gomes (2012) highlights the need to build an anti-racist education based on a paradigm shift, and the process of decolonization of curriculum is fundamental. In this way, the discussion of this proposal for the identity valorization of Afro-descendant legacies involves the discussion of ancestral civilizing knowledge in the didactic-pedagogical basis. Therefore, this communication aims to bring, as a basis for analysis, a knowledge project in African acts in the educational fight of capoeira.
KEYWORDS: Ethnic-racial relations; education; capoeira.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A capoeira faz parte do patrimônio cultural brasileiro e abrange vários aspectos que podem ser trabalhados em sala de aula. A

poesia presente nas cantigas, e os elementos históricos contidos nas biografias podem ser utilizados como ferramenta pedagógica. A capoeira não pode ser colocada dentro de uma "caixinha", pois, não se restringe à dimensão da luta, capoeira é história, poesia, cultura, dança, música, esporte, corporalidade, arte-marcial, e muito mais.

As cantigas criadas pelos negros e entoadas durante as rodas de capoeira, organizadas em versos, dizem muito acerca da cultura afro-brasileira. Os saberes e a ancestralidade da cultura africana estão presentes nas canções que contribuem para a preservação da memória africana e afro-brasileira. As canções remetem às particularidades religiosas e falam muito sobre a idiossincrasia dos povos de matriz africana.

O projeto foi realizado em consonância com as aulas de história, considerando os processos de formação do Brasil e a cultura afro-brasileira. Gomes (2012) nos ajuda a entender que o Brasil sofreu um processo de colonização muito violento que invisibilizou e negou a cultura e a importância dos povos colonizados. É importante valorizar as vozes dos povos que sofreram com esses processos de formação do Brasil, e que ao longo do processo histórico lhe foram negadas políticas de reparação social. Na atualidade, a discriminação racial e o mito da democracia racial ainda influenciam os processos de ensino-aprendizagem. A Lei N°10.639 abre espaço para construir uma educação anti-racista.

> Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o "falar" sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um "outro", conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma "harmonia" e nem "quietude" e tampouco "passividade" quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. (GOMES, 2012, p.105).

Corroborando com o estudo de Nilma Lino Gomes, o projeto valorizou a capoeira na dimensão cultural, ressaltando a sua importância e sua representação para a cultura afro-brasileira. Nessa perspectiva, abordou seus aspectos históricos, sem se afastar da ludicidade e da poesia transmitidas musicalmente. A oficina de berimbau confirmou as várias possibilidades de abordagens pedagógicas dentro do universo da capoeira. Apresentou o berimbau como signo da cultura negra.

O berimbau é um instrumento fundamental para a prática da capoeira, além de estar presente em outras práticas e celebrações. No livro "Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba", Hellio Campos aborda a relação de Bimba com os instrumentos, e os cuidados no processo de confecção.

> O berimbau de Bimba era coisa sagrada. Poucas pessoas tinham acesso ao instrumento, somente com sua expressa autorização, e apenas alguns tocadores e raros alunos de sua inteira confiança. O berimbau utilizado nas aulas ficava preso à parede, no alto, próximo ao banco no qual Bimba costumava sentar para comandar a roda. Ninguém ousava pegá-lo, muito menos pedi-lo emprestado. (CAMPOS,2009, p.141).

No livro "Capoeira e os diversos aprendizados no espaço escolar" os autores destacam a importância da capoeira para a preservação de aspectos da cultura africana.

> É muito difícil encontrarmos alguém nesse país, que se mostre indiferente ao ouvir acordes de um berimbau ou a ressonância percussiva de um atabaque, pandeiro ou agogô. De uma forma até pouco racional, reagimos quase que instintivamente a esses estímulos manifestando através do nosso corpo, a identificação com esses símbolos que nos remetem as mais remotas origens da nossa civilização e, particularmente, ao berço de formação da nossa pluricultural nação brasileira. (DE CASTRO JR; ABIB, SOBRINHO,2000, p.161).

2 | METODOLOGIAS APLICADAS

No projeto "Oficina de berimbau: Cultura e Africanidades" os alunos tiveram a oportunidade de relacionar a capoeira com a importância da cultura afro-brasileira, e os aspectos de formação do Brasil. Conheceram aspectos técnicos da produção do berimbau, e particularidades da capoeira Regional, tiveram contato com a biografia do mestre Bimba, e analisaram as letras das cantigas entoadas nas rodas de capoeira. O convidado, Mestre Jamaica, contou suas experiências sobre a capoeira Regional, abordou algumas questões sobre a história da capoeira, enfatizou a importância cultural da capoeira, e evidenciou a importância da capoeira como forma de resistência das culturas afro-brasileiras.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista essas dimensões, orientado pelas diretrizes dos PCN´S e a BNCC, a capoeira pode ser trabalhada na perspectiva dos temas transversais exigidos por legislação. Usando como parâmetro a Lei N°10.639/03, alterada posteriormente pela lei 11.645/08, que trata da educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira. O projeto realizado no Centro Educacional Machado de Assis, durante o período de regência de estágio, promoveu a valorização da cultura afro-brasileira, afirmando valores instituídos pela constituição federativa, e a própria cidadania.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Hellio. **Capoeira regional: a escola de Mestre Bimba**. SciELO-EDUFBA, 2009.

DE CASTRO JR, Luis Vitor; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers; SOBRINHO, José Santana. Capoeira e os diversos aprendizados no espaço escolar. **Motrivivência**, n. 14, p. 159-174, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana. **BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI**, p. 497-511, 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES

JOAQUIM DOS SANTOS - Pós-doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Pós-doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente é professor adjunto da Universidade Regional do Cariri (URCA), lotado no Departamento de História da IES. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA), programa de pós-graduação em rede, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades – NHISTAL (URCA/CNPq). É pesquisador dos grupos "Imagens da Morte: a Morte e o Morrer no Mundo Ibero-americano" (UNIRIO/CNPq) e NECAGE: Núcleo de Estudos Comparados em Corporeidade, Alteridade, Ancestralidade, Gênero e Gerações, sendo este vinculado à Universidade Federal do Cariri (UFCA/CNPq). Desenvolve estudos com ênfase em memória e história da morte; museu, ensino de história e educação patrimonial; formação de professores; religiosidade, gênero e sexualidade.

JOSÉ ITALO BEZERRA VIANA - Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará- UFC, defendendo tese sobre as relações entre turismo e patrimônio cultural na configuração de discursos sobre o tempo. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa sobre atuação intelectual nas representações sobre identidades culturais. Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC/CNPq, vice-líder e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Gênero e América Latina - GEHGAL/UVA/CNPq. Desenvolve e orienta estudos nas áreas de história, memória e patrimônio; ensino de história; relações raça e gênero, discussões curriculares e epistemologias decoloniais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Africanidades 9, 62, 292, 294

Arte 6, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 36, 62, 66, 67, 73, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 90, 94, 110, 116, 128, 136, 156, 157, 166, 170, 175, 180, 210, 213, 252, 273, 274, 279, 287, 288, 289, 290, 291, 293

Arte Barroca 13

Arte Sacra 12, 13, 16, 17, 18, 22

B

Bens Culturais 86, 123, 155, 156, 159, 162, 165, 166

C

Catolicismo 12, 13, 14, 18, 22, 47, 54, 207

Cidade 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 88, 98, 101, 105, 115, 117, 118, 119, 120, 125, 127, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 152, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 176, 180, 181, 182, 186, 189, 202, 211, 212, 227, 228, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 253, 254, 255

Coleção 7, 36, 62, 78, 162, 168, 170, 172, 181, 189

Comunidade Quilombola 250, 251, 252, 253, 255, 256

Construção Social 6, 1, 7, 9, 10, 66, 177, 190

Conto 7, 70, 103, 105, 108, 109, 112, 115

Corpo 5, 8, 3, 4, 5, 9, 10, 16, 25, 32, 47, 63, 100, 106, 109, 110, 125, 150, 179, 190, 197, 210, 235, 236, 237, 258, 260, 263, 269, 271, 284, 288, 294

Cotidiano 13, 59, 65, 76, 80, 82, 92, 99, 132, 135, 137, 138, 139, 140, 157, 166, 196, 198, 199, 255, 261, 264, 267, 287

Cultura 2, 5, 9, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 24, 29, 36, 44, 47, 62, 63, 65, 66, 80, 82, 85, 88, 91, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 140, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 159, 160, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 179, 193, 200, 201, 206, 208, 210, 212, 213, 214, 224, 225, 235, 236, 238, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 261, 263, 273, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292, 293, 294, 295

Cultura Brasileira 24, 80, 85

Cultura Popular 208, 212

D

Democracia 182, 183, 187, 188, 189, 201, 204, 221, 293

Desenvolvimento 5, 6, 7, 8, 9, 24, 29, 50, 54, 65, 70, 84, 117, 121, 122, 123, 127, 131, 138, 139, 140, 142, 147, 149, 151, 152, 155, 157, 159, 160, 161, 165, 167, 171, 174, 183, 184,

185, 186, 188, 224, 226, 227, 228, 230, 237, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 251, 259, 260, 261, 270, 271, 280, 290, 296

E

Educação 6, 12, 21, 22, 44, 46, 47, 48, 56, 61, 62, 141, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 201, 202, 203, 205, 222, 223, 224, 225, 229, 247, 250, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 279, 290, 292, 293, 294, 295, 296

Ensino 5, 5, 50, 54, 86, 107, 163, 164, 165, 166, 167, 182, 185, 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 225, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 269, 270, 292, 293, 294, 295, 296

Espaço 8, 5, 25, 27, 34, 35, 45, 46, 51, 55, 56, 57, 66, 67, 74, 75, 84, 87, 88, 95, 100, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 115, 119, 129, 130, 133, 135, 136, 139, 140, 146, 154, 156, 160, 161, 163, 166, 170, 173, 174, 176, 178, 184, 187, 188, 192, 199, 202, 208, 209, 210, 212, 214, 226, 228, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 263, 264, 271, 272, 274, 288, 289, 290, 293, 294, 295

Esquecimento 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 49, 67, 170, 178, 179, 212

Extensão Universitária 9, 261, 271, 272

F

Formação Docente 8, 9, 191, 192, 196, 197, 201, 203, 258, 260, 261, 264, 265, 269, 270, 271

Formação Social 7, 8, 11

H

História 6, 2, 4, 5, 6, 11, 20, 21, 22, 24, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 85, 90, 91, 94, 95, 101, 102, 104, 107, 123, 126, 128, 131, 141, 142, 154, 167, 171, 172, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 193, 198, 201, 203, 204, 213, 214, 235, 237, 240, 241, 244, 247, 250, 252, 255, 256, 257, 282, 283, 284, 292, 293, 294, 295, 296

História Oral 6, 39, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 76, 77, 78, 235, 237, 240, 250, 252, 257, 296

Historiografia 47, 62, 68, 76, 105, 167, 182, 183, 187, 214, 251

I

Iconografia 15, 16, 21

Identidade 5, 7, 17, 52, 62, 69, 78, 106, 116, 142, 147, 156, 157, 159, 180, 185, 201, 202, 204, 208, 210, 223, 247, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 276

Indígenas 19, 41, 110, 132, 164, 203, 242, 243, 246, 247, 248

Integração 8, 123, 124, 125, 209, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 250, 272, 274, 275, 286, 287, 288, 289, 290

L

Lembranças 2, 3, 4, 8, 10, 39, 40, 48, 63, 64, 67, 70, 94, 98, 172, 175, 178, 180

M

Mediação 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 161, 178, 203

Memória 2, 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 36, 48, 49, 63, 77, 78, 180, 181, 296

Memória Coletiva 4, 11, 77

Memória Histórica 4

Memória social 3, 4, 10, 11, 76, 241

Mercado de trabalho 8, 216, 217, 218, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Metalinguagem 7, 92, 93

Modernidade 27, 36, 37, 62, 118, 119, 122, 123, 136, 138, 139, 156, 194, 195, 196, 198, 204, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 257

Movimento Decolonial 8, 191, 192, 193, 196, 197, 200, 201

Musealidade 7, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179

Museu 7, 77, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 296

N

Natureza 5, 6, 7, 8, 9, 16, 38, 44, 46, 68, 94, 95, 132, 137, 149, 152, 159, 179, 189, 193, 197, 200, 201, 203, 220, 221, 244, 245, 251, 279, 281, 282, 284, 285

O

Ócio 7, 129, 130, 131, 138, 139, 140, 141, 149

Oralidade 38, 39, 40, 64, 67, 68, 252

P

Paisagem Cultural 8, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Pedagogia 9, 10, 12, 62, 133, 141, 157, 180, 189, 190, 192, 194, 196, 198, 204, 205, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 269, 270, 271

Perspectiva Histórico-Cultural 6, 1, 5, 6, 9, 10

Poesia 9, 2, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 293

Preservação 5, 8, 64, 65, 123, 158, 160, 163, 168, 169, 172, 173, 177, 201, 206, 207, 208, 213, 214, 240, 247, 248, 293, 294

R

Refugiados 8, 137, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Representação 13, 16, 17, 20, 27, 54, 100, 170, 173, 174, 175, 178, 293

Resistência 8, 82, 83, 84, 90, 103, 104, 121, 140, 165, 176, 193, 194, 195, 196, 200, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 244, 247, 250, 251, 294

S

Sexualidade 9, 193, 246, 258, 259, 260, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 296

Sincretismo 6, 12, 14, 18, 22, 209

Sociedade 2, 5, 7, 3, 4, 5, 7, 9, 13, 14, 20, 23, 24, 25, 28, 33, 36, 38, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 62, 65, 76, 86, 88, 98, 107, 108, 112, 114, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 147, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 172, 179, 180, 182, 183, 189, 192, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 208, 209, 213, 214, 216, 217, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 242, 243, 245, 246, 247, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 274, 280, 288, 293

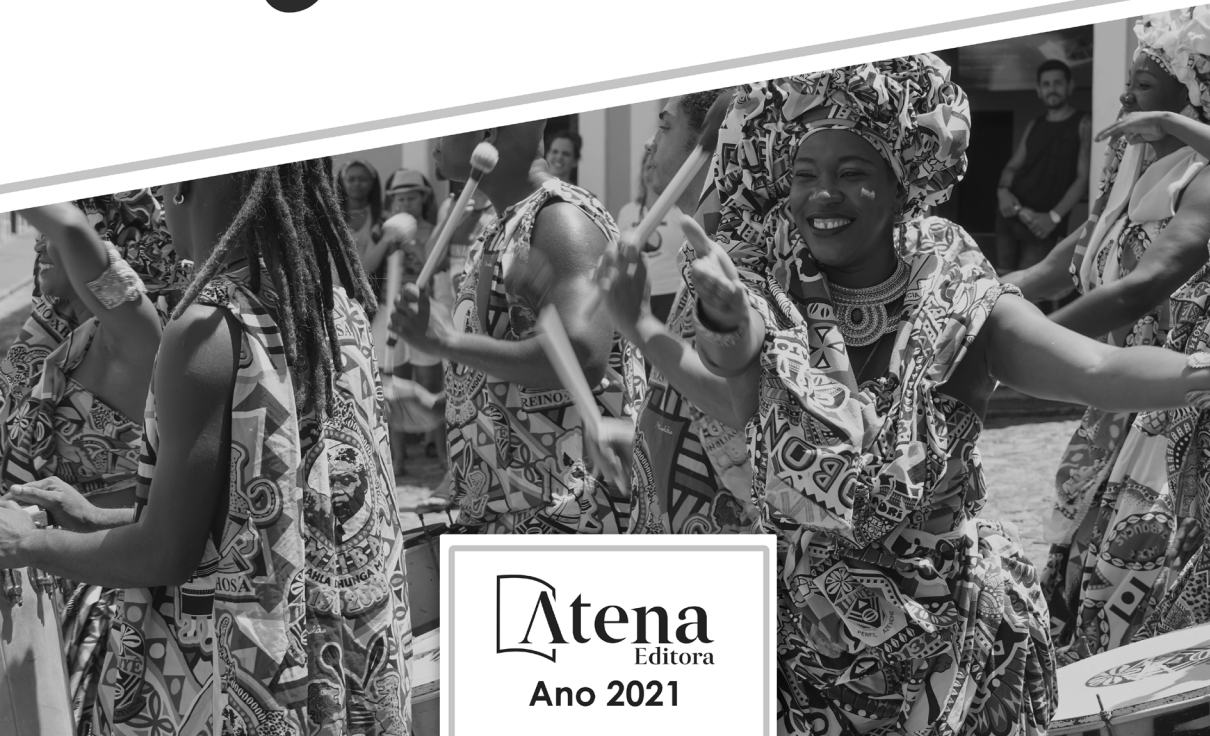
T

Território 51, 61, 96, 101, 110, 123, 165, 200, 203, 236, 240, 250, 252, 256

Tradição 7, 8, 17, 18, 64, 67, 68, 142, 207, 213, 238, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 280

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

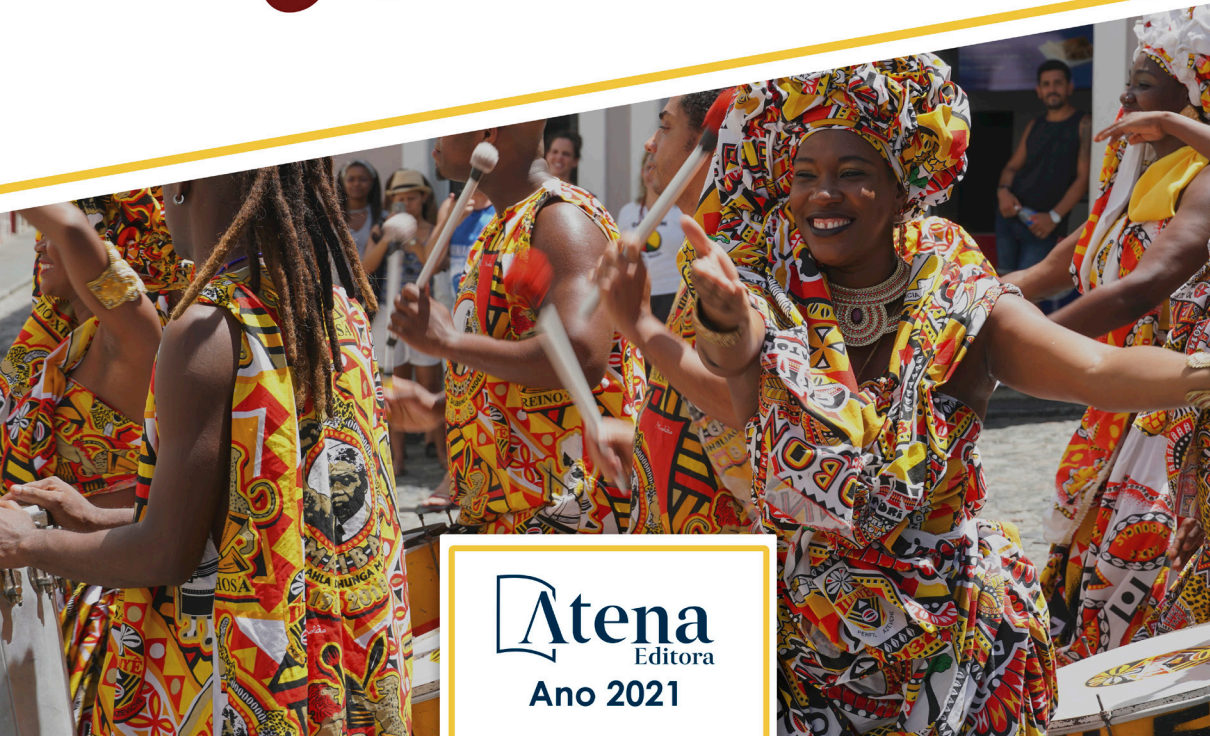
Memória, cultura e sociedade



Atena Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Memória, cultura e sociedade



Atena Editora
Ano 2021